

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018
DECISÃO NORMATIVA TCU - 161, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017 PORTARIA-
TCU Nº 65, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

PORTO VELHO

2018

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018
DECISÃO NORMATIVA TCU - 161, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017 PORTARIA-
TCU Nº 65, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, Elaborado de Acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU 161, de novembro de 2017 e das orientações de órgão de controle interno.

Subunidade responsável pela coordenação da elaboração do relatório de gestão:
Comissão da Portaria 178/REIT - CGAB/IFRO, de 19 de janeiro de 2018.

PORTO VELHO

2018

Presidente da República

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA

Ministro da Educação

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica

ELINE NEVES BRAGA NASCIMENTO

Reitor

UBERLANDO TIBURTINO LEITE

Pró-Reitora de Administração

JÉSSICA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

MARIA FABÍOLA DE ASSUMPÇÃO SANTOS

Pró-Reitor de Ensino

MOISÉS JOSÉ ROSA SOUZA

Pró-Reitora de Extensão

MARIA GORETH ARAÚJO REIS

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

GILMAR ALVES DE LIMA JÚNIOR

DIRETORES-GERAIS DE *CAMPUS*

Ariquemes - OSVINO SCHIMIDT

Cacoal - DAVYS SLEMAN DE NEGREIROS

Colorado do Oeste - LARISSA FERRAZ BEDÔR JARDIM

Guajará-Mirim - VAGNER SCHOABA (ATÉ JANEIRO /2018)

ELAINE OLIVEIRA COSTA DE CARVALHO

Jaru - RENATO DELMONICO

Ji-Paraná - FERNANDO ANTÔNIO REBOUÇAS SAMPAIO
Porto Velho “Calama” - MARCOS APARECIDO ATILES MATEUS
Porto Velho “Zona Norte” - MIGUEL FABRÍCIO ZAMBERLAN
GILBERTO LASKE - 01/08/2017 a 22/01/2018
Vilhena - AREMILSON ELIAS DE OLIVEIRA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTRON – Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares de Rondônia
AGU - Advocacia Geral da União
AROM – Associação Rondoniense de Municípios
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD – Cargo de Direção
CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEPLAC – Comissão Executiva do Plantio de Lavoura Cacaueira
CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CONACOBAM – Conselho das Associações do Médio e Baixo Madeira
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
COPEX – Comissão Permanente de Exames
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUP – Conselho Superior
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia
DE – Dedicção Exclusiva
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DGTI – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação
DINTER - Programa de Doutorado Interinstitucional
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
EaD – Educação a Distância
EFA – Escolas Família Agrícola
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
EPCT – Educação Profissional Científica e Tecnológica
EMDUR - Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
E-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
E-OUV - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
FEDCA – Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
FEMMIC – Feira dos Municípios e Mostra de Iniciação Científica
FG – Função Gratificada
FIC - Formação Inicial e Continuada
FUNTEC – Fundação Educacional Tecnológica e Cultural de Rondônia
GRPU – Gerência Regional do Patrimônio da União
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDARON – Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
IELTS – *International English Language Testing System*
IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFAC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFAP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo
IFMS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEN - Instituto de Pesquisas em Energia
ISSN – *Internacional Standard Serial Number*
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC – Ministério da Educação
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MINTER – Programa de Mestrado Interinstitucional

MJ – Ministério da Justiça
MP – Ministério Público
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
OCI – Órgão de Controle Interno
PAC – Plano Anual de Capacitação
PAE – Política de Assistência Estudantil
PAF – Programa de Assentamento Familiar
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PGF – Procuradoria Geral Federal
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC Af - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas
PIBIC EM - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIP - Programa Institucional de Pesquisa
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos
PPA – Plano Plurianual
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos.
PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PROPESP – Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAD – Regulamento de Atividade Docente
REAPAE – Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil
RFP – Renda Familiar per Capta
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RG – Relatório de Gestão

RP – Restos a Pagar
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SDH – Secretaria dos Direitos Humanos
SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária
SEAS – Secretaria Estadual de Assistência Social
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
SEJUS – Secretaria de Estado da Justiça de Rondônia
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIGA-EPT – Sistemas Integrado de Gestão Acadêmica
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TAE – Técnico Administrativo em Educação
TECNEP - Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais
TCU – Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UG – Unidade Gestora
UGE – Unidade Gestora Executora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UGR – Unidade Gestora Responsável

UJ – Unidade Jurisdicionada

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UO – Unidade Orçamentária

UPC – Unidade Prestadora de Contas

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identificação Da UJ - Relatório de Gestão Individual.....	20
Tabela 2 - Expediente Portaria nº 635/REIT - CGAB/IFRO, de 08 de março de 2018	21
Tabela 3 - Marcos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	29
Tabela 4 - Demonstrativo de unidades em funcionamento	46
Tabela 5 - Órgãos Colegiados	50
Tabela 6 - Dos órgãos executivos da Administração Geral	52
Tabela 7 - Dos Campi	57
Tabela 8 - Ações de extensão do IFRO realizadas de forma sistêmica durante o ano de 2017	75
Tabela 9 - Ações de extensão dos campi do IFRO realizadas durante o ano de 2017	84
Tabela 10 - Principais atividades realizadas pela PRODIN	91
Tabela 11 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	106
Tabela 12 - Identificação da ação	106
Tabela 13 - Identificação das ações	107
Tabela 14 - Identificação das ações	107
Tabela 15 - Identificação das ações	108
Tabela 16 - Identificação da ação	109
Tabela 17 - Identificação da ação	109
Tabela 18 - Identificação da ação	110
Tabela 19 - Identificação da ação	111
Tabela 20 - Identificação da ação	112
Tabela 21 - Identificação da ação	114
Tabela 22 - Identificação da ação	116
Tabela 23 - Identificação da ação	117
Tabela 24 - Identificação da ação	122
Tabela 25 - Informações sobre a realização das receitas	124
Tabela 26 - Despesas totais por modalidade de contratação	126
Tabela 27 - Despesas por grupo e elemento de despesa	127
Tabela 28 - Quadro A – Utilização de suprimento de fundos 2017	129
Tabela 29 - Quadro B – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	130
Tabela 30 - Quadro C – Utilização de suprimento de fundos 2016	131
Tabela 31 - Quadro D – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	132
Tabela 32 - Quadro E – Utilização de suprimento de fundos	132
Tabela 33 - Quadro F – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	133
Tabela 34 - Concessão de suprimentos de fundos	134
Tabela 35 - Utilização de suprimento de fundos	134
Tabela 36 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	135
Tabela 37 - Composição da força de trabalho da unidade	153
Tabela 38 - Distribuição da força de trabalho por área	154
Tabela 39 - Docentes por unidade de lotação de acordo com a Portaria MEC nº 246/2016, alterada pela Portaria MEC nº 1.053, 05/09/2017.	155
Tabela 40 - TAES por unidade de lotação de acordo com a Portaria MEC nº 246/2016, alterada pela Portaria MEC nº 1.053, 05/09/2017.	156

Tabela 41 - Força de trabalho do IFRO, que não compõe o modelo de dimensionamento.	156
Tabela 42 - Demonstrativo de parcerias para qualificação do corpo de servidores	158
Tabela 43 - Evolução de titulação	159
Tabela 44 - Quadro com a relação de cursos in company realizados em 2017 através das parcerias ENAP E ESAF 160	
Tabela 45 - Despesas associadas à manutenção de pessoal	162
Tabela 46 - Índice de capacitação	167
Tabela 47 - Índice de Qualificação do Corpo Docente - IQCD	167
Tabela 48 - Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo IQCTA	168
Tabela 49 - Quantitativo de contratos de estágio vigentes[1]	169
Tabela 50 - Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008	171
Tabela 51 - Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.	171
Tabela 52 - Veículos Cedidos.	173
Tabela 53 - Quantidade Total de Veículos	173
Tabela 54 - Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008.	174
Tabela 55 - Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.	174
Tabela 56 - Veículos Cedidos.	177
Tabela 57 - Média de Quilometragem de Veículos	178
Tabela 58 - Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008.	178
Tabela 59 - Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.	178
Tabela 60 - Veículos Cedidos.	180
Tabela 61 - Média de Idade dos Veículos	180
Tabela 62 - Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008.	180
Tabela 63 - Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.	181
Tabela 64 - Veículos Cedidos.	183
Tabela 65 - Custo Anual com Manutenção	183
Tabela 66 - Veículos Inservíveis ou Fora de Uso	185
Tabela 67 - Quadro A.– Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União 186	
Tabela 68 - Imóveis cadastrados	186
Tabela 69 - Cessão Onerosa - 01	188
Tabela 70 - Cessão Onerosa - 02	188
Tabela 71 - Cessão Onerosa - 03	189
Tabela 72 - Cessão Onerosa - 04	189
Tabela 73 - Cessão Onerosa - 05	190
Tabela 74 - Cessão Onerosa - 06	190
Tabela 75 - Cessão não onerosa 01	191
Tabela 76 - Cessão não onerosa 02	192
Tabela 77 - cessão não onerosa 03	192
Tabela 78 - Cessão não onerosa 04	193
Tabela 79 - Cessão não onerosa 05	194
Tabela 80 - Cessão não onerosa 06	195
Tabela 81 - Cessão não onerosa 07	196
Tabela 82 - Distribuição Espacial, Endereço, Valor dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros – Reitoria	197

Tabela 83 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade fim	200
Tabela 84 - Responsáveis Técnicos Reitoria	210
Tabela 85 - Analistas de Tecnologia da Informação	211
Tabela 86 - Técnico de Tecnologia da Informação	212
Tabela 87 - Técnico de Laboratório	213
Tabela 88 - Servente de Obras	213
Tabela 89 - Professor	213
Tabela 90 - Demonstrativo dos Projetos Desenvolvidos na Diretoria de Gestão em Tecnologia da Informação	215
Tabela 91 - Serviço terceirizados	219
Tabela 92 - Manifestações para a Ouvidoria do IFRO, no ano de 2016.	231
Tabela 93 - Manifestações para a Ouvidoria do IFRO, no ano de 2017.	232
Tabela 94 - Quantidade de pedido de acesso à informação 2017	234
Tabela 95 - Situação e características dos pedidos de acesso à informação	234
Tabela 96 - Visão geral do IFRO	243
Tabela 97 - Dimensão 1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	245
Tabela 98 - Dimensão 2 - Políticas para o Ensino	246
Tabela 99 - Dimensão 2 - Políticas para a Pesquisa	247
Tabela 100 - Dimensão 3 - Responsabilidade social da Instituição	248
Tabela 101 - Dimensão 4 - Comunicação com a sociedade	249
Tabela 102 - Dimensão 5 - Políticas de pessoal	250
Tabela 103 - Dimensão 6 - Organização e Gestão da Instituição	251
Tabela 104 - Dimensão 07 - Infraestrutura Física	252
Tabela 105 - Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação	253
Tabela 106 - Dimensão 9 - Políticas de Atendimento ao Estudante	254
Tabela 107 - Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira	255
Tabela 108 - Comparativo anual das avaliações institucionais	256
Tabela 109 - Instituto Federal de Rondônia - Balanço Patrimonial - Exercício 2017	266
Tabela 110 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes - Exercício 2017 - (Lei nº 4.320/1964)	267
Tabela 111 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro das contas de compensação - Exercício 2017 - (Lei Nº 4.320/1964)	267
Tabela 112 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro Superávit/Déficit Do Exercício - Exercício 2017 (Lei nº 4.320/1964)	268
Tabela 113 - Instituto Federal de Rondônia - Demonstração das variações patrimoniais aumentativas - Exercício 2017	268
Tabela 114 - Instituto Federal de Rondônia - Demonstração das variações patrimoniais diminutivas - Exercício 2017	268
Tabela 115 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro do balanço orçamentário - orçamento fiscal e da seguridade social – Exercício 2017	269
Tabela 116 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro da execução de restos a pagar não processados - Exercício 2017	271
Tabela 117 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro da execução de restos a pagar processados e não processados liquidados - Exercício 2017	272
Tabela 118 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro do balanço financeiro - Exercício 2017	272
Tabela 119 - Dispêndios 2017	273
Tabela 120 - Demonstração dos fluxos de caixa – Exercício 2017	274

Tabela 121 - Imobilizado - Composição	276
Tabela 122 - Bens Móveis - Composição	277
Tabela 123 - Bens Imóveis - Composição	277
Tabela 124 - Intangível - Composição	278
Tabela 125 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por UGE Contratante	279
Tabela 126 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor e UGE Contratante	279
Tabela 127 - Patrimônio Social e Capital Social	280
Tabela 128 - Resultado Financeiro - 31/12/2017	280
Tabela 129 - Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa - formação	281
Tabela 130 - Receitas Próprias - Composição	282
Tabela 131 - Receitas Próprias - Composição - Categorias Econômicas	282
Tabela 132 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	283
Tabela 133 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	284
Tabela 134 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	285
Tabela 135 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	286
Tabela 136 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	288
Tabela 137 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	289
Tabela 138 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	291
Tabela 139 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	292
Tabela 140 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	293
Tabela 141 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	295
Tabela 142 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	297
Tabela 143 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	298
Tabela 144 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	299
Tabela 145 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	301
Tabela 146 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	302
Tabela 147 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	303
Tabela 148 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	305
Tabela 149 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.	306
Tabela 150 - Despesas com publicidade	308

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Distribuição territorial das unidades do IFRO, em 2014	27
Figura 2 -Distribuição territorial das unidades do IFRO, em 2017	28
Figura 3 - Organograma	49
Figura 4 - Relatório de Procedimentos Instaurados	151
Figura 5 - Fluxograma do processo	240
Figura 6 - Porcentagem de participação	244
Figura 7- Imagem de Declaração	262
Figura 8 - Imagem de Declaração	263
Figura 9 - Imagem de Declaração (Parte 1/2)	264
Figura 10 - Imagem de Declaração (Parte 2/2)	265
Figura 11 - Portal Página Campus Ji-Paraná	322
Figura 12 - Portal Página Campus Jaru	323
Figura 13 - Portal Página Campus Porto Velho Zona Norte	323
Figura 14 - Facebook IFRO	324
Figura 15 - Facebook Campus Ariquemes	325
Figura 16 - Facebook Campus Cacoal	325
Figura 17 - Facebook Campus Colorado Do Oeste	326
Figura 18 - Facebook Campus Guajará-Mirim	326
Figura 19 - Facebook Campus Jaru	327
Figura 20 - Facebook Campus Ji-Paraná	328
Figura 21 - Facebook Campus Vilhena	328
Figura 22 - Facebook Campus Porto Velho Calama	329
Figura 23 - Facebook Campus Porto Velho Zona Norte	329
Figura 24 - Twitter IFRO	330
Figura 25 - Instagram IFRO	331
Figura 26 - Link para Sugestão de Pauta/Ascom	331
Figura 27 - Newsletter Intercampi	332
Figura 28 - Panorama Semanal	332
Figura 29 - Clipping IFRO	333

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

O rol de Anexos e apêndices estão destacados como figuras, conforme orientações de páginas acima.

SUMÁRIO

1. 24

1.1. **Erro! Indicador não definido.**

2. 33

2.1. 34

2.2. 36

2.3. 49

2.4. 51

2.4.1. 53

2.4.2. 55

2.4.3. 60

2.5. 61

2.5.1. 61

2.5.2. 72

2.5.2.1. 72

2.5.2.2. 75

2.5.2.3. 76

2.5.3. 78

2.5.3.1. 79

2.5.3.2. 87

2.5.3.3. 88

2.5.3.4. 88

2.5.3.5. 94

2.5.4. 96

2.5.5. 100

Tabela 11 - Macroprocessos - Assessoria de Relações Internacionais

95

2.5.6. 101

2.5.7. 102

2.5.7.1. 103

2.5.7.2. 103

2.5.8. **Erro! Indicador não definido.**

3. 107

3.1.	108
3.1.1.	109
3.1.2.	109
3.1.3.	110
3.1.4.	110
3.2.	111
3.2.1.	112
3.2.2.	128
3.2.3.	129
3.2.4.	129
3.3.	130
3.3.1.	130
3.3.2.	131
3.3.3.	133
3.3.4.	135
3.4.	144
3.4.1.	145
3.4.2.	148
4.	148
4.1.	149
4.2.	152
4.2.1.	155
4.3.	158
4.4.	159
5.	160
5.1.	161
5.1.1.	161
5.1.1.1.	162
5.1.1.2.	165
5.1.1.3.	165
5.1.2.	170
5.1.2.1.	171
5.1.3.	171

5.1.3.1.	173
5.1.4.	176
5.1.5.	176
5.2.	177
5.2.1.	177
5.2.2.	191
5.2.3.	192
5.2.4.	194

Nos *Campi* existem cessões para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade desta Instituição, para empreendimento com fins lucrativos ou não, a saber: 188

5.2.5.	204
5.2.6.	207
5.3.	209
5.3.1.	209
5.3.1.1.	209
5.3.1.2.	209
5.3.1.3.	210
5.3.2.	210
5.3.2.1.	210
5.3.2.1.1.	210
5.3.2.1.2.	211
5.3.2.1.3.	211
5.3.2.1.4.	212
5.3.2.1.5.	212
5.3.2.1.6.	213
5.3.2.1.7.	213
5.3.2.1.8.	213
5.3.2.1.9.	214
5.3.2.2.	214
5.3.2.2.1.	214
5.3.2.2.2.	215
5.3.2.2.3.	215
5.3.2.2.4.	216
5.3.2.2.5.	216

5.3.2.3.	217
5.3.2.3.1.	218
5.3.2.4.	220
5.3.3.	226
5.3.3.1.	227
5.3.3.2.	227
5.3.3.2.1.	227
5.3.3.2.2.	228
5.3.3.2.3.	232
5.4.	235
6.	237
6.1.	238
6.1.1.	238
6.1.2.	240
6.2.	242
6.3.	243
6.3.1.	243
6.3.1.1.	243
6.3.1.2.	244
6.3.2.	244
6.3.2.1.	247
6.3.2.2.	247
6.3.2.3.	248
6.3.3.	250
6.3.4.	263
6.4.	263
6.5.	264
7.	267
7.1.	268
7.2.	268
7.3.	Erro! Indicador não definido.
7.4.	271
7.5.	273

- 7.5.1. 273
 - 7.5.1.1. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.1.1.1. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.1.1.2. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.1.1.3. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.1.1.4. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.1.2. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.1.3. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.1.3.1. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.1.3.2. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.1.3.3. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.1.4. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.1.5. **Erro! Indicador não definido.**
- 7.5.2. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.2.1. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.2.2. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.2.2.1. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.2.2.2. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.2.3. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.2.4. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.2.5. **Erro! Indicador não definido.**
- 7.5.3. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.3.1. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.3.1.1. **Erro! Indicador não definido.**
 - 7.5.3.1.2. **Erro! Indicador não definido.**

8. 290

- 8.1. 291
- 8.2. 291
- 8.3. 316
- 8.4. 316
- 8.5. 317
- 8.6. 317
- 8.7. 318

9.319

9.1. 320

Tabela 1 - Identificação Da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação	Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia		
Denominação Abreviada: IFRO		
Código SIORG: 100907	Código LOA: 26421	Código SIAFI: 26421
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 10.817.343/0001-05
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico		Código CNAE: 8541-4/00
Telefone/Fax de contato:	(69) 2182-9601	(69) 2182-9602
Endereço Eletrônico: reitoria@ifro.edu.br		
Página na Internet: http://www.portal.ifro.edu.br		
Endereço Postal: Av. Sete de Setembro, 2090 - Bairro Nossa Senhora das Graças		
Porto Velho - RO, CEP: 76.804-124		
Normas Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas		
Normas de criação e alteração da Unidade Prestadora de Contas		
Lei 11.892/2008		

Fonte: Relatório de Gestão do IFRO 2016 – atualizado para 2017.

Tabela 2 - Expediente Portaria nº 635/REIT - CGAB/IFRO, de 08 de março de 2018

Servidor(a)	SIAPE	Cargo/Membro
Leiliane Borges Saraiva	1446184	Presidente da Comissão/ Assistente Administrativa.
Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos	1209949	Professora EBTT
Leonardo Sousa Araújo	2094972	Administrador
Adonias Soares da Silva Junior	2236680	Professor EBTT
Maria Goreth Araújo Reis	1815053	Pedagoga
Sérgio Francisco Loss Frazin	1681224	Professor EBTT
Hélio Souza de Oliveira	1651730	Administrador
Jackson Bezerra Nunes	1185713	Professor EBTT
Jéssica Cristina Pereira Santos	2886500	Contadora
Gilmar Alves Lima Júnior	1815342	Professor EBTT
Giselle Cavalcante Saldanha de Andrade	2919034	Professora EBTT
Michele Gomes Noé da Costa	1815081	Técnica em Assuntos Educaçãois
Laura Borges Nogueira	1813201	Professora EBTT
Flávia Cristina do Nascimento Anziliero	2157609	Secretária Executiva
Janaína Maria Ferri Candéa Saldanha	2063132	Programadora Visual
Érica Araújo Jennings Coutinho	2309037	Relações Públicas

Jaqueline Almeida de Andrade	1883278	Assistente em Administração
Kelly Cristiane Catafesta	1899481	Assistente em Administração
Moisés José Rosa Souza	1885358	Professor EBTT
Beatriz Bezerra Pereira da Costa	2044037	Assistente em Administração
Carla Adriele Ramos Coelho	1803738	Assistente em Administração
Jardel de Souza Pereira	2184081	Administrador
Erlan Fonseca de Souza	1791214	Analista de Tecnologia da Informação

Fonte: Processo nº 23243.000622/2018-18 - <http://www.ifro.edu.br>

1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento aos princípios que regem a Administração Pública Federal e em atendimento às normas reguladoras expedidas pelo TCU, IN TCU nº 63/2010 e a DECISÃO NORMATIVA-TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017 e a PORTARIA-TCU nº 65, de 28 de Fevereiro de 2018, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO apresenta o seu Relatório de Gestão de exercício 2017 aos órgãos de controle e à comunidade em geral, de forma a relatar as práticas de gestão aplicadas no período.

O presente relatório está estruturado conforme as orientações da Portaria do TCU nº 321/2016, que recomenda que sejam apresentados os seguintes capítulos, na seguinte ordem: Elementos pré-textuais; Capítulo 1, Visão Geral das Unidades Prestadoras de Contas - UPCs; Capítulo 2, Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário; Capítulo 3, Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos; Capítulo 4, Áreas Especiais da Gestão; Capítulo 5, Relacionamento com a Sociedade; Capítulo 6, Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; Capítulo 7, Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle.

Levando em consideração o roteiro acima apresentado e considerando a característica administrativa do Instituto, o IFRO apresentará um Relatório de Gestão Consolidado, agrupando informações de todos os *campi* (Unidades Gestoras) e da Reitoria.

Esclarecemos que não se aplicam à Unidade Prestadora de Contas - UPC, os seguintes itens definidos em Portaria do TCU: Informações sobre remuneração paga a Administradores, tendo em vista o IFRO não ser empresa estatal; Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008; informações sobre custos de produtos e serviços; informações sobre suprimento de fundos; Cartão Corporativo do Governo Federal e Suprimento de Fundos conta tipo B; Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976; Composição Acionária das Empresas Estatais; Relatório da Auditoria Independente, em razão de que o IFRO é uma Autarquia Federal e sua contabilidade é executada no SIAFI.

Os itens que se aplicam à realidade do IFRO e que não há conteúdo a ser declarado são: Informações sobre Programas Temáticos, Programa Temático do PPA, são de responsabilidade dos Ministérios das áreas afins, cabendo a nossa autarquia a responsabilidade na execução das ações inseridas nos respectivos programas e demonstradas em item próprio deste relatório; Reconhecimento de Passivos. Da mesma forma, o item – “Informações sobre custos de produtos e serviços” não se aplica ao IFRO, estando as informações que cabem a esta UJ prestar, distribuídas ao longo do capítulo 5. Transferências de Recursos; Renúncias sob a Gestão da UPC. Do mesmo modo, não há conteúdo a ser apresentado para o Item – “Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio”, em virtude de que o Instituto não estabeleceu vínculo com fundação de apoio no exercício de 2016.

O Instituto Federal de Rondônia atuou, em 2017, com 10 (dez) unidades sendo 01 (uma) Reitoria e 09 (nove) *campi* – *Campus* Ariquemes, *Campus* Cacoal, *Campus* Colorado do Oeste, *Campus* Guajará-Mirim, *Campus* Jaru, *Campus* Ji-Paraná, *Campus* Porto Velho Calama, *Campus* Porto Velho Zona Norte e *Campus* Vilhena. Além dessa estrutura, o Instituto atuou também na oferta de educação a Distância em 143 polos EaD do IFRO, estando presente em 70 localidades, incluindo os diversos municípios e distritos do Estado de Rondônia, sendo eles: Polo Porto Velho Zona Norte, Polo Ariquemes, Polo Buritis, Polo Machadinho do Oeste, Polo Cujubim, Polo Jaru, Polo Ouro Preto, Polo Mirante da Serra, Polo Ji-Paraná, Polo Presidente Médici, Polo Cacoal, Polo Espigão D’Oeste, Polo Alta Floresta D’Oeste, Polo Nova Brasilândia do Oeste, Polo São Miguel do Guaporé, Polo São Francisco do Guaporé, Polo Costa Marques, Polo Vilhena, Polo Colorado do Oeste, Polo Cerejeiras, Polo Nova Mamoré, Polo Guajará-Mirim, Polo Porto Velho Extrema, Alto alegre dos Parecis, Campo Novo, Monte Negro, Cacaúlândia, Jacinópolis, Marco Azul, Rio Pardo, Ministro Andreazza, Riozinho, Corumbiara, Rondolândia, Pimenteiras, Vitória da União, São Domingos do Guaporé, Nova Califórnia, Vista Alegre do Abunã, Surpresa, Iata, Palmeiras, Nova Dimensão, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Estrela de Rondônia, Nova Londrina, Nova Colina, Novo Riachuelo, Rondoninas, Vale do Paraíso, Nazaré, Itapuã do Oeste, Triunfo, Jaci Paraná, União Bandeirantes, São José Calama, Primavera de Rondônia, Querência do Norte, São Felipe do Oeste, Pimenta Bueno, Rolim de Moura,

Santa Luzia, Migrantenópolis, Santo Antônio do Guaporé, Pedras Negras, Nova Conquista, Distrito de Guaporé, Chupinguaia, Terra indígena Tubarão. Com esta abrangência, atendemos em 2017, cerca de 7.235 alunos na modalidade EaD em cursos técnico-profissionalizantes.

Dentre as principais realizações do IFRO no exercício de 2017, podemos destacar:

- I. Celebração de Termos de Cooperação para a formação e capacitação de servidores;
- II. Realização de eventos de fomento a pesquisa e a inovação;
- III. Desenvolvimento e consolidação de ferramentas de gestão informatizada e soluções sistêmicas;
- IV. Implantação e consolidação de ferramentas de controle e participação social (*e-sic* e *e-ouv*);
- V. Adequação de documentos institucionais diversos;
- VI. Realização de estudos e implementação de projetos de enfrentamento a evasão, retenção e ao baixo rendimento de estudantes;
- VII. Consolidação e verticalização da oferta de cursos e eixos tecnológicos e a expansão da abrangência do Instituto com a instalação do *Campus* Avançado em Jaru e com as parcerias com a rede estadual para a oferta da mediação tecnológica nas escolas estaduais de Rondônia.

Principais dificuldades encontradas pela unidade prestadora da conta (UPC) para a realização dos objetivos no exercício de referência do relatório.

- I. Quantidade insuficiente de servidores;
- II. Rotatividade interna de servidores, que dificulta a continuidade das ações;
- III. Limitações nos sistemas para acompanhamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- IV. Limitação orçamentária;

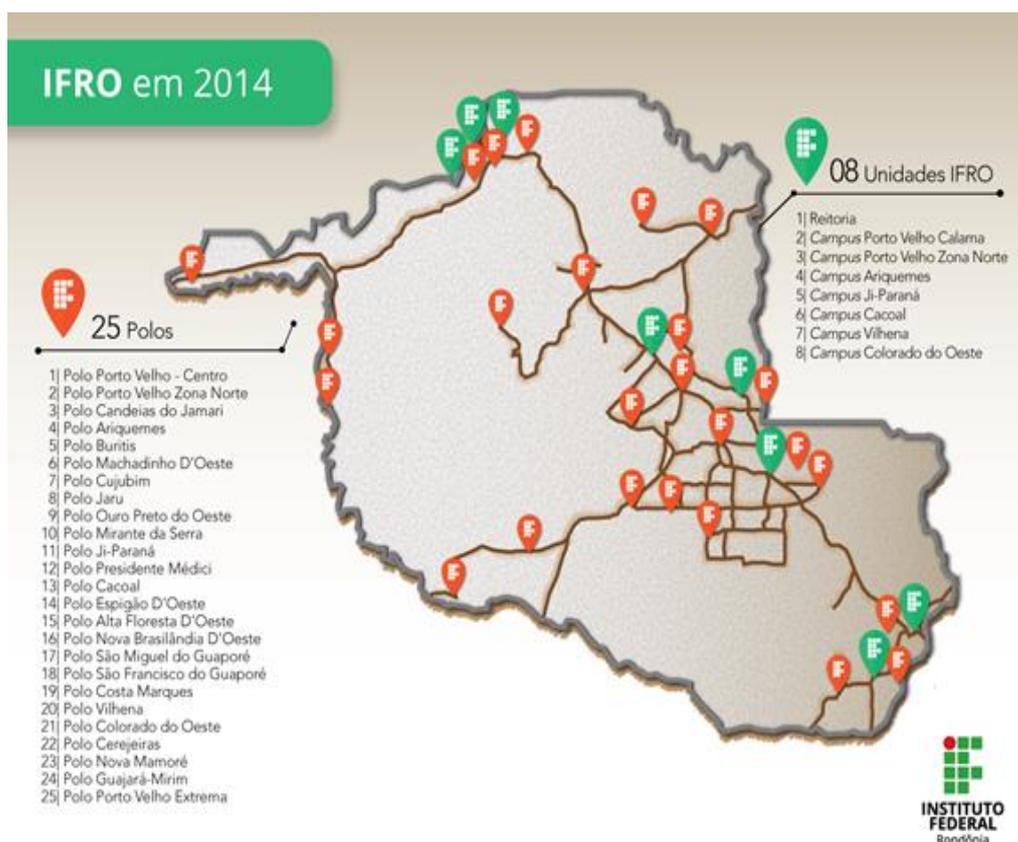
V. Necessidade de melhorar a padronização dos procedimentos na fiscalização de contratos.

1.1. BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A referida lei reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e CEFETs, transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nacionalmente, a Instituição faz parte de uma rede federal de educação profissional, científica e tecnológica centenária, que teve sua origem no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, por meio do qual foram criadas 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes Artífices.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica atuando na educação básica e superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade. Regionalmente, é resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época em fase de implantação, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, com 15 (quinze) anos de existência. A fusão originou uma Reitoria, com a previsão de funcionamento de 5 *Campi*: Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena, e um *Campus* Avançado em Cacoal. Em 2014, o IFRO já possuía em sua estrutura administrativa a Reitoria, 7 (sete) *campi* e 25 (vinte e cinco) polos de Educação a Distância, conforme Figura 01.

Figura 1- Distribuição territorial das unidades do IFRO, em 2014



Fonte: ASCOM – Ano 2017

Atualmente, o Instituto Federal de Rondônia possui 09 (nove) *campi* presenciais, implantados em municípios estratégicos do estado. Mas o processo de expansão e interiorização do IFRO se faz também através da criação e implantação de polos de apoio presencial da Educação a Distância (EaD). Atualmente, são 143 polos EaD do IFRO, presentes em 70 localidades diferentes incluindo os municípios e distrito do Estado de Rondônia. Conforme dados do sistema SISTEC de 11/10/2017, o IFRO estava com 50 cursos e 16.223 matrículas totais em todos os níveis de ensino (sendo 8.988 no presencial e 7.235 na EaD), além de 1.107 servidores (Docentes: 556; TAEs: 551; e Estagiários: 16). De acordo com a política de expansão da rede, há ainda, projetados para entrar em funcionamento 01 (um) *Campus*, em São Miguel do Guaporé, de modo que a configuração do Instituto para o próximo quinquênio contará com 10 (dez) *campi*.

Figura 2 -Distribuição territorial das unidades do IFRO, em 2017



Fonte: ASCOM – Ano 2017

Tabela 3 - Marcos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ANO	ACONTECIMENTO
1993	Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da <u>Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993</u> . Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada, com a oferta do Curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária.
2005	Credenciamento da Escola Agrotécnica Colorado do Oeste como Faculdade Tecnológica, com a oferta dos primeiros cursos superiores criados: Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Laticínios.
2007	Implantação do Curso Técnico em Agropecuária em Colorado do Oeste.
	Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da <u>Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007</u> , com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena. As escolas não foram implantadas;
2008	Autorização de funcionamento da Escola Técnica Federal de Rondônia Unidade de Ji-Paraná, por meio da <u>Portaria Nº 707, de 09 de junho de 2008</u> .
	Autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Ji-Paraná, por meio da <u>Portaria nº 706, de 09 de junho de 2008</u> e do <i>Campus</i> Colorado do Oeste pela <u>Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008</u> .
	Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII da <u>Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008</u> , que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste. Foram criados os <i>Campi</i> Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena.
2009	Início das aulas do <i>Campus</i> Ji-Paraná e dos processos de expansão da rede do IFRO.
	Primeiro curso de Especialização <i>Lato Sensu</i> do IFRO, em Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), turmas em Colorado do Oeste e em Ji-Paraná;
	Autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Ariquemes, por meio da <u>Portaria nº 4, de 06 de janeiro de 2009</u> .
2010	Autorização do funcionamento do <i>Campus</i> Avançado Cacoal e do <i>Campus</i> Avançado Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria nº 1.366, de 06 de dezembro de 2010, além do <i>Campus</i> Vilhena, por meio da Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010. Início das atividades letivas do <i>Campus</i> Ariquemes.
	Ainda no primeiro semestre de 2010 passa a ser ofertado o curso de graduação em Química (licenciatura) no <i>Campus</i> Ji-Paraná.

2011	Início das atividades do <i>Campus</i> Avançado Porto Velho Zona Norte. Início da oferta dos Cursos na modalidade de Educação a Distância, em 22 (vinte e dois) polos: Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos.
	Início da primeira turma de Engenharia do IFRO (curso de Engenharia Agrônoma em Colorado do Oeste).
2012	Ocorre, em 28 de setembro, a primeira audiência pública do IFRO em Cacoal para apresentação dos dados da pesquisa de atividades econômicas regionais.
	A Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim aprovou a doação do terreno para a construção da sede da nova unidade do IFRO, por meio da Lei de doação do terreno sob o número 1.548/2012 da Prefeitura Municipal, com uma área total superior a 30 mil metros quadrados.
2013	Início da oferta de cursos pelo <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte com os cursos presenciais de Técnico em Informática para Internet, Técnico em Finanças e Superior de Gestão Pública, além da oferta dos cursos técnicos EaD produzidos pelo IFRO de Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças. Mudança na categoria de <i>Campus</i> Avançado de Porto Velho para <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte (<u>Portaria n° 331, de 23 de abril de 2013</u>). Abertura de 16 novos polos de EaD, totalizando 25 polos de EaD no Estado.
2013	Início, em janeiro, das obras do novo <i>Campus</i> Guajará-Mirim, através da Ordem de Serviço n° 17, de 20 de dezembro de 2012.
	Integração da EMARC ao IFRO como <i>Campus</i> Ariquemes (<u>Portaria n° 331, de 23 de abril de 2013</u>), e autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Porto Velho Calama (<u>Portaria n° 330, de 23 de abril de 2013</u>). Mudança de categoria de <i>Campus</i> Avançado Cacoal para <i>Campus</i> Cacoal (Portaria n° 330 de 23 de abril de 2013).
2014	Acordo de Cooperação Acadêmica com a <i>Universidad Nacional de Colombia</i> (UNAL), possibilitando pesquisa conjunta, realização de mobilidade estudantil e estágios, além de Termo de Cooperação com o Centro Internacional de Métodos Numéricos em Engenharia (CIMNE) com possibilidade de capacitação para servidores e alunos.
2014	Primeira consulta à comunidade do IFRO para eleição dos cargos de Reitor do IFRO. Neste ano também foram escolhidos os Diretores-Gerais dos <i>Campi</i> de Colorado do Oeste e Ji-Paraná;
2015	Protocolo de Intenções assinado com os Institutos Politécnicos de Bragança (IPB) e do Porto (IPP) em Portugal, com realização de mobilidade estudantil e estágios.
2015	Mudança do <i>Campus</i> Porto Velho Calama para o novo prédio: 17 salas de aulas, 32 laboratórios, 1 auditório grande, 2 mini auditórios, restaurante e área de convivência, 1 biblioteca grande, salas administrativas para todos os departamentos e estacionamento pavimentado.

2016	Ato autorizativo dos <i>Campi</i> Guajará-Mirim e Jaru (Avançado), ambos por meio da Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016. Guajará-Mirim foi idealizado desde 2009 para um perfil binacional.
	Firmado, em agosto, Termo de Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni, que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão.
2017	Realização da cerimônia de inauguração da primeira etapa do <i>Campus</i> Avançado Jaru no dia 12 de maio de 2017, com presença do Ministro da Educação, José Mendonça Filho;
	Início dos cursos de Engenharia de Controle e Automação (Porto Velho Calama), Arquitetura e Urbanismo (Vilhena), Licenciatura em Ciências (Guajará-Mirim), Zootecnia (Cacoal e Colorado do Oeste) e curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (Porto Velho Zona Norte).
	A tipologia do <i>Campus</i> Avançado Jaru foi alterada para <i>Campus</i> Jaru, conforme <u>Portaria MEC nº 1.053, de 5 de setembro de 2017</u> .

Fonte: PDI 2018-2022 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Ano 2018

2. VISÃO GERAL

2.1. FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

De acordo com a Lei 11.892/2008, o Instituto Federal de Rondônia tem por finalidades:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

São competências do IFRO:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

- d. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

2.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

- I. Lei 11.892/2008 – Cria a Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia.
- II. Resolução nº 55/CONSUP/IFRO, de 11 de dezembro de 2014 – PDI 2014- 2018.
- III. Resolução nº 61/CONSUP/IFRO, de 18 de dezembro de 2015- Estatuto do IFRO
- IV. Resolução nº 18/CONSUP/IFRO, de abril de 2016 –Regimento interno do Colégio de Dirigentes (CODIR)
- V. Resolução nº 51/COSNUP/IFRO, de 12 de julho de 2016 – Regimento interno do *Campus* Ariquemes
- VI. Resolução nº 52/CONSUP/IFRO, de 12 de julho de 2016 - Regimento interno do *Campus* Cacoal
- VII. Resolução nº 53/CONSUP/IFRO, de 12 de julho de 2016 - Regimento interno do *Campus* Colorado do Oeste
- VIII. Resolução nº 54/CONSUP/IFRO, de 12 de julho de 2016 - Regimento interno do *Campus* Guajará-Mirim
- IX. Resolução nº 55/CONSUP/IFRO, de 12 de julho de 2016 - Regimento interno do *Campus* Ji-Paraná
- X. Resolução nº 56/CONSUP/IFRO, de 12 de julho de 2016 - Regimento interno do *Campus* Porto Velho Calama

- XI. Resolução nº 57/CONSUP/IFRO, de 12 de julho de 2016 - Regimento interno do *Campus* Vilhena
- XII. Resolução nº 58/CONSUP/IFRO, de 12 de julho de 2016 - Regimento interno do *Campus* Porto Velho Zona Norte
- XIII. Resolução/CONSUP/IFRO no 07/2011 – Política de Capacitação dos Servidores
- XIV. Resolução nº 19/CONSUP/IFRO/2011 - Política de Assistência Estudantil (PAE)
- XV. Resolução nº 65/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2015- Regimento Geral do IFRO
- XVI. Resolução nº 26/CONSUP/IFRO/2011 - Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica
- XVII. Resolução nº 27/CONSUP/IFRO/2011 - Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.
- XVIII. Resolução nº 52/CONSUP/IFRO/2012 - Regimento do Conselho Superior do IFRO
- XIX. Portaria nº 2.181, de 21 de novembro de 2016 – Institui, em caráter experimental, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos do IFRO.
- XX. Resolução nº 88/CONSUP/IFRO/2016, de 26 de dezembro de 2016 - Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio
- XXI. Resolução nº 87/CONSUP/IFRO, de 30 de dezembro de 2016 - Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação
- XXII. Resolução nº 86/CONSUP/IFRO/2016, de 26 de dezembro de 2016 - Regulamento de Concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências RSC
- XXIII. Resolução nº 85/COSNUP/IFRO, de 19 de dezembro de 2016 - Regulamento Geral da Rede de Incubadoras de Empresas
- XXIV. Resolução nº 81/CONSUP/IFRO/2016, de 26 de dezembro de 2016 - Regulamento das Empresas Juniores

- XXV. Resolução nº 79/CONSUP/IFRO/2016, de 27 de dezembro de 2016 - Regulamento de Estágio dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação
- XXVI. Resolução nº 74/CONSUP/IFRO, de 21 de novembro de 2016 – Homologação da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - FACTO- como fundação de apoio do IFRO
- XXVII. Resolução nº 73/CONSUP/IFRO, de 16 de novembro de 2016 - Regulamento das Relações entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO e as Fundações de Apoio.
- XXVIII. Resolução nº 72/CONSUP/IFRO/2016, de 28 de dezembro de 2016 - Regulamento para emissão das carteiras de identificação estudantil
- XXIX. Resolução nº 71/CONSUP/IFRO/2016, de 28 de setembro de 2016 - Regulamento para o ingresso de discentes nos Cursos Técnicos e Superiores e a reserva de vagas
- XXX. Resolução nº 70/CONSUP/IFRO/2016, de 28 de setembro de 2016 - Regulamento do Centro de Idiomas
- XXXI. Resolução nº 69/CONSUP/IFRO/2016, de 21 de setembro de 2016 - Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- XXXII. Resolução nº 63/CONSUP/IFRO/2016, de 15 de julho de 2016 - Diretrizes para a elaboração do Calendário Acadêmico Unificado e Calendários Acadêmicos dos *campi*
- XXXIII. Resolução nº 43/CONSUP/IFRO/2016, de 13 de junho de 2016 - Regimento da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos
- XXXIV. Resolução nº 42/CONSUP/IFRO/2016, de 13 de junho de 2016 - Regulamento das Atribuições e Competências do Técnico-Administrativo em Educação do Cargo de Assistente de Aluno
- XXXV. Resolução nº 08/CONSUP/IFRO/2011 – Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA.
- XXXVI. Resolução nº 11/CONSUP/IFRO/2011 – Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

- XXXVII. Resolução nº 75/CONSUP/IFRO, de 24 de novembro de 2016 - Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP
- XXXVIII. Resolução nº 20/CONSUP/IFRO/2011 – Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE)
- XXXIX. Resolução nº 29/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2011 – Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)
- XL. Resolução nº 30/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2011 - Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNES) do IFRO.
- XLI. Resolução nº 97/CONSUP/IFRO, de 30 de dezembro de 2016 - Regulamento de Elaboração e Reformulação de Projetos Pedagógicos e de Suspensão Temporária e Extinção de Cursos
- XLII. Resolução nº 08/CONSUP/IFRO, de 08 de maio de 2015 - Regulamento da Política de Pós-Graduação
- XLIII. Resolução nº 42/CONSUP/IFRO, de 25 de setembro de 2015 - Manual de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO
- XLIV. Resolução nº 39/CONSUP/IFRO, de 03 de setembro de 2015 - Regulamento de Revalidação de Diplomas ou Certificações em Cursos Técnicos e Tecnológicos
- XLV. Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 06 de agosto de 2015 - Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
- XLVI. Resolução nº 26/CONSUP/IFRO, de 22 de julho de 2015 - Regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa-PIP
- XLVII. Resolução nº 25/CONSUP/IFRO, de 10 de julho de 2015 - Regulamento de Organização Administrativa das ações da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO.

- XLVIII. Resolução nº 23/CONSUP/IFRO, de 09 de julho de 2015 - Regulamento de concessão de bolsas de pesquisa, extensão, desenvolvimento, inovação, intercâmbio e taxa de bancada
- XLIX. Resolução nº 22/CONSUP/IFRO/2016, de 06 de julho de 2015 – Política de Desenvolvimento de Coleções
- L. Resolução nº 21/CONSUP/IFRO, de 06 de julho de 2015 – Regulamento de Funcionamento de Bibliotecas
- LI. Resolução nº 16/CONSUP/IFRO, de 03 de julho de 2015 - Regulamento dos Grupos de Pesquisa
- LII. Resolução nº 15/CONSUP/IFRO, de 03 de julho de 2015 - Regimento da Auditoria Interna
- LIII. Resolução nº 14/CONSUP/IFRO, de 02 de julho de 2015 - Regulamento de Mobilidade Estudantil
- LIV. Resolução nº 01/CONSUP/IFRO, de 09 de janeiro de 2017- Dispõe sobre o Regulamento Disciplinar Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.
- LV. Resolução nº 02/CONSUP/IFRO, de 19 de janeiro de 2017- Dispõe sobre o Regulamento de Promoção para Classe de Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
- LVI. Resolução nº 03/CONSUP/IFRO, de 12 de janeiro de 2017- Dispõe sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2016-2018 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia IFRO.
- LVII. Resolução nº 04/CONSUP/IFRO, de 19 de janeiro de 2017- Dispõe sobre a aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna 2017 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
- LVIII. Resolução nº 05/CONSUP/IFRO, de 20 de janeiro de 2017- Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de concessão de bolsas de apoio a programas de EaD no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

- LIX. Resolução nº 06/CONSUP/IFRO, de 06 de fevereiro de 2017- Dispõe sobre a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Ambiental – *Campus* Porto Velho Calama do IFRO.
- LX. Resolução nº 07/CONSUP/IFRO, de 07 de fevereiro de 2017- Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho Calama.
- LXI. Resolução nº 08/CONSUP/IFRO, de 07 de fevereiro de 2017- Dispõe sobre a Criação do Curso e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho Calama do IFRO.
- LXII. Resolução nº 09/CONSUP/IFRO, de 08 de fevereiro de 2017- Dispõe sobre a Criação do Curso e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, *Campus* Porto Velho Calama.
- LXIII. Resolução nº 10/CONSUP/IFRO, de 08 de fevereiro de 2017- Dispõe sobre a Criação do Curso e Autorização de Funcionamento do Curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, *Campus* Porto Velho Calama.
- LXIV. Resolução nº 11/CONSUP/IFRO, de 09 de fevereiro de 2017- Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos Técnicos de Nível Médio e dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.
- LXV. Resolução nº 12/CONSUP/IFRO, de 13 de fevereiro de 2017- Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Colorado do Oeste.
- LXVI. Resolução nº 13/CONSUP/IFRO, de 13 de fevereiro de 2017- Dispõe sobre a Revogação das Resoluções nº 12/CONSUP/IFRO/2013 e nº 34/CONSUP/IFRO/2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

LXVII. Resolução nº 15/CONSUP/IFRO, de 15 de março de 2017- Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Porto Velho Calama.

LXVIII. Resolução nº 16/CONSUP/IFRO, de 28 de março de 2017- Dispõe sobre a Criação do Curso e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Ariquemes.

LXIX. Resolução nº 17/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2017- Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Porto Velho Calama.

LXX. Resolução nº 18/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2017- Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Bacharelado em Zootecnia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Colorado do Oeste.

LXXI. Resolução nº 19/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2017- Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Bacharelado em Zootecnia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Cacoal.

LXXII. Resolução nº 20/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2017- Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Vilhena.

LXXIII. Resolução nº 21/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte.

LXXIV. Resolução nº 22/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso de

Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO, *Campus Ji-Paraná*.

LXXV. Resolução nº 23/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso de Licenciatura em Ciências com Habilitação em Química ou Biologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO, *Campus Guajará-Mirim*.

LXXVI. Resolução nº 24/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Biotecnologia Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus Guajará-Mirim*.

LXXVII. Resolução nº 25/CONSUP/IFRO, de 10 de abril de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus Ariquemes*.

LXXVIII. Resolução nº 26/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Aquicultura Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus Ariquemes*.

LXXIX. Resolução nº 27/CONSUP/IFRO, de 05 de abril de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO/*Campus Cacoal*.

LXXX. Resolução nº 28/CONSUP/IFRO, de 10 de abril de 2017 - Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 33/CONSUP/IFRO/2010 – Anexo I - Tabela de Percentuais da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

LXXXI. Resolução nº 29/CONSUP/IFRO, de 10 de abril de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento Geral de Regime da Residência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO

- LXXXII. Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 30 de maio de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Extensão do IFRO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
- LXXXIII. Resolução nº 32/CONSUP/IFRO, de 02 de junho de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão – Exercício 2016 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
- LXXXIV. Resolução nº 33/CONSUP/IFRO, de 02 de junho de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Atividades Docentes - RAD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. (Cargas Horárias dos Itens 06º ao 83º do Anexo I tornado sem efeito pela Resolução nº 39/CONSUP/IFRO/2017)
- LXXXV. Resolução nº 34/CONSUP/IFRO, de 02 de junho de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Edificações Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Porto Velho Calama.
- LXXXVI. Resolução nº 35/CONSUP/IFRO, de 05 de junho de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Superior de Tecnologia (CST) em Gestão Comercial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Porto Velho Zona Norte.
- LXXXVII. Resolução nº 36/CONSUP/IFRO, de 12 de junho de 2017 - Dispõe sobre a Doação de parte do terreno do *Campus* Jaru do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
- LXXXVIII. Resolução nº 37/CONSUP/IFRO, de 18 de julho de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Parametrização do Núcleo Pedagógico das Licenciaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
- LXXXIX. Portaria nº 1.420, de 31 de julho de 2017 - Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI-IFRO) sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos do IFRO, define normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico, e dá outras providências.

XC. Resolução nº 38/CONSUP/IFRO, de 17 de agosto de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

XCI. Resolução nº 39/CONSUP/IFRO, de 17 de agosto de 2017 - Dispõe sobre Tornar sem efeito os itens 06º ao 83º do Anexo I do Regulamento de Atividades Docentes - RAD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

XCII. Resolução nº 40/CONSUP/IFRO, de 17 de agosto de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus Ji-Paraná*.

XCIII. Resolução nº 41/CONSUP/IFRO, de 17 de agosto de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Núcleo de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO.

XCIV. Resolução nº 42/CONSUP/IFRO, de 29 de agosto de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Internacionalização de Pesquisa, Ensino e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO.

XCV. Resolução nº 43/CONSUP/IFRO, de 04 de setembro de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Parcelamento Extrajudicial de Créditos no Âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO.

XCVI. Resolução nº 44/CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

XCVII. Resolução nº 45/CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017 - Dispõe sobre a aprovação da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

XCVIII. Resolução nº 46/CONSUP/IFRO, de 12 de setembro de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Manual das Coordenações de Cursos de Graduação

e de Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

XCIX. Resolução nº 47/CONSUP/IFRO, de 13 de setembro de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regimento da Comissão Interna da Saúde do Servidor Público (CISSP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO.

C. Resolução nº 48/CONSUP/IFRO, de 18 de setembro de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

CI. Resolução nº 49/COSNUP/IFRO, de 06 de outubro de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO.

CII. Resolução nº 50/CONSUP/IFRO, de 06 de outubro de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO

CIII. Resolução nº 51/CONSUP/IFRO, de 11 de outubro de 2017 - Dispõe sobre a autorização para afastamento do País do Reitor Uberlando Tiburtino Leite, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. (*Ad Referendum*)

CIV. Resolução nº 53/CONSUP/IFRO, de 30 de outubro de 2017 - Dispõe sobre a Aprovação da Criação e Autorização de Funcionamento do Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Amazônia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO. (*Ad Referendum* - Ver Resolução nº 68/CONSUP/IFRO/2017)

CV. Resolução nº 54/CONSUP/IFRO, de 30 de outubro de 2017 - *Ad Referendum* Dispõe sobre a Aprovação Regimento Interno do Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Amazônia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO

CVI. Resolução nº 55/CONSUP/IFRO, de 01 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da CPA (Comissão Própria de Avaliação) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

CVII. Resolução nº 56/CONSUP/IFRO, de 19 de dezembro de 2017 – *Ad Referendum* - Dispõe sobre a autorização para afastamento do país e prestação de contas da viagem do magnífico reitor Uberlando Tiburtino Leite do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

CVIII. Resolução nº 57/CONSUP/IFRO, de 19 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus Cacoal*.

CIX. Resolução nº 58/CONSUP/IFRO, de 19 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Bacharelado em Engenharia Civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus Porto Velho Calama*.

CX. Resolução nº 59/CONSUP/IFRO, de 19 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Bacharelado em Engenharia Florestal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus Ji-Paraná*.

CXI. Resolução nº 60/CONSUP/IFRO, de 19 de dezembro de 2017- Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Bacharelado em Agronomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus Ariquemes*.

CXII. Resolução nº 61/CONSUP/IFRO, de 22 de dezembro de 2017- Dispõe sobre a aprovação da Criação e Autorização de Funcionamento do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus Cacoal*.

CXIII. Resolução nº 62/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2017- Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade EJA - Educação de

Jovens e Adultos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Guajará-Mirim.

CXIV. Resolução nº 63/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2017- Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Vilhena.

CXV. Resolução nº 64/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2017- Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Jaru.

CXVI. Resolução nº 65/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2017 -Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Jaru.

CXVII. Resolução nº 66/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Jaru.

CXVIII. Resolução nº 67/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Técnico em Alimentos Concomitante ao Ensino Médio, modalidade EaD (MedioTec) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO – *Campus* Jaru.

CXIX. Resolução nº 68/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre a Aprovação da Criação e Autorização de Funcionamento do Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Amazônia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO.

Tabela 4 - Demonstrativo de unidades em funcionamento

<i>Campus/unidade</i>	Ato Autorizativo	Situação
Ariquemes	Portaria nº 4 de 06/01/2009 e Portaria nº 331 de 24/04/2013.	Em funcionamento
Cacoal	Portaria nº 1.366 de 06/12/2010 e Portaria nº 330 de 24/04/2013	Em Funcionamento
Colorado do Oeste	Lei nº 11.892 de 09/06/2008.	Em funcionamento
Guajará-Mirim	Portaria nº 378, de 09/05/2016	Em funcionamento
Jaru	Portaria MEC nº 1.053 de 5/09/2017	Em funcionamento
Ji-Paraná	Portaria nº 706 de 09/06/2008.	Em Funcionamento
Porto Velho Calama*	Portaria nº 330 de 24/04/2013.	Em funcionamento
Porto Velho Zona Norte	Portaria nº 1.366 de 06/12/2010.	Em funcionamento
Vilhena	Portaria nº 1.170 de 21/09/2010.	Em funcionamento

Fonte: IFRO - Ano 2018

**Campus* indicado como sede do IFRO para processos de Avaliação, Regulação e supervisão em processos institucionais.

2.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O IFRO, nos termos da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, tem a prerrogativa de atuar na educação básica e superior, por meio da oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades do ensino, com cursos organizados em diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimentos. Além disso, desenvolve programas de pesquisa e extensão voltados para a produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo, inovação e transferência de tecnologias com ênfase no desenvolvimento da sociedade regional e na preservação do meio ambiente.

No campo do ensino, o IFRO, por meio da educação presencial e a distância (EaD), atua com a oferta de cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação

profissional, além da educação profissional técnica de nível médio nas formas articulada e subsequente ao ensino médio, de graduação nas áreas tecnológicas, licenciaturas e bacharelado e de pós-graduação. Os cursos, prioritariamente, alinham-se aos perfis dos *campi*, eixos tecnológicos e áreas de conhecimento abrangidos pelo perfil e aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e regionais.

Nos *campi* de perfil agropecuário (Ariquemes, Cacoal e Colorado do Oeste) são ofertados cursos técnicos em Agropecuária, Agroecologia, Alimentos, Aquicultura, cursos superiores de Tecnologia de Agronegócio e Gestão Ambiental, as Licenciaturas em Ciências Biológicas e Matemática, além de bacharelados em Zootecnia e Engenharia Agrônômica. Nos *campi* de perfil industrial (Porto Velho Calama, Ji-Paraná e Vilhena) são ofertados cursos técnicos em Edificações, Eletrotécnica, Eletromecânica e Química, além de cursos de graduação em Engenharia de Controle e Automação e Arquitetura e Urbanismo. O *Campus* Porto Velho Zona Norte, que possui perfil de gestão e negócios oferta os cursos técnicos em Finanças, Administração, Recursos Humanos, Computação Gráfica, Informática para Internet e cursos superiores de Tecnologia em Gestão Pública, Gestão Comercial e Rede de Computadores. O *Campus* Guajará-Mirim tem perfil misto, ofertando curso Técnico de Biotecnologia. A partir de 2019 existe a previsão de ofertar os cursos Técnicos Subsequentes de Análises Clínicas e Enfermagem, e ainda o curso Integrado de Técnico em Farmácia. Também há previsão de ofertar dois novos cursos de Bacharelado, sendo os cursos de Biotecnologia e Sistemas de Informação.

O *Campus* Jaru encontra-se em implantação e em fase de diagnóstico da demanda. Análises dos APLs e estudos preliminares convergem para um perfil agropecuário, com cursos técnicos em Alimentos e Bacharelado em Medicina Veterinária. Atualmente oferta cursos técnicos em Comércio e Segurança do Trabalho.

Cursos técnicos no eixo da informação e comunicação, como Informática e Manutenção e Suporte em Informática, Informática para Internet, Computação Gráfica e Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, também, são ofertados em *campi* de perfil agropecuário e industrial por serem de grande interesse da comunidade e se articularem como todas as áreas de formação. As licenciaturas nas áreas tecnológicas também estão distribuídas nos *campi* em conformidade com seus perfis. Licenciatura em Ciências Biológicas é ofertada nos *Campi* Ariquemes e

Colorado do Oeste, licenciatura em Matemática nos *Campi* Vilhena e Cacoal, licenciatura em Química no *Campus* Ji-Paraná, licenciatura em Física no *Campus* Porto Velho Calama e licenciatura em Ciências com habilitação em Química ou Biologia no *Campus* Guajará-Mirim.

Ainda com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais em todos os níveis de escolaridade, o Instituto desenvolve cursos de especialização *lato sensu*, investe em programas e parcerias para a oferta de cursos de mestrado e doutorado, bem como de formação inicial e continuada de trabalhadores, estes, especialmente por meio das escolas de governo.

Na busca de inovações tecnológicas e difusão de conhecimentos científicos, o IFRO promove pesquisas básicas e aplicadas e apresenta seus resultados em congressos e eventos do gênero, bem como os publica em periódicos e revistas, especialmente em meio eletrônico.

Na extensão, em conformidade com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica e em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, o Instituto atua fortemente na oferta de cursos que atendam as potencialidades dos Arranjos Produtivos Locais, com especial atenção às localidades afastadas dos centros urbanos.

2.4. ORGANOGRAMA

Figura 3 - Organograma



ORGÃO CONSULADOR

- Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD
- Comissão de Ética em Pesquisa – CEP
- Comissão de Ética em Uso de Animais – CEUA
- Comissão Permanente de Defesa da Propriedade Intelectual – CPPR
- Comissão Sistema de Supervisão de Planos de Curso e das Cargas Horárias Administrativas em Educação – CS-POCTAS
- Comissão de Ética
- Comissão Permanente de Avaliação – CPA
- Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTC
- Comissão Permanente de Exames – COMEX

ORGÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

- Pré-Reitoria de Ensino – PROEN
 - Departamento de Desenvolvimento do Ensino – DDE
 - Coordenação de Ensino Técnico – CENFTEC
 - Coordenação de Graduação – CGRAD
 - Departamento de Assessoria e Avaliação – DAA
 - Coordenação de Assistência Estudantil – CAZ
 - Coordenação de Extensão, Inclusão e CEI
 - Coordenação Geral de Registro Acadêmico – CGRA
 - Assessoria de Biblioteca – ASB
- Pré-Reitoria de Extensão – PROEX
 - Departamento de Projetos e Programas de Extensão – DPE
 - Coordenação de Iniciativas Sociais e Proêmicas – COPRO
 - Coordenação de Eventos, Esportes e Cultura – COCE
 - Instituições de Integração Social, Empresas e Sociedade – ISES
- Pré-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação – PROFESP
 - Departamento de Pesquisa, Inovação e DPI
 - Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT
 - Coordenação de Pós-Graduação – COPRO
- Departamento Sistêmico de Educação e Qualidade

ORGÃO DE APOIO À REITORIA

- Chefe de Gabinete – CGAB
 - Coordenação de Planejamento e Análises
 - Assessoria Especial
 - Desempenho
 - Auditoria Interna – AIGINT
 - Procedimentos Padrão (para o IFRO)
 - Assessoria de Comunicação e Eventos – ASCOM
 - Assessoria de Relações Internacionais – ASINT
 - Coordenação de Treinamento e Intercâmbio

ORGÃO DE APOIO AO MÊMO

- Pré-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODI
 - Departamento de Planejamento – DEPPL
 - Departamento de Gestão de Tecnologia da Informação – DGTI
 - Coordenação de Supervisão e Monitoramento – CS
 - Coordenação de Desenvolvimento Institucional – CDI
 - Programa Institucional – PI
- Pré-Reitoria de Administração – PROADM
 - Departamento de Administração – DADM
 - Coordenação Geral de Administração – CGADM
 - Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado – COPAL
 - Coordenação de Contratos e Convênios – COCON
 - Coordenação de Contas e Custos – COCON
 - Departamento de Documentos e Finanças – DDF
 - Coordenação de Finanças – COFIN
 - Coordenação de Controle de Custos – COCON
 - Coordenação de
- Departamento de Engenharia e Infraestrutura – DEINF
 - Coordenação de Projetos de Engenharia – COPE
 - Coordenação de Engenharia e Projetos
- Departamento Sistêmico de Gestão de Pessoas – DSGP
 - Departamento de Administração de Pessoal – DAP
 - Coordenação de Planejamento de Pessoal – COPPL
 - Coordenação de Seleção, Contratação e Admissão – COSE
 - Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação – CODAV
 - Coordenação de Retenção e Saúde – CORSA

Fonte: ASCOM – Ano 2018

A estrutura do atual organograma do Instituto Federal de Rondônia baseia-se no Regimento Geral do IFRO por meio da Resolução nº 65/CONSUP/IFRO, de 29/12/2015 e na Resolução nº 61/CONSUP/IFRO, de 18/12/2015 – que dispõe sobre o Estatuto do IFRO.

2.4.1. Dos Órgãos Colegiados

Tabela 5 - Órgãos Colegiados

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD. Art. 11 ao 13, Regimento Geral	Assessora a Reitoria com a função de fazer a avaliação de desempenho dos docentes, acompanhar a Política de Capacitação do Servidor do Instituto Federal de Rondônia, no que se refere à formação de professores, e supervisionar todos os atos referentes à vida funcional desses servidores.	Carlos Alberto Bosquê Junior	Professor EBTT / Presidente da Comissão	2017
Comissão de Ética em Pesquisa – CEP Art. 17 ao 19, Regimento Geral	É uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa e independente, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).	Giselle Cavalcante Saldanha de Andrade	Professora EBTT / Presidente da Comissão	2017
Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA Art. 20 ao 22, Regimento Geral	É um órgão deliberativo e de assessoramento da Administração Superior do Instituto em matéria normativa e consultiva, nas questões sobre a utilização de animais para o ensino e a pesquisa.	Na forma da portaria nº 2.377/2016	Na forma da portaria nº 2.377/2016	2017
Comitê Permanente de Defesa da Propriedade Intelectual – CPPI Art. 14 ao 16, Regimento Geral	É um órgão colegiado, multidisciplinar, consultivo, deliberativo e operacional de natureza técnico-científica, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IFRO	Giselle Cavalcante Saldanha de Andrade	Professora EBTT / Presidente da Comissão	2017
Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreiras dos	Tem a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do PCCTAE no	Joelson Dias da Silva	Auxiliar de Biblioteca / Presidente da	2017

Cargos Técnico-Administrativos em Educação – CIS-PCCTAE Art. 23 ao 25, Regimento Geral	âmbito do IFRO e propor à Comissão Nacional de Supervisão (CNS) as alterações necessárias para seu aprimoramento.		Comissão	
Comissão de Ética Art. 26 ao 28, Regimento Geral	Tem por missão zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, orientar os servidores para que se conduzam de acordo esses códigos e inspirar o respeito no serviço público.	Juliano Cristhian Silva	Professor EBTT / Presidente da Comissão	2017
Comissão Própria de Avaliação – CPA	A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem por finalidade conduzir e sistematizar os processos de Avaliação Institucional segundo critérios pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, abrangendo a realidade e as diferentes dimensões do IFRO, especialmente as expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Sua composição, competências e funcionamento estão definidos em regimento próprio.	Clayton Ferraz Andrade	Professor EBTT / Presidente da Comissão	2017
Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC	O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) é órgão de caráter consultivo e propositivo dos assuntos inerentes às áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação, tendo sua organização, composição, competências e funcionamento regulados neste Regimento Geral e no seu Regimento Interno	Fábio Mamoré Conde	Analista de TI / Presidente da Comissão	2017
Comissão Permanente de Exames - COPEX	A Comissão Permanente de Exames (COPEX), vinculada à Reitoria, tem a finalidade de aplicar os processos seletivos do	Carla Adriele Ramos Coelho	Assistente em Administração / Presidente da Comissão	2017

	IFRO.			
--	-------	--	--	--

Fonte: IFRO - Ano 2018

2.4.2. Dos órgãos executivos da Administração Geral

Tabela 6 - Dos órgãos executivos da Administração Geral

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Chefia de Gabinete da Reitoria	O Gabinete, dirigido por um chefe nomeado pelo reitor, é o setor responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria	Ariadny Medeiros Ferreira	Jornalista / Chefe de Gabinete	2017
Coordenação de Protocolo e Arquivos	A Coordenação de Protocolos e Arquivos é responsável por coordenar e executar as atividades relativas ao protocolo e arquivo geral da Reitoria	Nivam do Rosário Nascimento	Assistente em Administração / Coordenadora	2017
Assessoria Especial	A Assessoria Especial, realizada por profissional nomeado pelo reitor, é responsável pelas atividades excepcionais demandadas pelo reitor	Carlos Henrique dos Santos Janiana Dantas da Mota	Professor EBTT / Ouvidor Administradora / Procuradoria Federal junto ao IFRO	2017
Auditoria Interna	A Unidade de Auditoria Interna é o setor de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e da probidade dos atos da administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Sua composição, competências e funcionamento estão definidos neste Regimento e em seu Regimento Interno.	Gleiciane Santos Oliveira Xavier de Mesquita	Contadora / Auditora Interna	2017
Assessoria de Comunicação e Eventos	A Assessoria de Comunicação e Eventos (ASCOM), sob a responsabilidade de um assessor nomeado pelo reitor, é o	Janaina Maria Ferri Candéa Saldanha	Programadora Visual / Assessora de Comunicação	2017

	setor que planeja, promove, coordena e avalia as atividades de comunicação social do IFRO, que incluem ações de assessoria de imprensa, publicidade, promoção, eventos, produção gráfica, relações públicas, inclusive no meio digital e eletrônico			
Assessoria de Relações Internacionais	A Assessoria de Relações Internacionais (ARINT), sob a responsabilidade de um profissional nomeado pelo reitor, realiza os serviços de inter-relação entre o IFRO e instituições estrangeiras.	Laura Borges Nogueira	Professora EBTT / Assessora de Relações Internacionais	2017
Pró-Reitoria de Ensino	A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), dirigida por um pró-reitor nomeado pelo reitor, é o setor que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino e de atendimento ao estudante, articuladas à pesquisa e à extensão	Moisés Silva Roza de Sousa	Professor EBTT/ Pró-Reitor de Ensino	2017
Diretoria de Desenvolvimento do Ensino	A Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (DDE) é o setor que analisa as condições de ensino e aprendizagem, instrui os processos educacionais, avalia e emite parecer sobre os projetos de curso, interpreta e divulga as legislações e diretrizes nacionais de ensino, participa da elaboração de normativas internas correspondentes à formação e atendimento acadêmico, planeja ações de intervenção, bem como cumpre as demais demandas internas e externas ao âmbito da Pró-Reitoria de Ensino, nos limites de sua competência. Compõe-se por duas coordenações: de Graduação e do Ensino Técnico.	Silvana Francescon Wandroski	Pedagoga-Área / Diretora	2017
Diretoria de Assuntos Estudantis	A Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) é o setor que se ocupa das atividades relativas a documentações acadêmicas e atendimentos às	Antonio Carlos da Silva Costa de Souza	Professor EBTT / Diretor	2017

	necessidades essenciais dos estudantes, quanto à saúde, condição socioeconômica e outros aspectos relacionados às suas singularidades			
Coordenação Geral de Registros Acadêmicos	A Coordenação Geral de Registros Acadêmicos é o setor que registra diplomas, instrui as coordenações dos <i>campi</i> em relação à expedição de documentos regulares relativos à vida acadêmica dos alunos	Leandro Júnior Pereira	Técnico em Assuntos Educacionais / Coordenador	2017
Assessoria de Bibliotecas	A Assessoria de Bibliotecas é setor que orienta as bibliotecas dos <i>campi</i> para execução dos serviços prestados à comunidade	Cledenice Blackman	Bibliotecária – Documentalista / Assessora	2017
Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROESP), dirigida por um pró-reitor nomeado pelo reitor, é o setor que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa e inovação (integradas ao ensino e à extensão), promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica, bem como instrui a elaboração e aplicação de projetos de curso de pós-graduação.	Gilmar Alves Lima Júnior	Professor EBTT / Pró-Reitor	2017
Diretoria de Pós-Graduação e Inovação	A Diretoria de Pesquisa e Inovação tem como objetivo planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à pesquisa.	Giselle Cavalcante Saldanha de Andrade	Professora EBTT / Diretora	2017
Coordenação de Pós-Graduação	A Coordenação de Pós-Graduação é o setor que tem como objetivo planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à pós-graduação no âmbito do IFRO.	Michele Gomes Noé da Costa	Técnico em Assuntos Educacionais / Coordenadora	2017
Pró-Reitoria de Extensão	A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), dirigida por um pró-reitor nomeado pelo reitor, é o setor que planeja, superintende, coordena,	Maria Goreth de Araújo Reis	Pedagogo-Área / Pró-Reitora	2017

	fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.			
Diretoria de Programas e Projetos de Extensão	A Diretoria de Programas e Projetos de Extensão é o setor que coordena, acompanha e avalia os programas, projetos e ações de extensão, no âmbito do IFRO	Sergio Loss Franzin	Professor EBTT/ Diretor	2017
Pró-Reitoria de Administração	A Pró-Reitoria de Administração (PROAD), dirigida por um pró-reitor nomeado pelo reitor, é o setor que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.	Jéssica Cristina Pereira dos Santos	Contadora / Pró-Reitora	2017
Diretoria de Administração	A Diretoria de Administração (DADM) é o setor que tem como objetivo coordenar, fiscalizar, subsidiar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à área administrativa, patrimonial e de contratações/aquisições da Reitoria.	Hélio Souza de Oliveira	Administrador/ Diretor	2017
Diretoria de Orçamento e Finanças	Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) é o setor responsável por assessorar o Pró-Reitor de Administração na sua área de atuação, bem como planejar, coordenar, orientar e supervisionar, no âmbito do IFRO, a elaboração e execução orçamentária e financeira	Jackson Bezerra Nunes	Professor EBTT / Diretor	2017
Diretoria de Engenharia e Infraestrutura	A Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (DEINF) é o setor responsável pela gestão dos processos de planejamento, projeto, programação, construção e reformas, além da viabilização das obras. Assessora no planejamento, na coordenação, consolidação e acompanhamento do orçamento de investimento do IFRO nas diferentes etapas de implantação dos empreendimentos que inicia na	Miralba Uchoa de Carvalho	Professora EBTT/ Diretora	2017

	solicitação dos diretores-gerais dos <i>campi</i> e se encerra com a realização do inventário físico da obra. Atua no planejamento e a execução do orçamento de investimento, no tocante às obras e serviços de engenharia, no âmbito do IFRO, além de oferecer suporte técnico-administrativo a todas as unidades do IFRO.			
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), dirigida por um pró-reitor nomeado pelo reitor, é o setor executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento do IFRO e a articulação entre as pró-reitorias e os <i>campi</i> .	Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos	Professora EBTT / Pró-Reitora	2017
Diretoria de Planejamento	A Diretoria de Planejamento (DPLAN) está vinculada à Reitoria/Pró-Reitoria Desenvolvimento Institucional é o setor responsável por promover o planejamento institucional, através de ações coordenadas, integradas e orientadas, oferecendo a articulação entre as diversas áreas de atuação, visando o alcance dos objetivos e metas do IFRO.	Leonardo Sousa Araújo	Administrador / Diretor	2017
Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação	A Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) está vinculada à Reitoria/Pró-Reitoria Desenvolvimento Institucional é o setor que planeja, executa, instrui, supervisiona e mantém a funcionalidade das tecnologias da informação e comunicação, com articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão no IFRO e atendimento às necessidades gerais da Reitoria e dos <i>campi</i> no que se refere às suas competências.	Fábio Mamoré Conde	Analista de TI / Diretor	2017
Pesquisadora Institucional	O Pesquisador Institucional (PI) está vinculado à Reitoria/Pró-Reitoria Desenvolvimento Institucional e contará com um Auxiliar Institucional em cada	Rosa Martins Costa Pereira	Técnica em Assuntos Educacionais / Pesquisadora Institucional	2017

	<i>Campus</i> . Caberá ao Pesquisador Institucional ser o interlocutor entre o MEC e o Instituto, sendo responsável pelos dados inseridos nos sistemas de informação do MEC e pelo acompanhamento dos processos de regulamentação da Instituição.			
Diretoria de Gestão de Pessoas	A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) é uma Diretoria Sistêmica e compete a ela planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à área de gestão de pessoas do IFRO	Débora Gonçalves de Lima	Assistente em Administração / Diretora Sistêmica	2017
Diretoria de Educação a Distância	A Diretoria de Educação a Distância (DEaD) é uma Diretoria Sistêmica responsável pelo planejamento, organização e fomento das atividades e políticas do ensino a distância no IFRO. Acompanha a implementação tecnológica, as ações de capacitação de pessoal, a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à modalidade de oferta a distância dos cursos.	Miguel Fabrício Zamberlan	Professor EBTT/ Diretor	2017

Fonte: IFRO - Ano 2018

2.4.3. Dos Campi

Tabela 7 - Dos Campi

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretor-Geral do <i>Campus</i> Ariquemes	Os Diretores-Gerais, escolhidos em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos estudantes regularmente matriculados, serão nomeados pelo reitor na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma	Osvino Schimidt	Professor EBTT / Diretor-Geral de <i>Campus</i>	2017
Diretor-Geral do <i>Campus</i> Cacoal		Davy's Sleman de Negreiros	Professor EBTT / Diretor-Geral de <i>Campus</i>	2017
Diretora-Geral do <i>Campus</i> Colorado do Oeste		Larissa Ferraz Bedôr Jardim	Professor EBTT / Diretora-Geral de <i>Campus</i>	2017
Diretor-Geral do <i>Campus</i> Guajará-		Vagner Schoaba	Professor EBTT / Diretor- Geral	2017

Mirim	recondução. Art. 25 a 27 do Estatuto do IFRO, Resolução CONSUP nº 61/2015.		de <i>Campus</i>	
Diretor-Geral do <i>Campus</i> Jaru		Renato Delmonico	Professor EBTT / Diretor-Geral de <i>Campus</i>	2017
Diretor-Geral do <i>Campus</i> Ji-Paraná		Fernando Antônio Rebouças Sampaio	Professor EBTT / Diretor-Geral de <i>Campus</i>	2017
Diretor-Geral do <i>Campus</i> Porto Velho Calama		Marcos Aparecido Atilés Mateus	Professor EBTT / Diretor- Geral de <i>Campus</i>	2017
Diretor-Geral do <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte		Gilberto Laske	Professor EBTT / Diretor- Geral de <i>Campus</i>	2017
Diretor-Geral do <i>Campus</i> Vilhena		Aremilson Elias de Oliveira	Professor EBTT / Diretor- Geral de <i>Campus</i>	2017

Fonte: IFRO - Ano 2018

2.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

2.5.1. Pró-Reitoria de Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino caracteriza-se por ser um setor que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino e de atendimento ao estudante, articuladas à pesquisa e à extensão. Apóia a consecução do ensino, por meio de diversas ações voltadas para o implemento do processo formativo. Nela há a Diretoria de Desenvolvimento do Ensino e a Diretoria de Assuntos Estudantis, as coordenações de ensino técnico, de graduação, assistência estudantil, de educação inclusiva e de registros acadêmicos, bem como a assessoria de bibliotecas.

Todos esses setores mantêm contato direto com os dos *campi*, a fim de assessorar, em todas as demandas que surgem e que lhes são devidas, e contribuem para que o ensino seja desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos. Além de assessorar os setores ligados ao ensino dos *campi*, a Pró-Reitoria também contribui conceitualmente com a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, no âmbito de sistema Acadêmico e Painel de Indicadores, sobretudo; com a

diretoria de Educação a Distância, enfim, com a Instituição como um todo, participando de comissões multissetoriais e promovendo assessoramento quanto às repostas aos órgãos de controle.

Em 2017, a Pró-Reitoria de Ensino, por meio de suas diretorias, coordenações e assessoria de bibliotecas, desenvolveu não só atividades previstas no Plano Anual de Trabalho, mas também inúmeras outras que impulsionaram o ensino no Instituto Federal de Rondônia. Abaixo, elencam-se atividades realizadas, bem como a descrição sucinta dos resultados e do *status* atual da ação:

- Criação do Regulamento de Certificação de Conhecimentos para dispensa de disciplinas dos cursos técnicos e de graduação;
 - Regulamento já aprovado pelos Conselhos institucionais e em validade a partir de 2018;
- Criação do Regulamento de Aproveitamento de Estudos;
 - Regulamento já aprovado pelos Conselhos institucionais e em validade a partir de 2018;
- Criação de Regulamento de Antecipação de Conclusão de Curso
 - Regulamento já aprovado pelos Conselhos institucionais e em validade a partir de 2018
- Criação da Instrução Normativa PROEN nº 2/2017 com orientações procedimentais para transferência e recondução de alunos nos Cursos Técnicos de Nível Médio e nos Cursos de Graduação
- Criação da Instrução Normativa PROEN nº 3/2017 que Instrui a oferta de Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio na modalidade a distância pelo MedioTec no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
- Criação do Regulamento de Projetos de Ensino;

- Regulamento já aprovado pelos Conselhos institucionais e em validade a partir de 2018;
- Criação da Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO;
 - Regulamento já aprovado pelos Conselhos institucionais e em validade a partir de 2018;
- Criação do Regulamento do Núcleo de Atendimento às pessoas com necessidades específicas – NAPNE.
 - Regulamento já aprovado pelos Conselhos institucionais e em validade a partir de 2018;
- Criação do projeto *Saber Mais*;
 - consiste na gravação de videoaulas a serem disponibilizadas aos alunos com dificuldades.
- Criação do Catálogo Institucional de Formadores do Ensino no IFRO;
 - consistiu em promover capacitação pontual aos servidores pelos próprios servidores do IFRO. Em 2017, foram realizadas capacitações na maioria dos *campi* sobre Ambiente Virtual da Aprendizagem, Metodologias de Ensino, Planos de Ensino e Avaliação da aprendizagem.
- Publicação do Edital de Projetos de Ensino;
 - em 2017, a Pró-Reitoria de Ensino lançou o primeiro edital para seleção de projetos de ensino. Foram selecionados 29 projetos, os quais foram executados nos *campi* de agosto a dezembro de 2017.
- Reformulação do Regulamento de Conselho de Classe, Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Cursos;
 - Regulamento já aprovado pelos Conselhos institucionais e em validade a partir de 2018;

- Reformulação do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil - REPAE;
 - Regulamento já aprovado pelos Conselhos institucionais e em validade a partir de 2018;

- Implantação do PIBID no *Campus Cacoal*;
 - as atividades do programa aconteceram de abril, 2017, a fevereiro de 2018, contemplando alunos do cursos de Licenciatura em Matemática;

- Assessoramento às atividades do PIBID em sete *campi*;
 - as atividades ocorreram entre abril de 2017 e fevereiro de 2018, nos *Campi* Colorado do Oeste, Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes, Porto Velho Calama e Guajará-Mirim, contemplando 131 alunos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Matemática, Física, Química e Ciências em Biologia e Química;

- Assessoramento à implantação de novos cursos, sobretudo na criação dos PPC;

Análise de Projetos Pedagógicos de Cursos em implantação - Cursos Técnicos de Nível Médio:

1. Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente do *Campus Jaru* – aprovado pelo CEPEX;
2. Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente do *Campus Jaru* – aprovado pelo CEPEX;
3. Técnico em Alimentos Integrado do *Campus Jaru* – aprovado pelo CEPEX;
4. Técnico em Segurança do Trabalho Integrado do *Campus Jaru* – devolvido ao *Campus* para adequações;
5. Técnico em Recursos Humanos Concomitante (MedioTec) do *Campus Vilhena* – devolvido ao *Campus* para adequações;

6. Técnico em Alimentos Concomitante (MedioTec) do *Campus* Jaru – aprovado pelo CEPEX;
7. Técnico em Finanças Concomitante (MedioTec) do *Campus* Vilhena – devolvido ao *Campus* para adequações;
8. Técnico em Meio Ambiente Concomitante (MedioTec) do *Campus* Vilhena – devolvido ao *Campus* para adequações;
9. Técnico em Alimentos (MedioTec) do *Campus* Ji-Paraná – devolvido ao *Campus* para adequações;
10. Técnico em Segurança do Trabalho (MedioTec) do *Campus* Ji-Paraná – devolvido ao *Campus* para adequações;
11. Técnico em Eletroeletrônica (MedioTec) do *Campus* Ji-Paraná – devolvido ao *Campus* para adequações.

Análise de Projetos Pedagógicos de Cursos em implantação - Cursos de Graduação

1. Engenharia Agrônômica do *Campus* Ariquemes – aprovado pelo CEPEX
2. Engenharia Florestal do *Campus* Ji-Paraná – aprovado pelo CEPEX
3. Engenharia Civil do *Campus* Porto Velho Calama – aprovado pelo CEPEX
4. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial do *Campus* Porto Velho Zona Norte – aprovado pelo CEPEX
5. Bacharelado em Zootecnia do *Campus* Colorado do Oeste – aprovado pelo CEPEX
6. Bacharelado em Zootecnia do *Campus* Cacoal – aprovado pelo CEPEX

- Assessoramento na reformulação dos PPC dos cursos já ofertados;

Análise de Projetos Pedagógicos de Cursos em reformulação - Cursos Técnicos de Nível Médio:

1. Técnico em Informática Integrado do *Campus* Porto Velho Calama – aprovado pelo CEPEX;

2. Técnico em Informática Integrado do *Campus* Vilhena – aprovado pelo CEPEX;
3. Técnico em Informática Integrado do *Campus* Cacoal – aprovado pelo CEPEX;
4. Técnico em Informática Integrado do *Campus* Ji-Paraná – aprovado pelo CEPEX;
5. Técnico em Informática Concomitante (Pronatec) do *Campus* Porto Velho Calama – aprovado pelo CEPEX;
6. Técnico em Agropecuária Integrado do *Campus* Ariquemes – aprovado pelo CEPEX;
7. Técnico em Agropecuária Integrado do *Campus* Cacoal – devolvido ao *Campus* para adequações;
8. Técnico em Agropecuária Subsequente do *Campus* Cacoal – devolvido ao *Campus* para adequações;
9. Técnico em Agropecuária Integrado do *Campus* Colorado do Oeste – aprovado pelo CEPEX;
10. Técnico em Agroecologia Integrado do *Campus* Cacoal – devolvido ao *Campus* para adequações;
11. Técnico em Alimentos Integrado do *Campus* Ariquemes – aprovado pelo CEPEX;
12. Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado do *Campus* Ariquemes – aprovado pelo CEPEX;
13. Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado do *Campus* Guajará-Mirim – devolvido ao *Campus* para adequações;
14. Técnico em Aquicultura Subsequente do *Campus* Ariquemes – aprovado pelo CEPEX;
15. Técnico em Eletromecânica Subsequente do *Campus* Vilhena (processo de revitalização) – o *Campus* suspendeu a continuidade, para decidirem se o curso poderá ser alterado de Subsequente para Integrado.

Análise de Projetos Pedagógicos de Cursos em reformulação – Cursos de Graduação:

1. Licenciatura em Matemática do *Campus* Vilhena – devolvido ao *Campus* para adequações;
2. Licenciatura em Matemática do *Campus* Cacoal – devolvido ao *Campus* para adequações;
3. Licenciatura em Ciências Biológicas do *Campus* Ariquemes – aprovado pelo CEPEX
4. Licenciatura em Ciências Biológicas do *Campus* Colorado do Oeste – devolvido ao *Campus* para adequações;
5. Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do *Campus* Vilhena – aprovado pelo CEPEX
6. Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do *Campus* Porto Velho Calama (ação não concluída pelo *Campus*)
7. Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do *Campus* Ji-Paraná (ação não concluída pelo *Campus*)
8. Engenharia Agrônômica do *Campus* Colorado do Oeste (ação não concluída pelo *Campus*)

● Assessoramento ao *Campus* Jaru na implantação dos cursos técnicos presenciais

1. Técnico em Comércio Concomitante/Subsequente do *Campus* Jaru – aprovado pelo CEPEX;
2. Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente do *Campus* Jaru – aprovado pelo CEPEX;
3. Técnico em Alimentos Integrado do *Campus* Jaru – aprovado pelo CEPEX;
4. Técnico em Segurança do Trabalho Integrado do *Campus* Jaru – devolvido ao *Campus* para adequações;

● Organização do Encontro das Equipes Dirigentes de Ensino - EEDEN;

- o evento ocorreu em maio de 2017, com a participação de aproximadamente 110 servidores, entre esses diretores de ensino, chefes de departamentos, coordenadores de cursos, coordenadores de registros acadêmicos, coordenadores de bibliotecas, coordenadores de assistência ao educando.

- Organização do E-LÍDERES - Encontro de Lideranças Estudantis;
 - o evento ocorreu em setembro de 2017, no *Campus Ji-Paraná*, e contou com a participação de aproximadamente 110 alunos líderes de turma, presidentes dos Grêmios Estudantis e Centros Acadêmicos.

- Organização do Encontro de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais ligados ao ensino do IFRO;
 - este evento foi realizado em novembro de 2017, no *Campus Ji-Paraná*, com a participação de 30 servidores.

- Organização do I Colóquio de Humanidades e Artes do IFRO;
 - este evento foi realizado em novembro de 2017, no *Campus Ji-Paraná*, com a participação de aproximadamente 80 servidores.

- Organização de capacitação aos Bibliotecários e Auxiliares de Bibliotecas para a operacionalização do Sistema Gnuteca;
 - a capacitação ocorreu na modalidade a Distância, em parceria com a equipe da SOLES. Foram capacitados 21 bibliotecários e auxiliares de bibliotecas.

- Organização, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa e de Extensão do Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão - CONPEX;
 - trata-se do maior evento do IFRO; arquitetada a partir de vários subeventos; ligados à Pró-Reitoria de Ensino, foram a Mostra de Práticas

Exitosas de Ensino, o Seminário de Educação, Inclusão e Diversidade e o Seminário do PIBID.

- Organização do Seminário do INES, em parceria com o Instituto Nacional de Educação de Surdos e outras instituições locais;
 - este evento ocorreu na UNIRON, instituição parceira, e contou com a participação de aproximadamente 400 pessoas. O evento tratou especificamente da inclusão da pessoa surda nos contextos social e educacional.

- Orientação para a consecução dos processos de gestão acadêmica;
 - assessoramento aos *campi* na gestão dos documentos acadêmicos no âmbito do desenvolvimento ensino pela DDE e suas Coordenações e de controle e registro acadêmico dos estudantes pela CGRA.

- Apoio, em parceria com a DGP, à realização cursos de capacitação para os profissionais das equipes de ensino: Docentes e Técnicos em Assuntos Educacionais, Assistentes Sociais;
 - realizaram-se as capacitações para os servidores que gerenciam os recursos da assistência estudantil e para os ligados ao setor de registros acadêmicos.

- Participação nas discussões sobre Educação nos âmbitos municipal, estadual e nacional, participando dos fóruns ligados ao Ensino: FME, FEE, FDE, FORGRAD, respectivamente;

- Realização de visitas técnicas aos *campi* para acompanhamento e orientações na gestão do ensino;
 - Além das visitas realizadas pelo Pró-Reitor, em parceria com os demais pró-reitores, diretores e coordenadores da PROEN foram aos *campi*

assessorar, realizar oficinas, gerenciar criação e reformulação de PPCs, entre outras.

- Acompanhamento semestral dos indicadores de retenção, evasão, êxito, eficiência e eficácia dos discentes do IFRO;
 - essa ação é corriqueira e visa acompanhar, via sistema, os dados/resultados institucionais.

- Orientação aos *campi* no planejamento e execução das ações de Assistência Estudantil e Inclusão;
 - orientação constante, por telefone, e-mail e na emissão de pareceres, aos *campi* no gerenciamento dos recursos da assistência estudantil, a fim de que a concessão de auxílio financeiro aos estudantes seja feita com justiça.

- Supervisão e assessoramento à implementação e execução do Plano Estratégico de Permanência e êxito dos Estudantes nos *campi* - PEPE;
 - em 2017, foram realizadas visitas a todos os *campi*. Foram realizadas reuniões com a Comissão Local, com servidores e com líderes de turmas, com o propósito de fortalecer servidores, setores e ações na expansão da permanência e êxito dos alunos na instituição.

- Realização de diversas ações e atividades:
 - incentivo ao desenvolvimento da cultura para a convivência, a aceitação da diversidade, a eliminação das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais.
 - acompanhamento do desempenho acadêmico de estudantes, em especial dos socioeconomicamente vulneráveis e com necessidades específicas;
 - assessoramento e acompanhamento dos programas desenvolvidos pela política de Assistência Estudantil nos *campi*;
 - apoio a realização de cursos de capacitação pertinentes à assistência estudantil de forma a garantir a qualificação dos servidores e dos serviços prestados pelos setores de assistência ao educando;

- assessoramento aos profissionais e o acompanhamento dos estudantes com necessidades específicas;
- colaboração com os NAPNEs quanto ao acesso às tecnologias assistivas, bem como a estruturação de salas multifuncionais;
- orientação quanto aos procedimentos de emissão de diplomas e certificados conforme regulamentos do IFRO;
- registro dos diplomas encaminhados pelos *campi*;
- coordenação do processo de certificação com base nos resultados do ENCCEJA realizado pelos *campi*;
- Realização de trabalho articulado à Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação – DGTI para implementação do Sistema de Gestão Acadêmica e do Painel de Indicadores;
- assessoramento contínuo às equipes pedagógicas e gestores do ensino na condução e gestão dos processos de ensino-aprendizagem, aproveitamento de estudos, certificação de conhecimentos, migração de matrizes curriculares, antecipação de conclusão de curso, etc
- realização, em parceria com a DGTI, de capacitação dos representantes dos Departamentos de Apoio ao Ensino e das Coordenações de Registros Acadêmicos para análise de equivalência de matrizes curriculares e inserção das informações no Sistema de Gestão Acadêmica;
- participação em encontros pedagógicos dos *campi*;
- orientação procedimental à DEaD e Coordenadores de Curso de MedioTec para utilização do Sistema de Gestão Acadêmica para os Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio EAD ofertados pelo MedioTec;
- Acompanhamento das disponibilizações dos Planos de Ensino e Preenchimento e Fechamento dos Diários de Classe no Sistema de Gestão Acadêmica;
- participação em comissões multissetoriais para a implantação e implementação de ações institucionais;
- assessoramento aos conselhos institucionais na análise de processos no âmbito do desenvolvimento do ensino, assistência estudantil e inclusão educacional;

- implementação do atendimento e a qualidade do serviço prestado na área da Gestão da Informação e das bibliotecas;
- zelo pelo pleno funcionamento do Sistema GNUTECA como forma de democratizar as informações, conhecimento de maneira a possibilitar a visibilidade do acervo das bibliotecas;
- orientação constante à Coordenação de Biblioteca dos *campi* para utilização e efetivação plena do funcionamento do Sistema GNUTECA, a exemplo: catalogação dos títulos, cadastramento de todos os usuários, empréstimo, ou seja, o atendimento de forma automatizada em conjunto com a DGTI e a Solis quando necessário for; bem como na aquisição das bibliografias básicas, complementares e acervo geral para que sejam adquiridas em conformidade as referências indicadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC.

2.5.2. Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Os avanços na área de pesquisa, inovação e pós-graduação são muitos, no entanto os desafios são significativos e consistem em expandir, com qualidade, a oferta de cursos de pós-graduação e as pesquisas desenvolvidas no âmbito da instituição. Nesse contexto, as ações em pesquisa e inovação desenvolvidas na instituição foram direcionadas para seguintes diretrizes: 1) fortalecer a Iniciação científica no IFRO e expandir a participação de servidores e alunos em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; 2) fortalecer os grupos de pesquisa especializados no foco do *Campus* e incentivar à formação de outros grupos; 3) construir, ampliar e fortalecer parcerias com instituições e agências de fomento à pesquisa para o desenvolvimento de ações conjuntas para captação de recursos; 4) ampliar a divulgação dos resultados da pesquisa e inovação; 5) incentivar a participação de servidores em programas de capacitação (cursos especialização, mestrado e doutorado) e 5) ampliar os termos de cooperação com instituições nacionais e internacionais com objetivo de oferta de vagas de mestrado e doutorado para os servidores do IFRO.

2.5.2.1. *Diretoria de Pesquisa e Inovação*

Com o objetivo de consolidar as atividades institucionais de pesquisa e inovação a PROPESP tem fomentado as atividades de pesquisa por meio da concessão de auxílio financeiro aos estudantes (bolsas) e de auxílio financeiro à pesquisa (taxa de bancada), dando, portanto, incentivo e suporte à realização de projetos pelos servidores e alunos.

Em 2017, foram lançados 4 editais de seleção de projetos e bolsistas. Foram selecionados 92 projetos de pesquisa envolvendo 128 bolsistas. Do total de bolsistas: 60 pertencem à modalidade Bolsa de Iniciação Científica no Ensino Médio-PIBIC EM (metade da bolsa paga pelo CNPq e a outra pelo IFRO), 10 bolsistas de Iniciação Científica – PIBIC (todos com bolsas do CNPq), 15 bolsistas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas – PIBIC AF (todos com bolsas do CNPq), 05 bolsistas de Iniciação Tecnológica – PIBITI (todos com bolsa do CNPq), 11 bolsistas de Iniciação Científica no Ensino Médio IC-EM (IFRO), 01 bolsista de Iniciação Científica IC-ES (IFRO) e 26 bolsistas de Iniciação Tecnológica IT-ES (IFRO).

Além das bolsas, os projetos foram contemplados com taxas de bancada (modalidade custeio) com o objetivo de auxiliar nas despesas destinadas ao desenvolvimento dos projetos aprovados. Foi investido um total de R\$184.249,35 em taxas de bancada. Os projetos aprovados se encontram em andamento e o período de vigência se encerrará em setembro de 2018.

No último ano, foram criados doze novos Grupos de Pesquisa na instituição chegando a 36 grupos certificados pela instituição junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os Grupos de Pesquisas estão registrados nas diferentes áreas do conhecimento em que o IFRO possui atuação e em todas as unidades.

Com objetivo apoiar o fortalecimento e a consolidação dos grupos certificados pelo IFRO, foi lançado um edital de fomento por meio de concessão de taxas de bancada na modalidade investimento. Nesse edital, foram contemplados 25 grupos de pesquisa e o valor total investido foi de R\$340.000,00.

A PROPESP também tem incentivado o fomento a participação de servidores e alunos em eventos científicos e tecnológicos com o objetivo de divulgar e

publicar resultados de trabalhos desenvolvidos na Instituição. Portanto, é objetivo do Instituto ampliar a participação dos seus servidores e alunos em atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, de modo a melhorar e consolidar a posição do IFRO junto à comunidade acadêmica e científica, nos âmbitos regional e nacional.

Neste sentido foram publicados editais de incentivo a divulgação e participação de alunos e servidores em eventos científicos, tecnológicos e de inovação, promoção de mobilidade estudantil para realização de atividades de pesquisas além de propiciar a participação de servidores em cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e Pós-Doutorado ou visitas técnicas para fins de atividades de Pesquisa, Ensino ou de Extensão Tecnológica.

Em relação aos alunos, os editais contemplaram um total de 15 alunos selecionados para participação em eventos científicos e tecnológicos. Os alunos, provenientes de 6 *campi* do IFRO, participaram de eventos como a 69^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), II Congresso Internacional das Ciências Agrárias (COINTER) e Congresso Administrar 2017. Na modalidade mobilidade estudantil, foram contemplados 16 alunos cujas atividades foram desenvolvidas nas seguintes instituições: Instituto Federal de Brasília, Instituto Federal da Paraíba, Universidade federal do Acre, Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Paraná.

Os servidores contemplados são lotados nas seguintes unidades: Ariquemes, Cacoal, Calama, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Reitoria, Vilhena e Zona Norte. Os servidores em questão participaram dos seguintes eventos: XVII Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão Tecnológica (México), 62^a Conferência Anual em Magnetismo e Materiais Magnéticos (EUA), Semiedu 2017 Universidade Federal de Mato Grosso, Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia - Porto Alegre, Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, Colóquio Internacional Ciências, saberes e Práticas dos Diálogos entre Mundos Europeus e Americanos. Em relação à participação em Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* e Pós-Doutorado ou Visitas Técnicas para fins de atividades de Pesquisa, Ensino ou de Extensão Tecnológica, os servidores desenvolveram atividades em Instituições como o Instituto Politécnico de

Bragança (Portugal), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (*Campus* Bento Gonçalves), Universidade de Brasília e Universidade Federal de Lavras.

Além de promover a participação de servidores e alunos em eventos científicos e tecnológicos no Brasil e no exterior, PROPESP também tem se empenhado a organizar e realizar eventos técnico/científicos que visam divulgar e popularizar os conhecimentos produzidos na instituição. Nesse sentido, foram organizados os seguintes eventos: V Congresso de Pesquisa Ensino e Extensão do IFRO (CONPEX) e IV Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica, IV Seminário do Programa Institucional de Pesquisa (PIP). Os eventos em questão foram realizados no período de 17 a 20 de outubro de 2017 no *Campus* Porto Velho – Calama.

2.5.2.2. *Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica*

A PROPESP por meio do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) orientou e conduziu a solicitação de registro de Propriedade Industrial, na modalidade patente, de 9 processos junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e outros 5 pedidos de registros de Programas de Computador junto ao mesmo órgão.

Durante o ano de 2017, o IFRO cedeu direito de uso do *software* “Painel de Indicadores” para o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). Em Acordo de Cooperação Técnica assinado, o sistema foi disponibilizado como ferramenta de gestão estratégica para a organização que congrega representação de todas as instituições federais de educação profissional e tecnológica. Dessa forma o NIT/IFRO cumpriu com o planejamento de transferências de tecnologias para a sociedade, como ponto principal da Inovação.

Em parceria com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), o IFRO, através dos NITs de ambas as instituições, submeteram ao INPI, 32 novos pedidos de proteção de propriedade intelectual, sendo uma patente de inovação e outras 31 patentes de modelo de utilidade. Os pedidos estão em análise no INPI são resultados de projetos de pesquisa desenvolvidos com pesquisadores do IFRO e da UNIR.

Em 2017, o NIT intensificou a participação em eventos e cursos com o objetivo de ampliar os conhecimentos da equipe sobre as temáticas relacionadas à

inovação além de divulgar as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Inovação Tecnológica. Nesse sentido, a equipe NIT-IFRO participou de um Workshop de Nivelamento e Curso de Implantação Cerne 1, Curso de Implantação Cerne 2 e da 3ª Conferência de Processos Inovadores na Amazônia. Também foram realizadas reuniões internas entre o NIT reitoria e o NIT dos *campi* e reuniões externas com outras instituições. As reuniões internas têm como objetivo o aprimoramento e a organização das atividades e, no caso das reuniões externas, o objetivo de alinhar parcerias e negociação de produtos desenvolvidos pelo IFRO.

Além disso, o NIT promoveu a IV Mostra de Inovação com o objetivo de expor os resultados dos Pedidos de Propriedade Intelectual em processos de registro de patentes, difundir a cultura da inovação, levar ao conhecimento o portfólio de tecnologias inovadoras e incentivar o estabelecimento de parcerias. Na mostra de 2017 foram apresentados 22 produtos.

2.5.2.3. *Coordenação de Pós-Graduação*

A PROPESP tem lançado continuamente estratégias para o desenvolvimento da oferta de pós-graduação *lato sensu* e parcerias que permitam a realização e qualificação dos servidores em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Desta forma, realizou-se 8 parcerias em 2017 para o desenvolvimento de Doutorado Interinstitucional (Dinter) e Termos de Cooperação para turmas de mestrado e doutorado. As turmas de doutorado foram realizadas em parcerias com a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, *Campus* Ilha Solteira e *Campus* Marília, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares/USP. A oferta de mestrado aos servidores realizou-se em parceria com a Universidade Federal de Rondônia, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares- IPEN/USP e Instituto Politécnico do Porto (Portugal) conforme a seguinte especificação:

- I. DINTER em Agronomia (UNESP/Ilha Solteira);
- II. DINTER em Química de Produtos Naturais (UFRJ);
- III. DINTER em Educação (UNESP/ Marília);

- IV. Termo de Cooperação para Doutorado da REAMEC - Polo UFMT. (Em rede);
- V. Termo de Cooperação para Mestrado com o Instituto de Pesquisas em Energia Nuclear (IPEN)/USP;
- VI. Termo de Cooperação para Doutorado com o Instituto de Pesquisas em Energia Nuclear (IPEN)/USP;
- VII. Termo de Cooperação Instituto Politécnico do Porto para oferta do Mestrado em Assessoria de Administração;
- VIII. Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Rondônia para oferta de Mestrado Profissional em Educação Profissional.

Em 2017 a parcerias atenderam um total de 151 servidores, entre técnicos administrativos e docentes. Cabe destacar que neste mesmo ano, 22 servidores concluíram o curso de Mestrado Profissional em Educação Escolar em parceria com a Universidade Federal de Rondônia, uma nova turma foi iniciada no mesmo ano, com ingresso de 27 servidores para o mesmo programa.

Além das parcerias efetivadas, o IFRO incentiva a qualificação de seus servidores concedendo afastamento aos docentes e técnicos administrativos para realização de cursos de mestrado e doutorado em instituições nacionais e internacionais. A seleção realiza-se via edital. Em 2017, 80 servidores do IFRO estavam em período de afastamento para cursar programa de pós-graduação.

A oferta da Pós-Graduação *lato sensu* tem sido ampliada continuamente pelos *campi* do IFRO. Com o objetivo de atender a verticalização do ensino foram desenvolvidas atividades em cursos de pós-graduação *lato sensu* nas áreas do Ensino de Ciências e Matemática, Informática na Educação e Metodologia do Ensino da Educação Profissional e Tecnológica, que tem entre seus objetivos o aprofundamento de conhecimentos e práticas pedagógicas para licenciaturas e ensino. A verticalização para a área de Gestão Pública foi realizada pelo *Campus* Porto Velho Zona Norte com o início das atividades do Curso de Pós-graduação em Planejamento Estratégico da Gestão Pública. O desenvolvimento de estudos nas áreas ambientais realizou-se nos cursos de Gestão Ambiental e Geoprocessamento Ambiental. Os cursos de pós-

graduação têm selecionado entre 30 a 40 alunos por turma, a descrição dos cursos e *Campus* de oferta consta a seguir:

- I. *Campus* Ariquemes - Informática na Educação;
- II. *Campus* Colorado do Oeste - Geoprocessamento ambiental;
- III. *Campus* Cacoal - Ensino de Ciências e Matemática;
- IV. *Campus* Porto Velho Zona Norte - Planejamento Estratégico na Gestão Pública;
- V. *Campus* Porto Velho Calama - Gestão Ambiental/ Metodologia do Ensino da Educação Profissional e Tecnológica.

No ano de 2017 o IFRO foi aprovado como Instituição Associada para oferta do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, programa em rede ofertado pelos institutos federais, com público alvo de servidores da rede federal e comunidade em geral esta será a primeira turma de curso *stricto sensu* ofertada pelo IFRO.

2.5.3. Pró-Reitoria de Extensão

As atividades de extensão são realizadas por estudantes, servidores e, eventualmente, colaboradores. Elas se caracterizam pelo seu direcionamento prioritário às comunidades externas ao IFRO. Segundo o artigo 3 da Resolução 31, do IFRO (BRASIL, 2017), a extensão é “[...] um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável”. As ações são realizadas pela Pró-Reitoria correspondente e por um Departamento em cada *Campus*, muitas vezes de forma articulada entre aquela e este.

De acordo com o Regimento Geral do IFRO (BRASIL, 2015), artigo 112, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) “[...] é o setor que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais”. É composta por uma Diretoria de Programas e Projetos de Extensão (que envolve a Coordenação de

Integração Social e Produtiva e a Coordenação de Cultura, Esporte e Cidadania) e uma Coordenação de Integração Escola e Sociedade.

O setor é responsável, com os *campi*, pela execução do Programa Nacional de Apoio ao Ensino Técnico e Emprego (com oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Curta Duração) bem como pela Coordenação da Rede de Incubadoras de Rondônia (Redinova), em articulação com o Núcleo de Inovação Tecnológica e parceiros de atendimento às incubadoras.

2.5.3.1. *Ações de Extensão Realizadas de Forma Sistêmica Entre a Pró-Reitoria de Extensão e os campi*

De acordo com o artigo 6º do Regulamento de Extensão do IFRO (BRASIL, 2017), as áreas temáticas das atividades de extensão compreendem “[...] a tecnologia e a produção, os direitos humanos e a justiça, a cultura, a educação, a comunicação, o trabalho, a saúde, o esporte e o meio ambiente”. As modalidades de extensão se desdobram conforme o quadro 1, onde apresentamos as principais ações realizadas durante o ano.

Tabela 8 - Ações de extensão do IFRO realizadas de forma sistêmica durante o ano de 2017

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público-Alvo	Subunidades Responsáveis
Programa	Implantação do Programa Jovem Aprendiz em todos os <i>campi</i>	Programa (emprego e estágio)	Estudantes e Empresas	CIEC/Proex e <i>Campus</i>
Projetos	Elaboração do Projeto de um Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia	Projeto contendo cursos, oficinas, eventos, extensão tecnológica	Produtores rurais de base familiar	DPPEX/Proex e parceiros
	Elaboração do Projeto Reeducação com Boas Práticas, com Curso de Formação Inicial	Cursos, oficinas, eventos	Jovens em liberdade assistida e seus familiares	DPPEX/Proex
	Execução de três editais de incentivo à extensão: para atividades esportivas e artístico-culturais; para práticas empreendedoras;	3 editais; 29 projetos	Estudantes do IFRO; comunidade externa em geral	DPPEX/Proex e <i>Campus</i>

	para projetos de desenvolvimento da vocação às licenciaturas.			
	Execução de um edital de fomento à manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial	1 edital; 2 projetos	Estudantes do IFRO; comunidades dos Territórios da Cidadania	DPPEX/Proex e <i>Campus</i>
	Elaboração do Projeto IFRO na Comunidade, em subsídio ao PDI (a iniciar-se em 2018)	Projeto contendo cursos de extensão, eventos, serviços de extensão e outras atividades	Estudantes e servidores do IFRO; comunidade em geral	Proex
Cursos de Extensão	Oferta dos Cursos Cerne I e Cerne II, de preparação de servidores e comunidade externa para a implantação e gestão de Incubadoras de Empresas	Cursos	Comunidades interna e externa	Proex
Cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada	Desenvolvimento e aplicação do Projeto Empoderamento da Mulher	Projeto, contendo Cursos de Formação Inicial de 160 horas	Mulheres em vulnerabilidade socioeconômica	CISP/DPPEX/Proex e <i>Campus</i>
	Elaboração do Projeto da Escola de Conselhos	Projeto de Formação Continuada	Conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente, em toda a Amazônia Legal, em 2018	CISP/DPPEX/Proex
	Reformulação do Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada	Regulamento reformulado	Estudantes e servidores do IFRO; comunidade em geral	CISP/DPPEX/Proex
Eventos Culturais, Sociais, Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos	Realização dos Jogos do Instituto Federal de Rondônia	Jogos Esportivos do IFRO (JIFRO)	Estudantes e servidores do IFRO; comunidade em geral	CCEC/Proex e <i>Campus</i>
	Participação na etapa regional dos Jogos dos Institutos Federais	Jogos Esportivos dos Institutos Federais (JIF-EN)	Estudantes e servidores do IFRO; comunidade em geral	CCEC/Proex e <i>Campus</i>
	Participação na etapa nacional dos Jogos dos Institutos Federais	Jogos Esportivos dos Institutos Federais (JIF)	Estudantes e servidores do IFRO; comunidade em geral	CCEC/Proex e <i>Campus</i>

	Realização do I <i>Startup Weekend</i> de Rondônia	Evento	Estudantes e servidores do IFRO; empresários; comunidade em geral	Proex e parceiros
	Realização da Feira de Empreendedorismo, Mostra de Extensão, Mostra Cultural e Concurso de Poemas no V Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRO (Conpex)	Eventos	Estudantes e servidores do IFRO; comunidade em geral	Proex e <i>Campus</i>
	Participação no 1º Fórum Rondoniense de Inovação Tecnológica, em colaboração com o Centro de Gestão de Tecnologia e Inovação	Evento	Estudantes e servidores do IFRO; comunidade em geral	Proex/ <i>Campus</i> Porto Velho Calama e CGTI
	Participação no 1º Colóquio de Humanidades e Artes do IFRO	Evento	Estudantes e servidores do IFRO; comunidade em geral	Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão
	Realização do III Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão (Enpex)	Evento	Estudantes e servidores do IFRO; comunidade em geral	Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão
Fomento a Estágio e Emprego	Realização de 13 Termos de Parceria para Concessão de Estágio	Parceria	Estudantes do IFRO; comunidade em geral	CIES/Proex e <i>Campus</i>
	Adoção do Portal da Plataforma Trabalhando.com	Plataforma	Estudantes do IFRO; comunidade em geral	CIES/Proex e <i>Campus</i>
	Realização da Feira de Estágio, Emprego e Negócios	Feira	Comunidades interna e externa	CIES/Proex e <i>Campus</i>
Fomento a Emprego e Renda	Implantação de duas incubadoras	2 Incubadoras de Empresas	Comunidades interna e externa	Redinova/Proex e <i>Campus</i> Porto Velho Calama e Porto Velho Zona Norte
	Pré-Incubação de 7 <i>startups</i> nas Incubadoras do IFRO	7 empreendimentos incubados	Comunidades interna e externa	CISP/DPPEX/Proex e <i>Campi</i> Porto Velho Calama e Porto Velho Zona Norte

Desenvolvimento Tecnológico	Prototipagem e carvão ecológico pelo empreendimento incubado Abaquar	Carvão ecológico	Comunidade externa	Incubadora de Empresas do <i>Campus</i> Porto Velho Calama
	Produção de farinha de inhame pelo empreendimento incubado Ambiental One	Farinha de inhame	Comunidade externa	Incubadora de Empresas do <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte
	Modelagem de um aplicativo de gestão da saúde pelo empreendimento incubado Saúde Agora	Aplicativo de celular	Comunidades interna e externa	Incubadora de Empresas do <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte
	Soluções de eficiência energética para empresas pelo empreendimento incubado Plug	Serviço de automação industrial	Comunidade externa	Incubadora do <i>Campus</i> Porto Velho Calama
	Soluções de eficiência para residências pelo empreendimento incubado Blackout	Aplicativo de controle pelo celular	Comunidades interna e externa	Incubadora do <i>Campus</i> Porto Velho Calama
Visitas Técnicas	Visita ao Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao da Universidade Católica do Rio de Janeiro	Visita técnica	Comunidades interna e externa	DPPEX/Proex
Relações interinstitucionais	Renovação de quatro termos de convênio	Termos renovados	Comunidades interna e externa	CIES/Proex
	Formalização de um termo de cooperação	Termo firmado	Comunidades interna e externa	CIES/Proex
Acompanhamento de Egressos	Elaboração da política de acompanhamento de egressos	Documento (Política)	Egressos do IFRO	CIES/Proex
	Formulação e aplicação de questionário para acompanhamento de egressos	Questionário	Egressos do IFRO	CIES/Proex
Prestação de Serviços	Assessoria para a elaboração do novo Plano do Fundo Constitucional do Norte para Rondônia, junto ao BASA	Plano de Investimento	Produtores rurais, empresários e instituições públicas	DPPEX/Proex

Difusão de Ações de Extensão	Publicação de duas edições do Informativo de Extensão (Infoext)	Informativo de Extensão	Comunidade em geral	CIES/Proex
Pronatec	Oferta de 03 cursos técnicos, 23 cursos FIC (40 turmas)	Cursos	Comunidade em geral	Proex
Redinova	Criação de duas Incubadoras de Empresas	Incubadoras	Comunidades interna e externa	DPPEX/Proex e <i>Campi</i> Porto Velho Calama e Porto Velho Zona Norte
	Pré-Incubação de oito empreendimentos	Pré-Incubação	Comunidade Externa	<i>Campi</i> Porto Velho Calama e Porto Velho Zona Norte
Outros	Regulamentação das atividades de extensão	Regulamento	Estudantes e servidores do IFRO; comunidade externa	Proex
	Regulamentação da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação	Regulamento	Estudantes e servidores do IFRO; comunidade externa	Proex
	Participação em programas de capacitação e eventos internos e externos	Cursos	Servidores do IFRO	Proex
	Participação na pesquisa de demanda regional para a implantação do <i>Campus</i> Guajará-Mirim do IFRO	Relatório de pesquisa de demanda	Servidores e estudantes do IFRO; comunidade externa em geral	DPPEX/Proex, em apoio à Prodin

Fonte: IFRO – Ano 2018.

A implantação do Programa Jovem Aprendiz envolveu todos os preparativos necessários para o seu funcionamento. Incluiu uma parceria com o Ministério do Trabalho para a emissão de 300 carteiras de trabalho durante o V Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRO, os cadastramentos dos *campi* e as orientações para execução. Quatro *campi* já iniciaram no ano a operacionalização do Programa.

A modalidade “projetos” envolve tanto as proposições do IFRO quanto a participação dele em outras propostas, de parceiros. Alguns envolvem a oferta de cursos e foram demonstrados no campo da Formação Inicial e Continuada, como projetos pedagógicos; outros são projetos de extensão voltados para o desenvolvimento de serviços e em articulação com a pesquisa. O Projeto do Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia e Produção Orgânica é apropriado ao Estado de Rondônia, porque grande parte de sua economia é de origem agropecuária e precisa de sustentabilidade ambiental, além da econômica. Espera-se que seja aplicado em 2018, por meio de parceria com órgãos afins, como a Secretaria de Agricultura.

O Projeto Reeducação com Boas Práticas foi apresentado em atendimento ao Edital 1/2017 do Tribunal de Justiça de Rondônia (RONDÔNIA, 2017) e tem por objetivo geral “[...] desenvolver atividades de reeducação com boas práticas para jovens em vulnerabilidade social, em especial aqueles cumpridores de penas e medidas alternativas, incluindo-se os seus familiares”. Prevê a oferta de um Curso de Formação Inicial para os jovens, e palestras e oficinas para eles, seus pais e sociedade em geral.

O Projeto IFRO na Comunidade, em subsídio ao PDI para o período de 2018–2022, envolve as modalidades de Formação Inicial, Formação Continuada, Pesquisa Aplicada, Assessorias, Empreendedorismo, Assistência Técnica, Eventos. Para o ano de 2018, prevê expandir o volume de incubadoras de empresas, de empreendimentos incubados e da extensão tecnológica, com maior aproximação entre o IFRO e os setores produtivos, a fim de se promover desenvolvimento regional. Em 2017, já foram implantadas duas incubadoras e incubadas oito *startups*.

Os editais para fomento a projetos, conforme o item quatro do quadro 1, resultaram em 6 projetos de práticas esportivas, 12 projetos de atividades artístico-culturais, 9 projetos de práticas empreendedoras e 2 projetos de vocação às licenciaturas. Também foram iniciados 2 projetos de manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets).

A participação do IFRO no Projeto Empreendedorismo, Arte e Cultura da Prefeitura de Porto Velho se deu por meio de exposições e venda de produtos dos empreendedores em processo de pré-incubação nas Incubadoras de Empresas dos *Campi* Porto Velho Calama e Porto Velho Zona Norte, bem como foram realizadas

apresentações culturais, divulgação de cursos e serviços, distribuição de informativos de extensão e atendimento à comunidade, por parte da Pró-Reitoria de Extensão e dos *campi*, em palcos e estandes do evento.

Dentre os projetos, destacam-se também os Cursos de Formação Inicial. O Projeto Empoderamento da Mulher, para atendimento a mulheres em vulnerabilidade socioeconômica, contemplou 8 cursos de Formação Inicial com 160 horas de duração, 9 turmas de até 40 alunas cada e 7 municípios (Primavera de Rondônia, São Francisco do Guaporé, Seringueiras, Presidente Médici, Candeias do Jamary, Itapuã do Oeste e Porto Velho). O projeto será replicado em 2018, para novos públicos, cursos e locais.

O Projeto da Escola de Conselhos já foi executado em duas edições, 2014 e 2015, para formação inicial de conselheiros tutelares e do direito da criança e do adolescente no Estado de Rondônia. Foram atendidos 280 conselheiros na primeira edição e 238 na segunda. Em 2017, o projeto foi redimensionado para atender a toda a Amazônia Legal, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, com expectativa de atender até 4.500 conselheiros em 2018.

Os eventos promovidos ou realizados colaborativamente com parceiros, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, são o resultado de atividades de integração entre ensino, pesquisa e extensão no IFRO. Os Jogos do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) consistem em um dos maiores investimentos em formação escolar (esporte, cultura, saúde e cidadania), quanto ao volume de recursos, pessoal envolvido e alcance institucional. Envolve todos os estudantes e servidores da Instituição. É preparativo para as etapas Regional Norte e Nacional dos Jogos dos Institutos Federais, nos quais várias medalhas têm sido alcançadas por nossos alunos.

O Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRO, em sua 5ª edição em 2017, abrangeu diversos subeventos de extensão, a saber: Mostra Cultural (12 exposições com 109 participantes), Mostra de Extensão (35 exposições de 139 autores), Feira do Empreendedorismo (15 exposições de 30 participantes) e Concurso de Poemas (aberto a todos os estudantes e servidores na primeira fase, com 11 finalistas). Conta também com a participação de todos os estudantes e servidores.

O I *Startup Weekend*, realizado no *Campus* Porto Velho Calama, foi uma experiência que intensificou nossas atividades voltadas para o empreendedorismo e

inovação. Participaram estudantes e servidores de todos os *campi*, além da comunidade em geral. Resultaram 10 propostas de empreendimentos que, ao longo de 2017, participaram de outros eventos, promovidos por instituições como o Sebrae. Dentre elas, quatro já estão com modelagem de *startup*.

Os encontros, como o de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Colóquio de Humanidades e Artes foram estratégias de integração de áreas cujos resultados afetam direta e positivamente os resultados de formação profissional, haja vista o envolvimento dos profissionais que trabalham nas respectivas áreas temáticas abordadas. Os encontros foram fundamentais para o compartilhamento de experiências, a análise crítica das atividades e a apresentação de propostas de melhoria da atuação institucional.

A implantação de Incubadoras de Empresas nos *Campus* Porto Velho Calama e Porto Velho Zona Norte, com início das atividades de 8 empreendimentos em pré-incubação, em 2017, faz parte dos investimentos do IFRO para o desenvolvimento tecnológico por meio da extensão. Neste contexto, muitas ações vêm sendo realizadas para a estruturação das incubadoras e o atendimento aos empreendedores.

Foram firmadas 13 parcerias por meio de Termos de Cooperação entre o IFRO e diversas Instituições e Empresas do Estado, proporcionando uma agilidade na captação de vagas de Estágio, que auxilia na complementação do ensino e da aprendizagem e constitui um instrumento de integração entre teoria e prática.

A Plataforma Trabalhando.com, implantada em parceria com a Universia, é um sistema *on-line* denominado “Portal de Empregos” que proporciona o cadastro de currículos de alunos e ex-alunos do IFRO, a fim de que um banco de dados seja organizado para disponibilizar consulta por parte do IFRO, provendo um canal onde empresas possam publicar oportunidades de estágios e/ou empregos aos alunos e ex-alunos.

A disponibilização do Formulário do Egresso visa conhecer a trajetória profissional e a realidade no mundo do trabalho do ex-aluno do curso técnico ou de graduação do IFRO. A política de Acompanhamento de Egressos permite a produção do conhecimento organizacional mediante a avaliação das formações profissionais ofertadas pelo IFRO de forma a indicar a pertinência dos currículos dos cursos às

demandas do setor produtivo e a reorganização e atualização dos processos formativos institucionais, bem como permite subsidiar a criação de novos cursos.

A Pró-Reitoria de Extensão, ao longo de 2017, estendeu os processos de normatização por meio do Regulamento das Atividades de Extensão, do Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada, do Regulamento da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação, da Política de Acompanhamento de Egressos e da Instrução Normativa para registro e geração de indicadores de extensão no IFRO. A Política de Acompanhamento de Egressos começou a ser executada por meio de questionário específico.

O setor ainda participou de diversas outras atividades, propostas pelos *campi*, por outros setores, por parceiros e comunidade. Contribuiu nas pesquisas de demanda regional por ensino, pesquisa e extensão, difundiu seus resultados por meio de informativo próprio (Infoext) e cumpriu suas rotinas, ampliando o número de parcerias.

Além disso, prestou assessoria na elaboração do Plano de Ação do Fundo Constitucional do Norte para Rondônia em 2018, junto ao Banco da Amazônia (Basa) e outros parceiros, por meio da *expertise* de seus servidores no mapeamento de arranjos produtivos, culturais e sociais locais e das condições de produção no Estado.

2.5.3.2. *Gestão do Pronatec*

As Portarias 817 e 1.152, do Ministério da Educação (BRASIL, 2005; 2015) estabelecem diretrizes e normas para a oferta de cursos a distância por meio da Bolsa-Formação, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A Bolsa-Formação é um subsídio de manutenção dos estudantes em vagas gratuitas dos cursos de formação profissional. Seu público prioritário é constituído por estudantes regularmente matriculados nas redes públicas de educação, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, entre outros.

O IFRO atua no âmbito da Bolsa-Formação desde 2011, por meio da oferta de Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), presenciais e a distância. A Bolsa-Formação tem como objetivo expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Os cursos ofertados pela Instituição foram selecionados por uma combinação de esforços e de informações, de acordo com a demanda identificada pelos demandantes nacionais e pelas necessidades apresentadas pela população local, nas áreas do comércio, saúde, educação, indústria e prestação de serviços. No ano de 2017, o IFRO ofertou 3 Cursos Técnicos de Nível Médio e 23 Cursos de Formação Inicial presenciais no âmbito do Programa, totalizando 40 turmas e 908 vagas distribuídas entre os *campi*.

2.5.3.3. *Gestão da Redinova*

A Rede de Incubadora de Empresas em Rondônia (Redinova) é um sistema do Instituto Federal de Rondônia composto pelas Incubadoras do Instituto e aberto a outras incubadoras, por meio de parcerias. Sua Coordenação Geral está localizada na Pró-Reitoria de Extensão. Envolve ações desenvolvidas pela própria Instituição e por parceiros.

As primeiras Incubadoras foram implantadas nos *Campi* Porto Velho Calama e Porto Velho Zona Norte, em 2017, com recursos próprios e na modalidade de semirresidência. Foram incubados, no mesmo ano, 8 empreendimentos, dos ramos de alimentação (Tropeiro Mania, Cantina Detox), saúde (Saúde Agora), meio ambiente (Ambiental One), reciclagem (Abaquar), automação residencial (Blackout) e tecnologia automotiva (Jerico Elétrico).

Diversas ações de atendimento aos empreendedores em pré-incubação foram realizadas no ano de referência, incluindo-se mentorias para o plano de negócios, capacitações por meio de palestras e oficinas e assessorias técnicas continuadas no espaço das Incubadoras. Este atendimento foi dado pela Coordenação da Redinova, pela Comissão de Incubadora do *Campus* e pelo respectivo administrador local.

2.5.3.4. Ações de Extensão dos Campi

As ações extensionistas dos nove *campi* do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte e Vilhena) são realizadas sob a orientação dos Departamentos de Extensão, que se organizam, na maioria das unidades, com uma Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade e uma Coordenação de Formação Inicial e Continuada. Elas são desenvolvidas por meio de recursos próprios do IFRO descentralizados ao *Campus* e de subsídios de editais da Pró-Reitoria de Extensão, bem como segundo sua autonomia relativa para propor atividades e investimentos que atendam aos interesses e necessidades do *Campus* e da região onde atuam. As principais atividades de extensão desenvolvidas pelos *campi* do IFRO em 2017 constam no quadro 2.

No *Campus* Cacoal, por meio dos Cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada, foram atendidos cerca de 1.400 alunos, entre indígenas, crianças e mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O Curso “Práticas Discursivas da Amazônia”, por exemplo, foi desenvolvido em 11 escolas do Município de Cacoal e uma comunidade indígena, totalizando 165 horas de curso em cada unidade e atendimento a 1.300 alunos.

Tabela 9 - Ações de extensão dos *campi* do IFRO realizadas durante o ano de 2017

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Público-Alvo	Subunidades Responsáveis
Projetos	Desenvolvimento de 34 projetos nas áreas de esporte, ensino, cultura e outras	Projetos aplicados	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Cacoal
	Desenvolvimento de 43 projetos nas áreas de Biologia, Segurança, Manejo de Culturas e Criações, Produção Agropecuária, Música e outras	Projetos aplicados	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Colorado do Oeste
	Desenvolvimento de 15 projetos nas áreas de Saúde, Biotecnologia, Esporte, Cultura e Educação Ambiental	Projetos aplicados	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Guajará-Mirim
	Desenvolvimento de dois projetos, envolvendo esporte e lazer e arte e cultura	Projetos aplicados	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Jaru
	Desenvolvimento de 14 projetos, envolvendo produção cultural,	Projetos aplicados	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Ji-Paraná

	esportes, arte e cultura, elementos químicos e outros temas			
	Desenvolvimento de 13 projetos, envolvendo música, linguagens, matemática, química, ciência, cultura em geral, dentre outros temas	Projetos aplicados	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Porto Velho Calama
	Desenvolvimento de 12 projetos, envolvendo música, empreendedorismo, tecnologias, comunicação via rádio, robótica e outros temas	Projetos aplicados	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte
	Desenvolvimento de 16 projetos, envolvendo matemática, cidadania, esportes, suporte comercial e tecnológico, cultura, equipamento de indústria	Projetos aplicados	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Vilhena
Cursos de Extensão	Aplicação de seis Cursos de Extensão, envolvendo temas ou áreas de formação como interação familiar, linguagem, matemática, informática e política	Cursos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Cacoal
	Aplicação de quatro Cursos de Extensão nas áreas de produção animal, aperfeiçoamento profissional e inglês	Cursos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Colorado do Oeste
	Aplicação de três Cursos de Extensão nas áreas de Libras e Língua Portuguesa	Cursos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Gaujará-Mirim
	Aplicação de nove Cursos de Extensão nas áreas de arte e cultura, música, dança, esportes, linguagens	Cursos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Porto Velho Calama
	Aplicação de Cursos de Extensão em Língua Inglesa e em produção acadêmico-científica	Cursos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte
Cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada	Aplicação de três cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada nas áreas de Libras, música e informática	Cursos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Ariquemes
	Aplicação de três cursos de formação Inicial e de Formação Continuada nas áreas de Música e Corte e Costura	Cursos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Colorado do Oeste
	Aplicação de quatro cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada	Cursos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Cacoal
	Aplicação de quatro cursos nas áreas de Agente Comunitário de Saúde, Agente de Desenvolvimento Socioambiental, Pedreiro de Alvenaria e Informática Básica	Cursos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Gaujará-Mirim
	Aplicação do Curso de Formação Inicial em Auxiliar Financeira	Cursos	Mulheres em vulnerabilidade socioeconômica	<i>Campus</i> Ji-Paraná
	Aplicação de cinco cursos de Formação Inicial em Salgadeira,	Cursos	Mulheres em vulnerabilidade	<i>Campus</i> Porto Velho

	Cuidadora Infantil, Cuidadora de Idoso, Corte e Costura e Auxiliar de Arbitragem de Atletismo		socioeconômica; comunidades interna e externa em geral	Calama
	Aplicação de 10 cursos de Formação Continuada em Informática e em Inglês	Cursos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte
	Oferta de dois cursos de curta duração nas áreas de Construção Civil e Espanhol	Cursos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Vilhena
Visita Técnica	Realização de 13 visitas técnicas a agroindústrias, museus e outras			<i>Campus</i> Cacoal
	Realização de 18 visitas técnicas a empresas, propriedades rurais, entidades de extensão, reservas biológicas e outros espaços	Visitas técnicas	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Colorado do Oeste
	Realização de quatro visitas técnicas a empresas e à Rede de Infraestrutura de Computadores do Tribunal de Contas de Rondônia	Visitas técnicas	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Guajará-Mirim
	Realização de quatro visitas técnicas a instituições e empresas	Visitas técnicas	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Jaru
	Realização de 11 visitas técnicas a instituições e empresas	Visitas técnicas	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Ji-Paraná
	Realização de 21 visitas técnicas a instituições e empresas	Visitas técnicas	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Porto Velho Calama
	Realização de quatro visitas técnicas a instituições públicas e privadas, com foco em infraestrutura tecnológica, logística e produção	Visitas Técnicas	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte
	Realização de 14 visitas técnicas a instituições e empresas	Visitas técnicas	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Vilhena
Visitas Gerenciais	Reunião com Emater local para discutir parcerias em projetos	Visita gerencial	Comunidade externa	<i>Campus</i> Colorado do Oeste
	Visita à instituição Simon Bolivar	Visita gerencial	Comunidade externa	<i>Campus</i> Guajará-Mirim
Eventos Culturais, Sociais, Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos	Realização de Jogos Esportivos Internos no <i>Campus</i> e Dia de Campo	Eventos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Ariquemes
	Realização de três eventos, envolvendo cidadania, cultura popular e atividades da agropecuária	Eventos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Cacoal
	Realização de três eventos sobre as atividades do campo, envolvendo produção de animais e sistemas integrados de produção	Eventos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Colorado do Oeste
	Realização de oito eventos envolvendo esportes, sociedade, estágio e saúde	Eventos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Guajará-Mirim
	Realização de cinco eventos: Festa Junina, Noite Cultural e Semanas Temáticas (meio ambiente, saúde e cidadania)	Eventos	Comunidades interna e externa	<i>Campus</i> Jaru

	Realização de oito eventos sobre desenvolvimento científico e tecnológico, profissões e mercado de trabalho, empreendedorismo e cultura	Eventos	Comunidades interna e externa	<i>Campus Ji-Paraná</i>
	Realização de 16 eventos envolvendo palestras sobre empregabilidade, competição em robótica, festa popular, exposições e outras temáticas	Eventos	Presidiários; comunidades interna e externa em geral	<i>Campus Porto Velho Calama</i>
	Realização de 10 eventos envolvendo desenho, esporte, tecnologias, cultura em geral e educação a distância, dentre outros temas	Eventos	Comunidades interna e externa	<i>Campus Porto Velho Zona Norte</i>
	Realização de 11 eventos envolvendo tecnologias de informática, festas populares, cidadania, cinema, empreendedorismo e outros temas	Eventos	Comunidades interna e externa	<i>Campus Porto Velho Zona Norte</i>
Fomento a Estágio e Emprego	Execução de 47 termos de parceria para estágio	Estágio	Comunidades interna e externa	<i>Campus Ji-Paraná</i>
	Desenvolvimento de estágio e prática profissional supervisionada	Estágio	Comunidades interna e externa	<i>Campus Porto Velho Zona Norte</i>
Relações Interinstitucionais	Estabelecimento de três Termos de Parceria, com a Guarda-Mirim de Colorado do Oeste, com a Faron, de Vilhena, e com empresa Terra Santa Agro, de Nova Mutum, em Rondônia	Termos de Parceria	Comunidade externa	<i>Campus Colorado do Oeste</i>
Prestação de Serviços	Aplicação do teste de proficiência em Língua Inglesa (TOEIC Bridge) para estudantes do Ensino Médio	Teste	Comunidades interna e externa	<i>Campus Guajará-Mirim</i>
	Fabricação de um dispositivo para controle de água nas caixas d'água, em parceria com a Concessionária SAAE	Dispositivo de controle	Comunidade externa	<i>Campus Vilhena</i>

Fonte: IFRO – Ano 2018

No *Campus* Colorado do Oeste, foram institucionalizados vários projetos e ações, dentre os quais alguns tinham foco na extensão apenas e outros correlacionavam ações com ensino e pesquisa. Os projetos envolveram de maneira abrangente e efetiva o público interno do *Campus* Colorado e a comunidade externa, desenvolvendo ações culturais, esportivas, sociais, fomento a estágio e emprego e fortalecimento de arranjos produtivos locais. Por meio de visitas técnicas, visitas gerenciais e realização e participação em eventos a equipe do *Campus* entende que conseguiu manter contato com diversas instituições parceiras, fortalecendo assim os vínculos interinstitucionais.

O *Campus* Guajará-Mirim, embora em fase de implantação recente, desenvolveu importantes atividades de integração, a exemplo dos projetos “*Pentest* na Infraestrutura nas Escolas Estaduais EEFM Simon Bolívar e EE Alkindar Brasil de Arouca” e “Para Gostar de Música: Sensibilização e Iniciação à Linguagem Musical”, em atendimento a demandas específicas de uma região de fronteira e bastante afastada dos grandes centros comerciais do Estado. O empoderamento da comunidade é um dos destaques apresentados pelos *campi* quanto ao desenvolvimento de suas atividades de extensão, envolvendo cursos, eventos, projetos e outras. Destacam também o evento intitulado “Guajará no Meio da Travessia”, que marcou o desfecho das atividades do Centro de Idiomas e proporcionou uma pluralidade de apresentações culturais e científicas.

O *Campus* Jaru é o mais recente e ainda está em fase de implantação, mas também desenvolveu diversas ações contemplando projetos, cursos e eventos, dentre outras ações de extensão. A equipe local destaca que os eventos contribuíram para proporcionar momentos de reflexão sobre diversos temas e que as visitas gerenciais às empresas foram importantes para divulgar a implantação do *Campus* e também captar vagas para o estágio e possíveis visitas técnicas.

O *Campus* Porto Velho Zona Norte é especializado em Educação a Distância em todos os níveis de formação; é responsável pela gestão geral da modalidade, compartilhada com os demais *campi* e polos de apoio. Produz materiais audiovisuais, gera programas e aulas, bem como operacionaliza todas as ações de rotina relativas à modalidade. Também oferece cursos presenciais e outros serviços, nas áreas de Serviços Públicos, Comércio, Administração e Tecnologias. Suas principais ações de extensão realizadas em 2017 são as constantes do quadro 9. Segundo sua equipe, os projetos executados trouxeram resultados positivos para o *Campus* e para a comunidade participante.

Os demais *campi*, de Ariquemes, Ji-Paraná, Porto Velho Calama e Vilhena também desenvolveram uma série de projetos, eventos, cursos, visitas, parcerias, serviços e outras atividades de extensão em atendimento às necessidades da população dos locais onde atuam. As festas culturais, feiras, mostras, dias de campo, fomento ao

estágio, implantação de incubadoras e outras ações são sempre destaque no que se refere à promoção do desenvolvimento.

Juntos, os *Campi* do IFRO aplicaram pelo menos 149 projetos de extensão, 24 Cursos de Extensão, 32 Cursos de Formação Inicial e de Formação Continuada, 89 visitas técnicas e 66 eventos temáticos; firmaram diversos termos de parceria, aplicaram testes de proficiência, desenvolveram soluções tecnológicas, orientaram a criação de startups, fomentaram o empreendedorismo, dentre outras ações. Os Cursos de Formação Inicial e Continuada ofertados pelo *Campus* no ano de 2017 contribuíram para o desenvolvimento geral das ações da Unidade, como nestes casos: o de Libras, por instrumentalizar os professores do *Campus* e da comunidade externa para a educação inclusiva; o de Música, por orientar melhor as atividades de Artes, próprias do currículo dos Cursos Técnicos de Nível Médio; o de Operador de Computador, por estender a formação para além dos cursos regulares da área de Informática.

2.5.3.5. *Considerações Finais*

As ações e atividades de extensão constituem uma das principais prioridades para o desenvolvimento da educação profissional nos Institutos Federais, ao lado do ensino, da pesquisa, do desenvolvimento tecnológico e da difusão de conhecimentos. Devem ser desenvolvidas em integração com o ensino e a pesquisa de forma intensiva. O Instituto Federal de Rondônia tem planejado e monitorado suas ações para a garantia de tal articulação. No ano de 2017, regulamentou as ações de extensão, a oferta dos Cursos de Formação Inicial e Continuada e a curricularização destas ações nos Curso de Graduação, conforme previsão no novo Plano Decenal de Educação para o período de 2014 a 2024, disposto na Lei 13.004 (BRASIL, 2014).

Estas ações e atividades vêm sendo executadas por meio de uma articulação estratégica entre a Pró-Reitoria de Extensão, os *campi* e seus polos de apoio, as instituições parceiras e outros colaboradores. Os programas de estágio, do primeiro emprego por meio do Jovem Aprendiz, assim como as políticas de extensão, como as de acompanhamento de egressos, são executados de forma cada vez mais intensiva para o fim de maior aproximação entre o Instituto Federal, os setores produtivos e a

comunidade. Em 2017, foram mantidas e ampliadas as parcerias de estágio bem como os sistemas colaborativos para maior captação de recursos externos, tal como se deu com o Projeto Empoderamento da Mulher, que contou com o apoio da Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República.

Avançamos ainda em outras frentes, por meio da Formação Inicial e da Formação Continuada, a exemplo da expansão do projeto Escola de Conselhos para a capacitação de conselheiros tutelares e dos direitos das crianças e dos adolescentes em toda a Amazônia Legal a partir de 2018. Esta é uma ação de extensão consolidada desde 2014 e que, em 2017, atingiu este grande nível de expansão. No mesmo ano, elaboramos também o projeto Reeducação com Boas Práticas, em atendimento ao edital do Tribunal de Justiça de Rondônia, para benefício de jovens e liberdade assistida. Desta forma, elevamos ainda mais o nosso fim social de transformação da sociedade por meio da educação e serviços relacionados.

Por meio da extensão, o IFRO tem contribuído também para o desenvolvimento regional, a partir da implantação de incubadoras (que geram emprego e renda), dos editais para projetos de práticas empreendedoras, das assessorias em projetos de financiamento (como o do Fundo Constitucional do Norte, a cargo do Basa) e do planejamento para orientação da economia alternativa, que inclui a apresentação de projetos como o do Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia e Produção Orgânica (com vistas à sustentabilidade econômica e ambiental), ainda não implantado.

Tem-se avançado também no desenvolvimento de ações de extensão tecnológica, especialmente com o planejamento de intervenção produtiva por meio das ações de formação profissional, assistência e assessoria técnica, pesquisa aplicada, promoção do empreendedorismo, difusão do conhecimento e outras, alinhadas objetivamente com o novo Plano de Desenvolvimento Institucional.

As ações de extensão têm contribuído decisivamente para a melhoria do ensino, por permitirem ao estudante a vivência intensiva de situações de aprendizagem que envolvem condições reais de trabalho e a simulação do exercício pleno da cidadania do estudante enquanto profissional. A realização e a participação em eventos de extensão são uma importante estratégia de difusão do conhecimento e de novas aprendizagens, na forma de uma consolidação e sistematização de experiências

compartilhadas. Os Jogos dos Institutos Federais, por exemplo, em suas etapas local, regional e nacional, permitem esse desenvolvimento pleno, crítico e de articulação entre várias áreas e condições de atuação. Destaca-se também o Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão, que constrói o espaço necessário para que o maior número possível de estudantes, servidores e pessoas da comunidade possa participar, envolvendo-se com apresentações construídas a partir de um aprendizado continuado e intensivo.

Os *campi* têm desenvolvido um excelente papel de maior aproximação entre o IFRO, os setores produtivos e a comunidade, por meio de seus cursos e serviços, haja vista que já existem 9 *campi* distribuídos ao longo do Estado e 143 polos de apoio para a interiorização institucional.

Com estas iniciativas de ações extensionistas, o IFRO tem atendido cada vez mais às demandas internas e externas das comunidades que desenvolve e atende, segundo os princípios da Lei 11.892 (BRASIL, 2008), artigos 6º e 7º, e as orientações de gestão, centradas na aprendizagem significativa e na função social dos Institutos. Além disso, tem feito uma eficiente gestão de recursos, comprovada pelo volume e expressão de ações realizadas, muitas das quais por meio de parcerias e captação de recursos externos.

2.5.4. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Tabela 10 - Principais atividades realizadas pela PRODIN

ATIVIDADE	Responsável
Elaboração do Relatório de Gestão 2016	Comissão
Elaboração do Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022	PRODIN/DPLAN
Acompanhamento da Comissão Permanente do Regulamento das Atividades Docentes	PRODIN
Visitas aos <i>campi</i> para elaboração dos Planos Anuais de Trabalho, Fóruns de gestão do PDI, e RAD	PRODIN/DPLAN
Gerenciamento da distribuição de códigos de CD e FG no IFRO	PRODIN
Acompanhamento do Quadro de contratações de servidores efetivos	PRODIN
Acompanhamento dos processos de contratação de professor substituto	PRODIN
Acompanhamento do pagamento de avaliadores externos do Reconhecimento de Saberes e Competências dos Docentes do IFRO	PRODIN
Execução da Concessão de Diárias e Passagens do setor PRODIN	PRODIN
Atendimento as Demandas do e-SIC	PRODIN
Coordenação dos Processos de eleição da CPPD, CEPEX.	PRODIN/DGTI
Cadastro dos Cursos/vagas no Sistema de Seleção Unificada - SiSU	Pesquisador Institucional
Acompanhamento dos Indicadores de Permanência e Êxito	Pesquisador

	Institucional
Cadastrador Parcial; Extrator e Extrator Fita Espelho SIAPE	PRODIN e Pesquisador Institucional
Atividades no SIMEC: cadastro de Docentes no sistema	Pesquisador Institucional
Cadastro de alunos, cursos, servidores e bolsistas no SISTEC;	Pesquisador Institucional
Cadastro de 05 novos cursos superiores no e-Mec	Pesquisador Institucional
Plataforma Nilo Peçanha	Pesquisador Institucional
Cadastro de coordenadores de cursos e atualização de dados no e-Mec;	Pesquisador Institucional
Abertura de protocolos no MEC/INEP sobre temas variados relacionados a novos cursos, ENADE, ENEM, entre outros	Pesquisador Institucional
Coordenação na elaboração do Regulamento da Pesquisa Institucional de Apoio a Gestão	Pesquisador Institucional
Acompanhamento dos Planos Anuais de Trabalho 2017	DPLAN
Orientação para Elaboração dos Planos Anuais de Trabalho do IFRO para 2018	DPLAN
Realização do II Congresso da Estratégia, Comunicação e Tecnologia do IFRO (CONNECT)	DPLAN
Coordenação das atividades do Observatório Diagnóstico Guajará-Mirim	DPLAN
Coordenação atividades do Observatório Diagnóstico Jaru	DPLAN
Visitas técnicas aos <i>campi</i> para realização dos fóruns de gestão do PDI, orientação dos PAT e Observatório)	DPLAN
Visita técnica ao IFSC	DPLAN
Fiscalização do Contrato da Consultoria Planejamento Estratégico e PDI	DPLAN
Implantação do Sistema de Dados Abertos	DGTI
Contratação de equipamentos de <i>datacenter</i> e usuário	DGTI
Gerenciamento do Sistema Eletrônico de Informações – SEI (Atualização SEI para versão 3.6.0)	DGTI
Atualização e Implantação no Sistema SUAP: módulos de Gestão de Pessoas, Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC, Patrimônio, Almoxarifado, Frota, Contratos e Convênios e Pesquisa e Extensão.	DGTI
Desenvolvimento do Aplicativo IFRO Mobile	DGTI
Desenvolvimento da API (Application Programming Interface) de Serviços	DGTI
Desenvolvimento do Sistema de Processo Seletivo	DGTI
Sistema Acadêmico (SGA, Portal de Aluno)	DGTI
Gerenciamento do Painel de Indicadores	DGTI
Gerenciamento do sistema do Registro da Atividade Docente (RAD)	DGTI
Desenvolvimento de Sistemas	DGTI
Atividades de atendimento e suporte ao usuário	DGTI
Monitoramento da Infraestrutura de rede e <i>datacenter</i>	DGTI
Fiscalização de Contratos com fornecedores: Telefonia, Internet e <i>Link</i> ponto a ponto	DGTI
Monitoramento de Segurança do <i>Firewall</i>	DGTI
Documentos Institucionais: 1- Formulário de Acessibilidade Digital – FAD; 2- Plano de Dados Abertos. 3- Plano de Governança Digital. 4- Minuta da Política de Segurança da Informação.	DGTI
Realização/Participação em eventos institucionais: ● ENPEX. ● EDEN.	DGTI

<ul style="list-style-type: none"> ● CONECT. ● Treinamento Migração e Equivalência de Matrizes. ● Treinamento SEI Administrar e SEI Implantar (ENAP/Brasília) . ● Treinamento SEI para REITORIA. 	
Promoção de Capacitações: <ul style="list-style-type: none"> ● Capacitação SGA. ● Capacitação sobre Matriz/Equivalência. ● Utilização do sistema para o RAD. ● Comissão de Avaliação Especial de Desempenho - utilização do SEI. ● Capacitação do Módulo RSC do SUAP para a CPPD. 	DGTI
Comissões temporárias <ul style="list-style-type: none"> ● Eleição CEPEX. ● Eleição CPPD - duas. ● Eleição CPA. ● Eleição CONSUP. ● Comissão de Estágio Probatório. ● Comissão de acessibilidade ● Comissão de avaliação de Processo Seletivo. ● Comissão de recebimento de equipamento de TI. ● Equipe de apoio de contratação de equipamentos de TI. ● Eleição CISSP (Comissão Interna de Saúde do Servidor Público) ● PAC (Plano Anual de Capacitação) ● CISEI (Comissão de Implantação do sistema SEI) 	DGTI

Fonte: IFRO - Ano 2018

Sistemas Disponíveis em 2017 (CDSIS/DGTI):

- I. Painel de Indicadores
- II. Sistema Eletrônico de Informação (SEI)
- III. Sistema de Permissões (SIP)
- IV. Portal do Aluno
- V. Portal do Professor
- VI. Sistema de Gestão Acadêmica (ARI)
- VII. Sistema de Gestão Acadêmica (CAC)
- VIII. Sistema de Gestão Acadêmica (COL)
- IX. Sistema de Gestão Acadêmica (JARU)
- X. Sistema de Gestão Acadêmica (JIPA)
- XI. Sistema de Gestão Acadêmica (GUA)
- XII. Sistema de Gestão Acadêmica (CAL)
- XIII. Sistema de Gestão Acadêmica (ZN)
- XIV. Sistema de Gestão Acadêmica (VIL)
- XV. Sistema Virtual - Moodle (ARI)

- XXVI. Sistema Virtual - Moodle (CAC)
- XXVII. Sistema Virtual - Moodle (GUA)
- XXVIII. Sistema Virtual - Moodle (GU)
- XIX. Sistema Virtual - Moodle (JARU)
- XX. Sistema Virtual - Moodle (CAL)
- XXI. Sistema Virtual - Moodle (ZN)
- XXII. Sistema Virtual - Moodle (VIL)
- XXIII. Sistema de Amb.Virtual de Aprend. (EAD)
- XXIV. Sistema de Biblioteca (Gnuteca)
- XXV. Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
- XXVI. Sistema Unificado de Adm.Pública (SUAP)
- XXVII. Sistema de Planejamento (Redmine)
- XXVIII. Sistema de Projetos (Redmine)
- XXIX. Sistema de Registro de Chamados
- XXX. Sistema de Monitoramento (Zabbix)
- XXXI. Portal do IFRO
- XXXII. Portal de Seleção (PS)
- XXXIII. Sistema de Serviço de arquivos
- XXXIV. Sistema de Votação (Hélios)
- XXXV. Sistema de Gerenciamento de Versões
- XXXVI. Serviço EDUROAM
- XXXVII. Gerenciamento de IPs - DGTI/CGTI - IFRO
- XXXVIII. Controle de Avaliação de Desempenho
- XXXIX. Revista eletrônica
- XL. Sistema de Registro de Atividade Docente
- XLI. Sistema de Formulários
- XLII. Portal Comissão Própria de Avaliação (CPA)
- XLIII. Portal do Plano de Desenv. Institucional
- XLIV. Portal de Relatório de Gestão
- XLV. Portal Consulta à Comunidade IFRO
- XLVI. Portal do Desafio de Tecnologia e Inovação

- XLVII. Portal da Revista EDUTEC
- XLVIII. Portal da Comissão de Ética do IFRO
- XLIX. Portal de Eventos IFRO
- L. Portal de Dados Abertos - IFRO
- LI. Portal da Editora
- LII. Blog do Reitor
- LIII. Documentos - Graduação
- LIV. Sistema de Gestão de Certif. Eletrônicos

2.5.5. Assessoria de Relações Internacionais

Tabela 11 - Macroprocessos - Assessoria de Relações Internacionais

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Internacionalização	Apoio às ações de ensino, pesquisa, inovação e extensão desenvolvidas na instituição por meio de ações em parceria com instituições estrangeiras através da Assessoria de Relações Internacionais.	1. Programa de Internacionalização da Pesquisa, Ensino e Extensão – Pipeex	a) alunos e servidores do IFRO, pesquisadores e: 13 alunos e 1 servidora em mobilidade internacional em 2017 b) recebimento de pesquisadores estrangeiros: professora da <i>Universidad Nacional de Colombia</i> – UNAL ofertou capacitação no IFRO para servidores em 2017	Núcleo de Internacionalização do IFRO - NII
		2. Centro de Idiomas	a) alunos e servidores do IFRO e comunidade externa:	Coordenação Geral do Centro de Idiomas e Coordenações dos Centros de

			<p>implantação do centro de idiomas em 7 <i>campi</i></p> <p>b) alunos e professores da <i>Universidad Autónoma del Beni</i> (parceira do IFRO) e de representantes de outras instituições de Guayaramerín – Bolívia: oferta de curso de português para estrangeiros</p>	Idiomas nos <i>campi</i>
		3. Assinatura de acordos internacionais	a) Acordo de Cooperação Internacional firmado com o Instituto Politécnico do Porto (Portugal)	Assessoria de Relações Internacionais
		4. Implementação de programas do governo federal	<p>a) Adesão ao Programa Idiomas sem Fronteiras – Edital nº 100/MEC (SESu/SETEC)</p> <p>b) Aplicação do exame de proficiência em língua inglesa (TOEIC BRIDGE) em 8 <i>campi</i> pelo Programa Idiomas sem Fronteiras</p>	Assessoria de Relações Internacionais

Fonte: ARINT – Ano 2018

2.5.6. Diretoria de Gestão de Pessoas

Em análise ao PDI 2014 a 2018, identificamos o alcance de vários dos objetivos propostos, vejamos:

- I. Ampliamos a oferta de curso de capacitação na modalidade *In Company*, através de parcerias com a ESAF e ENAP;
- II. Fortalecemos os conceitos de capacitação, através de realização de reuniões com as comissões das unidades responsáveis pela elaboração do Plano Anual de Capacitação;
- III. Fomentamos a transmissão de conhecimento entre os atores internos da instituição, através da utilização de editais de multiplicadores;
- IV. Foi implantada a Coordenação de Atenção a Saúde e Qualidade de Vida, contudo para o desenvolvimento dos trabalhos ainda é necessário o fortalecimento de uma equipe multiprofissional;
- V. Iniciamos a realização dos Exames Periódicos em 2017;
- VI. Adotamos o SUAP como ferramenta de gestão para coleta de dados de informação de pessoal;

E, além disso, ampliamos as oportunidades de movimentação interna de pessoal, através de Editais simplificados de remoção, para todas as vagas disponíveis no âmbito do IFRO.

2.5.7. Assessoria de Comunicação

A comunicação organizacional do Instituto Federal de Rondônia, por meio da Assessoria de Comunicação e Eventos (ASCOM), atua no papel de criar, fortalecer, difundir e intermediar, caso haja necessidade, a imagem da instituição junto aos *stakeholders*. Suas produções são voltadas às áreas de Jornalismo, Programação Visual, Relações Públicas, Revisão Textual e Publicações de documentos oficiais nos portais IFRO e Seleção. Nestes segmentos são elaboradas ações, projetos, atividades e produtos com o objetivo de divulgar, atender e interagir com os diversos públicos do IFRO, seja ele interno ou externo.

A Assessoria de Comunicação e Eventos, com essa proposta, visa que tais informações contribuam decisivamente para o aperfeiçoamento de processos, produtos e serviços de comunicação desenvolvidos dentro do IFRO.

2.5.7.1. *Canais de Comunicação Oficiais*

Newsletter InterCampus - Comunicação destinada aos públicos interno e externo, realizada por meio das edições semanais do informativo com um formato de notícias breves e recentes que se encontra no sexto ano de publicação;

Portal institucional – Produção de matérias, editais das Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Chefia de Gabinete, manuais técnicos e publicações que são disponibilizadas aos alunos, servidores, professores, candidatos aos concursos e processos seletivos e a imprensa.

Mídias sociais - *Facebook, Twitter e Instagram* - Diariamente são postados no *Facebook*, notícias de interesse dos discentes e servidores, chamamentos e avisos aos futuros candidatos dos cursos técnicos integrados, subsequentes, concomitantes e EaD, e ainda, dos cursos tecnológicos e de graduação, fotos dos eventos de colação de grau, da modernização da infraestrutura dos *campi*, imagens das atividades cotidianas nas unidades, matérias sobre publicação de teses e projetos desenvolvidos em parcerias com outros estados/países e *posts* sobre datas comemorativas, etc.

Panorama Semanal - Informativo digital com periodicidade semanal, desenvolvido para dar visibilidade às notícias publicadas no portal do IFRO.

No portal do IFRO, estão sendo finalizadas as páginas dedicadas aos *campi*, com informações específicas de interesse de alunos, servidores e comunidade externa, notícias, avisos, calendário acadêmico, cursos ofertados no *Campus* e demais informações.

2.5.7.2. *O Planejamento Estratégico Anual de Comunicação do IFRO*

A análise *SWOT* da ASCOM identificou as principais características do setor e, a partir desse panorama, desenvolveu estratégias para solucionar e ampliar a atuação do setor:

- I. Gestão Estratégica da Comunicação;
- II. Relacionamento com os *stakeholders* do IFRO (alunos, docentes, técnicos administrativos, parceiros conveniados, parlamentares, etc.);
- III. Relacionamento com a Mídia;
- IV. Criação da política de comunicação do IFRO;
- V. Valorização da identidade visual institucional;
- VI. Gestão de conteúdo;
- VII. Cerimonial e eventos;
- VIII. Ampliação e sistematização das ações nas mídias sociais;
- IX. Capacitação e treinamento;
- X. Aquisição de equipamentos para suporte ao desenvolvimento de novos produtos;
- XI. Novos produtos de comunicação – revistas e publicações destinados ao público interno;
- XII. Sustentabilidade;

Durante o ano de 2017, as principais ações e produções da Ascom foram:

- I. Criação e alimentação das Páginas dos *campi* no Portal IFRO (Ji-Paraná, Cacoal, Colorado do Oeste, PVH Zona Norte, Jaru e Guajará-Mirim);
- II. Criação, alimentação e atualização de informações nas páginas das Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas, Assessorias e Órgãos Colegiados e de Apoio do IFRO;
- III. Criação de Material visual para divulgação no Perfil Institucional na rede social Instagram;
- IV. Criação de identidade visual para o IFRO Mobile;
- V. Criação de Material visual para divulgação no Perfil Institucional na rede social Facebook – Perfil principal - IFRO;

- VI. Criação de Material visual para divulgação no Perfil Institucional na rede social Facebook – Perfis dos *campi* do IFRO;
- VII. Criação da rede social: Flickr – para banco de imagens;
- VIII. Produção de matérias jornalísticas;
- IX. Manutenção/alimentação de conteúdo dos canais de comunicação oficiais do Instituto;
- X. Atendimento destinado às redes sociais para o perfil oficial – Facebook (Reitoria e 09 *campi*), Instagram e Twitter;
- XI. Cobertura fotográfica e audiovisual de eventos e ações de desenvolvimento institucional;
- XII. Fotografia publicitária para Campanha do PSU;
- XIII. Fotografia publicitária para Banco de Imagens;
- XIV. Assessoria de Imprensa;
- XV. Criação do *Clipping* IFRO para comunicação interna;
- XVI. Atualização do *layout* para o informativo eletrônico *Newsletter Intercampi*;
- XVII. Atualização do *layout* do Informativo VOCÊ SABIA?/DGP;
- XVIII. Criação de campanha para os Processos Seletivos do IFRO – PSU e PSS;
- XIX. Criação e atualização da Papelaria institucional;
- XX. Planejamento e organização de eventos institucionais;
- XXI. Cerimonial e protocolo;
- XXII. Assessoramento para fortalecimento de contatos com instituições públicas/privadas e parceiros;
- XXIII. Criação e produção de artes visuais para os canais de comunicação oficiais do Instituto;
- XXIV. Criação e produção de artes visuais/gráficas em suporte as unidades do IFRO;
- XXV. Atendimento das demandas gráficas para os eventos e campanhas institucionais;
- XXVI. Captação de imagens para produção de vídeo institucional;
- XXVII. Criação de roteiros para vídeos institucionais;

- XXVIII. Revisão textual dos conteúdos publicados nos canais institucionais;
- XXIX. Publicação de documentos institucionais no Portal IFRO e Portal Seleção.

2.5.8. Pró – Reitoria de Administração

A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) é o setor responsável pelas tarefas executivas na área administrativa do IFRO, cujas principais atribuições estão vinculadas à execução orçamentária e financeira do Instituto. Como foco central de sua atuação, a PROAD propõe mecanismos organizacionais de gestão orçamentária e financeira, bem como viabiliza as atividades administrativas necessárias para o atendimento das áreas afins da Instituição (Ensino, Pesquisa e Extensão). Além disso, a atuação da PROAD abrange várias áreas essenciais, como: transporte, contratos e convênios, aquisição de materiais e equipamentos, compras e licitações, patrimônio e almoxarifado, finanças e contabilidade, além da gestão das obras e serviços de engenharia.

Nesse contexto, no exercício de 2017 a PROAD aperfeiçoou e otimizou a gestão orçamentária e financeira e a alocação de recursos, através do controle e coordenação do orçamento do IFRO, orientando a todos os gestores quanto a aplicação dos créditos, sendo executado 100% do limite orçamentário disponibilizado para o Instituto. Além disso, foi implantado na Reitoria, como projeto piloto, a execução orçamentária por centro de custos, o que contribuiu para a otimização da gestão orçamentária.

Buscou-se prover o alinhamento entre o planejamento e o orçamento, estreitando as relações entre a PROAD e a PRODIN, bem como gerindo a execução orçamentária do IFRO considerando a relação direta entre o Quadro de Detalhamento de Despesa e o Plano Anual de Trabalho.

Com relação às atividades administrativas, destaca-se que houve melhoria nos procedimentos de elaboração e fiscalização de contratos, aprimoramento na gestão patrimonial e de materiais, através, principalmente, da implantação do Módulo de Patrimônio e Almoxarifado do SUAP, melhorando os fluxos e tornando o controle e as

atividades mais céleres e confiáveis, cadastramento da maior parte dos imóveis do IFRO no SPIUnet e elaboração do manual de utilização dos veículos oficiais da Reitoria.

Os serviços essenciais para funcionamento da instituição (água, luz, telefonia, limpeza, vigilância, combustível, motorista, etc) foram devidamente garantidos e otimizados, bem como foi viabilizada a realização das ações do ensino, pesquisa, extensão, gestão de pessoas, comunicação, relações internacionais e desenvolvimento institucional.

Por fim, promoveu-se a expansão e modernização da infraestrutura física, através, principalmente da supervisão das obras em andamento, que totalizaram a quantidade de 11 obras, no exercício de 2017.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O processo de planejamento adotado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e pela Diretoria de Planejamento no Instituto Federal de Rondônia buscou associar medidas alternativas de registro das informações, análise dos próprios fluxos, compartilhamento das ações, fundamentando o que a proposta de ações entre Pró Reitorias, Diretorias Sistêmicas, Coordenações e demais servidores.

O planejamento é a primeira função do processo administrativo e também é a mais importante, pois ela define qual será o objetivo e o que deverá ser feito para atingi-lo. Sendo assim, planejamento é um conjunto de atividades que se faz antes de agir, analisando as relações da instituição com seu ambiente externo.

O diagnóstico no processo de planejamento exige análise das ameaças e oportunidades, no meio externo à instituição, e das forças e fraquezas, no âmbito interno da instituição, selecionando um ponto de posicionamento que melhor satisfaça as demandas institucionais. Portanto, o processo de planejamento institucional tem início com o diagnóstico da situação atual. Sendo assim, este processo ocorrerá em dois aspectos:

- I. Interno: visa analisar pontos fortes e pontos fracos de um determinado setor;
- II. Externo: pressupõe análise dos fatores ambientais, ou contingências, que influenciam sobre as ações e projetos institucionais, como por exemplo, fatores econômicos, políticos, sociais, entre outros.

Ademais, além de definir a situação atual por meio do diagnóstico, o processo de planejamento deverá definir quais estratégias devem ser desenvolvidas para o atingimento dos objetivos institucionais.

O objetivo do planejamento é proporcionar aos gestores informações fidedignas para a tomada de decisão, de forma que seja possível antecipar os possíveis riscos e o que fazer para evitá-los.

Saber utilizar o planejamento de forma coerente é uma “ferramenta” eficaz para superar essas adversidades que surgem no cotidiano de uma instituição. Assim, será possível direcionar os esforços institucionais, de forma racional, para evitar o desperdício de tempo e recursos cada vez mais escassos.

O bom planejamento evita o imprevisto e o imediatismo na execução das ações. Logo, o desafio da gestão do IFRO é elaborar um planejamento que seja realista com as necessidades institucionais, dos segmentos da comunidade acadêmica e que esteja em sintonia com as mudanças que ocorrem rapidamente no ambiente externo ao IFRO.

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

I. Missão:

“Promover educação profissional, científica e tecnológica de excelência, por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambiental sustentável.”

II. Visão:

“Consolidar a atuação institucional, sendo reconhecido pela sociedade como agente de transformação social, econômica, cultural e ambiental de excelência.”

III. Valores:

Ética | Transparência | Comprometimento | Equidade | Democracia | Respeito | Efetividade

3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

No dia 31 de janeiro de 2017 foi deflagrado o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022 no IFRO. O projeto de elaboração deste documento institucional teve duração de 365 dias e a estrutura analítica do projeto estava composta por 5 etapas .

A etapa de elaboração do projeto executivo ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro. A etapa de diagnóstico ocorreu nos meses de fevereiro a abril. A Etapa de

definição da estratégia ocorreram nos meses de abril a setembro de 2017. Em paralelo a essa etapa as capacitações e a assessoria e desenvolvimento de lideranças ocorreram de junho a novembro de 2017. Cronograma de trabalho e todos os documentos produzidos no períodos encontram-se disponíveis no portal do IFRO (<http://portal.ifro.edu.br/planejamento-estrategico>).

O novo Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022 foi aprovado na reunião do Conselho Superior - CONSUP em 15/12/2017, substituindo o antigo PDI 2014-2018 definido na resolução CONSUP Nº 55/2013.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional se desdobrava nos níveis táticos e operacionais por meio Planos Anuais de Trabalho (PAT).

Os planos anuais de trabalho são os planos de duração anual que contempla os desafios do setor, as ações e/ou projetos a serem executados, o responsável pela atividade, o período de realização e o valor necessário para custear a ação ou projeto já alinhado às ações orçamentárias do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD).

Para a elaboração dos PAT no exercício 2017 foram levados em consideração também o relatório de autoavaliação institucional do IFRO em 2016. Esse relatório compõe o sistema nacional de avaliação da educação superior e possui 10 dimensões de avaliação. O processo de Autoavaliação abrange os alunos da graduação, os servidores técnico-administrativos e os servidores docentes.

Ademais, além dos fatores supracitados são considerados também no momento de elaboração das atividades o desdobramento de planos e legislações nacionais como o PPA do Governo Federal e o Plano Nacional de Educação 2014-2024 e o desdobramento das ações planejadas na Reitoria para execução nos *campi* bem como da previsão orçamentária para o exercício 2017.

3.1.4. Forma e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O PDI 2014-2018 apresentava uma grande quantidade de objetivos estratégicos e metas o que o tornava o documento muito complexo e de difícil aplicabilidade, pois o documento possui mais de 500 objetivos estratégicos para o período de 2014-2018.

Em razão da necessidade apontada na pesquisa de Autoavaliação institucional 2016 o qual a comunidade acadêmica apontava a necessidade de conhecer melhor o PDI, a missão e visão do IFRO bem como os critérios para a definição do gasto da instituição, a atual gestão do IFRO optou por antecipar a elaboração do novo plano de desenvolvimento institucional do exercício 2018 para o exercício 2017.

Este novo plano contava com ampla participação da comunidade acadêmica em vários momentos. Foram realizadas 41 entrevistas com as lideranças (reitor, pró-reitores, diretores-gerais dos *campi*, diretores e coordenadores de áreas do IFRO e parceiros), 400 participações da comunidade acadêmica no questionário que estava disponível no site do IFRO, 700 pessoas participantes dos 7 fóruns de gestão realizados nos *campi* do IFRO, além de um longo processo de capacitação dos gestores onde foram emitidos 359 certificados em mais de 1100 horas de trabalho.

O PDI 2014-2018 não trazia disposições sobre o fluxo de monitoramento e avaliação da execução do PDI. O que já foi saneado no PDI 2018-2022 que traz um modelo de gestão da estratégia que define os atores e suas atribuições no processo bem como define metas, indicadores, projetos estratégicos e a periodicidade da realização das reuniões de avaliação estratégica para esse novo ciclo de planejamento.

3.2. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Neste item, são listadas as ações sob responsabilidade do IF Rondônia e apontadas as dificuldades enfrentadas, na execução dos recursos, pela instituição. A dificuldade mais relevante centra-se na morosidade para aprovação da Lei Orçamentária Anual e liberação parcelada dos limites de empenho, este fato, com exceção das despesas de folha de pessoal, atrasou significativamente os processos licitatórios (pois é necessário demonstrar os recursos orçamentários que darão suporte às contratações). Ademais, incertezas quanto aos valores que poderiam ser contingenciados obrigaram a

Instituição a adotar postura significativamente cautelosa quanto à execução de qualquer despesa.

3.2.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Tabela 11 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	00M1 Tipo: Operações Especiais					
Título	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código:
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
22.956,00	42.956,00	22.579,37	22.579,37	22.579,37	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Pagamento de indenizações, abonos, seguros, auxílios, benefícios previdenciários e de assistência social.			-	-	-	
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial, STN – março/2018

Tabela 12 - Identificação da ação

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	00PW Tipo: Operações Especiais

Título	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais Código: 0910					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.989,00	23.989,00	23.988,00	23.988,00	23.988,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pagamento de anuidade						
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: Tesouro Gerencial, STN – março/2018

Tabela 13 - Identificação das ações

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	0181 Tipos: Operações Especiais					
Título	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
Iniciativa	Pagamento de aposentadorias e pensões.					
Objetivo	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União Código: 0089					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.448.128,00	2.678.991,00	2.655.775,78	2.655.775,78	2.655.775,78	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00			

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018

Tabela 14 - Identificação das ações

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	09HB		Tipo: Operações Especiais			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.840.825,00	22.610.989,00	20.778.275,85	20.778.275,85	20.778.275,85	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: Tesouro Gerencial - março/2018

Tabela 15 - Identificação das ações

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2004		Tipos: Atividade			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109					

Unidade Orçamentária		26421				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.747.260,00	2.200.150,00	2.189.154,48	2.173.228,34	2.173.228,34	0,00	15.926,14
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
			Pessoa Beneficiada	971		971
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
122.907,42		54.889,77	0,00			

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018

Tabela 16 - Identificação da ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (X) Parcial				
Código		2010 Atividade			Tipos:	
Título		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Iniciativa						
Objetivo						
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26421				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
879.336,00	1.019.336,00	996.280,47	996.280,47	996.280,47	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de	Meta		

		medida	Prevista	Reprogramada	Realizada
		Pessoa Beneficiada	228		233
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Tabela 17 - Identificação da ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2011		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
175.056,00	175.056,00	154.349,74	154.349,74	154.349,74	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
		Pessoa Beneficiada	Prevista	Reprogramada	Realizada	
			83,00		83,00	
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Tabela 18 - Identificação da ação

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	2012 Tipo: Atividade
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Iniciativa	

Objetivo						
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26421				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.880.000,00	6.355.006,00	6.338.741,12	6.338.741,12	6.338.741,12	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
		Pessoa Beneficiada	1.070,00			1.107,00
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Tabela 20 - Identificação da ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RG		Tipo: Atividade			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	

Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
414.202,01		103.748,49			

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Tabela 19 - Identificação da ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RG		Tipo: Atividade			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.149.829,00	3.793.132,00	2.878.171,05	1.626.587,12	1.606.237,25	20.349,87	1.251.583,93
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.		Projeto viabilizado	2		1	

Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.667.575,14	2.366.554,83	13.941,36		Projeto viabilizado	1

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Tabela 202 - Identificação da ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RL		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

2.545.784,24	649.895,36	453.454,61			
--------------	------------	------------	--	--	--

Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Tabela 23 - Identificação da ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RL		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.327.790,00	37.827.790,00	35.021.886,40	28.072.420,46	27.466.996,35	605.424,10	6.949.465,94
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.	Estudante matriculado	9.001		9.001		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	

		Cancelado		medida	
5.622.432,18	4.878.128,16	131507,56		Estudante matriculado	9.001

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Tabela 21 - Identificação da ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20TP		Tipo: Atividade			
Título	Pessoal Ativo da União					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
82.640.581,00	116.522.152,00	116.263.681,84	116.263.681,84	116.263.681,84	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.						
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Tabela 25 - Identificação da ação

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	216H Tipo: Atividade
Título	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Iniciativa	
Objetivo	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109

Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
281.000,00	281.000,00	116.263.681,84	116.263.681,84	116.263.681,84	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
Servidor beneficiado		Unidade	Prevista	Reprogramada	Realizada	
			13		13	
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: Tesouro Gerencial março/2018

Tabela 26 - Identificação da ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2994		Tipo: Atividade			
Título	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica Código: 2031					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

138.051,15	24.618,51	106.445,28			
------------	-----------	------------	--	--	--

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Tabela 22 - Identificação da ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2994		Tipo: Atividade			
Título	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.372.263,00	6.372.263,00	6.017.603,81	5.575.192,89	5.554.290,49	20.902,39	442.410,92
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício concedido		unidade	14.000		13.000	
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
377.164,36	343.673,67	10.872,97				

Fonte: Tesouro Gerencial março/2018

Tabela 23 - Identificação da ação

Identificação da Ação	
Responsabilidade Da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	4572 Tipo: Atividade
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Iniciativa	
Objetivo	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

		Código: 2109				
Unidade Orçamentária		26421				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.665.000,00	1.665.000,00	1.518.575,97	1.270.901,74	1.270.871,74	30,00	247.674,23
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Servidor capacitado			unidade	900		900
Restos a Pagar não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
197.655,06	40.494,33	46.361,38				

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Tabela 29 - Identificação da ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	4641			Tipo: Atividade		
Título	Publicidade de Utilidade Pública					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.000,00	35.000,00	35.000,00	7.840,00	7.840,00	0,00	27.160,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

--	--	--	--	--	--

Fonte: Tesouro Gerencial março/2018

Tabela 30 - Identificação da ação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	6380		Tipo: Atividade			
Título	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080					
Unidade Orçamentária	26421					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
154.800,00	154.800,00					

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

ANÁLISE CRÍTICA

Ação 20RG: Em referência à ação orçamentária 20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a dotação inicial foi composta de R\$ 4.149.829,00, de recursos do MEC de créditos aprovados no orçamento 2017 que após contingenciamento resultou numa dotação final de R\$ 3.793.132,00 dos quais foram empenhados R\$ 2.878.171,05 conforme liberação de Limite de Investimentos. Quanto à execução financeira, os fatores que comprometeram

o desempenho da ação foram os problemas e atrasos na execução de obras devido a fatores técnicos e a não liberação de financeiro em tempo hábil e a falta de liberação de limite para empenho até o valor da dotação final autorizada. Esses contratemplos obrigaram o IFRO a reprogramar a execução de obras e aquisições de equipamentos, por meio de restabelecimento de prioridades para otimizar os limites de empenhos disponibilizados. Os valores inscritos em restos a pagar representaram um valor significativo do total empenhado no exercício em virtude dos atrasos na liberação dos limites orçamentários. Em relação às metas físicas da ação, no planejamento do orçamento 2017 foi possível realizar vários projetos de obras e aquisições de materiais permanentes de mobiliário, utensílio doméstico, informática, áudio, vídeo, foto e outros bens para equipar e modernizar os laboratórios. Boa parte das aquisições foi efetuada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), o que possibilitou atender demandas reprimidas de praticamente todos os *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO pelo aporte de recursos através de TED – Termo de Execução Descentralizada da SETEC/MEC.

Ação 20RL: No que concerne à ação 20RL – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, a dotação inicial foi de R\$ 37.327.790,00, sendo a dotação final de R\$ R\$ 37.827.790,00 de capital e custeio. Diante da dotação autorizada, há de se considerar a questão da liberação de cota limite que restringe a emissão de empenhos, assim impossibilitando a utilização de todo o crédito disponibilizado na LOA 2017 para o Instituto. Dentro desse escopo, o IFRO conseguiu empenhar R\$ 35.021.886,40 da dotação autorizada por falta de limite de empenho liberado, pois 10% de crédito orçamentário foram bloqueados a pedido da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC – SPO/MEC. Em suma, os valores empenhados supriram a necessidade da Instituição após diversos cortes e redução de serviços para adequação dos valores liberados. Vale salientar que o montante empenhado na ação 20RL deu-se até o limite liberado o que indica maior efetividade na execução do orçamento.

Ação 2994: A respeito da ação orçamentária 2994. – Assistência ao Educando da Educação Profissional, o valor autorizado na Lei Orçamentária Anual - LOA foi de R\$ 6.372.263,00, entretanto a execução foi de R\$ 6.017.603,81, É

importante observar que o crédito foi utilizado em quase sua totalidade garantindo assim o atendimento satisfatório às ações de assistência.

Ação 4572: Com relação à ação 4572. - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, a dotação inicial foi de R\$1.665.000,00, permanecendo sem alteração até o final do exercício. No total, foram empenhados R\$ 1.518.575,97. A meta física cadastrada para ação foi de 900 servidores capacitados com a dotação disponibilizada. A meta foi atingida. A principal estratégia para atingir a meta foi a de utilização de cursos "*In Company*" da parceria firmada com a Escola de Administração Fazendária - ESAF. Muitas outras ações de promoção de capacitação de servidores deixaram de ser efetuadas devido restrições de cota limite para empenho.

Ações: 2004, 2010, 2011 e 2012 – Benefícios. Assistência Médica e Odontológica – ação 2004, sua dotação inicial foi de R\$ 1.747.260,00 e atualizada no decorrer do exercício para R\$ 2.200.150,00, deste montante R\$ 2.189.154,48 foram empenhados em 2017, porém só R\$ 2.173.228,34, liquidados, gerando assim o valor de R\$ 15.926,14 inscritos em restos a pagar;

Assistência Pré-Escolar – ação 2010, sua dotação inicial foi de R\$ 879.336,00 e atualizada no decorrer do exercício para R\$ 1.019.336,00, deste total foram empenhados e liquidados R\$ 996.280,47, não gerando assim resto a pagar;

Auxílio Transporte – ação 2011, sua dotação inicial e final foi de R\$ 175.056,00, deste total R\$ 154.349,74 foram empenhados e liquidados, não gerando assim resto a pagar;

Auxílio Alimentação – ação 2012 sua dotação inicial foi de R\$ 5.880.000,00 e atualizada no decorrer do exercício para R\$ 6.338.741,12 que foram empenhados e liquidados, não gerando assim resto a pagar.

De maneira geral, o que se pode observar é que a dotação inicial foi insuficiente para atender a demanda do exercício, mas, no decorrer do ano as suplementações efetuadas pelo MEC e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ajustaram o valor à demanda do IFRO. Esses ajustes foram necessários devido à entrada de novos servidores, docentes e técnicos. As metas para as ações de benefícios

foram alcançadas. No apanhado geral das ações de benefícios, a execução orçamentária e financeira cumpriu o seu objetivo.

As incertezas políticas e econômicas permaneceram no exercício de 2017, elas deram o tom que estabeleceu as linhas gerais do posicionamento de contenção de gastos do governo. Diante desse cenário, o IFRO e outras unidades ligadas ao Ministério da Educação (MEC) se depararam com a não liberação de diversas emendas parlamentares individuais e de bancada.

Em vista ao cenário ocorrido no exercício de 2017, o IFRO conseguiu manter as atividades, mesmo diante das condições impostas e atingiu os objetivos das ações do orçamento autorizado. A busca de alternativas para continuar com parte dos planos de reestruturação da rede foi encontrada no apoio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC por meio de créditos descentralizados que possibilitaram avançar com as obras dos restaurantes estudantis dos *campi* Ginásio, Construção de salas de aulas, Bloco Administrativo entre outros.

3.2.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No ano de 2017, vários fatores afetaram o desempenho orçamentário do IF Rondônia, antes que o orçamento fosse liberado, a Instituição vinha trabalhando com 1/18 mensais de orçamento, e posteriormente 1/12 o que não possibilitava, naquele momento, empenhar as despesas obrigatórias. Após a liberação parcelada dos limites orçamentários, foi retido, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), cerca de 20% do orçamento de custeio e 40% de investimento, o que afetou consideravelmente a realização das despesas de funcionamento da Instituição, haja vista que em todos os *campi* do Instituto Federal de Rondônia as despesas de custeio são altas, não havendo como fazer cortes significativos, pois são instituições de ensino, nas quais funciona toda uma logística de diversos projetos tanto na área agropecuária como industrial. Considerando ainda que em três *campi* existem alojamentos, refeitórios, que atendem a toda a comunidade escolar, então esse contingenciamento dificultou muito para que o IFRO conseguisse fechar suas contas ao final do exercício. Convém salientar que os

campi mais novos (Guajará-Mirim e Jaru) tiveram um orçamento mínimo e, em virtude disso, houve necessidade de um suporte orçamentário por parte da Reitoria e da SETEC-MEC (através de TED).

3.2.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Sem passivo existente no início do Exercício de 2017.

3.2.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 24 - Identificação da ação

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (d) = (a-b-c)	
2016	990.589,90	981.472,74	1.364,90	7.752,26	
2015	347.868,67	274.835,63	470,00	72.563,04	
2014	28.401,42	10.000,00	0,00	18.401,42	
2013	220.986,54	751,08	0,00	220.235,46	
2012	339.414,22	0,00	0,00	339.414,22	
2011	13,94	0,00	0,00	13,94	
2010	2.151,63	0,00	0,00	2.151,63	
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano X (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (i) = (e-g-h)
2016	17.852.800,75	12.732.614,11	12.594.860,40	251.325,04	5.006.615,31
2015	2.315.185,88	637.749,26	637.749,26	500.199,06	1.177.237,56
2014	790.968,74	28.258,62	28.258,62	166.460,65	596.249,47
2013	157.230,81	3.100,00	3.100,00	23.770,07	130.360,74
2012	234.859,36	10.747,33	10.747,33	4.730,15	219.381,88
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

ANÁLISE CRÍTICA

A execução de restos a pagar segue a Lei 4.320/64, onde estabelece o prazo de 01 ano para execução findo o ano anterior. Os valores excessivos inscritos refletem uma política do Poder Executivo Federal no sentido de contingenciamento de limite para empenho, no qual boa parte é liberada próximo ao encerramento do exercício. Pode-se frisar também o aumento no número de contratos continuados para o funcionamento dos novos *campi*. As execuções dos Raps seguem ordem de prioridade dentro do IFRO, para posteriormente partir para execução dos orçamentos vigentes. A instituição vem adotando medidas de controle de Restos a Pagar não processados. Os valores inscritos ao final de cada exercício são realizados conforme orientações da Macrofunção SIAFI 020317 – Restos a Pagar, principalmente quanto aos não processados, no qual devem estar distintos entre os Em Liquidação e A Liquidar. As unidades do IFRO são alertadas quanto à vedação de inscrição dos empenhos de diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos, conforme rege a legislação, bem como a vedação de inscrições de restos a pagar em nome do Órgão.

É possível observar mediante análise da tabela apresentada que a diferença dos valores inscritos e o saldo ao final de cada exercício são valores que não apresentam relevância a nível de comprometimento da execução orçamentária do próximo exercício, restando apenas saldos consideráveis nos anos de 2012 e 2013 que referem-se em sua grande parte à Empresa de Obras que apresentou problemas no Contrato do qual a Instituição já tomou as devidas providências para regularização.

Cabe ressaltar que no exercício de 2017 deu-se início a uma ação de análise dos empenhos inscritos em RAP para averiguação do reais motivos de impossibilidades de liquidação o que resultará em liquidação e pagamento e/ou cancelamento da referida despesa.

3.3. EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Não houve descentralização de recursos pelo IFRO no exercício de 2017

3.3.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Apesar de não ter havido descentralização de recursos o IFRO possui uma diretoria de Orçamento e Finanças à qual está subordinada a Coordenação de Controle Orçamentário que tem dentre suas responsabilidades a análise de Prestações de contas.

3.3.2. Informações sobre a realização das receitas

Tabela 25 - Informações sobre a realização das receitas

RECEITAS		2016		2017	
Fonte de Recursos	Natureza de Receita	Estimada	Arrecadada	Estimada	Arrecadada
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	13100111 - Aluguéis e Arrendamentos Principal	79.748,00	47.458,86	63.019,00	45.170,74
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	13100112 - Multas e Juros de Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação		50,16		99,93
280 - Recursos Próprios Financeiros (Recurso Outras Fontes)	13210011 - Remuneração de Depósitos Bancários Principal		121.939,30	32.275,00	92.267,52
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	14000011 - Receita Agropecuária Principal	67.241,00	39.084,99	53.689,00	43.009,56
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	16100111 - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	113.126,00	151.085,77	164.682,00	124.608,03
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	16100211 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos Principal	125.160,00	1.110.085,00	429.335,00	90,00
281 - Recursos de Convênios (Recurso Outras Fontes)	17200011 - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades -		3.087.028,50	5.658.869,00	2.829.434,50

	Principal				
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	19100111 Multas Previstas em Legislação Específicas		183,90		8.015,11
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	19100911 - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.046,00	30.497,99	24.404,00	26.065,52
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	19100912 - Multas Aplicadas		56,01		2.200,00
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	19220611 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	2.884,00	4.348,61		180,00
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	19229911 - Outras Restituições		5.686,72		
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	19239911 - Outros Ressarcimentos				7.589,60
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	19239912 - Outros Ressarcimentos - Juros				15,18
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	19909911 - Outras Receitas - Primárias - Principal		559,98	1.188,00	21.072,93
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros (Recurso Outras Fontes)	19909912 - Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros		10.774,62	5.775,00	
263 - Reforma Patrimonial - Privatizações	22130011 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal		169.866,47	27.264,00	
TOTALS		389.205,00	4.778.706,88	6.460.500,00	3.199.818,62

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Do total de créditos orçamentários aprovados na LOA 2017 do IFRO (R\$ 6.460.500,00), foi realizado 49,53% (R\$ 3.199.818,62).

A principal fonte de arrecadação no exercício de 2017 foi advindo do convênio IFRO/SEDUC.

Os fatores que contribuíram para frustração da arrecadação, deram-se pelo valor não repassado do convênio conforme previsto e pela não realização de concurso público no exercício que eram as maiores previsões.

Em termos percentuais gerais, o desempenho da arrecadação foi menor se comparado ao exercício anterior, cujo valor de arrecadação se destacou nos valores do Convênio e Realização de Concurso Público.

3.3.3. Informações sobre a execução das despesas

Tabela 26 - Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	36.915.466,18	17,84	39.929.358,54	22,81	23.915.602,96	12,77	25.424.296,66	16,27
a) Convite								
b) Tomada de Preços	107.954,44	0,05	-		101.529,99	0,05	-	
c) Concorrência			410.744,22	0,23				
d) Pregão	32.721.029,66	15,81	31.704.195,54	18,11	22.060.843,90	11,78	22.579.875,68	15,45
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	4.086.482,08	1,98	7.814.418,78	4,46	1.753.229,07	0,94	2.884.420,98	1,82
2. Contratações Diretas (h+i)	5.781.021,71	2,79	5.730.444,29	3,27	4.578.171,85	2,44	4.991.547,30	3,20
h) Dispensa	4.224.377,89	2,04	4.170.591,28	2,38	3.420.149,77	1,83	3.733.524,53	2,39
i) Inexigibilidade	1.556.643,82	0,75	1.559.853,01	0,89	1.158.022,08	0,62	1.258.022,77	0,81
3. Regime de Execução Especial	22.506,61	0,02	13.304,78	0,01	22.506,61	0,02	13.304,78	0,01
j) Suprimento de	22.506,61	0,02	13.304,78	0,01	22.506,61	0,02	13.304,78	0,01

Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	140.798.069,50	68,05	108.714.225,39	62,10	141.169.039,61	75,39	109.072.647,80	69,82
k) Pagamento em Folha	139.697.733,47	67,52	107.613.889,36	61,47	139.697.733,47	74,60	107.613.889,36	68,89
l) Diárias	1.100.336,03	0,53	1.100.336,03	0,63	1.471.306,14	0,79	1.458.758,44	0,93
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	183.517.064,00	88,70	154.387.333,00	88,19	169.685.321,03	90,62	139.501.796,54	89,30

6. Total das Despesas da UPC	206.906.602,08	100	175.064.856,64	100	187.254.179,27	100	156.221.465,99	100
------------------------------	----------------	-----	----------------	-----	----------------	-----	----------------	-----

FONTE: Tesouro Gerencial/SIAFI

Tabela 27 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesa de Pessoal								
11-Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	105.222.388,96	81.117.091,56	105.222.388,96	81.117.091,56	0,00	0,00	105.222.388,96	81.117.091,56
13-Obrigações patronais	21.407.614,05	16.521.974,59	21.407.614,05	16.521.974,59	0,00	0,00	21.407.614,05	16.521.974,59
Demais elementos do grupo	13.067.730,46	9.974.823,21	13.067.730,46	9.974.823,21	0,00	0,00	13.067.730,46	9.974.823,21
3. Outras Despesas Correntes								
39 - Outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.	24.375.796,25	18.873.722,68	16.364.056,25	16.187.801,15	8.011.740,00	2.685.921,53	15.644.593,76	15.810.850,91
37 - Locação de mão-de-obra	6.888.656,78	6.614.045,83	6.042.716,36	5.753.590,89	845.940,42	860.454,94	5.898.461,28	5.628.148,80
46 - Auxílio alimentação	5.977.328,49	5.413.164,70	5.977.328,49	5.413.164,70	0,00	0,00	5.977.328,49	5.413.164,70
18 - Auxílio financeiro a estudantes	5.340.147,90	6.699.566,80	4.930.593,62	5.662.740,59	409.554,28	1.036.826,21	4.899.381,78	5.629.907,59
30 - Material de consumo	4.421.830,17	4.647.452,81	2.780.822,12	3.137.197,29	1.641.008,05	1.510.255,52	2.767.508,74	3.094.416,31
Demais elementos do grupo	11.147.841,01	10.544.643,66	9.512.329,77	7.948.402,42	1.635.511,24	2.596.241,24	9.393.163,58	7.887.134,12
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
51 - Obras e	4.486.446,52	8.303.046,78	1.954.101,17	2.931.803,78	2.532.345,35	5.371.243,00	1.854.759,06	2.874.542,78

instalações								
52 - Equipamentos e material permanente	4.105.086,12	5.965.490,50	752.697,93	2.322.132,19	3.352.388,19	3.643.358,31	745.188,61	2.168.077,90
Demais elementos do grupo	465.735,37	389.833,52	396.410,37	241.333,52	69.325,00	4.500,00	376.060,50	101.333,52

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

A análise da Realização da Despesa referente ao exercício fiscal do ano de 2017 foi realizada no capítulo que trata do Desempenho Financeiro deste Relatório de Gestão após os Demonstrativos Contábeis estão as Notas Explicativas detalhando especificamente sobre a Realização da Despesa.

3.3.4. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal.

Unidades onde não houve utilização de “Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões e pagamento do governo federal” no exercício de 2017:

Reitoria

Campus Jaru

Campus Ariquemes

Campus Cacoal

Campus Guajará-Mirim

Campus Ji-Paraná

Campus Porto Velho Zona Norte

Campus Vilhena

Unidades onde houve utilização de “Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões e pagamento do governo federal” no exercício de 2017:

Campus Colorado do Oeste

Utilização de Suprimento de Fundos

O **Quadro A.** abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo e visa evidenciar os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de vezes que suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

Tabela 28 - Quadro A– Utilização de suprimento de fundos 2017

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 001 R\$1.412,08	R\$ 1.412,08
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF002 R\$ 624,00	R\$ 624,00
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 003 R\$ 301,56	R\$ 301,56
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF004 R\$2.411,25	R\$ 2.411,25
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 005 R\$ 356,05	R\$ 356,05
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 006 R\$ 393,62	R\$ 393,62
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 007 R\$ 143,95	R\$ 143,95
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 008 R\$ 905,81	R\$ 905,81
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 009 R\$1.647,26	R\$ 1.647,26
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 10 R\$ 221,00	R\$ 221,00
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 11 R\$ 2.137,51	R\$ 2.137,51
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 12 (Viagem não ocorreu – Despesa não	0,0

							executada)	
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 13 R\$ 824,28	R\$ 824,28
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 14 R\$2.280,29	R\$ 2.280,29
2017	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 15 R\$2.192,91	R\$ 2.192,91
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 16 R\$ 557,22	R\$ 557,22
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 17 R\$1.016,00	R\$ 1.016,00
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 18 R\$2.946,48	R\$ 2.946,48

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

O **Quadro B** abaixo, correspondente ao terceiro demonstrativo e visa evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de referência do relatório de gestão.

Tabela 29 - Quadro B – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total em R\$
158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>	339030	01	17.397,66
			07	211,29
			12	120,00
			19	308,33
			25	237,08
			26	744,00
			39	967,91
158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>	339039	19	200,00
			79	85,00

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Utilização de Suprimento de Fundos

O **Quadro C** abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo e visa evidenciar os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de vezes que suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

Tabela 30 - Quadro C – Utilização de suprimento de fundos 2016

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF001 R\$ 1.596,40	R\$1.596,40
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF002 R\$ 1.822,59	R\$1.822,59
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF003 R\$ 652,00	R\$ 652,00
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF004 R\$ 19,12	R\$ 19,12
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 005 R\$ 1.946,52	R\$1.946,52
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 06 R\$ 359,50	R\$ 359,50
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 07 (Viagem não ocorreu – Despesa não executada)	R\$ 0,00
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 08 R\$ 195,00	R\$ 195,00
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 09 R\$ 477,07	R\$ 477,07
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 10 R\$ 394,47	R\$ 394,47
	158341	<i>Campus Colorado do Oeste</i>					SF 11 R\$ 600,00	R\$ 600,00
158341	<i>Campus</i>					SF 12 R\$	R\$ 308,70	

		Colorado do Oeste					308,70	
	158341	<i>Campus</i> Colorado do Oeste					SF 13 R\$ 385,00	R\$ 385,00
	158341	<i>Campus</i> Colorado do Oeste					SF 14 R\$ 1.569,60	R\$1.569,60
2016	158341	<i>Campus</i> Colorado do Oeste					SF 15 R\$ 310,00	R\$ 310,00

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

O **Quadro D** abaixo, correspondente ao terceiro demonstrativo e visa evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de referência do relatório de gestão.

Tabela 31 - Quadro D – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total em R\$
158341	<i>Campus</i> Colorado do Oeste	339030	01	8.635,45
			09	19,12
			24	287,67
			26	385,00
			28	250,20
			42	1.058,53

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Utilização de Suprimento de Fundos

O **Quadro E** abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo e visa evidenciar os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na

forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de vezes que suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

Tabela 32 - Quadro E – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	158341	Campus Colorado do Oeste	0	0,00	0	0,00	SF001 R\$ 2.972,64	R\$ 2.972,64
	158341	Campus Colorado do Oeste	0	0,00	0	0,00	SF002 R\$ 396,85	R\$ 396,85
	158341	Campus Colorado do Oeste	0	0,00	0	0,00	SF003 R\$ 481,89	R\$ 481,89
	158341	Campus Colorado do Oeste	0	0,00	0	0,00	SF004 R\$ 460,00	R\$ 460,00
	158341	Campus Colorado do Oeste	0	0,00	0	0,00	SF005 R\$ 177,73	R\$ 177,73
	158341	Campus Colorado do Oeste	0	0,00	0	0,00	SF006 R\$ 661,00	R\$ 661,00
	158341	Campus Colorado do Oeste	0	0,00	0	0,00	SF007 R\$ 719,80	R\$ 719,80
	158341	Campus Colorado do Oeste	0	0,00	0	0,00	SF008 R\$ 337,05	R\$ 337,05
	158341	Campus Colorado do Oeste	0	0,00	0	0,00	SF009 R\$ 332,75	R\$ 332,75
	158341	Campus Colorado do Oeste	0	0,00	0	0,00	SF010 R\$ 5.266,29	R\$ 5.266,29
	158341	Campus Colorado do Oeste	0	0,00	0	0,00	SF0011 R\$ 2.088,17	R\$ 2.088,17

Fonte: IFRO - Ano 2018

Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

O **Quadro F** abaixo, correspondente ao terceiro demonstrativo e visa evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de referência do relatório de gestão.

Tabela 33 - Quadro F – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total em R\$
158341	Campus Colorado do Oeste	339030	01	R\$ 9.602,69
			09	R\$ 427,39
			19	R\$ 19,40
			24	R\$ 144,00
			25	R\$ 101,76
			26	R\$ 2.498,41
			28	R\$ 834,23
158341	Campus Colorado do Oeste	339039	19	R\$ 266,29

Fonte: Tesouro Gerencial, STN - março/2018.

Campus Porto Velho Calama

Suprimento de fundos: cartões de pagamento do governo federal

Tabela 34 - Concessão de suprimentos de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158345	IFRO/CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	--	--	02	5.200,00	2.600,00
2016	158345	IFRO/CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	--	--	03	7.500,00	3.000,00

Fonte: COFIN/DPLAD - SIAFI 2016 e SIAFI 2017 (CONNE)

Processos: 23243.000673/2016-88, 003164/2016-15, 006983/2016-14

Tabela 35 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque	Fatura		Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158345	IFRO/ CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	--	--	--	--	549,22	549,22
	158345	IFRO/ CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	--	--	--	--	540,40	540,40
	158345	IFRO/ CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	--	--	--	--	45,00	45,00
2016	158345	IFRO/ CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	--	--	--	--	120,00	120,00
	158345	IFRO/ CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	--	--	--	--	87,53	87,53
	158345	IFRO/ CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	--	--	--	--	430,72	430,72
	158345	IFRO/ CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	--	--	--	--	667,73	667,73
	158345	IFRO/ CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	--	--	--	--	379,83	379,83
	158345	IFRO/ CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	--	--	--	--	200,00	200,00

Fonte: COFIN/DPLAD

Processos: 000865/2017-75, (Fat. Fl.26) – SEI nº 23243.003886/2017-42, (anexo 077849), (anexo 095969); 000673/2016-88 (Fat. Fl.16) - 003164/2016-15 (Fat. Fl.27), (Fat. Fl.55), (Fat. Fl. 69) - 006983/2016-14 (Fat. Fl.15), (Fat. Fl.30).

Tabela 36 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158345	IFRO/CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	339030	17	549,22
			14	45,00
		339039	17	540,40

Fonte: COFIN

ANÁLISE CRÍTICA

As unidades adotam o princípio de utilizar o mínimo possível o CPGF para execução de despesas, fazendo-o somente em casos que requeiram saneamento imediato e/ou quando a despesa por meio desse dispositivo se mostre mais vantajosa à Administração em relação aos procedimentos específicos para aquisições/contratação (dispensa, inexigibilidade, licitação). Tal cuidado reflete-se no baixo valor de despesa efetivamente executada via CPGF no exercício de 2017, a exemplo do que também ocorreu nos exercícios anteriores.

Para um controle mais eficaz dos gastos, a Administração concede o CPGF a poucos portadores e busca autorizar somente as despesas que se enquadrem como de pequeno vulto e eventuais ou de caráter imediato, analisando a pertinência e a possibilidade de as despesas serem executadas por essa modalidade, seguindo os preceitos legais aplicáveis, inclusive quanto à possibilidade de poder se considerar falta de planejamento e/ou caracterizar fracionamento de despesa. Executando apenas as despesas em que tem segurança em fazê-lo em benefício do interesse público.

Assim, a Administração entende que o CPGF é uma ferramenta útil à gestão, que possibilita sanear pequenos problemas do cotidiano escolar de forma mais ágil e econômica, desde que se tomem os cuidados necessários e o aplique apenas nos casos realmente necessários e providos de legalidade, que é o que tem ocorrido nas Unidades até o momento, no nosso entendimento.

3.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

3.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do tribunal de contas da união

ACÓRDÃO 1.043/2006			
Componentes			
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha			
	Custo Corrente Excluindo as despesas dos HUs*	Número de Alunos Tempo Integral	Número de Professores Equivalentes
TOTAL/IF	R\$ 186.300.712,00	1989	547
ACÓRDÃO 1.043/2006			
Indicadores			
Custo Corrente/Número de Alunos Tempo Integral	Números de alunos Tempo Integral / Número e Professores Equivalentes	Número de Alunos Tempo Integral / Número de Funcionários Equivalentes	
R\$ 93.665,51	3,63	1,67	

3.4.2. Apresentação dos Indicadores de Permanência e êxito

INDICADORES ACÓRDÃO 2.267/2005						
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha						
<i>Campus</i>	Relação Candidato por Vaga	Relação Ingressos por Alunos	Relação Concluintes por Alunos	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Re
	Inscritos/Vagas Ofertadas	(Ingressantes/Matrículas Atendidas)*100	(Concluídos/Matrículas Atendidas)*100	(Concluintes/Matrículas Finalizados)*100	(Retidos/Matrículas Atendidas)*100	Ater
IFRO TOTAL	1,71	43,30%	11,19%	56,9%	6,34	
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	1,025	38,23%	24,31%	47,8%	5,39%	
CAMPUS COLORADO DO OESTE	2,31	34,81%	20,44%	53,2%	7,99%	
CAMPUS ARIQUEMES	2,06	54,77%	42,7%	55,7%	6,4%	
CAMPUS JI-PARANÁ	6,62	29,15%	18,35%	45,5%	5,9%	
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE	2,03	45,55%	19,17%	72,2%	7,71%	
- CAMPUS AVANÇADO JARU	3,96	59,66%	20%	41,3%	-	
CAMPUS CACOAL	0,77	83,29%	74,45%	61,8%	-	

CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM	1,25	45,45%	14,70%	51,4%	10,83%	
CAMPUS VILHENA	0,93	36,11%	35,27%	45%	13,15%	

ANÁLISE CRÍTICA

No ano de 2018 os indicadores de desempenho acadêmico da instituição, referente ao ano letivo de 2017, foram coletados junto a Plataforma Nilo Peçanha – PNP, instrumento criado pela SETEC/MEC, com base no SISTEC e regulamentado pela portaria nº 1 de 3 de janeiro de 2018. Esses dados estão disponibilizados abertamente para público no site <https://www.plataformanilopecanha.org>. A metodologia aplicada na PNP está em acordo com os indicadores instituídos pelo Acórdão 2.267/2005. As análises desses dados, se comparados com os do ano de 2016, indica algumas mudanças significativas.

A primeira delas se refere ao número de inscritos por vagas nos processos seletivos institucional. No ano de 2016, as inscrições para o processo seletivo unificado, que atende a maior parte dos ingressantes, se deu através da análise de histórico escolar com inscrições online e sem taxa de inscrição. Isso levou a um aumento significativo do número de candidatos por vagas ofertadas, no entanto, o preenchimento das vagas com efetivação de matrícula necessitou de segunda e até terceira chamadas. Isso pode ter sido reflexo do modelo de seletivo, onde parte dos candidatos se inscreveu erroneamente e não puderam efetuar a matrícula, e parte dos candidatos se inscreveram mesmo sem ter interesse em frequentar o curso, e outra parte pode ter se inscrito pelo fato das inscrições serem online e não necessitar da realização de pagamento para o deferimento, além disso o candidato podia fazer várias inscrições. Para o Processo Seletivo 2017, o sistema foi implementado, anulando a possibilidade de várias inscrições com mesmo CPF, considerando apenas a última inscrição.

O indicador referente aos ingressantes por matrículas atendidas manteve o índice de 11,19%. Não houve a ampliação de número de vagas no ano de 2016, em função da não abertura de novos cursos antes da realização de estudos de demandas consolidados e que levassem a propostas de cursos que atendessem os arranjos produtivos locais, ao mesmo tempo em que se enquadrasse ao perfil do

quadro docente já disponível nos Campi, como forma de potencializar a estruturação de cursos relevantes evitando a necessidade de mais contratações.

Já o indicador “Concluídos/Matriculas Finalizadas” podemos observar um resultado positivo uma vez que saímos da casa dos 46,87% em 2016, para 56,9% em 2017. Mesmo considerando que alguns cursos estão com o seu primeiro período de integralização o aumento de pouco mais de 10% de concluintes é resultado de um acompanhamento do processo de ensino que diminui retenção e evasão principalmente nos últimos ciclos dos cursos. Isso pode ser fundamentado se considerarmos também o indicador que segue.

O indicador “Retidos/Matriculas Atendidas” teve uma queda significativa: em 2016 foi de 30,39%, e em 2017 ficou em 6,34%. Essa queda pode ser explicada por uma série de fatores, dentre eles podemos destacar: maior conscientização junto aos profissionais em educação no compromisso com os processos de recuperação de alunos; as atividades da comissão de Permanência e Êxito na instituição; a criação do programa de projetos de ensino para alunos.

A “Relação Aluno Professor”, também teve aumento no ano de 2017, atingindo a média de 29,62% sendo que no ano de 2016 foi de 22,05%. Isso acontece em função de alguns cursos em consolidação e a implantação de novos cursos, que aumenta o número de ingressantes (novas matrículas) e ao aumento da permanência dos alunos no IFRO.

3.4.3. Classificação da Renda Per Capita Familiar dos Estudantes

Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar				
Fonte: Plataforma Nilo Peçanha				
0<RFP<=0,5	0,5<RFP<=1	1<RFP<=1,5	1,5<RFP<=2,5	2,5<RFP<=3,5
2518	2640	581	971	490

Renda Familiar	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta
0<RFP<=0,5	22	646	21	1.506	19
0,5<RFP<=1	73	749	4	1.478	20
1<RFP<=1,5	3	207	2	296	4
1,5<RFP<=2,5	36	271	1	532	8
2,5<RFP<=3,5	25	142	1	267	3
RFP>3,5	17	392	3	794	10
NÃO DECLARADA	256	533	22	1.288	20

Renda Familiar (per capita)

■ 0<RFP<=0,5
■ 0,5<RFP<=1
■ 1<RFP<=1,5
■ 1,5<RFP<=2,5
■ 2,5<RFP<=3,5
■ RFP>3,5

A Plataforma Nilo Peçanha forneceu esse ano informações sobre a renda per capita das famílias dos estudantes. Essas informações classificam os alunos entre raça e faixa de renda per capita.

Os indicadores institucionais do ano anterior, apesar de não apresentarem a mesma metodologia do fornecidos na PNP, possibilita observar que a porcentagem de famílias que ganham até um salário e meio atendida pela instituição caiu de 54% para 50%. Em partes pode ser reflexo do bom desempenho da instituição em exames como ENEM e ENAD, que colocam a instituição em evidência na região despertando o interesse de famílias com um padrão de vida mais elevado. Essa queda também pode ser atribuída a metodologia utilizada na pesquisa. A PNP possibilita que o aluno não declare o nível de renda, o que aconteceu com praticamente 40% dos alunos, o que pode comprometer drasticamente as análises dos dados, já os dados apresentados no painel de indicadores da instituição não apresenta e computa dados referentes a não declarantes.

3.4.2. Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

Em 2017 não houve projetos e programas financiados com recursos externos.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Atualmente, a Estrutura de Governança da Reitoria do IFRO está representada pelo Conselho Superior (CONSUP); Colégio de Dirigentes (CODIR); Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX); e Auditoria Interna (AUDINT).

Os órgãos colegiados são representações que possuem Regimentos Internos próprios aprovados pelo CONSUP, respeitadas as disposições da legislação federal aplicável, do Estatuto e do Regimento Geral do IFRO, sendo eles:

- I. Conselho Superior (CONSUP): é órgão máximo da instituição, de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes docentes, estudantes, servidores técnico-administrativos, egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do IFRO.
- II. Assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica, tem como finalidade aprovar as diretrizes para atuação institucional e zelar pela execução de sua política educacional, sendo normatizado pelo Estatuto do IFRO;
- III. Colégio de Dirigentes (CODIR): instituído pelo Estatuto do IFRO, é um órgão de caráter consultivo de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo seu Regimento Interno próprio, aprovado conforme Resolução nº 18/2016/CONSUP/IFRO, de 01/04/2016. Como membros, é composto por Reitor, Pró-Reitores e Diretores-Gerais dos *campi*.
- IV. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX): é um órgão integrante da administração geral, com Regimento Interno próprio aprovado conforme Resolução nº 69/2016/CONSUP/IFRO, de 21/09/2016.

Possui funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva.

Como colegiados consultivos e de apoio à administração, o IFRO estabeleceu comissões permanentes, tais como: Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD); Comitê de Ética em Pesquisa (CEP); Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA); Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCC/TAE); Comissão de Ética (CET); Comissão Própria de Avaliação (CPA); e Comissão Permanente de Exames (COPEX).

Cada uma destas comissões e comitês tem suas orientações gerais elencadas no Regimento Geral do IFRO. Não obstante a isso, elas possuem Regimento Interno próprio definido e aprovado pelo CONSUP, conforme é descrito abaixo:

I. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): é o órgão de assessoramento à Reitoria com a função de fazer a avaliação de desempenho dos docentes, acompanhar a Política de Capacitação do Servidor do IFRO, no que se refere à formação de professores, e supervisionar todos os atos referentes à vida funcional desses servidores.

Foi criada com base no Art. 11 do anexo ao Decreto 94.664/1987 e no âmbito do IFRO é regulamentada, conforme Resolução nº 50-2017/CONSUP/IFRO, de 06/10/2017.

II. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): tem como finalidade defender os interesses dos envolvidos na pesquisa quanto à integridade, proteção e tutela contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos preconizados pelo IFRO, sem prejuízos daqueles estatuídos pelas esferas governamentais competentes.

Inicialmente, foi normatizado pela Resolução nº 18/2011/CONSUP/IFRO, mas atualmente é regulamentado pela Resolução nº 75/2016/CONSUP/IFRO, de 24/11/2016.

III. Comissão Própria de Avaliação (CPA): no âmbito do IFRO é regulamentada pela Resolução nº 55/2017/CONSUP/IFRO, de 01/11/2017, e tem por finalidade conduzir e sistematizar os processos de Avaliação Institucional segundo critérios pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação

Superior – SINAES, abrangendo a realidade e as diferentes dimensões do IFRO, especialmente as expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

IV. Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA): é um órgão deliberativo e de assessoramento da Administração Superior do IFRO em matéria normativa e consultiva, nas questões sobre a utilização de animais para o ensino e pesquisa. A CEUA é normatizada no IFRO, atualmente, conforme Resolução nº 49/2017/CONSUP/IFRO, de 06/10/2017, sendo vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP), a fim de receber o apoio administrativo necessário.

V. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira e Cargos dos Técnicos Administrativos em Educação (CIS-PCC/TAE): tem a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do PCC/TAE no âmbito do IFRO e propor à Comissão Nacional de Supervisão (CNS) as alterações necessárias para seu aprimoramento. A presente comissão está prevista no §3º, Art. 22 da Lei 11.091/2005, e regulamentada pela Portaria nº 2.519/2005/MEC alterada pela Portaria nº 2.562/2005/MEC, sendo que no âmbito do IFRO é regulamentada pela Resolução nº 43/2016/CONSUP/IFRO, de 13/06/2016.

VI. Comissão de Ética (CET): tem por missão zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, orientar os servidores para que se conduzam de acordo esses códigos e inspirar o respeito no serviço público. Foi instituída conforme o Decreto nº 1.171/1994, alterado pelo Decreto nº 6.029/2007, e regulamentada pela Resolução nº 10/2008 emitida pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República. No âmbito institucional do IFRO é regulamentada pela Resolução nº 12/2018/CONSUP/IFRO, de 12/01/2018.

É importante salientar que o IFRO dispõe ainda de outros órgãos colegiados de apoio e permanentes, mas que atualmente tem suas funções desempenhadas pelo Colégio de Dirigentes, são eles: o Comitê Permanente de Defesa da Propriedade

Intelectual; o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação.

Além das comissões estabelecidas, o reitor, com o objetivo de manter a eficácia administrativa, delegou atribuições executivas aos pró-reitores, diretores sistêmicos, podendo contar ainda com o apoio do Gabinete da Reitoria que é um órgão executivo, responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

4.2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Em atenção ao Regimento Geral do IFRO, aprovado pela Resolução nº 65/2015/CONSUP/IFRO, de 29/12/2015, a Auditoria Interna (Audint) é um órgão executivo de controle, responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito institucional, no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e da probidade dos atos da administração do IFRO. Ademais, o presente órgão está vinculado ao Conselho Superior do IFRO (CONSUP), conforme Resolução nº 20/CONSUP/IFRO, de 03/10/2013.

Sobre seus normativos, a Audint possui Regimento Interno próprio, aprovado pela Resolução nº 15/2015/CONSUP/IFRO, de 03/07/2015, e dispõe de um manual, aprovado pelo Conselho Superior do IFRO, conforme Resolução nº 42/2015/CONSUP/IFRO, de 25/09/2015, elaborado com o objetivo de reunir, de forma sistematizada, conceitos básicos sobre a matéria de auditoria, suas principais legislações correlatas, plano de trabalho, organização, competências, forma de planejamento e execução das ações de auditoria e controle, comunicação dos relatórios, diretrizes gerais e o estabelecimento de procedimentos essenciais ao desenvolvimento das atividades de auditoria, visando, principalmente, alcançar uniformidade de atendimento, padronizar os procedimentos e disciplinar as atividades no âmbito da Auditoria Interna do IFRO.

Quanto ao planejamento das ações da Audint, elas são previstas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), devendo ser submetidas à análise prévia do

respectivo órgão de controle interno até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução.

E, posteriormente, deve ser aprovado pelo CONSUP até o último dia útil do mês de dezembro do ano anterior ao de sua execução, conforme disposto na Instrução Normativa nº 24, de 17/11/2015.

Como exemplo, o PAINIT para o exercício de 2017, foi apreciado e aprovado pelo CONSUP por meio da Resolução nº 04/2017/CONSUP/IFRO, de 19/01/2017, sendo que para a sua elaboração, foram considerados os planos, metas e objetivos do IFRO, bem como seus programas e ações definidos em orçamento, recursos humanos disponíveis, a legislação aplicável e os resultados dos últimos trabalhos de auditoria, da Controladoria Geral da União, do Tribunal de Contas da União e da própria Unidade de Auditoria Interna do IFRO, que geraram diligências pendentes de atendimento na execução do PAINIT/2016.

Outro ponto importante a salientar que a elaboração do PAINIT baseia-se principalmente na hierarquização do grau de risco, conforme disposição constante na Matriz de Risco. Esta por sua vez, analisa a materialidade, a relevância e a criticidade de cada ação, conforme critérios detalhados a seguir:

- I. **Materialidade:** é apurada com base no orçamento, ou seja, o valor da ação é dividido pelo orçamento global para encontrarmos o percentual de contribuição. Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos. 1. Para um melhor entendimento e facilitação na apuração da matriz de risco, atribuímos fatores de 1 a 5, de acordo com o resultado encontrado, partindo de “muito alta materialidade”, correspondendo ao fator 5, até “muito baixa materialidade”, correspondendo ao fator 1.
- II. **Relevância:** significa a importância relativa ao papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existente no contexto analisado. Para o entendimento do critério utilizado devemos considerar a tabela abaixo, em que são apresentados 5 fatores, que resultarão da combinação da quantidade de “aspectos a serem considerados”. Cabe esclarecer que quanto maior for a relevância fator 5 ou 4, a ação está ligada diretamente ao cumprimento da

missão Institucional e relacionada ao planejamento estratégico da Instituição, quando a ação for essencial com fator 3 ou 2, a ação compromete o serviço prestado ao cidadão e que possa comprometer a imagem institucional, e quando for ação coadjuvante com fator 1, a ação será considerada programa prioritário. Também para um melhor entendimento e facilidade de apurar a matriz de risco, atribuímos notas de 1 a 5, de acordo com a relevância de cada atividade, levando em consideração os aspectos apresentados. Logo, se for relevante atribuímos 5 ou 4, essencial 3 ou 2 e coadjuvante 1.

III. Criticidade: A hierarquização pela criticidade leva em consideração os aspectos a seguir: 1. Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento (quanto maior o intervalo, maior a pontuação). Para um melhor entendimento atribuímos o intervalo na pontuação: Última auditoria realizada em até 6 meses igual a pontuação será zero (0), Última auditoria realizada entre seis (06) e doze (12) meses a pontuação será igual a um (01), Última auditoria realizada entre doze (12) e dezoito (18) meses pontuação será igual a dois (02), Última auditoria realizada entre dezoito (18) e vinte e quatro (24) meses, pontuação será igual a três (03), Última auditoria realizada entre 25 e 30 meses, pontuação será igual 4, e Última auditoria realizada acima de 30 meses, pontuação será igual a cinco (05).

Quanto aos procedimentos adotados para a realização das ações de auditoria, todas são previamente comunicadas por meio de memorando à autoridade máxima da instituição, sendo que, até o presente momento, nenhuma restrição foi imposta aos trabalhos já realizados.

Posteriormente, são emitidos os Relatórios de Auditoria, que são encaminhados à Alta Gestão, para conhecimento das recomendações realizadas e para análise da possibilidade de atendimento imediato, e caso não seja possível, eles serão alvo de monitoramento no ano posterior. Além disso, o Relatório Anual da Auditoria Interna (RAINT) contém a síntese de todos os resultados obtidos no decorrer do exercício, o qual posteriormente é levado para apreciação pelo Conselho Superior, em respeito à Instrução Normativa nº 24, de 17/11/2015.

Atualmente, o setor conta com dois servidores ocupantes do cargo de Auditor, e um Chefe de Auditoria, podendo ser eventualmente composto por servidores do quadro permanente do IFRO, não ocupantes de cargo de Auditor, em decorrência de auditorias específicas que exijam conhecimento multidisciplinar, sendo todos designados pelo Conselho Superior (CONSUP), por indicação de sua chefia.

Para indicação do Chefe de Auditoria, até o ano de 2017, foram respeitados os critérios estabelecidos pela Portaria nº 915, de 29/04/2014, haja vista que recentemente foi publicada a Portaria nº 2.737/2017, publicada no DOU em 22/12/2017, dispondo de novos parâmetros para nomeação do Auditor Chefe.

Para consulta aos documentos institucionais que regem o funcionamento da Auditoria Interna do IFRO, encaminha-se os endereços eletrônicos:

- I. Regimento Geral do IFRO: <https://portal.ifro.edu.br/doc-isntitucionais/397-regimento-geral-do-ifro-res-n-65-consup-ifro>
- II. Regimento Interno da Audint: http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=409&Itemid=11
- III. -Manual da Auditora Interna:
- IV. http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=467&Itemid=11

4.2.1. Sobreposição de carga horária - Pronatec

A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) em seu art. 9º, § 1º prevê que:

Art. 9º, § 1º Os servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica poderão perceber bolsas pela participação nas atividades do Pronatec, desde que não haja prejuízo à sua carga horária regular e ao atendimento do plano de metas de cada instituição pactuado com seu mantenedor, se for o caso. (grifo nosso)

Também na Resolução nº 04 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em seus art. 12 e 14 §4º prevê que:

Art. 12 As instituições da Rede Federal de EPCT poderão, conforme art. 9º da Lei nº 12.513/2011, conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades da Bolsa-Formação, em jornada extraordinária ao seu contrato de trabalho, que deverão ter formação e experiência compatíveis com as responsabilidades relativas às seguintes atribuições:

- I. Coordenador-Geral da Bolsa-Formação;
 - II. Coordenador-Adjunto;
 - III. Supervisor de curso;
 - IV. Professor;
 - V. Apoio às atividades acadêmicas e administrativas; e
 - VI. Orientador.
- (...)

Art. 14 §4º § 4º As atribuições e a carga-horária dos bolsistas que são servidores não poderão conflitar com suas atividades e sua carga horária regular, nem comprometer a qualidade, o bom andamento e o atendimento do plano de metas da instituição, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 12.513/2011. **(grifo nosso)**

Dessa forma, informamos que todos os professores do IFRO que atuam no âmbito do Pronatec, são selecionados por meio de processo seletivo (edital), comprovam a adequação da carga horária por meio de assinatura de termo de compromisso e juntada de documentos probatórios expedidos e com a anuência da Coordenação Geral de Pessoas - CGP do *Campus* vinculado. Todas as ações do Pronatec no âmbito do IFRO são trilhadas no estrito cumprimento do princípio da legalidade, de acordo com a Lei nº 12.513/2011 e Resolução nº 04 do FNDE, e demais regramentos normativos.

A Auditoria Interna do IFRO realizou auditoria referente à sobreposição de horário do PRONATEC, com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, conforme prevê o art. 9º, § 1º da Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, que estabelece:

Art. 9º São as instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas autorizadas a conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades do Pronatec.

§ 1º Os servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica poderão perceber bolsas pela participação nas atividades do Pronatec, desde que não haja prejuízo à sua carga horária regular e ao atendimento do plano de metas de cada instituição pactuado com seu mantenedor, se for o caso.

No referido ano, foi encontrada sobreposição de horário de servidores atuantes no PRONATEC e foi recomendado à Coordenação-Geral do PRONATEC analisar a possibilidade de compensação das horas de sobreposição verificadas de cada servidor

ou a devolução dos valores pertinentes. As ocorrências geradas demandaram recomendações à Coordenação-Geral do PRONATEC:

- I. Monitorar o registro da frequência relativa ao PRONATEC de forma a atender as legislações vigentes e evitar a prática do desempenho das atividades correlatas em horário de expediente normal, bem como a inexecução, total ou parcial, da jornada laboral própria do cargo que ocupam no IFRO, em função da execução das ações do PRONATEC.
- II. Compensar as horas concomitantes à carga horária própria do cargo que ocupam na Instituição, caso não seja adotado esse procedimento, ressarcir ao erário à diferença recebida das parcelas das bolsas referente ao período em que estes cumpriram de forma concomitante as duas jornadas laborais, de acordo com o demonstrativo acima.
- III. Tomar as medidas cabíveis junto ao servidor, para que seja ressarcida a diferença dos valores que ultrapassou a carga horária semanal máxima permitida para a realização das atividades do Pronatec, e ainda acompanhar e monitorar as atividades administrativas por meio da adoção de um sistema de controle eficiente.

As recomendações emitidas foram parcialmente atendidas pela gestão, haja vista que ainda estão em implementação. Convém destacar que a Coordenação-Geral do Pronatec se manifestou por meio do Memorando nº 17/2018/REIT - PROEX/REIT, informando: “Os servidores levantados em Auditoria receberam comunicado acerca da constatação SEI (0157137) e foi lhes sugerido que optassem pela compensação ou ressarcimento ao erário.”

Em atendimento às recomendações, os servidores que optaram pelo ressarcimento ao erário já efetivaram o pagamento dos valores por meio da GRU. E ainda, os colaboradores que optaram pela reposição também já iniciaram o plano de reposição.

Conclui-se a partir da auditoria realizada que os controles internos desenvolvidos no IFRO, relativo ao PRONATEC, apresentam algumas fragilidades, quanto ao aspecto do monitoramento do cumprimento da jornada laboral executada

pelos colaboradores por parte da Coordenação do programa. Assim, foram expedidas algumas recomendações, bem como feitas orientações quanto às observações que deverão ser realizadas pelas Coordenações.

Verifica-se, assim, que o trabalho de auditoria buscou corrigir situações que levassem a prática de sobreposição de horário e, ainda, contribuir para a consolidação do dever de probidade, exigido ao servidor.

4.3. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O IFRO não possui uma unidade organizacional ou comissão permanente responsável pela análise dos processos de correição. Não obstante, o procedimento adotado na instituição mediante necessidade de abertura de qualquer procedimento disciplinar, é a nomeação de comissão responsável por apurar o caso, seguindo as orientações constantes no Manual de Processo Administrativo Disciplinar, emitido em Janeiro/2017 pela Controladoria Geral da União (CGU), sendo que a nomeação pode ocorrer pelo Magnífico Reitor ou, se no âmbito dos *campi*, podem ser feitas pelos Diretores-Gerais, em virtude da delegação de competência ocorrida conforme Portaria nº 41/2017/GR/IFRO, de 12/01/2017 – (DOU 13, de 18/01/2017).

Depois de nomeada, a comissão desenvolve todos os trabalhos de apuração e para desfecho emite um Relatório final contendo suas constatações. Este e todos os outros documentos arrolados no processo de trabalho são submetidos à Procuradoria Federal junto ao IFRO, para análise e emissão de parecer jurídico quanto à legalidade do atendimento do rito processual desenvolvido, com atenção especial para a concessão do direito de contraditório e defesa para o servidor envolvido, e quanto à razoabilidade da sanção administrativa disciplinar recomendada pela comissão.

Quanto ao cadastramento de tais processos no Sistema CGU/PAD, é importante salientar o trabalho de regularização providenciado pela Gestão, que durante o ano de 2017 mobilizou todas as unidades para que providenciasse o lançamento dos procedimentos ainda pendentes de cadastro.

O IFRO que possui uma estrutura multicampi formada por 10 (dez) unidades, distribuídas geograficamente dentro do estado de Rondônia, dispõe de 2 (dois) servidores, por *campi* de lotação, cadastrados e responsáveis pelo acompanhamento local do CGU/PAD, e 3 (três) servidores responsáveis pelo acompanhamento geral do sistema, lotados na Reitoria.

Abaixo segue relatório sucinto dos processos instaurados em 2017, conforme relatório sucinto emitido pelo Sistema CGU/PAD:

Ademais, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), por meio da sua Coordenação de Desenvolvimento Humano e Social (CDHS), em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF) ministrou curso de Processo Administrativo Disciplinar, o que demonstra o interesse da Instituição em capacitar seus servidores para atuar neste tipo de procedimento.

Figura 4 - Relatório de Procedimentos Instaurados

CGU-PAD		Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS		
Dados do Filtro:		
Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.		
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia		
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017		
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas		0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		4
Total de Ritos Sumários		1
Total de Sindicâncias		2
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		7

Fonte: Sistema CGU-PAD

4.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Resolução nº 4/2017 que dispõe sobre o regulamento da política de Gestão de Riscos, Governança e Controles Internos no âmbito do IFRO foi aprovada em 15/09/2017. Foi publicado manual denominado “Modelo de Gestão”, contendo as definições para implementação da Gestão de Riscos no âmbito institucional e, em atendimento disposto no §1º, inciso VIII, Art. 6º, da Resolução 04/2017/CONSUP, transcrito:

§ 1º O detalhamento das etapas enumeradas nos incisos I a VIII deste artigo, bem como os procedimentos e os instrumentos necessários ao processo de gestão de riscos, serão definidos no Manual de Gestão de Riscos, a ser estabelecido pela Diretoria de Planejamento no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de publicação desta Resolução.

O manual de gestão de riscos é o documento institucional cuja finalidade é implantar um processo que organize e sistematize a interação das áreas do IFRO envolvidas no planejamento, execução e controle das ações institucionais de forma que haja equidade, transparência e responsabilidade pelos resultados.

O manual de gestão de riscos também define a estrutura de governança, os atores envolvidos, prazos e o escopo de sua tomada de decisão no processo. Tornando possível, assim, que as áreas competentes possam realizar a gestão de forma planejada e dispor de mecanismos de monitoramento e avaliação de ações e projetos institucionais.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Neste capítulo serão abordadas informações sobre gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação, critérios de sustentabilidade ambiental, além dos fundos e programas sugeridos pela UPC.

5.1. GESTÃO DE PESSOAS

Neste capítulo, os itens apresentados serão: Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada; Política de capacitação e treinamento de pessoal; Despesas relacionadas à manutenção do pessoal; Acumulação Indevida de Cargos; Funções e Empregos Públicos; Riscos identificados na gestão de pessoas e Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.

5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Tabela 37 - Composição da força de trabalho da unidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	1161	135	42
1.1.Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	1161	135	41
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1157	135	41
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	3	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.Servidores com Contratos Temporários	0	63	78	87

3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4.Total de Servidores (1+2+3)	0	1224	213	129

Fonte: SIAPE – 2018

5.1.1.1. *Distribuição do pessoal no âmbito da unidade jurisdicionada, especialmente no contexto da execução da sua atividade fim.*

Tabela 38 - Distribuição da força de trabalho por área

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de carreira (1.1)	571	590
1.1. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	571	590
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	568	589
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com contratos temporários	0	63
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de servidores (1+2+3)	571	653

Fonte: SIAPE – Ano 2018

O dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, foi estabelecido pela Portaria MEC nº 246, publicada no DOU de 11/05/2016.

Posteriormente através da Portaria MEC nº 1.053, de 05/09/2017, publicada DOU de 06/09/2017 foi alterada a tipologia de unidade de ensino do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, com destaque da mudança do *Campus* Avançado Jaru para *Campus* Jaru.

Cumprе destacar que embora tenha sido publicado o dimensionamento das unidades a liberação de códigos de vagas está condicionado a disponibilidade e disponibilização dos mesmos, por parte do Ministério da Educação, bem como saldo no Banco de Professor Equivalente e Quadro de referência dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, conforme estabelece os decretos nº 7.311/2010 e nº 7.312/2010, atualizado pela Portaria Interministerial nº 25 publicada no D.O.U de 06/02/13, e Portaria Interministerial nº 405, de 14/12/2016, publicada no DOU de 20/12/2016.

No ano de 2017 o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão em conjunto com o Ministério da Educação, publicaram a Portaria interministerial nº 109/2017, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Instituições Federais de Ensino e pelo Ministério da Educação - MEC para encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal relativas ao exercício subsequente, visando sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, sendo que tal estimativa deverá ser enviada até o dia 30 de abril de cada ano.

Tabela 39 - Docentes por unidade de lotação de acordo com a Portaria MEC nº 246/2016, alterada pela Portaria MEC nº 1.053, 05/09/2017.

Quadro de Docentes		Modelo de dimensionamento - Portaria MEC nº 1.053, de 05/09/2017	2017
Unidade de Lotação	<i>Campus</i> Colorado do Oeste	90	91
	<i>Campus</i> Ariquemes	90	72
	<i>Campus</i> Cacoal	70	57
	<i>Campus</i> Ji-Paraná	70	67
	<i>Campus</i> Vilhena	70	68
	<i>Campus</i> Guajará-Mirim	70	55

	<i>Campus Porto Velho Zona Norte</i>	70	54
	<i>Campus Porto Velho Calama</i>	150	110
	<i>Campus Jaru</i>	70	10
	Total	750	584

Fonte: SIAPE – Ano 2018

Tabela 40 - TAES por unidade de lotação de acordo com a Portaria MEC nº 246/2016, alterada pela Portaria MEC nº 1.053, 05/09/2017.

TAE	Modelo de dimensionamento Portaria MEC nº 1.053, de 05/09/2017	2017
<i>Campus Colorado do Oeste</i>	70	72
<i>Campus Ariquemes</i>	70	64
<i>Campus Cacoal</i>	60	53
<i>Campus Ji-Paraná</i>	45	54
<i>Campus Vilhena</i>	45	48
<i>Campus Guajará-Mirim</i>	45	19
<i>Campus Porto Velho Zona Norte</i>	45	47
<i>Campus Porto Velho Calma</i>	100	72
Jaru	45	7
Reitoria	160	112
TOTAL	685	548

Fonte: SIAPE - Ano 2018

Considerando que para Portaria nº 246/2016, não são considerados cargos de níveis A e B, bem como os cargos extinção, vejamos a força de trabalho existente no IFRO, que não compõem o modelo de dimensionamento.

Tabela 41 - Força de trabalho do IFRO, que não compõe o modelo de dimensionamento.

Unidade	Cargos de Níveis A e B	Cargos em extinção	Total
<i>Campus</i> Colorado do Oeste	9	12	21
<i>Campus</i> Ji-Paraná		2	2
<i>Campus</i> Vilhena	3		3
TOTAL			26

Fonte: IFRO - Ano 2018

5.1.1.2. *Relação entre servidores efetivos e temporários*

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia possuía em 31/12/2017 sessenta e três professores contratados de acordo com as previsões contidas na lei 8.745/93, o que corresponde a 5,15 % do nosso quadro de pessoal. As contratações temporárias tem por objetivo suprir os afastamentos e licenças concedidas ao professores efetivos nas hipóteses e situações elencadas no Decreto nº 7.485/2011.

Salienta-se que, o percentual máximo de contratação de docentes do quadro temporário é de 20% do total de professores efetivos da instituição. Atualmente, não existe a possibilidade de contratação temporária para suprir eventuais afastamentos de técnicos administrativos, o que se constitui em fator de adversidade para a instituição no caso de afastamentos, licenças e outras condições que impliquem na redução temporária da força de trabalho dessa categoria, fator que pode trazer prejuízo à instituição enquanto perdurarem determinadas ausências de seus profissionais.

5.1.1.3. *Política de Capacitação e treinamento de pessoal*

A Política de Capacitação dos servidores do IFRO está regulamentada pela Resolução CONSUP nº 07/2011, amparada pelo Decreto 5.707/2006.

A compreensão da importância da formação *stricto sensu* dos servidores como estratégia para investir na qualidade do ensino, pesquisa e extensão tem sido uma conquista diária da instituição e neste contexto, um passo relevante para ampliação da qualificação do quadro de seus servidores, foi a aprovação pelo CONSUP da política de

afastamento dos servidores do IFRO, para realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e pós-doutorado, conforme resolução nº 53/2015.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação tem buscado continuamente por parcerias para a formação dos servidores em nível de mestrado e doutorado, a qual segue de acordo com o quadro abaixo:

Tabela 42 - Demonstrativo de parcerias para qualificação do corpo de servidores

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	TÍTULO	QUANTIDADE DE SERVIDORES CURSISTAS	TIPO DE PARCERIA	ETAPA	PERÍODO
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Mestrado Profissional	Mestrado Profissional em Educação Escolar	Mestre em Educação Escolar	27	Termo de Cooperação Técnico-Científica nº 01/IFRO/2017 (UNIR/IFRO)	Disciplinas em andamento	2017-2019
Universidade de São Paulo (USP) - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)	Mestrado	Mestrado em Tecnologia Nuclear	Mestre em Ciências	21	Acordo de Cooperação 2014	Disciplinas em andamento/qualificação	2015-2017
Universidade de São Paulo (USP) - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)	Doutorado	Doutorado em Tecnologia Nuclear	Doutor em Ciências	12	Acordo de Cooperação 2014	Disciplinas em andamento/qualificação	2015-2019
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Doutorado	Doutorado em Ciências e Matemática	Doutor em Ciências	7	Rede em Educação em Ciências e Matemática - REAMEC	Em fase de qualificação e defesa	2014-2018
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Doutorado	Doutorado em Ciências e Matemática	Doutor em Ciências	1	Rede em Educação em Ciências e Matemática - REAMEC	Disciplinas em andamento	2016-2020
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Mestrado	Mestrado Profissional em Ciência da Computação	Mestre em Ciências da Computação	6	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC	5 concluintes	2014 a 2017

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho "Campus de Ilha Solteira"	Doutorado (DINTER)	Doutorado Interinstitucional em Agronomia	Doutor em Agronomia	20	Aprovação no edital nº 11/2015 da CAPES	Disciplinas em andamento e estágio obrigatório na instituição promotora	2016 a 2020
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais (IPPN)	Doutorado (DINTER)	Doutorado Interinstitucional em Química de Produtos Naturais	Doutor em Ciências	14	Aprovação no edital da CAPES nº 23/2014 (DINTER)	5 servidores com disciplinas e estágio na instituição promotora e em andamento	2014 a 2018
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Marília	Doutorado (DINTER)	Doutorado Interinstitucional em Educação	Doutor em Educação	20	Aprovação no Edital da CAPES nº 02/2016 (DINTER)	Disciplinas em andamento	2017-2021
Instituto Politécnico do Porto	Mestrado	Mestrado em Assessoria de Administração	Mestre em Assessoria de Administração	17	Termo de cooperação técnico-científica nº 007/2017	Disciplinas em andamento	2017-2019

Fonte: PROPESP – Ano 2017.

Além das parcerias acima elencadas, desde 2014 adotamos editais semestrais para afastamento total dos servidores para cursos de pós-graduação *stricto sensu* e pós-doutorado, conforme previsto no Art. 96-A da Lei 8.112/90, atualmente temos 78 servidores afastados integralmente.

Tal política oportuniza a elevação de nossa força de trabalho que pode ser demonstrada através do quadro a seguir:

Tabela 43 - Evolução de titulação

Ano	Nível	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Ensino Médio	Graduado	Especialista	Mestre	Doutor
2015	Servidores	01	02	127	203	320	219	23
2016	Servidores	01	01	140	207	377	280	40
2017	Servidores	-	02	101	169	399	374	67

Fonte: SIAPE, 2017

Buscando capacitar os servidores para o aprimoramento de suas competências e habilidades, para o desenvolvimento dos trabalhos diários e melhoria dos serviços prestados ao cidadão, no ano de 2017 foram mantidas as parcerias com a ENAP e ESAF:

- I. Acordo de Cooperação Técnica com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (denominado ENAP em Rede), com o objetivo de viabilizar a capacitação de 30 (trinta) servidores do IFRO e 30 (trinta) servidores do poder executivo federal, estadual e municipal, onde a ENAP realiza a formação dos instrutores do executivo federal em contrapartida o IFRO fica encarregado pela formação das turmas, confecção do material didático, disponibilidade do ambiente físico e apoio técnico inicial, colaborando, assim, com o fortalecimento da capacitação contínua dos servidores da gestão pública.
- II. Parceria com o Centro Regional de Treinamento da Escola de Administração Fazendária – CENTRESESAF, através de descentralização de recursos para realização de cursos *In Company*, para o desenvolvimento dos servidores das dez unidades do Instituto Federal de Rondônia, foram ofertados 14 cursos e disponibilizadas 420 vagas.
- III. Realizamos a seleção de servidores para atuarem como facilitadores no curso básico de Libras através do Edital 182/2017, com o recebimento de GECC. O curso foi ministrado em 6 unidades (Cacoal; Colorado do Oeste; Jaru; Porto Velho Calama; Porto Velho Zona Norte e Vilhena) com a oferta de 180 vagas.
- IV. Foi ofertado em parceria com a PROEN o curso “Avaliação da Aprendizagem escolar: Concepções, finalidades e práticas”, ministrado pelo servidor do *Campus* Colorado do Oeste João Gouveia Coelho, em 5 *campi* com a disponibilidade de 150 vagas.
- V. Parceria com a PROPESP para a realização da Oficina de "Redação de Artigos Científicos e Redação de Projetos Científicos", realizado somente no *Campus* Vilhena, pois os instrutores da capacitação ficaram impossibilitados de dar continuidade por motivos pessoais.
- VI. Cada uma das unidades elaborou seu plano anual de capacitação onde também foram destinados recursos para cursos abertos e *In Company*.

No ano de 2017 demos continuidade ao Programa de Desenvolvimento de Gestores nas Organizações Públicas, ofertado por meio de parceria com a ESAF e que

oportunizou capacitar 30 servidores que atualmente ocupam cargos de gestão nas unidades.

Tabela 44 - Quadro com a relação de cursos *in company* realizados em 2017 através das parcerias ENAP E ESAF

Instituição	Curso	Carga Horária	Vagas
ENAP	Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional	40	30
	Fundamentos da Gestão da Logística Pública	24	30
ESAF	Comunicação Interna no Setor Público	20	30
	Tesouro Gerencial	24	30
	Gestão e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	32	30
	Registro Acadêmico	32	30
	Assistência e Orientação Educacional	32	30
	Secretariado Executivo e Assessoria	32	30
	Análise e Melhoria de Processos	20	30
	Programa de Desenvolvimento de Gestores nas Organizações públicas. Módulo I – Coaching	20	30
	Programa de Desenvolvimento de Gestores nas Organizações públicas. Módulo II – Fundamentos do Modelo de Excelência na Gestão Pública	20	30
	Programa de Desenvolvimento de Gestores nas Organizações públicas. Módulo III – <i>Workshop</i> de Planejamento Estratégico	20	30
	Programa de Desenvolvimento de Gestores nas Organizações públicas. Módulo IV – Gestão por Processos	20	30
Processo Administrativo Disciplina - PAD	27	30	

Fonte: DGP/IFRO, 2018

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela 45 - Despesas associadas à manutenção de pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas		Despesas Variáveis						Benefícios Assistenciais e Previdenciár ios	Demais Despesas Variáveis
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações				
Membros de poder e agentes políticos										
Exercício	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercício	2016	83.778.213,52	0,00	10.019.419,31	0,00	5.568.653,30	2.066.906,31	334.484,86		
	2017	55.843.582,60	37.332.650,49	11.897.171,63	4.175.435,55	9.106.928,61	87.290,49	140.069,78		
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
Exercício	2016	0,00		100.676,46	4.723,11	21.600,00	0,00	0,00		
	2017			112.063,74	4.122,75	22.022,15	0,00	0,00		
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercício	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Servidores cedidos com ônus										
Exercício	2016	158.143,58	0,00	18.339,26	33.511,34	0,00	5.085,26	0,00		
	2017	232.191,63	0,00	35.714,71	51.296,95	0,00	16.053,26	0,00		
Servidores com contrato temporário										
Exercício	2016	2.435.086,35	0,00	207.865,12	83.790,79	136.922,30	413.168,92	0,00		
	2017	2.697.641,98	0,00	197.733,43	65.433,38	140.133,55	416.457,07	0,00		

Fonte: SIAPE, 2018

5.1.2.1. *Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos*

No ano de 2017 não recebemos notificações dos órgãos de controle sobre indícios de possíveis acúmulos ilegais de cargos de servidores deste Instituto Federal de Rondônia. Os casos de denúncias apuradas internamente não resultaram em nenhuma constatação efetiva de acúmulo ilegal e tampouco em medidas administrativas punitivas.

Considerando o que dispõe o inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal e observando-se a compatibilidade de horários, os demais servidores foram notificados a apresentar documentação comprobatória de desvínculo, bem como demais documentações necessária para comprovação do não acúmulo de cargo ilegal.

Com relação ao controle interno para identificação de irregularidades em acumulações de cargos, funções e empregos públicos, atualmente os candidatos tomam conhecimento do acúmulo de cargo indevido no ato da posse, por meio da Coordenação de Cadastro Seleção e Aposentadoria, a qual faz os devidos informes, e utilizando como instrumento a declaração de vínculos do servidor, qual é preenchida e entregue ainda no ato de sua posse.

Além disto, todas as denúncias recebidas são apuradas, sendo que nos casos em que não se comprova o acúmulo ilegal de cargos, o servidor é notificado a apresentar comprovação de desvínculo ou documentação comprobatória do acúmulo legal.

5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Existem diversos riscos na Gestão de Pessoas onde destacamos:

I. Rotatividade de pessoal é uma questão recorrente no órgão, tendo sido esta já apontada no relatório dos anos anteriores. A rotatividade tem como principal foco os cargos de nível fundamental e médio, pois estes, não apresentam remunerações atrativas em longo prazo, sendo comum que os servidores busquem novos cargos com melhores remunerações ou então menor

carga horária de trabalho, como as carreiras em que a carga horária semanal seja de 30 horas.

II. Dispersão geográfica do IFRO, com *campi* localizados em várias regiões do estado de Rondônia, muitos servidores tomam posse em cidades onde não possuem familiares, o que prejudica o processo de ambientação do mesmo na unidade, bem como seu desenvolvimento nas atividades laborais, e proporciona o adoecimento de alguns servidores e o aumento da demanda de solicitações de remoção, como é o caso do *Campus* Guajará-Mirim, que fica à 33 Km da Capital de Porto Velho, fazendo divisa com a Bolívia.

Junto a isto, ainda temos a grande demanda por redistribuição, já que o IFRO está localizado na região norte e muito dos profissionais recém-empossados são das demais regiões do país, e, portanto, logo após sua entrada em exercício apresentam demanda de redistribuição.

III. Falta de mecanismos ou *softwares* que auxiliem no trabalho de controle na gestão de pessoas, como por exemplo: os acúmulos de cargos ilegais. Uma vez que não temos nenhum sistema que demonstre os servidores que estão em acúmulo de cargos ilegais, obtendo acesso a estas informações somente através de denúncias ou notificação dos órgãos de controle, o que torna o processo administrativo de exoneração moroso.

IV. Conflito de carreiras, o Instituto Federal de Rondônia é composto por servidores da Carreira do Magistério Federal e servidores Técnico-Administrativos em Educação, atualmente é necessário administrar e gerenciar conflitos entre as duas carreiras tendo em vista a disparidades que a legislação criou entre elas, vejamos um exemplo.

O Art. 96-A da Lei 8.112/90 disciplina o afastamento do exercício do cargo efetivo com a respectiva remuneração, para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no país e traz os seguintes requisitos:

§ 2º Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório, que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares para

gozo de licença capacitação ou com fundamento neste artigo nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

Contudo a Lei 12.772 que trata da Carreira do Magistério Federal, desobrigou aos integrantes da Carreira o cumprimento do prazo estipulados no Art.96-A da Lei 8.112/90, vejamos o Art. 30 da Lei 12.772:

Art. 30. O ocupante de cargos do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para:

I - participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição; (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)

II - prestar colaboração a outra instituição federal de ensino ou de pesquisa, por período de até 4 (quatro) anos, com ônus para a instituição de origem; e
III - prestar colaboração técnica ao Ministério da Educação, por período não superior a 1 (um) ano e com ônus para a instituição de origem, visando ao apoio ao desenvolvimento de programas e projetos de relevância.

§ 1º Os afastamentos de que tratam os incisos II e III do caput somente serão concedidos a servidores aprovados no estágio probatório do respectivo cargo e se autorizado pelo dirigente máximo da IFE, devendo estar vinculados a projeto ou convênio com prazos e finalidades objetivamente definidos.

§ 2º Aos servidores de que trata o caput poderá ser concedido o afastamento para realização de programas de mestrado ou doutorado independentemente do tempo de ocupação do cargo.

Portanto na prática hoje o ocupante do carreira do Magistério Federal após sua entrada em exercício pode imediatamente requerer o afastamento previsto no Art. 96-A da Lei 8.112/90 enquanto o ocupante da carreira de Técnico Administrativo em Educação tem que esperar três anos caso para mestrado e quatro anos para doutorado. Gerando uma grande insatisfação nos servidores e o aumento do número de servidores procurando novas carreiras.

Destaca-se ainda que no ano de 2017 a Auditoria interna do IFRO realizou um Mapeamento de Riscos na Diretoria de Gestão de Pessoas, o qual resultou em uma Matriz SWOT, sendo esta ferramenta utilizada para fazer análise do ambiente, servindo como base para gestão e planejamento estratégico da instituição. Ainda durante o mapeamento foi possível realizar a matriz de risco da Diretoria de Gestão de pessoas, a qual resultou no percentual de 27,96% (risco médio), ou seja, o setor não apresenta potencial necessidade de auditorias no ano de 2018.

5.1.3.1. *Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.*

No ano de 2017 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Institucional referente ao quinquênio 2018-2022, sendo o seu acompanhamento realizado por meio das Reuniões de Avaliação da Estratégia. Estas reuniões têm o objetivo de apresentar os resultados obtidos no período e traçar planos de ação ou tomar medidas com o objetivo de melhorar o alcance das metas institucionais, sendo que para aferição do alcance destas metas foram definidos indicadores. Desta forma, apresentamos abaixo os indicadores relacionados à área de pessoal.

Tabela 46 - Índice de capacitação

DADOS GERAIS DOS INDICADORES	
Nome do Indicador	Índice de capacitação do quadro de servidores
Objetivo do Indicador	Demonstrar o nível de capacitação dos servidores efetivos da instituição
Área Responsável	Coordenação de Desenvolvimento Humano e Social, Coordenação de Gestão de Pessoas e Diretoria de Gestão de Pessoas
Equação de Cálculo	(Número de servidores que realizaram, pelo menos, 20 horas de capacitação no ano / Número de servidores do IFRO) x 100
Resultado 2016	58,49
Análise Crítica	
Este índice visa apurar o nível de capacitações realizadas anualmente na Instituição. No entanto, cabe ressaltar que pode ter ocorrido de um mesmo servidor ter realizado mais de um curso, além disto, um indicador tão elevado como este pode tornar-se de difícil alcance. Com atual crise financeira que ocorre no país, há a possibilidade de redução do orçamento e conseqüente diminuição da quantidade de capacitações ofertadas para servidores.	

Fonte: Relatório de execução do Plano Anual de Capacitação – Ano 2017.

Tabela 47 - Índice de Qualificação do Corpo Docente - IQCD

DADOS GERAIS DOS INDICADORES	
Nome do Indicador	Índice de Qualificação do Corpo Docente
Objetivo do Indicador	Demonstrar o nível de qualificação dos servidores docentes da instituição
Área Responsável	Coordenação de Desenvolvimento Humano e Social, Coordenação de Gestão de Pessoas e Diretoria de Gestão de Pessoas

Equação de Cálculo	($5D+3M+2E+G / D+M+E+G$), onde: - D = número de professores com Doutorado; - M = número de professores com Mestrado; - E = número de professores com Especialização; - G = número de professores com Graduação. ** Obs.: Foram atribuídos pesos a cada tipo de formação para elaboração da equação.
Resultado 2017	2,76
Análise Crítica	
Este índice visa apurar o nível de qualificação dos Servidores Docentes da Instituição. No entanto, há de se considerar que este índice pode sofrer grande variação anual, seja ele para elevar ou diminuir o grau de qualificação docente, pois ao ingressar na instituição o servidor pode já possuir doutorado ou possuir somente a graduação exigida em edital.	

Fonte: SIAPE, 2017

Tabela 48 - Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo IQCTA

DADOS GERAIS DOS INDICADORES	
Nome do Indicador	Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo
Objetivo do Indicador	Demonstrar o nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos da instituição.
Área Responsável	Coordenação de Desenvolvimento Humano e Social, Coordenação de Gestão de Pessoas e Diretoria de Gestão de Pessoas
Equação de Cálculo	($5D+3M+2E+1G+0,75EM+0,5EF/D+M+G+EM+EF$), onde: - D = número de técnicos administrativos com Doutorado; - M = número de técnicos administrativos com Mestrado; - E = número de técnicos administrativos com Especialização; - G = número de técnicos administrativos com Graduação; - EM = número de técnicos administrativos com Ensino Médio; - EF = número de técnicos administrativos com Ensino Fundamental. ** somente Ativos Permanentes** Obs.: Foram atribuídos pesos a cada tipo de formação para elaboração da equação.
Resultado 2017	1,54
Análise Crítica	
Este índice visa apurar o nível de qualificação dos Servidores Técnicos da Instituição. No entanto, há de se considerar que este índice pode sofrer grande variação anual, seja ele para elevar ou diminuir o grau de qualificação dos técnicos, pois ao ingressar na instituição o servidor pode já possuir doutorado ou possuir somente a graduação exigida em edital.	

Fonte: SIAPE, 2017

5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Atualmente a instituição tem utilizado as orientações contidas na orientação normativa MPOG nº 02/2016, quanto à aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal.

Tabela 49 - Quantitativo de contratos de estágio vigentes[1]

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes								Despesa no exercício	
	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre		(em R\$ 1,00)	
Ano	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
1. Nível superior	1	6	1	5	1	5	4	4	26.385,32	35.595,33
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0	0	2	0		
1.2 Área Meio	1	6	1	5	1	5	2	0		
2. Nível Médio	0	1	0	1	0	0	1	0	11.061,34	2.976,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0	0	0	0		
2.2 Área Meio	0	1	0	1	0	0	0	0		
3. Total (1+2)	1	7	1	6	1	5	5	4	37.446,66	38.571,33

Análise Crítica: A contratação dos estagiários pela Instituição atende a Orientação Normativa nº 02 de 24/06/2016 MPOG. A partir de 2015 a seleção dos estagiários começou a ser feita pelo próprio órgão, sem o auxílio de um agente integrador, com o objetivo de atender as necessidades prioritárias da instituição. Importante ressaltar que a Instituição oferta vagas de estágio não remunerado aos alunos dos cursos técnicos ofertados no próprio Instituto Federal de Rondônia e também aos alunos de outras instituições com as quais firma convênios com tal finalidade.

Fonte: IFRO - Ano 2018

5.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve ocorrências em 2017.

Fonte: SIAPE

5.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA (PROAD)

5.2.1. Gestão da Frota de Veículos

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Configura-se de uma frota de veículos próprios, não sendo realizada nenhuma locação no período compreendido, todavia os veículos utilizados pela Instituição pertencem ao patrimônio do IFRO.

Para que se realize a gestão da frota toma-se por base a legislação vigente que trata sobre tal situação, conforme apresentada abaixo:

- Leis nº: 1.081/1950, 9.327/1996 e 9.503/1997.
- Decreto nº: 9.287 de 15/02/2018.
- Instruções Normativas nº: 183 de 08/09/1986, 09 de 26/08/1994, 06 de 16/06/1997, 01 de 21/06/2007, 01 de 05/03/2008, 03 de 15/05/2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A frota de veículos oficiais permite que sejam realizadas as atividades administrativas e pedagógicas externas e internas às nossas unidades. No caso da Reitoria, destacamos as visitas técnicas aos *campi*, que permitem que a Reitoria dê o suporte necessário no tocante ao desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica. Outro destaque é quanto à entrega de documentos em outros

órgãos/empresas. No caso dos *campi*, os veículos destinam-se ao atendimento de discentes e docentes na realização de visitas técnicas, viagens para participação de jogos escolares, congressos, conferências, eventos em geral e, inclusive, no deslocamento dos mesmos até as unidades de saúde, quando necessário. Além disso, destinam-se ao apoio nas atividades administrativas que envolvem docentes e técnicos administrativos no deslocamento entre *campi* ou à Reitoria ou mesmo intermunicipal para a realização de visitas às empresas conveniadas para estágio, pesquisa de preços para a realização de licitações, dentre outras.

Conforme anteriormente informado, convém registrar que, atualmente, o IFRO possui 08 (oito) *campi* em pleno funcionamento, 25 (vinte e cinco) Polos de Educação a Distância e 01 (um) *Campus* iniciando suas atividades. Todas essas unidades estão espalhadas nos municípios do Estado de Rondônia, portanto, para prestar todo o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão é necessária a utilização, da frota de veículos oficiais para se deslocar a todas as unidades da Instituição.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Tabela 50 - Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008

Grupo 01: Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008.				
Ordem	Descrição	Ano	Placa	Unidade
1	TOYOTA COROLLA SEDAN Xei 1.8 16v(N.Serie) Flex. A/G 4p	2009	NCE9340	Reitoria
2	TOYOTA HILUX SW4 4X4 3.0 24v V-6 Gas. 4p	2012	OHO2438	Reitoria
Quantidade Total do Grupo				02

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 51 - Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.

Grupo 02: Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.				
Ordem	Descrição	Ano	Placa	Unidade
1	TOYOTA HILUX SR (C .Dup) 4X2 3.0 OTB-	2009	NDZ7568	Reitoria

	IC 16v(N.Serie) Dies. 4p			
2	FIATt UNO MILLE Economy 1.0 8v Flex A/G 4p	2010	NBB8571	Reitoria
3	FIAT SIENA HLX DUALOGIC 1.8 8v MPI (Flex) A/G 4p	2010	NBB8521	Reitoria
4	MERCEDES-BENZ SPRINTER 413-CDI 2.2 TB VAN LUXO(20Lug) Dies. 3p	2013	NDN6477	Reitoria
5	Nissan Frontier S 4x4 Mt 2014	2013	NDQ7387	Reitoria
6	Fiesta Sed. (N.Edge) Flex First 1.6 8v. A/G 4p	2012	NDN5798	Porto Velho Zona Norte
7	Nissan Frontier S 4x4 Mt 2014	2013	NDQ7307	Porto Velho Zona Norte
8	Mercedes-Benz Atego 1725	2011	JJL1469	Porto Velho Zona Norte
9	FORD FIESTA SEDAN SE 1.6 16v (Flex) A/G 4p	2011	NCY8584	Porto Velho Calama
10	FORD FIESTA SEDAN SE 1.6 16v (Flex) A/G 4p	2011	NCY8754	Porto Velho Calama
11	MITSUBISHI L-200 TRITON HPE 3.2 TB-IC Mec. Dies. 4p	2012	NCV7348	Porto Velho Calama
12	MARCOPOLO VOLARE W-8 (Lotação) Dies. 2p	2011	OHR2340	Porto Velho Calama
13	Volvo Comil Campione R	2013	NCF7663	Porto Velho Calama
14	FORD FIESTA SEDAN SE 1.6 16v (Flex) A/G 4p	2013	NBW1192	Ariquemes
15	VOLKSWAGEN GOL POWER 1.6 8v (G5/NF) (Total Flex) A/G 4p	2009	NCJ0748	Ariquemes
16	TOYOTA HILUX (C.Dup) 4X4 2.5TB 16v(N.Serie) Dies. 4p	2009	NCH4948	Ariquemes
17	TOYOTA HILUX (C.Sim) 4X4 2.5TB 16v(Chassi)(N.Ser.) Dies. 2p	2009	NCI2311	Ariquemes
18	Volkswagen Ônibus Comil Versatile I	2010	NDF8107	Ariquemes
19	FORD CARGO (Nova Cabine) 1317 E 4x2 Turbo Dies. 2p	2011	OHL9429	Ariquemes
20	Volkswagen Ônibus Masca Gramid Eod	2009	NDW6783	Ariquemes
21	Volkswagen Ônibus 16.210 Co	1997	NBC8868	Ariquemes
22	Honda Moto Xre 300	2012	OHP4518	Ariquemes
23	Honda Moto Xre 300	2012	OHP4428	Ariquemes
24	MERCEDES-BENZ VAN SPRINTER 515 (20Lug) Dies. 3p	2014	OHR2156	Ariquemes
25	Caminhão Mercedes Benz 914	1995	NBE7099	Colorado do Oeste
26	Caminhonete - Toyota/ Hilux Simples – Tração 4x4	2009	NDV5175	Colorado do Oeste
27	Micro-Ônibus -VW/ Kombi Escolar	2000	NBK7878	Colorado do Oeste
28	Automóvel -Gm /Zafira Elegance	2009	NED7703	Colorado do Oeste
29	Motocicleta - Honda/ Cg Cargo	2000	NBE7459	Colorado do Oeste
30	Motocicleta - Honda Xlr	2002	NBZ4279	Colorado do Oeste
31	Ônibus /M. Benz 0500 RS	2008	NED2073	Colorado do Oeste

32	Motocicleta Yamaha Xtz 125 E	2014	NCI8705	Colorado do Oeste
33	Motocicleta Yamaha Xtz 125 E	2014	NCS0655	Colorado do Oeste
34	Motocicleta Yamaha XTZ 125 E	2014	NCI8435	Colorado do Oeste
35	Motocicleta Yamaha XTZ 125 E	2014	NCT7376	Colorado do Oeste
36	Caminhonete Amarok CD 4x4 Trend	2014	NDM8656	Colorado do Oeste
37	Ônibus – Marcopolo / Volare V8L ON	2014	OHT 4847	Colorado do Oeste
38	Automóvel FIAT / Uno Mille Economy	2013	ONH6567	Colorado do Oeste
39	Caminhonete VW/ Saveiro 1.8	2000	NBK7868	Colorado do Oeste
40	Automóvel – Toyota Bandeirante	1993	JFO7924	Colorado do Oeste
41	Motocicleta – Sundown/STX 200	2008	NED4903	Colorado do Oeste
42	Motocicleta – Sundown/STX 200	2008	NED4633	Colorado do Oeste
43	VOLKSWAGEN GOL POWER 1.6 8v(G5/NF)(TotalFlex) A/G 4p	2009	NCJ0668	Vilhena
44	TOYOTA HILUX (C.Dup) 4X4 2.5TB 16v(N.Serie) Dies. 4p	2009	NCH4918	Vilhena
45	VOLKSWAGEN Ônibus/masc/ Roma diesel	2011	NBQ9364	Vilhena
46	MARCOPOLO Micro-ônibus Volare W9 Executivo, Moto MWM 4.8 Diesel, 33 lugares	2014	NDI9765	Vilhena
47	TOYOTA HILUX CD D4-D 4X4 3.0 TDI Dies. Mec.	2014	NDK8846	Guajará-Mirim
48	MARCOPOLO Volare V6 MO	2007	NDB4242	Guajará-Mirim
Quantidade Total do Grupo				48

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 52 - Veículos Cedidos.

Grupo 03: Veículos Cedidos.				
Ordem	Descrição	Ano	Placa	Unidade
1	VOLKSWAGEN Kombi Escolar	2000	NBK7878	Colorado do Oeste – Cedida à Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste
Quantidade Total do Grupo				01

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 53 - Quantidade Total de Veículos

Quantidade Total de Veículos		
Grupo	Descrição	Quantidade
1	Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008	02
2	Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.	48
3	Veículos Cedidos	01

Total	51
--------------	-----------

Fonte: IFRO - Ano 2018

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Tabela 54 - Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008.

Grupo 01: Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008.			
Ordem	Descrição	Unidade	Quilometragem Anual
1	TOYOTA COROLLA SEDAN XEi 1.8 16v(N.Serie) Flex. A/G 4p	Reitoria	33.556
2	TOYOTA HILUX SW4 4X4 3.0 24v V-6 Gas. 4p	Reitoria	21.784
Quilometragem Anual – IFRO			55.340
Média de Quilometragem Anual – IFRO			27.670

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 55 - Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.

Grupo 02: Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.			
Ordem	Descrição	Unidade	Quilometragem Anual
1	TOYOTA HILUX SR (C .Dup) 4X2 3.0 OTB-IC 16v(N.Serie) Dies. 4p	Reitoria	9.455
2	FIATt UNO MILLE Economy 1.0 8v Flex A/G 4p	Reitoria	7.015
3	FIAT SIENA HLX DUALOGIC 1.8 8v MPI (Flex) A/G 4p	Reitoria	20.331
4	MERCEDES-BENZ SPRINTER 413-CDI 2.2 TB VAN LUXO(20Lug) Dies. 3p	Reitoria	8.254
5	NISSAN FRONTIER S 4X4 MT 2014	Reitoria	49.731
Quilometragem Anual – Reitoria			94.786
Média de Quilometragem Anual - Reitoria			18.957,20
6	FIESTA SED. (N.Edge) FLEX FIRST 1.6 8v. A/G 4p	Porto Velho Zona Norte	4.877
7	NISSAN FRONTIER S 4X4 MT 2014	Porto Velho Zona Norte	1.1481

8	MERCEDES-BENZ ATEGO 1725	Porto Velho Zona Norte	150
Quilometragem Anual – Porto Velho Zona Norte			16.508
Média de Quilometragem Anual – Porto Velho Zona Norte			5.502,67
9	FORD FIESTA SEDAN SE 1.6 16v (Flex) A/G 4p	Porto Velho Calama	5.025
10	FORD FIESTA SEDAN SE 1.6 16v (Flex) A/G 4p	Porto Velho Calama	3.289
11	MITSUBISHI L-200 TRITON HPE 3.2 TB-IC Mec. Dies. 4p	Porto Velho Calama	9.967
12	MARCOPOLO VOLARE W-8 (Lotação) Dies. 2p	Porto Velho Calama	11.448
13	VOLVO COMIL CAMPIONE R	Porto Velho Calama	12.444
Quilometragem Anual – Porto Velho Calama			42.173
Média de Quilometragem Anual – Porto Velho Calama			8.434,60
14	FORD FIESTA SEDAN SE 1.6 16v (Flex) A/G 4p	Ariquemes	33.416
15	VOLKSWAGEN GOL POWER 1.6 8v (G5/NF) (Total Flex) A/G 4p	Ariquemes	2.991
16	TOYOTA HILUX (C.Dup) 4X4 2.5TB 16v(N.Serie) Dies. 4p	Ariquemes	15.599
17	TOYOTA HILUX (C.Sim) 4X4 2.5TB 16v(Chassi)(N.Ser.) Dies. 2p	Ariquemes	7.646
18	VOLKSWAGEN ÔNIBUS COMIL VERSATILE I	Ariquemes	11.872
19	FORD CARGO (Nova Cabine) 1317 E 4x2 Turbo Dies. 2p	Ariquemes	3.698
20	VOLKSWAGEN ÔNIBUS MASCA GRAMID EOD	Ariquemes	6.922
21	VOLKSWAGEN ÔNIBUS 16.210 CO	Ariquemes	3
22	HONDA MOTO XRE 300	Ariquemes	0
23	HONDA MOTO XRE 300	Ariquemes	0

24	MERCEDES-BENZ VAN SPRINTER 515 (20Lug) Dies. 3p	Ariquemes	5.973
Quilometragem Anual – Ariquemes			88.120
Média de Quilometragem Anual – Ariquemes			8.010,91
25	Caminhão Mercedes Benz 914	Colorado do Oeste	3.397
26	Caminhonete - Toyota/ Hilux Simples – tração 4x4	Colorado do Oeste	12.146
27	Micro-ônibus -VW/ Kombi Escolar	Colorado do Oeste	27.629
28	Automóvel -GM /Zafira Elegance	Colorado do Oeste	11.325
29	Motocicleta - Honda/ CG Cargo	Colorado do Oeste	2.075
30	Motocicleta - Honda XLR	Colorado do Oeste	1.855
31	Ônibus /M. Benz 0500 RS	Colorado do Oeste	21.219
32	Motocicleta Yamaha XTZ 125 E	Colorado do Oeste	5.228
33	Motocicleta Yamaha XTZ 125 E	Colorado do Oeste	3.051
34	Motocicleta Yamaha XTZ 125 E	Colorado do Oeste	3.774
35	Motocicleta Yamaha XTZ 125 E	Colorado do Oeste	5.529
36	Caminhonete Amarok CD 4x4 Trend	Colorado do Oeste	31.836
37	Ônibus – Marcopolo / Volare V8L ON	Colorado do Oeste	14.935
38	Automóvel FIAT / Uno Mille Economy	Colorado do Oeste	8.832
39	Caminhonete VW/ Saveiro 1.8	Colorado do Oeste	4.599
40	Automóvel – Toyota Bandeirante	Colorado do Oeste	1.374
41	Motocicleta – Sundown/STX 200	Colorado do Oeste	0
42	Motocicleta – Sundown/STX 200	Colorado do Oeste	0
Quilometragem Anual – Colorado do Oeste			158.804
Média de Quilometragem Anual – Colorado do Oeste			8.822,44
43	VOLKSWAGEN GOL POWER 1.6 8v(G5/NF)(TotalFlex) A/G 4p	Vilhena	6.394

44	TOYOTA HILUX (C.Dup) 4X4 2.5TB 16v(N.Serie) Dies. 4p	Vilhena	16.415
45	VOLKSWAGEN Ônibus/masc/ Roma diesel	Vilhena	15.660
46	MARCOPOLO Micro-ônibus Volare W9 Executivo, Moto MWM 4.8 Diesel, 33 lugares	Vilhena	11.647
Quilometragem Anual – Vilhena			50.116
Média de Quilometragem Anual - Vilhena			12.529
47	TOYOTA HILUX CD D4-D 4X4 3.0 TDI Dies. Mec.	Guajará-Mirim	32.822
48	MARCOPOLO Volare V6 MO	Guajará-Mirim	2.870
Quilometragem Anual – Guajará-Mirim			35.692
Média de Quilometragem Anual – Guajará-Mirim			17.846
Quilometragem Anual – Reitoria			486.199
Média de Quilometragem Anual – IFRO			10.129,15

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 56 - Veículos Cedidos.

Grupo 03: Veículos Cedidos.			
Ordem	Descrição	Unidade	Quilometragem Anual
1	VOLKSWAGEN Kombi Escolar	Colorado do Oeste – Cedida à Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste	Não se aplica
Média de Quilometragem Anual – IFRO			Não se aplica

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 57 - Média de Quilometragem de Veículos

Média de Quilometragem de Veículos			
Grupo	Descrição	Quilometragem	
		Total	Média
1	Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008	55.340	27.670
2	Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.	486.199	10.129,15
3	Veículos Cedidos	Não se Aplica	
Total		541.539	10.830,78

Fonte: IFRO - Ano 2018

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Tabela 58 - Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008.

Grupo 01: Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008.				
Ordem	Descrição	Ano	Unidade	Idade
1	TOYOTA COROLLA SEDAN XEi 1.8 16v(N.Serie) Flex. A/G 4p	2009	Reitoria	9
2	TOYOTA HILUX SW4 4X4 3.0 24v V-6 Gas. 4p	2012	Reitoria	6
Média de Idade do Grupo				7,5

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 59 - Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.

Grupo 02: Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.				
Ordem	Descrição	Ano	Unidade	Idade
1	TOYOTA HILUX SR (C .Dup) 4X2 3.0 OTB- IC 16v(N.Serie) Dies. 4p	2009	Reitoria	9
2	FIATt UNO MILLE Economy 1.0 8v Flex A/G 4p	2010	Reitoria	8
3	FIAT SIENA HLX DUALOGIC 1.8 8v MPI (Flex) A/G 4p	2010	Reitoria	8
4	MERCEDES-BENZ SPRINTER 413-CDI 2.2 TB VAN LUXO(20Lug) Dies. 3p	2013	Reitoria	5
5	NISSAN FRONTIER S 4X4 MT 2014	2013	Reitoria	5
Média de Idade - Reitoria				7
6	FIESTA SED. (N.Edge) FLEX FIRST 1.6 8v. A/G 4p	2012	Porto Velho Zona Norte	6
7	NISSAN FRONTIER S 4X4 MT 2014	2013	Porto Velho Zona Norte	5
8	MERCEDES-BENZ ATEGO 1725	2011	Porto Velho Zona Norte	7
Média de Idade - Porto Velho Zona Norte				6
9	FORD FIESTA SEDAN SE 1.6 16v (Flex) A/G 4p	2011	Porto Velho Calama	7
10	FORD FIESTA SEDAN SE 1.6 16v (Flex) A/G 4p	2011	Porto Velho Calama	7
11	MITSUBISHI L-200 TRITON HPE 3.2 TB-IC Mec. Dies. 4p	2012	Porto Velho Calama	6
12	MARCOPOLO VOLARE W-8 (Lotação) Dies. 2p	2011	Porto Velho Calama	7
13	VOLVO COMIL CAMPIONE R	2013	Porto Velho Calama	5
Média de Idade – Porto Velho Calama				6,4
14	FORD FIESTA SEDAN SE 1.6 16v (Flex) A/G 4p	2013	Ariquemes	5
15	VOLKSWAGEN GOL POWER 1.6 8v (G5/NF) (Total Flex) A/G 4p	2009	Ariquemes	9
16	TOYOTA HILUX (C.Dup) 4X4 2.5TB 16v(N.Serie) Dies. 4p	2009	Ariquemes	9
17	TOYOTA HILUX (C.Sim) 4X4 2.5TB	2009	Ariquemes	9

	16v(Chassi)(N.Ser.) Dies. 2p			
18	VOLKSWAGEN ÔNIBUS COMIL VERSATILE I	2010	Ariquemes	8
19	FORD CARGO (Nova Cabine) 1317 E 4x2 Turbo Dies. 2p	2011	Ariquemes	7
20	VOLKSWAGEN ÔNIBUS MASCA GRAMID EOD	2009	Ariquemes	9
21	VOLKSWAGEN ÔNIBUS 16.210 CO	1997	Ariquemes	21
22	HONDA MOTO XRE 300	2012	Ariquemes	6
23	HONDA MOTO XRE 300	2012	Ariquemes	6
24	MERCEDES-BENZ VAN SPRINTER 515 (20Lug) Dies. 3p	2014	Ariquemes	4
Média de Idade – Ariquemes				8,45
25	Caminhão Mercedes Benz 914	1995	Colorado do Oeste	23
26	Caminhonete - Toyota/ Hilux Simples – tração 4x4	2009	Colorado do Oeste	9
27	Micro-ônibus -VW/ Kombi Escolar	2000	Colorado do Oeste	9
28	Automóvel -GM /Zafira Elegance	2009	Colorado do Oeste	9
29	Motocicleta - Honda/ CG Cargo	2000	Colorado do Oeste	18
30	Motocicleta - Honda XLR	2002	Colorado do Oeste	16
31	Ônibus /M. Benz 0500 RS	2008	Colorado do Oeste	10
32	Motocicleta Yamaha XTZ 125 E	2014	Colorado do Oeste	4
33	Motocicleta Yamaha XTZ 125 E	2014	Colorado do Oeste	4
34	Motocicleta Yamaha XTZ 125 E	2014	Colorado do Oeste	4
35	Motocicleta Yamaha XTZ 125 E	2014	Colorado do Oeste	4
36	Caminhonete Amarok CD 4x4 Trend	2014	Colorado do Oeste	4
37	Ônibus – Marcopolo / Volare V8L ON	2014	Colorado do Oeste	4
38	Automóvel FIAT / Uno Mille Economy	2013	Colorado do Oeste	5
39	Caminhonete VW/ Saveiro 1.8	2000	Colorado do Oeste	18
40	Automóvel – Toyota Bandeirante	1993	Colorado do Oeste	25
41	Motocicleta – Sundown/STX 200	2008	Colorado do Oeste	10
42	Motocicleta – Sundown/STX 200	2008	Colorado do Oeste	10
Média de Idade – Colorado do Oeste				10,33
43	VOLKSWAGEN GOL POWER 1.6 8v(G5/NF)(TotalFlex) A/G 4p	2009	Vilhena	9
44	TOYOTA HILUX (C.Dup) 4X4 2.5TB 16v(N.Serie) Dies. 4p	2009	Vilhena	9
45	VOLKSWAGEN Ônibus/masc/ Roma diesel	2011	Vilhena	7
46	MARCOPOLO Micro-ônibus Volare W9 Executivo, Moto MWM 4.8 Diesel, 33 lugares	2014	Vilhena	4
Média de Idade – Vilhena				7,25
47	TOYOTA HILUX CD D4-D 4X4 3.0 TDI Dies. Mec.	2014	Guajará-Mirim	4
48	MARCOPOLO Volare V6 MO	2007	Guajará-Mirim	11
Média de Idade – Guajará-Mirim				7,5
Média de Idade do Grupo				8,5

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 60 - Veículos Cedidos.

Grupo 03: Veículos Cedidos.				
Ordem	Descrição	Ano	Unidade	Idade
1	VOLKSWAGEN Kombi	2000	Colorado do Oeste – Cedida à Secretaria	18

	Escolar		Municipal de Saúde de Colorado do Oeste	
Média de Idade do Grupo				18

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 61 - Média de Idade dos Veículos

Média de Idade dos Veículos		
Grupo	Descrição	Média
1	Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008	7,5
2	Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.	8,5
3	Veículos Cedidos	18
Total – Média de Idade da Frota		8.65

Fonte: IFRO - Ano 2018

f) Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Tabela 62 - Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008.

Grupo 01: Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008.				
Ordem	Descrição	Unidade	Placa	Valor
1	TOYOTA COROLLA SEDAN Xei 1.8 16v(N.Serie) Flex. A/G 4p	Reitoria	NCE9340	R\$ 15.140,10
2	TOYOTA HILUX SW4 4X4 3.0 24v V-6 Gas. 4p	Reitoria	OHO2438	R\$ 18.346,39
Valor do Custo Anual com Manutenção				R\$ 33.486,49

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 63 - Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.

Grupo 02: Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.				
Ordem	Descrição	Unidade	Placa	Valor
1	TOYOTA HILUX SR (C .Dup) 4X2 3.0 OTB-IC 16v(N.Serie) Dies. 4p	Reitoria	NDZ7568	R\$ 7.086,79
2	FIATt UNO MILLE Economy 1.0 8v Flex A/G 4p	Reitoria	NBB8571	R\$ 3.118,72
3	FIAT SIENA HLX DUALOGIC 1.8 8v MPI (Flex) A/G 4p	Reitoria	NBB8521	R\$ 16.271,14
4	MERCEDES-BENZ SPRINTER 413-CDI 2.2 TB VAN LUXO(20Lug) Dies. 3p	Reitoria	NDN6477	R\$ 22.410,63
5	Nissan Frontier S 4x4 Mt 2014	Reitoria	NDQ7387	R\$ 30.493,13
Valor do Custo Anual com Manutenção - Reitoria				R\$ 79.380,41
6	Fiesta Sed. (N.Edge) Flex First 1.6 8v. A/G 4p	Porto Velho Zona Norte	NDN5798	R\$ 3.441,42
7	Nissan Frontier S 4x4 Mt 2014	Porto Velho Zona Norte	NDQ7307	R\$ 4.713,28
8	Mercedes-Benz Atego 1725	Porto Velho	JJL1469	R\$ 3.085,66

		Zona Norte		
Valor do Custo Anual com Manutenção – Porto Velho Zona Norte				R\$ 11.240,36
9	FORD FIESTA SEDAN SE 1.6 16v (Flex) A/G 4p	Porto Velho Calama	NCY8584	R\$ 5.581,78
10	FORD FIESTA SEDAN SE 1.6 16v (Flex) A/G 4p	Porto Velho Calama	NCY8754	R\$ 5.202,60
11	MITSUBISHI L-200 TRITON HPE 3.2 TB-IC Mec. Dies. 4p	Porto Velho Calama	NCV7348	R\$ 5.854,52
12	MARCOPOLO VOLARE W-8 (Lotação) Dies. 2p	Porto Velho Calama	OHR2340	R\$ 15.565,33
13	Volvo Comil Campione R	Porto Velho Calama	NCF7663	R\$ 10.707,53
Valor do Custo Anual com Manutenção – Porto Velho Calama				R\$ 42.911,76
14	FORD FIESTA SEDAN SE 1.6 16v (Flex) A/G 4p	Ariquemes	NBW1192	R\$ 4.600,02
15	VOLKSWAGEN GOL POWER 1.6 8v (G5/NF) (Total Flex) A/G 4p	Ariquemes	NCJ0748	R\$ 1.113,00
16	TOYOTA HILUX (C.Dup) 4X4 2.5TB 16v(N.Serie) Dies. 4p	Ariquemes	NCH4948	R\$ 9.234,94
17	TOYOTA HILUX (C.Sim) 4X4 2.5TB 16v(Chassi)(N.Ser.) Dies. 2p	Ariquemes	NCI2311	R\$ 26.233,01
18	Volkswagen Ônibus Comil Versatile I	Ariquemes	NDF8107	R\$ 10.894,80
19	FORD CARGO (Nova Cabine) 1317 E 4x2 Turbo Dies. 2p	Ariquemes	OHL9429	R\$ 4.292,00
20	Volkswagen Ônibus Masca Gramid Eod	Ariquemes	NDW6783	R\$ 9.320,17
21	Volkswagen Ônibus 16.210 Co	Ariquemes	NBC8868	R\$ 260,00
22	Honda Moto Xre 300	Ariquemes	OHP4518	R\$ 0,00
23	Honda Moto Xre 300	Ariquemes	OHP4428	R\$ 0,00
24	MERCEDES-BENZ VAN SPRINTER 515 (20Lug) Dies. 3p	Ariquemes	OHR2156	R\$ 2.706,00
Valor do Custo Anual com Manutenção – Ariquemes				R\$ 68.653,94
25	Caminhão Mercedes Benz 914	Colorado do Oeste	NBE7099	R\$ 4.607,00
26	Caminhonete - Toyota/ Hilux Simples – Tração 4x4	Colorado do Oeste	NDV5175	R\$ 12.380,53
27	Micro-Ônibus -VW/ Kombi Escolar	Colorado do Oeste	NBK7878	R\$ 20.805,45
28	Automóvel -Gm /Zafira Elegance	Colorado do Oeste	NED7703	R\$ 9.455,49
29	Motocicleta - Honda/ Cg Cargo	Colorado do Oeste	NBE7459	R\$ 1.656,64
30	Motocicleta - Honda Xlr	Colorado do Oeste	NBZ4279	R\$ 1.669,19
31	Ônibus /M. Benz 0500 RS	Colorado do Oeste	NED2073	R\$ 38.951,13
32	Motocicleta Yamaha Xtz 125 E	Colorado do Oeste	NCI8705	R\$ 1.754,80
33	Motocicleta Yamaha Xtz 125 E	Colorado do Oeste	NCS0655	R\$ 1.160,46
34	Motocicleta Yamaha XTZ 125 E	Colorado do Oeste	NCI8435	R\$ 1.434,35
35	Motocicleta Yamaha XTZ 125 E	Colorado do Oeste	NCT7376	R\$ 1.709,55

36	Caminhonete Amarok CD 4x4 Trend	Colorado do Oeste	NDM8656	R\$ 19.699,84
37	Ônibus – Marcopolo / Volare V8L ON	Colorado do Oeste	OHT 4847	R\$ 21.515,73
38	Automóvel FIAT / Uno Mille Economy	Colorado do Oeste	ONH6567	R\$ 5.373,30
39	Caminhonete VW/ Saveiro 1.8	Colorado do Oeste	NBK7868	R\$ 4.373,65
40	Automóvel – Toyota Bandeirante	Colorado do Oeste	JFO7924	R\$ 8.928,79
41	Motocicleta – Sundown/STX 200	Colorado do Oeste	NED4903	R\$ 0,00
42	Motocicleta – Sundown/STX 200	Colorado do Oeste	NED4633	R\$ 0,00
Valor do Custo Anual com Manutenção – Colorado do Oeste				R\$ 155.475,90
43	VOLKSWAGEN GOL POWER 1.6 8v(G5/NF)(TotalFlex) A/G 4p	Vilhena	NCJ0668	R\$ 4.205,11
44	TOYOTA HILUX (C.Dup) 4X4 2.5TB 16v(N.Serie) Dies. 4p	Vilhena	NCH4918	R\$ 9.445,98
45	VOLKSWAGEN Ônibus/masc/ Roma diesel	Vilhena	NBQ9364	R\$ 24.704,26
46	MARCOPOLO Micro-ônibus Volare W9 Executivo, Moto MWM 4.8 Diesel, 33 lugares	Vilhena	NDI9765	R\$ 12.407,90
Valor do Custo Anual com Manutenção – Vilhena				R\$ 50.763,25
47	TOYOTA HILUX CD D4-D 4X4 3.0 TDI Dies. Mec.	Guajará-Mirim	NDK8846	R\$ 6.685,92
48	MARCOPOLO Volare V6 MO	Guajará-Mirim	NDB4242	R\$ 0,00
Valor do Custo Anual com Manutenção – Guajará-Mirim				R\$ 6.685,92
Valor do Custo Anual com Manutenção – Grupo				R\$ 415.111,54

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 64 - Veículos Cedidos.

Grupo 03: Veículos Cedidos.				
Ordem	Descrição	Unidade	Placa	Valor
1	VOLKSWAGEN Kombi Escolar	Colorado do Oeste – Cedida à Secretaria Municipal de Saúde de Colorado do Oeste	NBK7878	R\$ 0,00
Valor do Custo Anual com Manutenção – Grupo				R\$ 0,00

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 65 - Custo Anual com Manutenção

Custo Anual com Manutenção		
Grupo	Descrição	Valor
1	Veículos de transporte institucional conforme Art. 5º da IN nº 3 de 15/05/2008	R\$ 33.486,49
2	Veículos de serviço comum conforme Art. 6º da IN nº 3, de 15/05/2008.	R\$ 415.111,54
3	Veículos Cedidos	R\$ 0,00
Total	R\$ 448.598,03 (quatro centos e quarenta e oito mil e quinhentos e noventa e oito reais e três centavos)	

g) Plano de substituição da frota;

Considerando a idade média da frota, entendemos que ainda não se faz necessário realizar um plano de substituição da frota. Mesmo assim é verificado frequentemente as questões de economicidade da frota, sendo o custo um fator determinante para execução de um plano de substituição da frota. Este plano se inicia no exercício que fica identificado que o veículo se tornou antieconômico para se executar no exercício subsequente a substituição.

Em 2017 houve a retirada de circulação duas motocicletas (*Campus Colorado do Oeste*) consideradas como antieconômicos e como não teve nos dois leilões interessados nos veículos iremos dar baixa no exercício 2018. Com essa política a administração buscou conseguiu a diminuição de gasto com a manutenção da frota, bem como a diminuição de unidades da frota, adequando-se as reduções de gasto com custeio do orçamento do Órgão.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

São elementos norteadores da referida escolha, a saber:

- Face ao recebimento de créditos orçamentários específicos para a aquisição de veículos;
- Considerando a utilização média em termos de quilômetros percorridos;
- Considerando a crise econômica do País, está cada vez mais difícil honrar com as despesas mensais decorrentes de terceirizações;

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

São elementos da estrutura de controles:

- Sistema de controle através de planilha com vistas a gerenciar os deslocamentos, controlando a quilometragem percorrida;
- Agrupamento de atividades para reduzir as quantidades de saídas e conseqüentemente reduzir despesas;
- Gestão da frota centralizada na Coordenação Geral de Administração e Manutenção (CGAM), na Reitoria, e Coordenação de Serviços Gerais, nos *campi*;
- Solicitação de agendamento de veículos oficiais através de formulário padronizado de requisição com data, horário, local, objetivo dentre outras informações pertinentes;
- Registro de saída de veículo para acompanhamento da CGAM.
- Utilização do GLPI, um Sistema de Gerenciamento de Chamados *on-line*, através do qual são solicitados e registrados os agendamentos de veículos oficiais pelos servidores, sendo possível obter um controle efetivo das demandas de veículos na Reitoria.

5.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A execução nas unidades deste Instituto da política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, conforme normativas internas, está sob responsabilidade da Comissão Permanente de Desfazimento de Bens, constituídas em cada unidade.

Conforme fora informado anteriormente, no subitem 5.2.1, a idade média da frota de veículos do Órgão é de 8,65 (oito vírgula sessenta e cinco) anos e são aplicados regularmente procedimentos de manutenção da frota em todas as unidades. Por isso, a quase totalidade de nossas unidades não possuem veículos inservíveis ou fora de uso.

No entanto, o *Campus* Colorado do Oeste apresenta veículos nesta situação aqui analisada, a saber:

Tabela 66 - Veículos Inservíveis ou Fora de Uso

Veículos Inservíveis ou Fora de Uso

Descrição	Placa	no	Situação
Motocicleta – Sundown/STX 200	ED4903	008	Veículo de serviço comum conforme Art. 6º da Instrução Normativa n.º 3, de 15 de maio de 2008, considerado antieconômico.
Motocicleta – Sundown/STX 200	ED4633	008	Veículo de serviço comum conforme Art. 6º da Instrução Normativa n.º 3, de 15 de maio de 2008, considerado antieconômico.

Fonte: CGAM/IFRO – Ano 2017

No exercício de 2017, os veículos acima descritos foram considerados antieconômicos, pois a manutenção destes bens não se demonstrou viável devido a inexistência de peças de reposição no mercado local, bem como provou-se inviável a utilização de peças de outras montadoras. Após a definição dos referidos veículos como antieconômicos, as mesmas foram retiradas de circulação e procedeu-se a realização de dois leilões sem interessados e, por conseguinte, será dada baixa nestes bens no exercício de 2018.

5.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da união

a) estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

O gerenciamento do patrimônio do Órgão é distribuído entre as unidades do Instituto sob a responsabilidade local das Coordenações de Patrimônio e Almoxarifado, sem prejuízo da realização das atividades relativas ao registro contábil do patrimônio da instituição pelas Contadorias. É importante informar que os registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet está sob responsabilidade da Reitoria.

b) distribuição geográfica dos imóveis da União;

Tabela 67 - Quadro A.– Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017
BRASIL	RONDÔNIA	1	1

	Ariquemes	1	1
	Cacoal	1	1
	Colorado do Oeste	4	4
	Guajará-Mirim	1	1
	Jaru	0	1
	Ji-Paraná	1	1
	Porto Velho	2	2
	Vilhena	1	1
Subtotal Brasil		12	13
EXTERIOR	PAÍS (NSA)	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		12	13

Fonte: SPIUnet

c) qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

Está sob responsabilidade da Reitoria, o cadastro dos imóveis junto ao SPIUnet. Hoje, encontram-se cadastrados 05 imóveis, conforme RIPs abaixo:

Tabela 68 - Imóveis cadastrados

<i>Campus</i>	RIP Imóvel	RIP Utilização
<i>Campus</i> PVH Calama	000300758.500-9	000300759.500-4
<i>Campus</i> Colorado do Oeste	002300060.500-9	002300049.500-9
<i>Campus</i> Guajará-Mirim	000100238.500-5	000100239.500-0
<i>Campus</i> Ji-Paraná	000500154.500-1	000500155.500-7
<i>Campus</i> Vilhena	001300105.500-5	001300106.500-0

Fonte: SPIUnet, 2018

Em 2018, o objetivo é cadastrar os 5 imóveis que estão faltando, que não foram cadastrados ainda porque estão em fase de avaliação pela Diretoria de Engenharia e Infraestrutura para inserção no sistema.

ANÁLISE CRÍTICA

No tocante às cessões onerosas, as unidades informaram que nos casos que envolvem os serviços de cantina e alimentação que o interesse na concessão não tem por finalidade arrecadação de receitas, mas sim contar com o serviço de alimentação para atender aos usuários internos (alunos e servidores). No entanto, como a concessão não pode ser graciosa, mesmo estabelecendo-se os menores valores possíveis para a

concessão, a Administração tem encontrado grandes dificuldades em manter os contratos.

Sempre sob a alegação de pequeno público e baixa arrecadação, as Cessionárias apresentam falhas contratuais de diversas ordens, incluindo atrasar pagamentos ou deixar de fazê-lo, o que prejudica fortemente a Instituição no cumprimento de prestar serviços de qualidade e oferecer as melhores condições aos usuários. Pois, embora se formalize processo de apuração e se aplique as penalidades cabíveis, não resolve a problemática de conseguir manter o serviço nos *campi*.

Como já se tentou a concessão não onerosa e não foi possível, já se estabeleceu o menor valor possível para a concessão e os valores ofertados para os alimentos são lances do próprio participante, a Administração, embora vá abrir nova licitação, não vislumbra parâmetros para sanear essa dificuldade ou mitigar as deficiências em relação aos pagamentos.

A Diretoria de Engenharia e Infraestrutura coordena no Órgão o processo de gestão da manutenção dos imóveis. A Contadoria igualmente mantém registros contábeis nos termos das normativas vigentes.

Foi contratada empresa especializada na prestação de serviço de manutenção predial preventiva e corretiva nas instalações do Instituto, por meio da adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão SRP nº 11/2016, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), UASG nº 443.036, pelo período de doze meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses.

5.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Nos *Campi* existem cessões para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade desta Instituição, para empreendimento com fins lucrativos ou não, a saber:

I - Cessão onerosa:

Tabela 69 - Cessão Onerosa - 01

Unidade: <i>Campus Ji-Paraná</i>		
Caracterização do imóvel Objeto	Endereço	Cantina/Restaurante <i>Campus Ji-Paraná</i>

de Cessão		
Identificação do Cessionário	CNPJ	20.700.164/0001-39
	Nome/Razão Social	Milene de Nazaré Ferreira de Araújo
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração serviços de cantina e restaurante
	Prazo da Cessão	12 meses, podendo ser prorrogada até o limite de 60 meses
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente - Mensal	R\$ 562,13 (quinhentos e sessenta e dois reais e treze de centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aporte na conta 0250 da unidade
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Custeio do <i>Campus</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia – medidor próprio; água e vigilância percentual sobre o aluguel.

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 70 - Cessão Onerosa - 02

Unidade: <i>Campus</i> Guajará-Mirim		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Cantina <i>Campus</i> Guajará-Mirim
Identificação do Cessionário	CNPJ	23.699.397/0001-57
	Nome/Razão Social	Laís Barbosa Pessoa EIRELI
	Atividade ou Ramo de Atuao	Alimentao
Caracterizao da Cessão	Forma de Seleo do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Explorao serviços de cantina
	Prazo da Cessão	12 meses, podendo ser prorrogada até o limite de 60 meses
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente - Mensal	R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aporte na conta 0250 da unidade
	Forma de utilizao dos Recursos Recebidos	Custeio do <i>Campus</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia – medidor próprio; água e vigilância percentual sobre o aluguel.

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 71 - Cessão Onerosa - 03

Unidade: <i>Campus</i> Colorado do Oeste		
Caracterizao do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Cantina <i>Campus</i> Colorado do Oeste
Identificao do	CNPJ	15.766.905/0001-44

Cessionário	Nome/Razão Social	Leonice de Souza Lau – ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação - Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração serviços de cantina
	Prazo da Cessão	12 meses, podendo ser prorrogada até o limite de 60 meses
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente - Mensal	R\$ 1.650,67 (Um mil seiscentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aporte na conta 0250 da unidade
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Aquisição de alimentos, produtos elétricos e de limpeza e higiene destinado a distribuição gratuita para os alunos residentes.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há. A manutenção e limpeza dos espaços é realizada pelo concessionário.

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 72 - Cessão Onerosa - 04

Unidade: <i>Campus</i> Porto Velho Calama		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Cantina <i>Campus</i> Porto Velho Calama
Identificação do Cessionário	CNPJ	24.224.426/0001-97
	Nome/Razão Social	Paulo de Lima Fideles Junior
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão 05/2017 – contrato nº 07/2017
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração serviços de cantina
	Prazo da Cessão	12 meses, podendo ser prorrogada até o limite de 60 meses
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente - Anual	R\$ 5.073,34 (cinco mil e setenta e três reais e trinta e quatro centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aporte na conta 0250 da unidade
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Pelo baixo valor: material de expediente, PIS/PASEP, ART, encargos, gráficos.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há. A manutenção e limpeza dos espaços é realizada pelo concessionário.

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 73 - Cessão Onerosa - 05

Unidade: <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Cantina <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte

Identificação do Cessionário	CNPJ	24.224.426/0001-97
	Nome/Razão Social	Paulo de Lima Fideles Junior
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Processo Licitatório -Pregão Eletrônico Nº 011/2016 - UASG 158532
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração serviços de cantina
	Prazo da Cessão	12 meses, podendo ser prorrogada até o limite de 60 meses
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente - Mensal	R\$ 817,00 (oitocentos e dezessete reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aporte na conta 0250 da unidade
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Pelo baixo valor: material de expediente, PIS/PASEP, ART, encargos, gráficos.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valores já inclusos nos pagamentos mensais

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 74 - Cessão Onerosa - 06

Unidade: <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Reprografia - <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.676.286/0001-02
	Nome/Razão Social	Plenus Comercio e Serviços de Informática Eireli - EPP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Processo Licitatório -Pregão Eletrônico Nº 05/2017 - UASG 158532
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração serviços de reprografia
	Prazo da Cessão	12 meses, podendo ser prorrogada até o limite de 60 meses
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente - Mensal	R\$ 339,00 (trezentos e trinta e nove reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Aporte na conta 0250 da unidade
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Pelo baixo valor: material de expediente, PIS/PASEP, ART, encargos, gráficos.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valores já inclusos nos pagamentos mensais

Fonte: IFRO - Ano 2018

II Cessão Não-onerosa

Tabela 75 - Cessão não onerosa 01

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Unidade	<i>Campus</i> Colorado do Oeste
---	---------	---------------------------------

	Endereço	BR 435 KM 63 Zona Rural
Identificação do Cessionário	CPF	015.501.772-17
	Nome ou Razão Social	Adauto Lobo Resende Junior
	Atividade ou Ramo de Atuação	Servidor
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Autorização (Ato Discricionário Precário)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Uso
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Imóvel (Casa Residencial) Nº 09
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	R\$36,03 (trinta e seis reais e três centavos) – taxa de uso R\$ 23,80 (vinte e três reais e oitenta centavos) – taxa de energia
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU, código 68888-6, onde o valor é retornado para empenho de energia elétrica.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Moradia
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Descontado em folha, gerando receita no código 28804-7, taxa de uso de imóveis.	

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 76 - Cessão não onerosa 02

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Unidade	<i>Campus Colorado do Oeste</i>
	Endereço	<i>Br 435 Km 63 Zona Rural</i>
Identificação do Cessionário	CPF	<i>352.536.901-82</i>
	Nome ou Razão Social	<i>Celi Divino</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Servidor</i>

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Autorização (Ato Discricionário Precário)</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Uso</i>
	Prazo da Cessão	<i>Indeterminado</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Imóvel (Casa Residencial) Nº 03</i>
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	<i>R\$56,03 (cinquenta e seis reais e três centavos) – taxa de uso</i> <i>R\$ 26,08 (vinte e seis reais e três centavos) – taxa de energia</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Recolhimento por GRU, código 68888-6, onde o valor é retornado para empenho de energia elétrica.</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Moradia</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Descontado em folha, gerando receita no código 28804-7, taxa de uso de imóveis.</i>

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 77 - cessão não onerosa 03

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Unidade	<i>Campus Colorado do Oeste</i>
	Endereço	<i>Br 435 Km 63 Zona Rural</i>
Identificação do Cessionário	CPF	<i>400.360.142-49</i>
	Nome ou Razão Social	<i>Rudiner Vez De Oliveira</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Servidor</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Autorização (Ato Discricionário Precário)</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Uso</i>
	Prazo da Cessão	<i>Indeterminado</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Imóvel (Casa Residencial) Nº</i>

		06
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	R\$36,03 (trinta e seis reais e três centavos) – taxa de uso R\$ 23,80 (vinte e três reais e oitenta centavos) – taxa de energia
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU, código 68888-6, onde o valor é retornado para empenho de energia elétrica.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Moradia
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Descontado em folha, gerando receita no código 28804-7, taxa de uso de imóveis.

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 78 - Cessão não onerosa 04

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Br 435 Km 63 Zona Rural
Identificação do Cessionário	CPF	815.155.372-34
	Nome ou Razão Social	Normando Jacob Quintans
	Atividade ou Ramo de Atuação	Servidor
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Autorização (Ato Discricionário Precário)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Uso
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Imóvel (Casa Residencial) Nº 05
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	R\$36,03 (trinta e seis reais e três centavos) – taxa de uso R\$ 23,80 (vinte e três reais e oitenta centavos) – taxa de energia
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU, código

		68888-6, onde o valor é retornado para empenho de energia elétrica.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Moradia
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Descontado em folha, gerando receita no código 28804-7, taxa de uso de imóveis.

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 79 - Cessão não onerosa 05

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Unidade	<i>Campus Colorado do Oeste</i>
	Endereço	Br 435 Km 63 Zona Rural
Identificação do Cessionário	CPF	022.752.827-18
	Nome ou Razão Social	Edvaldo Martins
	Atividade ou Ramo de Atuação	Servidor
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Autorização (Ato Discricionário Precário)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Uso
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Imóvel (Casa Residencial) Nº 07
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$36,03 (trinta e seis reais e três centavos) – taxa de uso R\$ 23,80 (vinte e três reais e oitenta centavos) – taxa de energia
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU, código 68888-6, onde o valor é retornado para empenho de energia elétrica.

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Moradia
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Descontado em folha, gerando receita no código 28804-7, taxa de uso de imóveis.

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 80 - Cessão não onerosa 06

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Unidade	<i>Campus Colorado do Oeste</i>
	Endereço	Br 435 Km 63 Zona Rural
Identificação do Cessionário	CPF	935.623.812-04
	Nome ou Razão Social	Mariana De Souza Cabecioni
	Atividade ou Ramo de Atuação	Servidor
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Autorização (Ato Discricionário Precário)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Uso
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Imóvel (Casa Residencial) Nº 04
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	R\$56,03 (cinquenta e seis reais e três centavos) – taxa de uso R\$ 26,08 (vinte e seis reais e três centavos) – taxa de energia
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU, código 68888-6, onde o valor é retornado para empenho de energia elétrica.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Moradia
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Descontado em folha, gerando receita no código 28804-7, taxa de uso de imóveis.

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 81 - Cessão não onerosa 07

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Unidade	<i>Campus Colorado do Oeste</i>
	Endereço	Br 435 Km 63 Zona Rural
Identificação do Cessionário	CPF	006.149.532-86
	Nome ou Razão Social	Ari Sampaio Silva Junior
	Atividade ou Ramo de Atuação	Servidor
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Autorização (Ato Discricionário Precário)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Uso
	Prazo da Cessão	Indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Imóvel (Casa Residencial) Nº 08
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	R\$36,03 (trinta e seis reais e três centavos) – taxa de uso R\$ 23,80 (vinte e três reais e oitenta centavos) – taxa de energia
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento por GRU, código 68888-6, onde o valor é retornado para empenho de energia elétrica.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Moradia
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Descontado em folha, gerando receita no código 28804-7, taxa de uso de imóveis.

Fonte: IFRO - Ano 2018

5.2.5. Informações sobre imóveis locados de terceiros

No Órgão apenas a unidade Reitoria mantém imóvel locado de terceiros, a saber:

Tabela 82 - Distribuição Espacial, Endereço, Valor dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros – Reitoria

Quantidade	Distribuição Espacial	Endereço	Valor mensal da Locação - 2017
01	Porto Velho/RO	Av. Sete de Setembro, nº 2090, Bairro Nossa Senhora das Graças, Porto Velho, Rondônia, Brasil.	R\$ 55.684,04

Fonte: Diretoria de Administração – DADM/IFRO

ANÁLISE CRÍTICA

Conforme apresentado, no exercício de 2017 a Reitoria do IFRO possui um imóvel alugado, no qual funciona sua sede.

A necessidade de locação do prédio da Reitoria se dá pelo fato de o IFRO não possuir prédio próprio para o desenvolvimento das atividades administrativas da Reitoria.

Ressaltamos que quando uma cidade demonstra interesse na instalação de uma unidade do IFRO, a mesma precisa, como contrapartida, doar um terreno com infraestrutura para que o IFRO possa construir essa unidade. Porém, para a Reitoria não existe essa contrapartida, apenas para os *campi*.

O Governo do Estado, por meio da Lei n. 2.934, de 12/11/2012 e Decreto n. 17.468, de 09/01/2013, doou um terreno para o IFRO construir a sede da Reitoria, localizado na Av. Lauro Sodré – Porto Velho/RO, próximo do local onde está instalado o INCRA. A partir de então, foi iniciado todo o trabalho para a elaboração do projeto arquitetônico e demais projetos complementares para a construção da obra no referido terreno.

Por se tratar de um prédio de aproximadamente 6.000 m² para abrigar todas as atividades administrativas, conselhos e suas respectivas reuniões (CONSUP, CEPEX,

Colégio de dirigentes, etc.), comissões (CPPD, CIS, CPA, CEPI, etc.), almoxarifado e patrimônio, salas de treinamento, todos os equipamentos de processamento de dados, servidores, etc., foi necessária a realização de uma licitação para contratação de uma empresa para a elaboração dos projetos de construção.

A empresa vencedora do certame entregou o projeto concluído em Julho de 2014. Entretanto, devido à limitação de recurso orçamentário para esse fim, ainda não foi possível à realização de certame licitatório para contratação do serviço de construção da obra. Devido a essa mesma limitação e, considerando o lapso temporal decorrido, possivelmente os projetos inicialmente realizados no ano de 2014 sofrerão ajustes antes de serem colocados em prática.

Destacamos que o IFRO ainda se encontra em fase de expansão/consolidação. Nesse sentido, considerando o atual cenário econômico, priorizamos as obras de infraestrutura voltadas aos ambientes pedagógicos e administrativos dos *campi*, uma vez que a prioridade da instituição é proporcionar o pleno atendimento aos discentes e servidores de modo que assim cumpra sua missão institucional perante a sociedade.

A Reitoria do IFRO é a Unidade Gestora que define e gerencia todas as políticas institucionais relativas às atividades de ensino, pesquisa e inovação, extensão e administração. Assim, na ausência de prédio próprio, é imprescindível a locação de um prédio até que seja construída a sede própria da Reitoria.

A busca por prédios para serem locados no município de Porto Velho foi intensa em 2017 visto que o atual prédio já não comporta mais as necessidades da Reitoria devido ao aumento no número de *campi*, servidores e no número de demandas, de modo que alguns setores, tais como Diretoria de Engenharia e Infraestrutura e Diretoria da Gestão e Tecnologia da Informação, estão funcionando nas dependências do *Campus* Porto Velho Zona Norte por falta de espaço, o que de alguma forma compromete o andamento das atividades. O objeto da instituição é que em 2018, encontre-se um prédio que atenda às necessidades da Reitoria, visando assim melhorar o desempenho administrativo e acadêmico de suas atividades.

5.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Tabela 83 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade fim

UG	FORNECEDOR	DESCRIÇÃO	Nº DO CONTRATO	VIGÊNCIA DO CONTRATO	
				DATA DE INÍCIO	DATA DE TÉRMINO
158148	04924847/0001-13 - CONSTRUTORA MOSAICO LTDA	Ampliação e Reforma do <i>Campus</i> Cacoal	20/2012	14/12/2012	29/03/2017
158148	04287991/0001-96 - HELIO TSUNEO IKINO - EPP	Construção do <i>Campus</i> Jaru – 2ª. Etapa	01/2017	19/01/2017	29/06/2018
158148	27568065/0001-94- EDIFICARE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA -ME	Implantação da Subestação 300Kva do <i>Campus</i> Jaru	01/2018	16/01/2018	16/05/2018
158376	84486406/0001-16 - COPEF CONSTRUÇÃO E COMERCIAL LIMITADA	Construção do Refeitório Escolar e Ambiente de Convivência no <i>Campus</i> Ji-Paraná	05/2016	21/11/2016	05/06/2018
158376	08435386/0001-76 - GLOBAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP	Construção de Bloco de 3 Salas de Aula do <i>Campus</i> Ji-Paraná	2/2017	02/10/2017	12/07/2018
158376	27568065/0001-94- EDIFICARE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA -ME	Implantação da Subestação 225Kva do <i>Campus</i> Ji-Paraná*	04/2017	02/01/2018	11/05/2018
158342	17278082/0001-33 - HAZA CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS LTDA - ME	Reforma dos Blocos B e C do <i>Campus</i> Vilhena	06/2016	03/11/2016	20/03/2018
158342	08665786/0001-78 - URBANA CONSTRUTORA EIRELI - EPP	Construção do Refeitório e Centro de Convivência do <i>Campus</i> Vilhena	01/2015	19/06/2015	08/03/2018
158342	02947232/0001-87 - INVESTEL ENGENHARIA LTDA - EPP	Reforma da Piscina do <i>Campus</i> Vilhena	05/2016	31/10/2016	27/07/2017
158343	08665786/0001-78 - URBANA CONSTRUTORA EIRELI - EPP	Obra de Construção do Refeitório do <i>Campus</i> Ariquemes	03/2015	05/01/2016	12/02/2017
158343	63749840/0001-71- J. C. CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP	Conclusão do Refeitório e Centro de Convivência do <i>Campus</i> Ariquemes*	01/2018	05/02/2018	17/10/2018
158341	03726996/0001-05 - CONSTRUVIL CONSTRUTORA E INSTALADORA VILH	Reforma dos Blocos B, C e D do <i>Campus</i> Colorado do Oeste	12/2016	02/12/2016	09/01/2018
158341	07164059/0001-64 - W.E ENGENHARIA LTDA - EPP	Construção Bloco Administrativo / Pedagógico do <i>Campus</i> Colorado do Oeste	13/2017	08/12/2017	18/11/2018
158345	04289815/0001-93 - ROBERTO PASSARINI EIRELI - EPP	Construção de Ginásio Poliesportivo do <i>Campus</i> PVH Calama*	01/2018	02/02/2018	02/05/2019

Fonte: IFRO - Ano 2018

* Obras licitadas e empenhadas em 2017 com início da execução para 2018.

Data-Base das Informações: 31/12/2017

5.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.3.1. Gestão da Tecnologia da Informação

5.3.1.1. *Do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação*

O PDTI está alinhado com Plano Estratégico de TI - PETI, que é um instrumento que atua no nível estratégico e está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, do IFRO, sendo um complemento deste, e tem foco de longo prazo.

5.3.1.2. *Do Plano Diretor de Tecnologia da Informação*

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFRO - PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação. Este instrumento atua no nível tático, ou seja, visa atender as demandas departamentais da TI. Em seu teor estão contidos pontos como: Necessidades da TI do Instituto, Metas e Ações da TI, Plano de Gestão de Pessoas e Plano de investimentos.

Estes documentos interligam-se e formam o alinhamento da TI com os objetivos institucionais, permitindo a demonstração dos projetos que devem ser cumpridos para se atingir o resultado esperado.

O PDI apresenta três objetivos gerais relacionados a TI:

- Promover infraestrutura e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação alinhados aos requisitos institucionais;
- Aprimorar a governança de TI;
- Ampliar o uso de soluções institucionais de TIC.

Estes objetivos foram sistematizados no PETI, onde foram definidas Dimensões, Objetivos Estratégicos e Iniciativas com o intuito de alcançar as metas institucionais. Com base nas iniciativas estratégicas presentes no PETI, o PDTI propõe

um plano de ações e projetos que tem por finalidade a execução efetiva de atividades para atingir as metas relacionadas aos objetivos da instituição.

5.3.1.3. *Do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação*

O Comitê Gestor de TI (COGTI) é constituído pelo Reitor, a quem cabe presidi-lo, pelo Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação, que ocupará a função de Secretário Executivo, pelos Pró-Reitores de todas as Pró-Reitorias, pelos Diretores Gerais de cada *Campus* e pelos Diretores Sistêmicos da Reitoria. Partindo da definição da composição do COGTI nota-se que possui os mesmos membros do Colégio de Dirigentes. Dessa forma assumiu-se que as decisões relativas ao COGTI foram tomadas pelo Colégio de Dirigentes da Instituição que ocorrem mensalmente. As principais decisões tomadas relativas à Tecnologia da Informação foram a aprovação do PDTI através da Resolução nº 3/2017 e decisões relativas ao Regulamento de Atividades Docentes que balizaram a especificação de requisitos para o desenvolvimento do sistema informatizado que registra e emite relatórios para este fim.

5.3.2. Principais sistemas de informações

5.3.2.1. *Áreas Finalísticas*

5.3.2.1.1. Sistema Acadêmico

O objetivo do Sistema Acadêmico é facilitar os processos que envolvem professor e aluno, registrando toda a vida escolar/acadêmica, desde a inscrição até a emissão de históricos.

Trata-se de sistema legado o qual não sofre modificações diretas pela falta de domínio técnico por se tratar de artefato de *software* desenvolvido fora do IFRO.

Este sistema está sob responsabilidade técnica da Coordenação de Desenvolvimento de Sistema - CDSIS e o responsável na área de negócio é a Pró-Reitoria de Ensino.

O risco associado está relacionado ao fato da solução ser fechada impossibilitando a adequação dos módulos a fim de atender às novas regulamentações.

5.3.2.1.2. Sistema de Gestão Acadêmica - SGA

É um sistema criado com o objetivo de superar a dificuldade de novas implementações de funcionalidades no sistema legado (SIGA-EPCT), utiliza a mesma base de dados do sistema acadêmico oficial e implementa outras funcionalidades visando atender as alterações das regulamentações do IFRO.

Trata-se de sistema próprio de manutenção e desenvolvimento contínuo para atender as regulamentações acadêmicas as quais vem passando por alterações periodicamente e não possui despesas de manutenção nem orçamento para desenvolvimento. Como se trata de um sistema em constante evolução não possui prazo de conclusão definido.

Os riscos associados ao desenvolvimento estão diretamente relacionados aos impactos sistêmicos na mudança das regulamentações e os prazos definidos pela alta direção para que o sistema esteja adequado para atender essas demandas. Por se tratar do sistema cerne do negócio do instituto, existe risco médio a alto relacionado à continuidade e disponibilidade, podendo inviabilizar ou até impedir que fluxo de negócio do instituto ocorra.

5.3.2.1.3. Portal do Aluno

Este canal foi criado com o objetivo de facilitar o acesso do discente para que ele obtenha suas informações acadêmicas como situação no curso, notas, frequência e o boletim acadêmico. Neste sistema, podemos citar também a funcionalidade de acesso aos responsáveis que visa permitir que tenham acesso ao Portal do Aluno. Desta

forma, estes poderão consultar notas, frequência e o boletim acadêmico do filho ou o aluno sob sua tutela.

Por se tratar de um sistema em constante evolução não possui prazo de conclusão definido. Este sistema está sob responsabilidade técnica da Coordenação de Desenvolvimento de Sistema - CDSIS e o responsável na área de negócio é a Pró-Reitoria de Ensino.

O sistema tem criticidade média, pois se trata de sistema basicamente informacional e no caso de parada traz algum impacto para o negócio pois a informação pode ser extraída a partir do sistema acadêmico, mas necessitando e auxílio de servidor autorizado para executar a consulta, o que em época de fechamento e conclusão de curso pode gerar alta demanda de informações para o setor de registros acadêmicos.

5.3.2.1.4. Portal do Professor

É um ambiente virtual no qual o professor registra os dados das aulas, como presença, notas, avaliações e plano de ensino. Busca facilitar, de maneira mais rápida, o registro dos conteúdos das aulas.

Por se tratar de um sistema em constante evolução não possui prazo de conclusão definido. Este sistema está sob responsabilidade técnica da Coordenação de Desenvolvimento de Sistema - CDSIS e o responsável na área de negócio é a Pró-Reitoria de Ensino.

O sistema tem criticidade alta, pois impacta diretamente em informações necessárias à conclusão de processos chave no negócio.

5.3.2.1.5. Virtual.IFRO

O Virtual.IFRO é um sistema que proporciona ao desenvolvimento e distribuição de conteúdo diversos para cursos presenciais ofertados e disciplinas semipresenciais para alunos em geral. O Virtual.IFRO utiliza a plataforma *Moodle*, onde a responsabilidade negocial fica a cargo da área de ensino da instituição. A TI apenas

disponibiliza o ambiente em seu *datacenter* para utilização das unidades, não fazendo modificações na ferramenta.

Este sistema está sob responsabilidade técnica da Coordenação de Desenvolvimento de Sistema - CDSIS e o responsável na área de negócio é a Diretoria de Ensino a Distância.

5.3.2.1.6. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Cursos EaD

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um ambiente virtual desenvolvido para ajudar professores e tutores no gerenciamento de conteúdos e materiais complementares para os seus alunos e na gestão de cursos 100% EaD.

A responsabilidade técnica deste sistema está a cargo do *Campus* Porto Velho Zona Norte, que oferece cursos a distância para os polos do IFRO, que estão espalhados por todo o Estado de Rondônia e utilizam a ferramenta como sistema de gestão acadêmica para cursos ofertados na modalidade EaD.

O responsável da área de negócio desta ferramenta é a Diretoria Sistêmica de Educação a Distância.

O sistema tem criticidade alta, pois impacta diretamente em informações necessárias à conclusão de processos chave no negócio.

5.3.2.1.7. Biblioteca

O sistema utilizado pelo IFRO é um programa de computador livre, para automação de todos os processos de uma biblioteca, independentemente do tamanho de seu acervo ou da quantidade de usuários. A responsabilidade de negócio está a cargo da Assessoria de Bibliotecas do IFRO. Este sistema possui um contrato de suporte com a empresa que o desenvolveu, onde as demandas são levantadas pela área de negócio e repassadas à contratada. O Sistema fica hospedado no *datacenter* da Reitoria do IFRO, onde a área de Tecnologia é responsável por manter e proporcionar a infraestrutura necessária para sua utilização.

5.3.2.1.8. Regulamento das Atividades Docentes - RAD

O Sistema RAD visa atender a regulamentação que estabelece as normas para a gestão das atividades docentes dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação que executam suas atividades no IFRO. O sistema permite o registro de atividades realizadas pelos docentes e possibilita o acompanhamento através da emissão de relatórios. O objetivo principal do sistema é dar transparência institucional das atividades executadas pelos docentes do IFRO. A responsabilidade de negócio está a cargo da Comissão Permanente de Acompanhamento do Regulamento das Atividades Docentes - CPRAD e a responsabilidade técnica está sob a Diretoria de Gestão de TI, que por meio das Coordenações de Suporte e Redes - CSR e de Desenvolvimento de Sistemas - CDSIS, mantém a ferramenta de forma a dar suporte e infraestrutura necessária para sua utilização.

5.3.2.1.9. Processo Seletivo

O sistema de processo seletivo tem por objetivo gerenciar as seleções realizadas pelo IFRO para captação de alunos para a instituição. O sistema possui uma interface de inscrição onde a comunidade pode realizar e acompanhar inscrições em seleções e uma interface administrativa para gerência do processo, realizando cadastros de cursos, vagas, cotas e demais informações pertinentes a seleção. A responsabilidade de negócio está a cargo da Comissão Permanente de Exames - COPEX, comissão esta que origina as demandas para os responsáveis técnicos, papel exercido pela Gestão de Tecnologia da Informação da Instituição, para implementação e manutenção da ferramenta. A criticidade desta ferramenta é considerada alta, porém somente nos períodos que ocorrem seleções, pois é ferramenta indispensável para continuidade do negócio.

5.3.2.2. *Principais sistemas de informações das áreas administrativas*

5.3.2.2.1. Central de Serviços de TI - GLPI

GLPI é uma solução *web Open-source* completa para gestão de ativos e *helpdesk*. O mesmo gerencia todos os seus problemas de inventário de ativos/*hardwares* e *software* e suporte ao usuário (*helpdesk*).

Os responsáveis de negócio são as áreas que atualmente utilizam a ferramenta para gestão de suas demandas, que atualmente, são a ASCOM, DGTI, CGAM (para Manutenção Predial), DGP e DPLAN. A DGTI assume o papel de responsável técnico, e entre suas atribuições estão a atualização, configuração, cadastros diversos e hospedagem da ferramenta no *datacenter* institucional da Reitoria.

A criticidade é baixa para média, pois os chamados são abertos via e-mail, onde as áreas que utilizam a ferramenta, mesmo numa possível queda do sistema, continuam a receber as demandas, dando continuidade ao fluxo de atendimento de demandas.

5.3.2.2.2. Sistema Eletrônico de Informação (SEI-IFRO)

O SEI é uma ferramenta que possibilita a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema. Além disso, proporciona a virtualização de processos e documentos. As publicações eletrônicas estão disponíveis para acesso aberto a toda a comunidade.

A responsabilidade técnica é da Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas e os responsáveis na área de negócio é a CISEI - Comissão de Implantação do Sistema Eletrônico de Informações.

Trata-se de *software* de terceiros cedido para o uso do Instituto, por isso não sofre alterações por parte do IFRO. O sistema está concluído, recebendo atualizações periódicas do fornecedor.

O SEI tem criticidade alta, pois todo o trâmite processual do instituto está ocorrendo no sistema e no caso de falha ou parada causará grande impacto no negócio pois impediria o fluxo normal de trabalho da instituição.

5.3.2.2.3. Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)

O Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) foi construído na perspectiva de uma estrutura modular, que possibilita a interligação dos diversos dados por área e por unidade, visando à gestão integrada das informações. O sistema é fornecido pelo IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte. O Sistema está concluído e recebe atualizações periódicas cedidas pelo fornecedor, mas aplicadas e em casos pontuais personalizadas pelo IFRO.

A responsabilidade técnica é da Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas e o responsável na área de negócio é a Pró-Reitoria de Administração - PROAD.

O sistema tem alto grau de criticidade para a área administrativa, pois ela depende de seus módulos para dar continuidade no fluxo de trabalho da área. Grande parte da informação da área de gestão administrativa está concentrada neste sistema e a continuidade do serviço é essencial para possibilitar o fluxo normal de trabalho da área de negócio, pessoas e gestão patrimonial.

5.3.2.2.4. Projetos - Redmine

Redmine é um *software* livre, gerenciador de projetos baseados na *web* e ferramenta de gerenciamento de *bugs*. Ele contém calendário e gráficos de Gantt para ajudar na representação visual dos projetos e seus prazos de entrega.

5.3.2.2.5. Painel de Indicadores

O Painel de Indicadores é um sistema que tem como objetivo agregar as várias fontes de dados do instituto para analisar, sumarizar e exibir informações de indicadores que servirão de apoio à decisão para a gestão.

Este sistema está sob responsabilidade técnica da Coordenação de Desenvolvimento de Sistema - CDSIS.

O sistema tem criticidade média/baixa, pois se trata de sistema basicamente informacional e no caso de parada traz pouco impacto para o negócio pois a informação

pode ser extraída a partir de outros sistemas, mas necessitando de auxílio de servidor autorizado para executar as consultas.

5.3.2.3. *Dos Responsáveis Técnicos*

Tabela 84 - Responsáveis Técnicos Reitoria

Unidade: REITORIA		
Servidores	Curso	Modalidade
Evandro Souza de Paula Cordeiro	Segurança em rede sem fio	Presencial
Marcos Rogério de Oliveira Azevedo	Segurança em Servidores Linux	Presencial
Reynaldo Garcia Junior	Cordova & PhoneGap: Apps mobile com HTML, CSS e JS,	EAD
Fábio Mamoré Conde	Capacitação: Tradução da estratégia	Presencial
	Oficina: Mapa Estratégico	Presencial
	Oficina Painel de Indicadores.	Presencial
	Construindo o Portfólio de Projetos.	Presencial
	Elaboração e Gerenciamento de Projetos	Presencial
	Elaboração e Avaliação de Indicadores de Desempenho Institucional	Presencial
	Gestão de Projetos Consultoria - SKE 4	Presencial
Diego Reis Marques	Capacitação: Tradução da estratégia	Presencial
	Oficina: Mapa Estratégico	Presencial
	Oficina Painel de Indicadores.	Presencial
	Construindo o Portfólio de Projetos.	Presencial
	Elaboração e Gerenciamento de Projetos	Presencial
	Elaboração e Avaliação de Indicadores de Desempenho Institucional	Presencial
	Gestão de Projetos Consultoria - SKE 4	Presencial

Bruce Fabian Reis Albuquerque	Coaching	Presencial
	Fundamentos do Modelo de Excelência na Gestão Pública	Presencial
	Workshop de Planejamento Estratégico	Presencial
	Gestão por Processos	Presencial
Unidade: <i>CAMPUS</i> PORTO VELHO CALAMA		
Cleyton Pereira dos Santos	Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação (GCTI)	EAD
Unidade: <i>CAMPUS</i> JI-PARANÁ		
Diego Souza B. Veloso	IPv6 Básico - RNP	Presencial
Wesley Kozak Azevedo	Gerência de Redes de Computadores - RNP	
Unidade: <i>CAMPUS</i> VILHENA		
André Luís Becker	Retenção de Tributos na Administração Pública	Presencial
Marcos Adriel Sampaio Rost	Retenção de Tributos na Administração Pública	Presencial

Fonte: IFRO - Ano 2018

5.3.2.3.1. Do quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI

Tabela 85 - Analistas de Tecnologia da Informação

Cargo: ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: 21 servidores		
Servidores	Setor	Unidade
Alan de Oliveira Silva	CDSIS	REITORIA
Bruce Fabian Reis Albuquerque	CDSIS	REITORIA
Elias dos Reis Lima	CDSIS	REITORIA
Jorge Luiz Pullig Vilaça	CDSIS	REITORIA
Leonardo Damin	CDSIS	REITORIA
Reynaldo Garcia Junior	CDSIS	REITORIA
Uilton de Oliveira Chagas	CDSIS	REITORIA

Leandro Felix	CDSIS	REITORIA
Fábio Mamoré Conde	DGTI	REITORIA
Carlos Henrique Lustosa Silva	CSR	REITORIA
Diego Reis Marques	CSR	REITORIA
Evandro Souza de Paula Cordeiro	CSR	REITORIA
Joilson Dantas Siqueira Silva	CSR	REITORIA
Marcio Ribeiro de Oliveira	CSR	REITORIA
Marcos Rogerio de Oliveira Azevedo	CSR	REITORIA
Tiago Lins de Lima	DPLAN	REITORIA
Danilo Alves Martins de Faria	CGTI	<i>Campus Colorado do Oeste</i>
Maurício Jesus Marques Junior	CGTI	<i>Campus Ji-Paraná</i>
Nathalia Sobral Guedes da Silva	CGTI	<i>Campus Porto Velho Calama</i>
Celso Victor Rigotti Coelho	CGTI	<i>Campus Porto Velho Zona Norte</i>
Erlan Fonseca de Souza	CGTI	<i>Campus Ariquemes</i>

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 86 - Técnico de Tecnologia da Informação

Cargo: TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - 15 servidores		
Servidores	Setor	Unidade
Daniel Marques Alves de Lima	CGTI	<i>Campus Ariquemes</i>
Rogério Eduardo Vieira Alves	CGTI	<i>Campus Colorado do Oeste</i>
Marcos Adriel Sampaio Rost	CGTI	<i>Campus Vilhena</i>
Andre Luiz Becker	CGTI	<i>Campus Vilhena</i>
Leandro Gabriel	CGTI	<i>Campus Cacoal</i>
Alisson Ferreira Silva	CGTI	<i>Campus Cacoal</i>
Diego Souza Bezerra Veloso	CGTI	<i>Campus Ji-Paraná</i>
Wesley Kozak Azevedo	CGTI	<i>Campus Ji-Paraná</i>
Marlos Tadeu Alves Hibner	CGTI	<i>Campus Ji-Paraná</i>

Carlos Eduardo Santana Azevedo	CGTI	<i>Campus Jaru</i>
Gabriel Penha Bidá	CGTI	<i>Campus Porto Velho Zona Norte</i>
Renan Guilherme Lebre Ramos	CGTI	<i>Campus Porto Velho Calama</i>
Matheus Magalhaes Paulino Cruz	CGTI	<i>Campus Porto Velho Calama</i>
Uesley Rodrigues Oliveira	CSR	REITORIA
Renan Alves de Oliveira	CSR	REITORIA

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 87 - Técnico de Laboratório

Cargo: TÉCNICO DE LABORATÓRIO - 1 servidores		
Servidor	Setor	Unidade
Wesley Jhonnes Ramos Rolim	CGTI	<i>Campus Vilhena</i>

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 88 - Servente de Obras

Cargo: SERVENTE DE OBRAS - 1 servidor		
Servidor	Setor	Unidade
Claudiomir Werle	CGTI	<i>Campus Colorado do Oeste</i>

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 89 - Professor

Cargo: PROFESSOR - 02 servidores		
Servidor(es)	Setor	Unidade
Cleyton Pereira dos Santos	CGTI	<i>Campus Porto Velho Calama</i>
Erick Leonardo Weil	CGTI	<i>Campus Guajará-Mirim</i>

Fonte: IFRO - Ano 2018

5.3.2.4. *Processos de gerenciamento de serviços de TI implementados no IFRO*

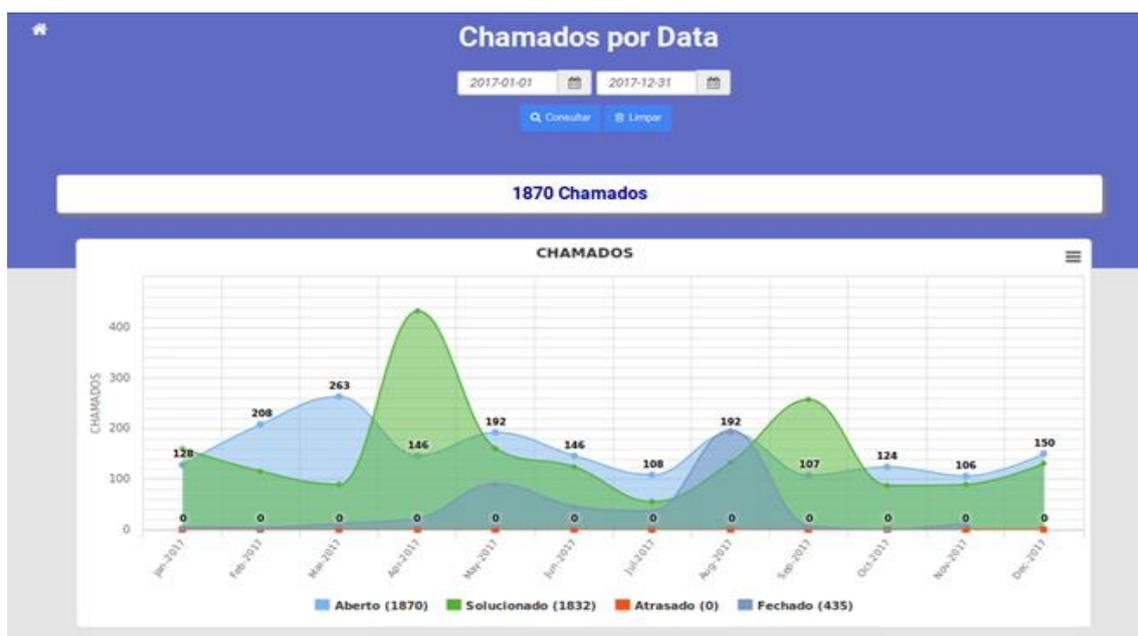
O sistema de gerenciamento de chamados adotado pela DGTI, o GLPI, registra as demandas de usuários que precisam de atenção por parte da TI. Com esta

ferramenta é possível acompanhar as solicitações de forma interativa com o demandante. Os chamados abertos são realizados de forma facilitada, via e-mail, por parte do usuário, e de forma automática são registrados nesta ferramenta. Dessa forma, é possível acompanhar o andamento do atendimento e também dar o “*feedback*” ao demandante de forma transparente ao finalizar o atendimento alterando o *status* do chamado aberto.

Esta ferramenta possibilita extração de relatórios de diversos tipos, sendo possível estimar o volume de atividades que são empenhadas pelos servidores atuantes na área de Tecnologia da Informação.

O demonstrativo, a seguir, apresenta um relatório de chamados por data, compreendida entre 01/01/2017 a 31/12/2017.

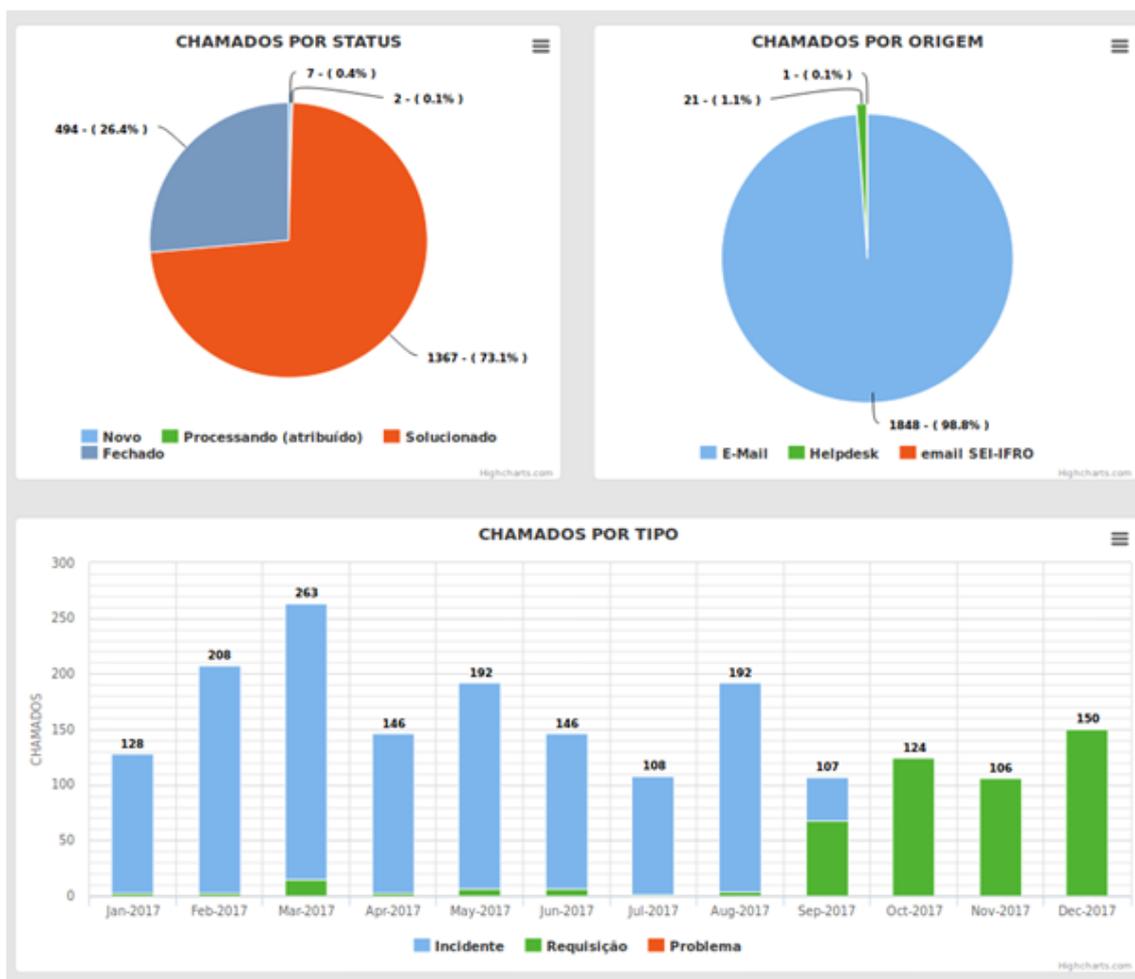
Demonstrativo de abertura de chamados em 2017



Fonte: IFRO - Ano 2018

Os dados , a seguir apresenta um panorama das origens e *status* dos chamados.

Figura 6 - Panorama Dos Chamados



Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 90 - Demonstrativo dos Projetos Desenvolvidos na Diretoria de Gestão em Tecnologia da Informação

Projeto	Alinhamento estratégico	Resultados Esperados	Valores	Prazo
Dados Abertos	Ampliar o uso de soluções institucionais de TIC.	Estar em conformidade com as normativas vigentes acerca da disponibilização de dados.	Pessoal	2017.2

IFRO Mobile.	Ampliar o uso de soluções institucionais de TIC.	Ferramenta que facilite o acesso a informações e aproxime a comunidade com a instituição.	Pessoal	2018.1
Atualização das licenças do ambiente de virtualização de servidores	Promover infraestrutura e serviços de TIC alinhados aos requisitos institucionais	Atualização das licenças do ambiente virtualizado visando à implantação de novas funcionalidades que irão proporcionar um melhor gerenciamento do ambiente.	Valor Orçado: R\$540.512,97	2018.2
Renovação de garantia do <i>Storage</i>	Promover infraestrutura e serviços de TIC alinhados aos requisitos institucionais	Aquisição de garantia Dell EMC, para uma <i>Storage</i> marca VNX 5300, com cobertura de 36 meses, incluindo a substituição e fornecimento de peças originais dos equipamentos e seus componentes, quando necessário.	Valor Orçado: R\$245.430,58	2018.2
Contratação de solução para <i>Backup</i> externo.	Promover infraestrutura e serviços de TIC alinhados aos requisitos institucionais.	Contratação de solução para <i>Backup</i> externo.	Valor Orçado: R\$573.932,25	2018.2
Contratação de Link Ponto a Ponto.	Promover infraestrutura e serviços de TIC alinhados aos requisitos institucionais.	A continuidade do link para comunicação entre o prédio da Reitoria e o <i>Datacenter</i> hospedado no <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte.	Valor Orçado: R\$77.725,74	2018.1

Contratação de equipamentos: Computador <i>Desktop</i> Tipo III.	Promover infraestrutura e serviços de TIC alinhados aos requisitos institucionais.	Possuir equipamentos que atendam às necessidades específicas dos setores demandantes.	Valor empenhado R\$124.071,74	2018.2
Contratação de equipamentos: Computador <i>Notebook</i> Tipo II.	Promover infraestrutura e serviços de TIC alinhados aos requisitos institucionais.	Possuir equipamentos que atendam às necessidades específicas dos setores demandantes.	Valor empenhado R\$18.900,00	2018.2
Contratação de equipamentos: Computador <i>Desktop</i> Tipo I.	Promover infraestrutura e serviços de TIC alinhados aos requisitos institucionais.	Possuir equipamentos que atendam às necessidades específicas dos setores demandantes.	Valor empenhado R\$63.000,00	2018.2
Contratação de equipamentos: <i>Scanner</i> Profissional	Promover infraestrutura e serviços de TIC alinhados aos requisitos institucionais.	Possuir equipamentos que atendam às necessidades específicas dos setores demandantes.	Valor empenhado R\$3.408,09	2018.2
Contratação de equipamentos: Impressora <i>Laser</i> Colorida	Promover infraestrutura e serviços de TIC alinhados aos requisitos institucionais.	Possuir equipamentos que atendam às necessidades específicas dos setores demandantes.	Valor empenhado R\$4.267,0	2018.2
Atualização do SEI.	Ampliar o uso de soluções institucionais de TIC.	Ferramenta atualizada com a versão mais atual disponível.	Pessoal	finalizado em 2017
Sistema para Processo Seletivo: Módulo administrativo.	Ampliar o uso de soluções institucionais de TIC.	Maior autonomia para gerências das seleções de alunos realizadas pela instituição.	Pessoal	Finalizado em 2017

Sistema Acadêmico – Relatórios.	Ampliar o uso de soluções institucionais de TIC.	Nova interface para obtenção de relatórios gerenciais acadêmicos e descontinuar a solução antiga.	Pessoal	Finalizado em 2017
Painel de Indicadores: Dados socioeconômico dos alunos.	Ampliar o uso de soluções institucionais de TIC.	Possibilitar a visualização de informações para tomadas de decisões relativas aos alunos.	Pessoal	finalizado em 2017
Painel de Indicadores: Egressos.	Ampliar o uso de soluções institucionais de TIC.	Possibilitar a visualização de informações para tomadas de decisões relativas aos alunos egressos.	Pessoal	finalizado em 2017
Portal do Aluno: Acesso de responsáveis.	Ampliar o uso de soluções institucionais de TIC.	Acesso de responsáveis ao portal do aluno para acompanhamento da vida acadêmica.	Pessoal	finalizado em 2017
Portal do Aluno: Eleição	Ampliar o uso de soluções institucionais de TIC.	Possibilitar a participação dos discentes as eleições que ocorrem na instituição.	Pessoal	finalizado em 2017
Acadêmico: API de Serviços.	Ampliar o uso de soluções institucionais de TIC.	Ambiente para disponibilização de dados para otimização do processo de desenvolvimento de sistemas.	Pessoal	2018.2
RAD	Ampliar o uso de soluções institucionais de TIC.	Ambiente para registro de atividade de docentes e relatórios de acompanhamento.	Pessoal	Finalizado em 2017

Fonte: IFRO - Ano 2018

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Tabela 91 - Serviço terceirizados

Serviço Terceirizado	Medida
Suporte Técnico ao Sistema de Bibliotecas – GNUTECA.	Pretende-se manter a contratação do serviço, devido a necessidade da área fim (Ensino) em possuir suporte exclusivo para manutenção, atualização e melhorias no sistema visto que a versão gratuita é limitada e não atende as necessidades da instituição.

5.3.3. Gestão ambiental e sustentabilidade

1. Este item deve compor o arquivo que tratará do capítulo **ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO** e tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão ambiental e adoção de critérios de garantia da sustentabilidade ambiental na sua atuação, especialmente na aquisição de bens e serviços.
2. Para elaboração do conteúdo deste item, a UPC deve contemplar, de forma sucinta, informações que evidenciem os pontos a seguir:
 - a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;
 - b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);
 - c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;
 - d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;
 - e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;
 - I. Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;
 - II. Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;

- III. Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);
- IV. Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).
- V. Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

5.3.3.1. *Gestão Ambiental e Sustentabilidade*

A comissão de monitoramento do consumo de água e energia elétrica da Reitoria foi implantada a partir da vigência da portaria nº 773 de 25 de maio de 2015. A finalidade do trabalho da comissão é construir uma cultura institucional para a diminuição dos impactos econômicos e socioambientais da atuação do IFRO por meio do consumo racional de água e energia elétrica em consonância com a Agenda Ambiental da Administração Pública do Governo Federal.

No regimento interno do IFRO, resolução nº 65/2015, compete a Diretoria de Planejamento da PRODIN propor as ações de sustentabilidade com base no tripé “social, ambiental e econômico” respeitando a legislação vigente aplicável, as normas de ética ambiental e as diretrizes da política ambiental institucional.

Neste sentido a temática do desenvolvimento institucional sustentável foi trabalhada no exercício 2017 como uma etapa do projeto estratégico do PDI 2018-2022 “Fortalecimento da Gestão”.

Esta etapa do projeto estratégico tem como finalidade a implantação de uma política institucional de sustentabilidade econômica e socioambiental do IFRO definida em resolução a ser aprovada pelo CONSUP e a definição os parâmetros para que todas as unidades do IFRO possam elaborar seus planos de logística sustentável

5.3.3.2. *Análise crítica das Unidades do IFRO*

5.3.3.2.1. *Reitoria e Campus Jaru*

Na Reitoria e no *Campus* Jaru, as ações de sustentabilidade são incipientes, embora busquem fomentar o uso racional e sustentável dos recursos. Atualmente, não participa formalmente da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), mas em diversas situações adota como prática comum as contratações voltadas ao uso racional de energia elétrica, programas de conscientização para evitar o desperdício de água, aquisição de canecas ecológicas visando a redução da produção de resíduos, entre outras ações pontuais.

Para o exercício 2018, a unidade implementará o Plano de Gestão de Logística Sustentável, com vistas a promover a sustentabilidade, o uso do poder de compra, definindo e implementando critérios de logística sustentável e disseminar práticas de uso racional dos recursos, bem como ações de Coleta Seletiva Solidária.

5.3.3.2.2. *Campus* Porto Velho ‘Calama’

A política de sustentabilidade será estabelecida em nível de órgão (IFRO), mas o *Campus* busca realizar ações relacionadas à sustentabilidade e à gestão ambiental no desenvolvimento de suas atividades.

Apesar dos esforços, a fim de garantir padrões mínimos de sustentabilidade nas licitações, não há participação oficial por parte do *Campus*, na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P),

A área de compras e licitações vem implantando, gradualmente, requisitos de sustentabilidade nas aquisições e contratações, de modo a não frustrar a competitividade do certame. Para bens cuja confecção o IBAMA classifica de impacto “médio” ou “alto” ao meio ambiente, tem-se exigido o devido cadastro no citado órgão. Tal exigência é inserida na descrição dos itens, conforme orientação.

Há ainda a perspectiva de se exigir declaração do licitante vencedor de que proceda à separação dos resíduos recicláveis descartando de forma seletiva, especialmente o papel, observado o Decreto nº 5.940/2006, além de destinar de forma adequada os cartuchos e cilindros conforme a Lei nº 12.305/2005. Citamos como exemplo o Pregão nº 08 de 2017 (Contratação de Serviço Reprográfico).

Além disso, o *Campus*, desde setembro de 2014, conta com Comissão de Coleta Seletiva Solidária devidamente instituída, a qual pelo Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 56/2016, passou a ser uma Comissão Permanente da unidade e teve seu Regulamento próprio apreciado pelo Conselho Escolar e aprovado pela Resolução nº 6, de 16/10/2017. (SEI-0086167)

Também, desde 2014, promove, por meio de editais, seleção de cooperativas/associações de catadores para a distribuição dos resíduos recicláveis, nos termos dos dispositivos legais vigentes.

Quanto à observância dos parâmetros do Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente, cita-se como exemplos, que:

- a) no Pregão nº 04 de 2017 (Contratação de Serviço de Lavanderia) exigiu-se declaração de que o licitante vencedor observava a Resolução do Conama nº 359, de 29/04/2005, que dispõe sobre o teor de fósforo em detergente em pó para uso em todo território nacional;
- b) no Pregão nº 06 de 2007 (Aquisição de Material Esportivo) a lista padrão de itens foi revisada pela área de compras e licitações para incluir aspectos sustentáveis. Itens como pilhas e baterias passaram a exigir comprovação de quantidade de cádmio e mercúrio; itens feitos a partir de madeira passaram a exigir certificação da origem da madeira; itens eletrônicos passaram a requerer certificação de eficiência energética; nos itens feitos de aço foi requerido certificação do cadastro ambiental do IBAMA; item de pena animal foi substituído por pena sintética;
- c) no Pregão nº 07 de 2017 (Aquisição de Material de Acondicionamento e Embalagem) plásticos e papéis/papelões exigiram certificação de procedência e para os itens de isopor facultou-se que os licitantes vencedores recolhem o mesmo após o uso para fins de reciclagem e/ou reaproveitamento.

De forma geral, seguindo recomendação da Procuradoria Jurídica, junto ao IFRO, a cada certame a área de compras e licitações, ao elaborar os documentos, consulta como referência o guia prático de licitações sustentáveis da consultoria jurídica da união no Estado SP – AGU e outros documentos pertinentes.

Em relação ao plano de gestão de logística sustentável (PLS), considerando a menção da Instrução Normativa nº 10, de 12/11/2012, que “Deverá ser constituída a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, composta por no mínimo três servidores, designados pelos respectivos titulares dos órgãos ou entidades (...)”, tem-se que o mesmo será elaborado em nível de IFRO e o *Campus* aguarda as instruções, conforme consulta formulada àquela unidade em ano anterior.

A unidade, lança mensalmente no SisPES, sistema direcionado ao monitoramento do consumo de energia elétrica e de água pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica, seu consumo de energia, já que a água é proveniente de sistema de abastecimento alternativo.

Desde 2015 o *Campus* tem instituída a Comissão Permanente de Monitoramento de Consumo de Energia Elétrica e Água, visando à disseminação das boas práticas de gestão e uso desses bens, mas, infelizmente, até o momento não houve avanço no desenvolvimento de ações a ela relacionadas.

A área de serviços atua para que a unidade conte com coletores de lixo seletivos e com coletores para pilhas/baterias, a fim de dar a destinação correta e também com reaproveitamento de materiais, entre outras ações relacionadas à gestão ambiental e à sustentabilidade.

Em 2017, visando à economicidade de energia elétrica foram adquiridas cortinas de ar para locais de circulação de público, tais como entrada principal do prédio e do auditório; foram afixados adesivos alertando sobre o fechamento de portas e desligamento de condicionadores de ar; houve a ampliação do sistema de relé foto elétrico; solicitada licitação para instalação de bancos de capacitores, ainda não contratado por limitação orçamentária; a área de serviços tem buscado parceria com o Grêmio Estudantil para divulgação de políticas de racionamento de energia em sala de aula e foi elaborado relatório de consumo de energia e compartilhado com toda a comunidade escolar, a fim de estimular a melhora dos indicadores.

Os papéis já utilizados também são reaproveitados como rascunho ou para elaboração de trabalhos pedagógicos no Laboratório de Artes.

Foi emitida a Portaria nº 126, de 05/05/2017, normatizando a configuração padronizada das impressoras do *Campus*, de forma a tornar o processo de impressão mais econômico e sustentável.

Foi emitido o Memorando-Circular nº 002, de 07/04/2017, com orientações acerca das trocas de toner, de forma a evitar o descarte de cartuchos que não estejam totalmente vazios, evitando desperdícios.

O uso de copos descartáveis continua sendo controlado, conforme Portaria nº 103, de 01/04/2016, a área de serviços promoveu a personalização de copos reutilizáveis (vidro), por meio de adesivos, para serem disponibilizados no local de convivência dos servidores e ultimava as ações para por em uso. No final do exercício de 2017 conseguiu-se adquirir as canecas permanentes personalizadas que serão entregues aos servidores em 2018, em substituição aos descartáveis.

A área de serviços tem reutilizado pneus para confecção de vasos e puffes; promovido a reaplicação de lona de banner para cobrir/encapar móveis de confecção própria e priorizado a utilização de pilhas recarregáveis em equipamentos de grande consumo, como microfones e *walk talk*, diminuindo o aumento de resíduos descartados e contribuindo para a preservação ambiental.

Avalia-se que a atuação do *Campus* com relação aos critérios de sustentabilidade e gestão ambiental ainda não é a ideal em todos os aspectos e carece evoluir. Na área de compras e licitações, por exemplo, em várias vezes exige-se simplesmente declaração do licitante para fins de comprovação de obediência à legislação ambiental. Fato que se dá, principalmente, pela falta de certificações acessíveis financeiramente aos licitantes, de modo que os responsáveis pelos procedimentos buscam equilibrar sustentabilidade e a manutenção da competitividade de cada certame.

A essa situação, se junta o pouco conhecimento técnico da área de compras e licitações em relação aos requisitos de sustentabilidade de algumas áreas específicas, tais como equipamentos, substâncias químicas etc, e o número reduzido de servidores o que dificulta uma atuação mais contundente, até mesmo por falta de maior disponibilidade de tempo para estudo das possibilidades e dos critérios que podem envolver cada item.

Mas se avalia que a Instituição está no caminho certo, havendo comprometimento por parte das áreas técnicas para que a cada ano haja avanços em relação ao tema.

5.3.3.2.3. *Campus Ji-Paraná*

A política de sustentabilidade é muito tímida na unidade. Estamos começando a formalizar as ações, embora algumas já sejam rotineiras. Além disso, estamos em estudo para implantação da Coleta Seletiva Solidária no exercício 2018 baseados na normativa do IFRO *Campus* Calama, em atendimento ao Decreto 5940/2006.

A temática gestão ambiental e sustentabilidade embora de enorme relevância é algo que está começando a ocorrer na unidade, quando começamos os estudos para implantação da Coleta Seletiva Solidária.

Espera-se que a partir deste primeiro movimento, a instituição avance de modo a implantar/implementar todas as ações normatizadas. Ainda que não formalizada, algumas ações já são executadas na unidade como compartilhamento de impressoras, impressão frente e verso, reaproveitamento de impressões não aproveitadas confeccionando bloquinhos de anotação (servidora da COFIN os confecciona), reaproveitamento de envelopes recebidos, destinação de pilhas e afins, lâmpadas acessas apenas na necessidade, desligamento de ar-condicionado nos dias mais frescos, são alguns exemplos.

5.3.3.2.4. *Campus Colorado do Oeste*

O *Campus* Colorado do Oeste possui Rede de Esgoto que direciona todos os resíduos para a ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) do *Campus* que trata todos os resíduos não reagentes produzidos pelo IFRO / *Campus* Colorado do Oeste.

Para os resíduos reagentes químicos o *Campus* adquiriu bombonas para armazenamentos, capacitou servidores na USP (Leandro Dias) e possui o Contrato

05/2016 com a empresa PAZ AMBIENTAL LTDA EPP inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.331.865/0001-94 que é certificada e premiada a nível internacional pela qualidade do serviço prestado na região amazônica.

Na questão de sustentabilidade o *Campus* iniciou no exercício de 2017, a inclusão nos itens de suas licitações de critérios de sustentabilidade para a aceitação dos produtos, sendo que os mesmos devem demonstrar que os produtos devam ser biodegradáveis, como componentes de sua formulação devendo ser neutralizados, precipitados, degradados, biodegradados e oxidados em qualquer unidade normal de tratamento de despejo, ou não deve possuir metais pesados e nem seus derivados ou devam ter registro na ANVISA, Produto de Fabricação Nacional, ou o fabricante do produto deve comprovar ou ter notoriedade de possuir gestão de resíduos sólidos, e/ou projetos de reflorestamento em área nacional, e/ou programa de redução do consumo de água na produção dos produtos e/ou um programa de redução do consumo de energia, ou que apoie e financie projetos sociais no território nacional.

Já na questão de sustentabilidade social, nossas licitações priorizam os fornecedores de ME ou EPP da micro região de Colorado do Oeste, promovendo assim o desenvolvimento regional da região onde está localizado o IFRO – *Campus* Colorado do Oeste.

5.3.3.2.5. *Campus* Vilhena

O *Campus* Vilhena vem implementando políticas de sustentabilidade ambiental por meio de ações de conscientização objetivando responder as demandas de caráter ambiental:

Recolhimento diário dos resíduos segregados nos coletores pela equipe de limpeza interna para armazenamento centralizado na Unidade.

O recolhimento dos recicláveis nos coletores é realizado pela equipe de limpeza e disponibilizado em containers para retirada semanal feita pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE;

Coleta e Reciclagem de Pilhas e Baterias – Para descarte desses materiais pós-uso no IFRO/*Campus* Vilhena, foi instalado coletor na cor laranja, devidamente identificado e em ponto estratégico.

Na Semana Nacional do Meio Ambiente/Educação para a Vida que acontece no decorrer do ano letivo, conforme consta no calendário acadêmico, são realizadas campanhas educativas visando sensibilizar a comunidade para o descarte adequado dos recicláveis.

No exercício de 2015 foi celebrado o termo de Cooperação Técnica entre o *Campus* Vilhena e a Associação/Cooperativa de Catadores do Cone Sul – ASCCOSUL visando à coleta periódica dos resíduos recicláveis descartados. O referido termo foi extinto devido descumprimento do pactuado. A associação alegou falta de infraestrutura (transporte, mão de obra, etc) para continuidade das ações desenvolvidas em parceria com esta Unidade.

Há exigências de critérios de sustentabilidade nas compras e contratações realizadas pelo *Campus* Vilhena, tais como: a redução do uso de embalagens, em muitos casos, excedentes e desnecessárias; e a apresentação das certificações que comprovem os critérios exigidos no edital ou quaisquer outros documentos quando possível.

O *Campus* Vilhena avançou no trato com as questões ambientais, mas são muitos os desafios para a consolidação de uma gestão ambiental sustentável.

Na gestão de resíduos sólidos as principais dificuldades enfrentadas estão relacionadas à etapa de segregação na fonte, sobretudo em virtude do descarte inadequado dos resíduos nos coletores pela comunidade acadêmica.

Percebe-se que apesar da existência de lixeiras para coleta seletiva, não há designação de funcionários para acompanhar periodicamente a rotina interna de gerenciamento de recicláveis (coleta e armazenamento separados).

V.3.3.2.6. *Campus* Guajará-Mirim

O *Campus* Guajará-Mirim iniciou as atividades na unidade no ano de 2015, de forma parcial, não possuindo ainda pessoal, tão pouco estrutura física

adequada. Somente em 2017 o *Campus* teve a gestão financeira do orçamento para execução na própria unidade.

Como a unidade encontra-se em expansão, com o ingresso de mais alunos, a utilização de mais salas a cada a cada ano, os gastos com energia elétrica mantém um aumento de consumo regular de acordo o número de aparelhos de ar condicionando em funcionamento.

O *Campus* utilizou-se dos critérios de sustentabilidade desde a aquisição, com a compra de aparelhos com gás ecológico, com menor consumo do mercado, padronizando 98% das salas como o mesmo modelo, facilitando manutenções futuras, demonstrando que as contratações realizadas pela unidade observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 e demais normas.

Além disso, o *Campus* possui sistema de aproveitamento de água da chuva, com cisterna específica para reuso.

O Sistema Eletrônico de Informações - SEI foi implantado de forma imediata a partir de 01/08/2017 e reduziu de forma significativa necessidade de impressão, economizando papel, toner e aumento de vida útil das impressoras.

O *Campus* adota separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006.

5.4. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Nas contratações, em especial as de serviços, são definidos parâmetros de sustentabilidade a serem observados pelas empresas contratação quando da execução do objeto, de acordo com o que prescreve Instrução Normativa nº 01/2010, tais como:

- a) Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição tais como: racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; substituição de

substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; e racionalização/economia no consumo de energia elétrica.

b) Utilizar equipamentos de limpeza que gerem menor ruído no seu funcionamento, conforme Resolução CONAMA nº 020 de 07/12/1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição;

c) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes sempre que possível (água de chuva, poço cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

d) Utilizar produtos e objetos constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

e) Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

f) Utilizar na prestação de serviços produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com menor volume possível, que utilize material recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento;

g) Utilizar na prestação de serviços produtos que não contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, conforme Resolução CONAMA nº 267 de 14/11/2000;

h) Utilizar na prestação de serviços produtos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

- i) Observar critérios ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização, e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- j) Prever destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257 de 30/06/1999;
- k) Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que os mesmos abandonados ou disposto inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA nº 258 de 26/08/1999;
- l) Realizar a coleta dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, disponibilizando nos locais indicados pela Fiscalização, a fim de possibilitar a sua destinação às associações e cooperativa dos catadores de materiais recicláveis, nos termos do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;
- m) Respeitar as normas brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos, conforme a Lei nº 12.305/2010. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva”

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

No âmbito do IFRO, há disponível, como canais de acesso ao cidadão a Ouvidoria e o Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC). Abaixo transcrevemos algumas informações dos atendimentos realizados durante o exercício de 2017.

6.1.1. Ouvidoria

A Ouvidoria, que é exercida por um Ouvidor, é um serviço disponibilizado pelo IFRO com a finalidade de receber e dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, das denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição, sendo que sua composição, competências e funcionamento estão definidos no Regimento Geral do IFRO.

Apresentamos abaixo o quadro contendo o resumo das manifestações atendidas pela Ouvidoria durante o exercício de 2017.

Tabela 92 - Manifestações para a Ouvidoria do IFRO, no ano de 2016.

Mês	MANIFESTAÇÕES - 2016					
	Denúncia	Elogio	Reclamação	Solicitação	Sugestão	TOTAL
Janeiro	1	0	0	1	0	02
Fevereiro	2	1	3	4	2	12
Março	2	2	5	1	1	11
Abril	7	1	12	1	0	21
Maiο	5	0	1	3	0	9
Junho	1	1	3	2	0	13
Julho	3	0	2	6	2	7

Agosto	3	0	2	1	1	18
Setembro	8	0	4	5	1	23
Outubro	9	0	10	4	0	19
Novembro	9	0	6	4	0	19
Dezembro	1	0	3	2	1	07
Total	51	5	51	34	8	149

Fonte: IFRO - Ano 2018

Conforme quadro, durante o exercício de 2016, ocorreram 149 manifestações registradas no sistema da Ouvidoria do IFRO, sendo que deste número: 51 denúncias, 05 elogios, 51 reclamações, 34 solicitações e 8 sugestões.

Tabela 93 - Manifestações para a Ouvidoria do IFRO, no ano de 2017.

Mês	MANIFESTAÇÕES - 2017					
	Denúncia	Elogio	Reclamação	Solicitação	Sugestão	TOTAL
Janeiro	2	1	3	4	1	11
Fevereiro	5	4	6	2	0	17
Março	10	1	6	4	1	22
Abril	5	0	12	2	2	21
Maio	2	0	6	2	1	11
Junho	7	1	4	0	0	12
Julho	2	0	5	5	0	12
Agosto	2	1	4	2	2	11
Setembro	5	4	1	0	1	11
Outubro	6	2	9	1	1	19

Novembro	8	0	6	3	0	17
Dezembro	3	0	6	5	0	14
Total	57	14	68	30	09	178

Fonte: IFRO - Ano 2018

Conforme quadro, durante o exercício de 2017, ocorreram 178 manifestações registradas no sistema da Ouvidoria do IFRO, sendo que deste número: 57 denúncias, 14 elogios, 68 reclamações, 30 solicitações e 9 sugestões.

Observando-se as demandas registradas no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, ao qual a Ouvidoria do IFRO está integrada, verificou-se que houve um aumento de 11,76% no registro da Manifestação – Denúncia. Presume-se que o referido aumento deu-se em decorrência do programa de divulgação através do site do IFRO e palestras da implantação da Ouvidoria do Instituto Federal de Rondônia.

Quanto ao registro da Manifestação – Elogio houve um aumento de 180%, de 2016 para 2017. Acreditamos que este aumento ocorreu em decorrência do programa de valorização dos serviços prestados pelos setores das unidades do IFRO e de seus servidores.

Verifica-se que houve o aumento de 33,33% no registro da Manifestação – Reclamação. Presume-se que o referido aumento ocorreu em decorrência do aumento da oferta de serviços ofertados pelo IFRO à comunidade e conseqüentemente, com o aumento da procura aumentaram as reclamações.

Ainda de acordo com os dados dos quadros, verifica-se que houve uma redução de 11,76% no registro da Manifestação – Solicitação. Presumimos que a referida redução, ocorreu pelo aprimoramento dos serviços prestados à comunidade pelo IFRO, subsidiados pelas reclamações e sugestões registradas e encaminhadas a esta Ouvidoria do IFRO.

Houve o aumento de 12,5% no registro da Manifestação – Sugestão. Presumimos que o aumento ocorreu em decorrência do aumento do público usuário dos serviços prestados pelo IFRO à comunidade.

6.1.2. Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)

Em concordância com o que determinam a Lei nº 12.527, de 2011 e o Decreto nº 7.724, de 2012 o Instituto Federal de Rondônia tem utilizado o e-SIC – Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão no atendimento da comunidade externa. O sistema criado e gerido pela CGU permite o recebimento de pedidos de informação e o envio de respostas aos solicitantes. Apresentando um ambiente completamente adaptado ao que determina a Lei de Acesso à Informação em relação aos prazos para respostas e eventuais pedidos de recurso.

Tabela 94 - Quantidade de pedido de acesso à informação 2017

Quantidade de pedidos de acesso à informação 2017	
Quantidade de pedidos	110
Média mensal de pedidos:	9,17

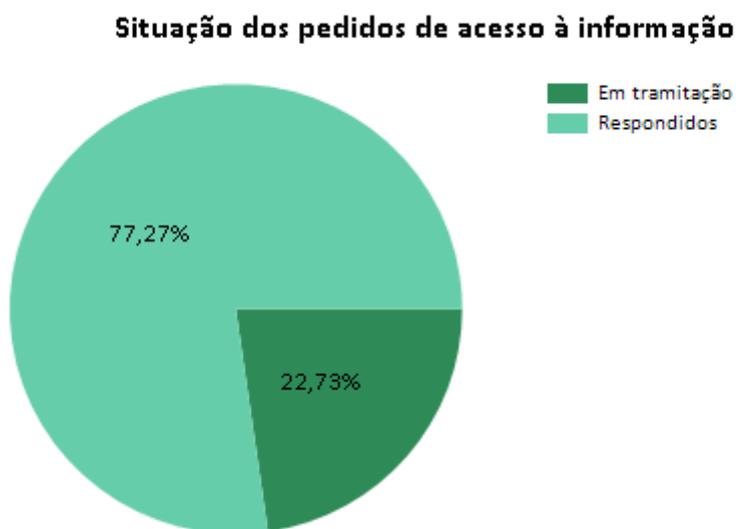
Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 95 - Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Situação e características dos pedidos de acesso à informação	
Status do pedido	Quantidade
Respondidos	85
Em tramitação	25

Fonte: IFRO - Ano 2018

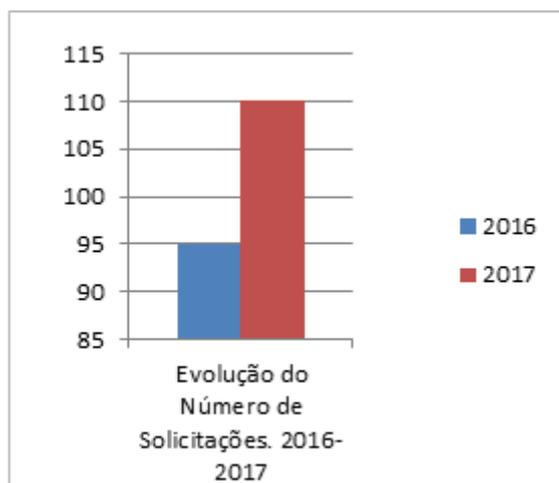
Figura 7 - Situação dos pedidos de acesso à informação



Fonte: e-Sic, 2017.

Em relação ao ano de 2016, conforme gráfico comparativo abaixo, percebemos um aumento de 13,67% no total de solicitações. O aumento pode ser considerado semelhante ao percebido quando analisados os números compilados de todos os órgãos federais.

Figura 8 - Evolução do número de solicitações 2016 -2017



Fonte: e-Sic, 2017.

6.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços do IFRO tem por finalidade: melhorar a relação da instituição com a comunidade interna e externa; divulgar os serviços prestados com os seus compromissos de atendimento para que sejam amplamente conhecidos pela sociedade; fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade na administração pública quando esta percebe uma melhora contínua em sua eficiência e eficácia; garantir o direito do cidadão para receber serviços em conformidade com as suas necessidades.

Em razão da atualização documental do Plano de Desenvolvimento Institucional, a atual carta de serviços está passando por algumas adequações. Com isso não sendo inserir o texto na íntegra com as informações atualizadas.

6.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Descrevemos abaixo os objetivos, metodologia e os resultados da avaliação institucional realizada anual no âmbito do IFRO.

6.3.1. Dos Princípios e Objetivos

A autoavaliação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, objetiva produzir informações, através de instrumentos avaliativos considerando a realidade e as diferentes dimensões do IFRO, especialmente aquelas expressas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). As análises dos instrumentais nortearão decisões, buscando a excelência nas atividades desenvolvidas na instituição.

6.3.1.1. *Princípios da Avaliação Institucional*

A Autoavaliação Institucional é uma ferramenta que busca verificar a consonância entre ações planejadas e ações já executadas na instituição e será pautada:

- Na responsabilidade social com a qualidade da educação superior;

- No reconhecimento da diversidade do sistema;
- No respeito à identidade, à missão e à história da instituição;
- No entendimento de que a instituição deve ser avaliada de forma global e contínua.

6.3.1.2. *Objetivos da Autoavaliação Institucional*

A autoavaliação tem como principais objetivos:

- Identificar as potencialidades e deficiências dos Cursos da Instituição;
- Produzir conhecimentos oriundos de uma autoavaliação com perspectiva globalizada da instituição;
- Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo fortalecendo as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
- Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos e prestar contas à sociedade;
- Medir o índice de satisfação dos segmentos da comunidade universitária e da sociedade local quanto aos serviços educacionais prestados pelo IFRO, visando promover melhoria contínua das atividades para preservar a imagem pública da instituição imbuída de alta qualidade e relevância social.

6.3.2. Metodologia

De acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 – “Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional” – o instrumento de Autoavaliação será norteado pelos seguintes eixos:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: A missão e o plano de desenvolvimento institucional;

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade;

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes;

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

- Dessa forma a autoavaliação seguirá as seguintes etapas metodológicas:
- Construção do plano de ação 2017 da CPA que conduzirá o processo de autoavaliação;
- Readaptação do projeto de autoavaliação 2016 para o ano de 2017;
- Sensibilização dos segmentos a serem avaliados: discentes, docentes e técnicos administrativos;

- Elaboração de mecanismos e procedimentos para assegurar a participação voluntária dos envolvidos na autoavaliação;
- Construção do instrumento de autoavaliação dos componentes curriculares;
- Aplicação do instrumento autoavaliativo mantendo o anonimato dos envolvidos no processo;
- Envio dos dados obtidos aos Coordenadores de cada curso, Direção de Ensino e Direção-Geral;
- Requerer do Coordenador do Curso um plano de ação para mitigar os problemas apontados no relatório;
- Construção do instrumento de autoavaliação institucional;
- Divulgação dos resultados obtidos na autoavaliação dos componentes curriculares e aplicação do instrumento autoavaliativo institucional, mantendo o anonimato dos envolvidos no processo;
- Levantamento dos dados obtidos através da aplicação;
- Análise e interpretação dos dados;
- Elaboração do relatório com as devidas sugestões de melhorias para a instituição;
- Apresentação dos resultados do processo de autoavaliação aos gestores;
- Divulgação dos resultados do processo autoavaliativo para a comunidade, na perspectiva de formar uma cultura de participação da autoavaliação.

Abaixo o fluxograma do processo:

Figura 5 - Fluxograma do processo



Fonte: IFRO - Ano 2018

6.3.2.1. *Definição da População de Pesquisa*

A autoavaliação conduzida e sistematizada pela CPA terá como público alvo: discentes, docentes e TAEs do Instituto Federal de Rondônia – IFRO. Será adotada uma abordagem censitária, não obrigatória.

6.3.2.2. *Instrumento e Técnicas de Coleta de Dados*

Para a realização da autoavaliação será utilizado o sistema informatizado denominado LIMESURVEY (programa desenvolvido em base *open source*, não proprietária, versão 2.50) e elaborado um questionário para coleta de dados com blocos de perguntas de múltipla escolha e em cada bloco uma questão para resposta discursiva, com limitação de 600 caracteres.

A coleta de dados será pelo acesso individual do respondente ao questionário disponibilizado no ambiente virtual, a partir de qualquer local, sem a interferência ou participação de servidores no processo de preenchimento das respostas.

Para acesso aos instrumentos de coleta de dados por parte dos discentes, os membros das CPA e comissões especiais, visitarão as salas de aulas para mobilização, bem como, o estímulo aos docentes a levarem suas turmas, em diferentes dias e horários, aos laboratórios de informática dos diversos *campi* do IFRO, de forma a aumentar a participação discente no processo avaliativo.

Já para os docentes e TAEs será enviado um e-mail para cada servidor, convidando-o para participar do processo de autoavaliação, informando a disponibilidade de laboratórios e horários para o preenchimento do instrumento de autoavaliação. Podendo ser realizado o acesso por meio do computador pessoal ou institucional, garantindo em todas as possibilidades, o acesso único e anônimo.

6.3.2.3. *Escalas e critérios de análise*

A análise dos dados abordará critérios quantitativos e qualitativos. Os dados serão obtidos através de coleta com escalas ordinais do tipo *Likert*, de 5 (cinco) pontos para registro das avaliações atribuídas pelos segmentos consultados, sendo 3 (três) pontos de avaliação e 2 (duas) alternativas de “escape” (desconhecimento, inexistência), conforme descrição abaixo:

-Excelente: Atinge o objetivo com notoriedade, distinção e excelência.

-Suficiente: Atende as necessidades mínimas, precisa de intervenções para atingir a excelência.

-Insuficiente: Não atende as necessidades mínimas, a situação exige intervenção e medidas corretivas urgentes.

-Inexistente: situação/serviço que não ocorra no *Campus*/Reitoria ou que não esteja em funcionamento.

-Não sei/Não conheço: situação/serviço em que o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.

Para a tomada de decisão, será considerado o somatório dos conceitos “EXCELENTE” e “SUFICIENTE”, como também o percentual do conceito “NÃO SEI/NÃO CONHEÇO” e adotar-se-ão parâmetros qualitativos que nortearão as linhas de ações possibilitando identificar os aspectos relevantes do processo de autoavaliação.

Desta forma, para a avaliação dos conceitos positivos (excelente + suficiente), serão utilizados os seguintes indicativos de ação:

- **MANTER AS AÇÕES PRATICADAS:** Quando a avaliação POSITIVA, ou seja, soma de EXCELENTE e SUFICIENTE, é igual ou maior que 85%, entende-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.

- **NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO:** Quando a avaliação POSITIVA é igual ou maior que 50% e menor que 85%, entende-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido. Considerando-se como um viés negativo e indicando a necessidade de desenvolvimento das questões relacionadas a estes quesitos;

- **NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO ESPECIAL:** Quando a avaliação POSITIVA é maior ou igual a 35% e menor que 50%, entende-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, cabendo à gestão o desenvolvimento de ações e políticas com objetivo de melhorar os indicadores;

- **NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO URGENTE:** Quando a avaliação POSITIVA é menor que 35%, entende-se que o indicador necessita de intervenção imediata por parte da gestão, com implementação de ações corretivas em caráter de urgência.

Para a análise do conceito “NÃO SEI/NÃO CONHEÇO” considera-se os seguintes indicativos de ação:

- **NECESSIDADE DE ATENÇÃO:** Quando o conceito NÃO SEI/NÃO CONHEÇO, for maior ou igual a 10% e menor que 20%, entende-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido. Considerando-se como um viés negativo

e indicando a necessidade de desenvolvimento das questões relacionadas a estes quesitos;

- **NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO:** Quando o conceito NÃO SEI/NÃO CONHEÇO, for maior ou igual a 20%, entende-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, cabendo à gestão o desenvolvimento de ações e políticas com objetivo de melhorar os indicadores;

Será disponibilizado também um espaço discursivo intitulado “Sugestões/críticas/elogios”, onde os membros de cada segmento poderão abordar problemáticas não abordadas no questionário objetivo, desta forma adotar-se-á também a técnica de análise de conteúdo.

Salienta-se que para atender as expectativas de cada segmento algumas questões não foram submetidas a todos os segmentos, como por exemplo: questões pertinentes aos discentes não foram submetidas à apreciação de TAEs e docentes.

6.3.3. *Dos Resultados*

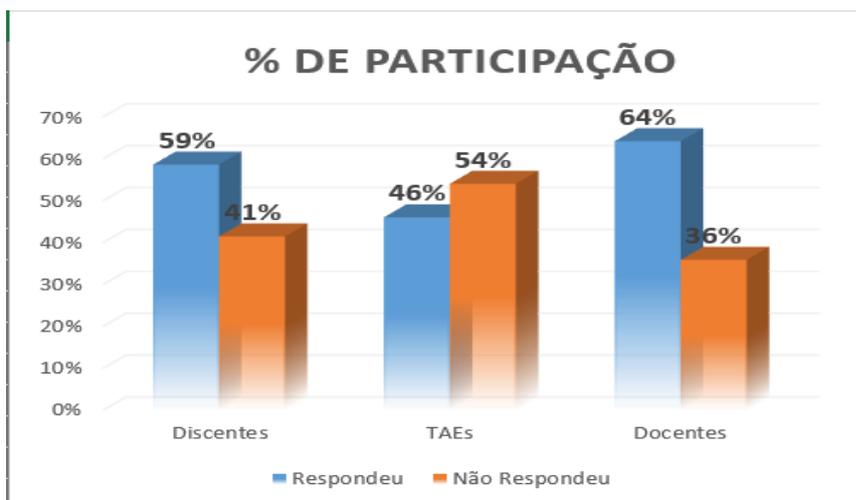
Abaixo descrevemos os resultados da pesquisa de qualidade dos serviços prestados a comunidade acadêmica do IFRO em 2017, contemplando todas as 10 dimensões, com as devidas sugestões de ações a nível institucional para melhoria dos serviços prestados.

Tabela 96 - Visão geral do IFRO

Visão Geral do IFRO			
Público	Discentes	TAEs	Docentes
Responderam	1069	264	392
Não Responderam	756	310	219
Total	1825	574	611

Fonte: IFRO - Ano 2018

Figura 6 - Porcentagem de participação

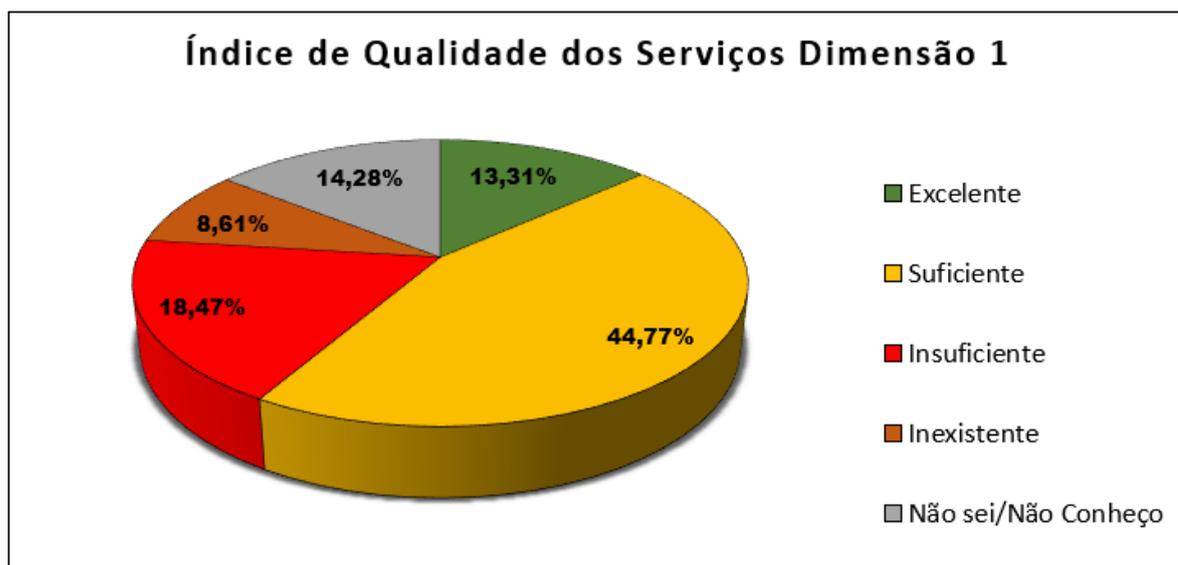


Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 97 - Dimensão 1 - Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional				
Resultado Analítico Dimensão 1				
Excelente	Suficiente	Insuficiente	Inexistente	Não sei/Não Conheço
13,31%	44,77%	18,47%	8,61%	14,28%

Índice de Qualidade dos Serviços Dimensão 1	
Conceito Final	Não sei/Não Conheço
SUFICIENTE	14,28%



Resultado do indicador "Conceito Final" da Dimensão 1
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

Resultado do indicador "Não Sei/Não Conheço" da Dimensão 1
NECESSIDADE DE ATENÇÃO

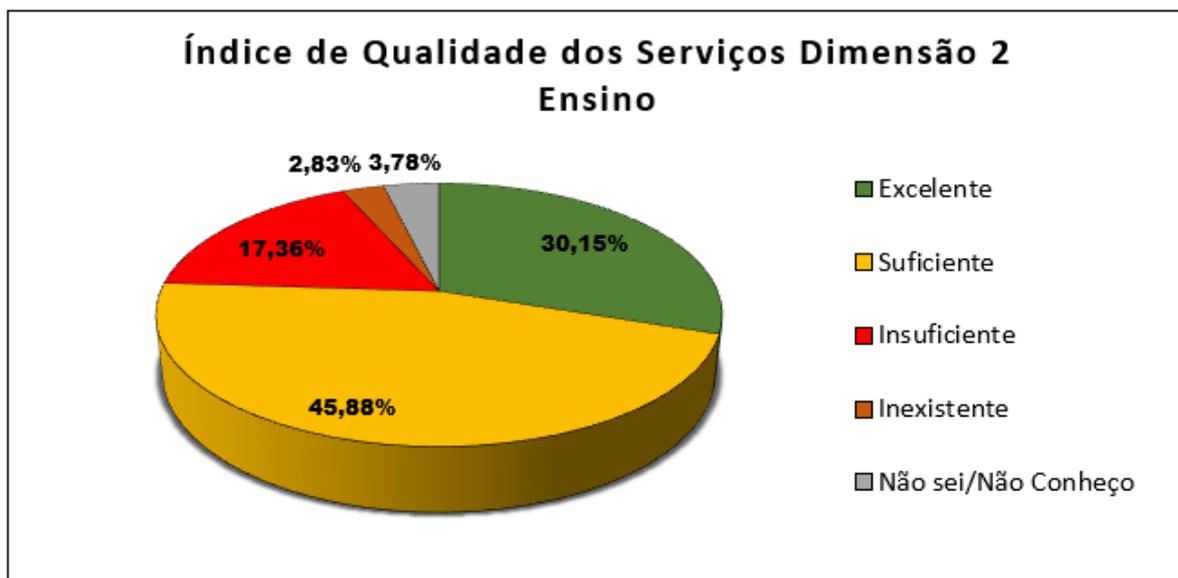
Sugestões de ações para Dimensão 1
Elogiar o processo de construção participativo e democrático do PDI;
Extender o modelo de construção do PDI 2018/2022 para os demais documentos institucionais;
Dar maior publicidade quanto a localização e conteúdo dos documentos institucionais;
Elaborar um vídeo institucional apresentando o IFRO de forma global;

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 98 - Dimensão 2 - Políticas para o Ensino

Dimensão 2: Políticas para o Ensino				
Resultado Analítico Dimensão 2				
Excelente	Suficiente	Insuficiente	Inexistente	Não sei/Não Conheço
30,15%	45,88%	17,36%	2,83%	3,78%

Índice de Qualidade dos Serviços Dimensão 2 Ensino	
Conceito Final	Não sei/Não Conheço
SUFICIENTE	3,78%



Resultado do indicador "Conceito Final" da Dimensão 2 Ensino
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

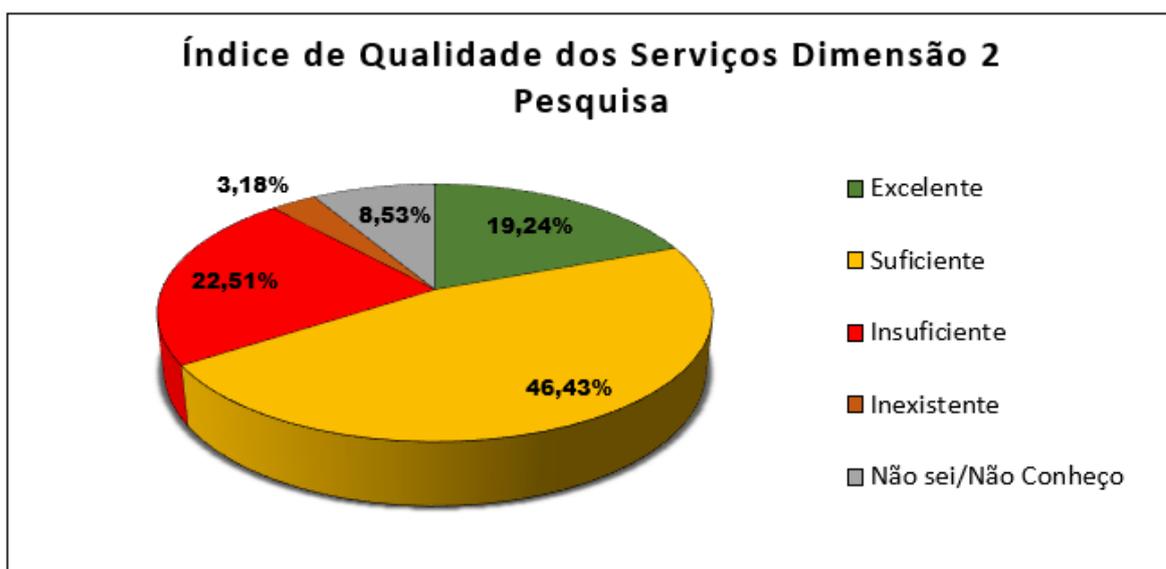
Resultado do indicador "Não Sei/Não Conheço" da Dimensão 2 Ensino
MANTER AÇÕES DE DIVULGAÇÃO JÁ PRATICADAS

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 99 - Dimensão 2 - Políticas para a Pesquisa

Dimensão 2: Políticas para a Pesquisa				
Resultado Analítico Dimensão 2 Pesquisa				
Excelente	Suficiente	Insuficiente	Inexistente	Não sei/Não Conheço
19,24%	46,43%	22,51%	3,18%	8,53%

Índice de Qualidade dos Serviços Dimensão 2 Pesquisa	
Conceito Final	Não sei/Não Conheço
SUFICIENTE	8,53%



Resultado do indicador "Conceito Final" da Dimensão 2 Pesquisa
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

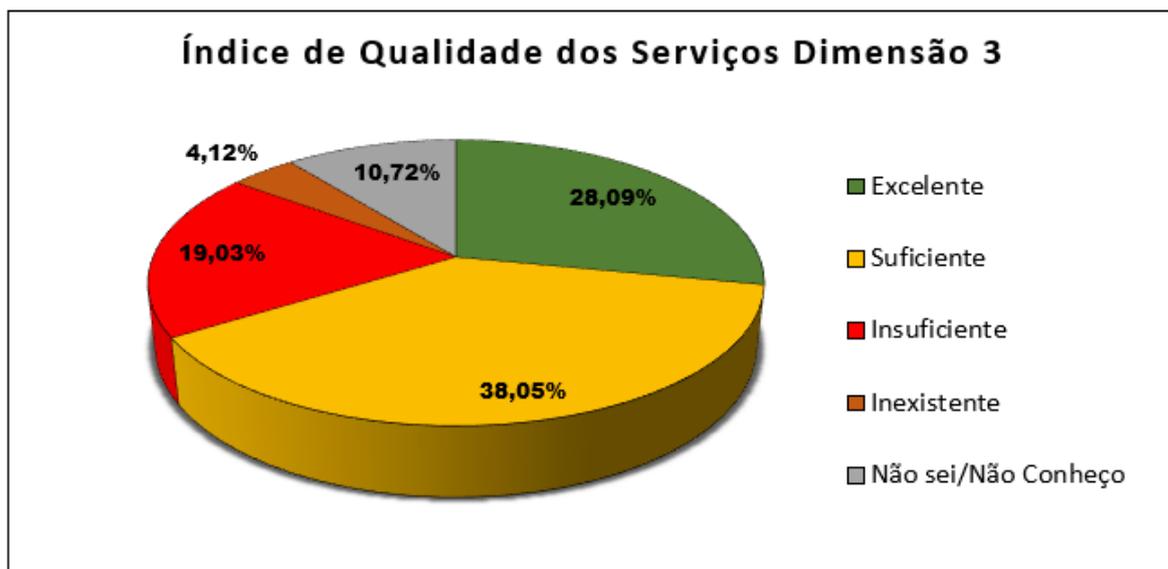
Resultado do indicador "Não Sei/Não Conheço" da Dimensão 2 Pesquisa
MANTER AÇÕES DE DIVULGAÇÃO JÁ PRATICADAS

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 100 - Dimensão 3 - Responsabilidade social da Instituição

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição				
Resultado Analítico Dimensão 3				
Excelente	Suficiente	Insuficiente	Inexistente	Não sei/Não Conheço
28,09%	38,05%	19,03%	4,12%	10,72%

Índice de Qualidade dos Serviços Dimensão 3	
Conceito Final	Não sei/Não Conheço
SUFICIENTE	10,72%



Resultado do indicador "Conceito Final" da Dimensão 3
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

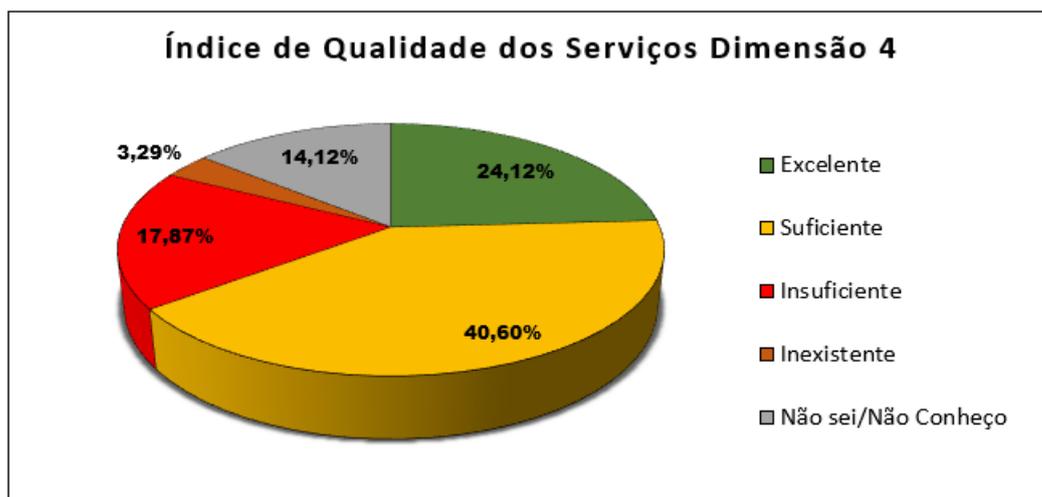
Resultado do indicador "Não Sei/Não Conheço" da Dimensão 3
NECESSIDADE DE ATENÇÃO

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 101 - Dimensão 4 - Comunicação com a sociedade

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade				
Resultado Analítico Dimensão 4				
Excelente	Suficiente	Insuficiente	Inexistente	Não sei/Não Conheço
24,12%	40,60%	17,87%	3,29%	14,12%

Índice de Qualidade dos Serviços Dimensão 4	
Conceito Final	Não sei/Não Conheço
SUFICIENTE	14,12%



Resultado do indicador "Conceito Final" da Dimensão 4
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

Resultado do indicador "Não Sei/Não Conheço" da Dimensão 4
NECESSIDADE DE ATENÇÃO

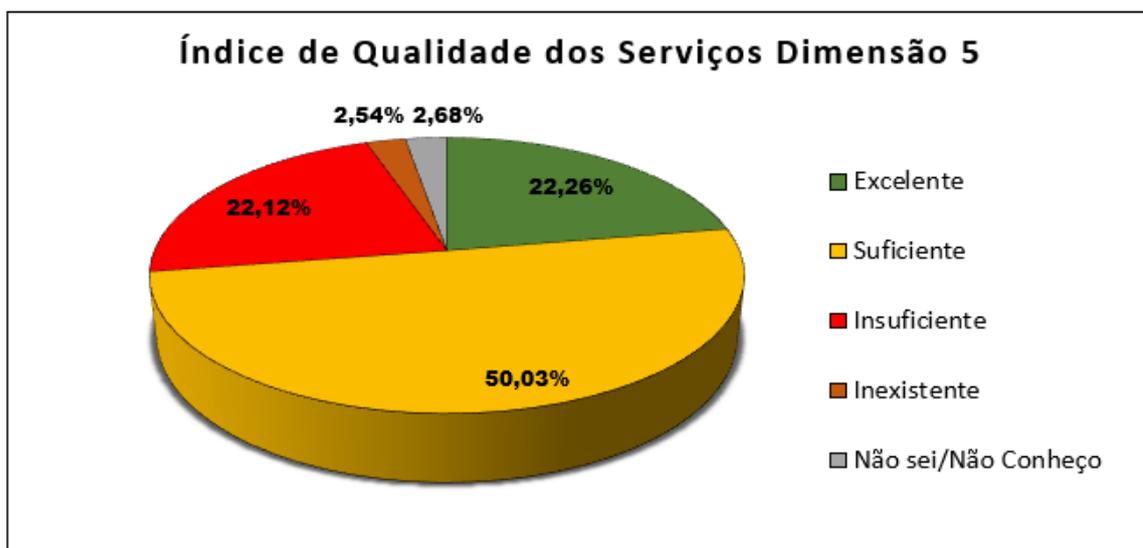
Sugestões de ações para Dimensão 4
Considerar a data da última remoção como critério de pontuação para novas remoções;
Criar banner com missão, visão e valores para os campi e expor em local visível;
Melhorar disposição das informações do portal do IFRO;
Maior celeridade na publicação de eventos e notícias;
Criar no portal do IFRO, espaço com área e currículo dos servidores;

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 102 - Dimensão 5 - Políticas de pessoal

Dimensão 5: Políticas de Pessoal				
Resultado Analítico Dimensão 5				
Excelente	Suficiente	Insuficiente	Inexistente	Não sei/Não Conheço
22,26%	50,03%	22,12%	2,54%	2,68%

Índice de Qualidade dos Serviços Dimensão 5	
Conceito Final	Não sei/Não Conheço
SUFICIENTE	2,68%



Resultado do indicador "Conceito Final" da Dimensão 5
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

Resultado do indicador "Não Sei/Não Conheço" da Dimensão 5
MANTER AÇÕES DE DIVULGAÇÃO JÁ PRATICADAS

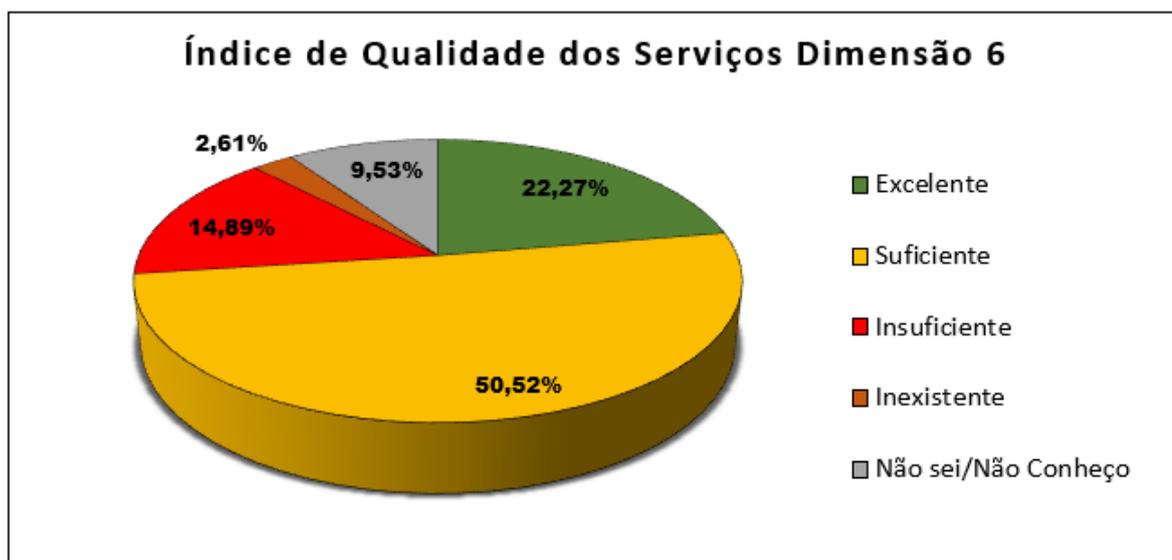
Sugestões de ações para Dimensão 5
Considerar a data da última remoção como critério de pontuação para novas remoções;
Promover o acolhimento de novos servidores, preferencialmente no dia da posse, com objetivo de apresentar uma visão global acerca da instituição.

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 103 - Dimensão 6 - Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição				
Resultado Analítico Dimensão 6				
Excelente	Suficiente	Insuficiente	Inexistente	Não sei/Não Conheço
22,27%	50,52%	14,89%	2,61%	9,53%

Índice de Qualidade dos Serviços Dimensão 6	
Conceito Final	Não sei/Não Conheço
SUFICIENTE	9,53%



Resultado do indicador "Conceito Final" da Dimensão 6
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

Resultado do indicador "Não Sei/Não Conheço" da Dimensão 6
NECESSIDADE DE ATENÇÃO

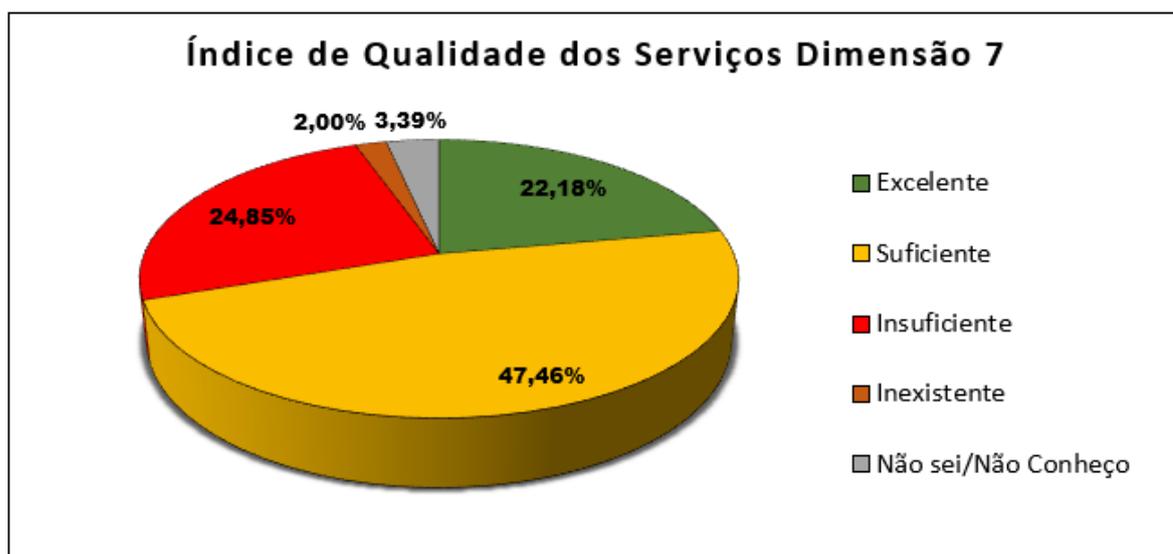
Sugestões de ações para Dimensão 6
Oferecer prazos hábeis para a realização de ações/eventos;
Orientar adequadamente quanto ao planejamento e execução das atividades nos Campi;
Implantar a Política de Acesso e Responsabilidade para acesso e equipamentos de TI.

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 104 - Dimensão 07 - Infraestrutura Física

Dimensão 07: Infraestrutura Física				
Resultado Analítico Dimensão 7				
Excelente	Suficiente	Insuficiente	Inexistente	Não sei/Não Conheço
22,18%	47,46%	24,85%	2,00%	3,39%

Índice de Qualidade dos Serviços Dimensão 7	
Conceito Final	Não sei/Não Conheço
SUFICIENTE	3,39%



Resultado do indicador "Conceito Final" da Dimensão 7
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

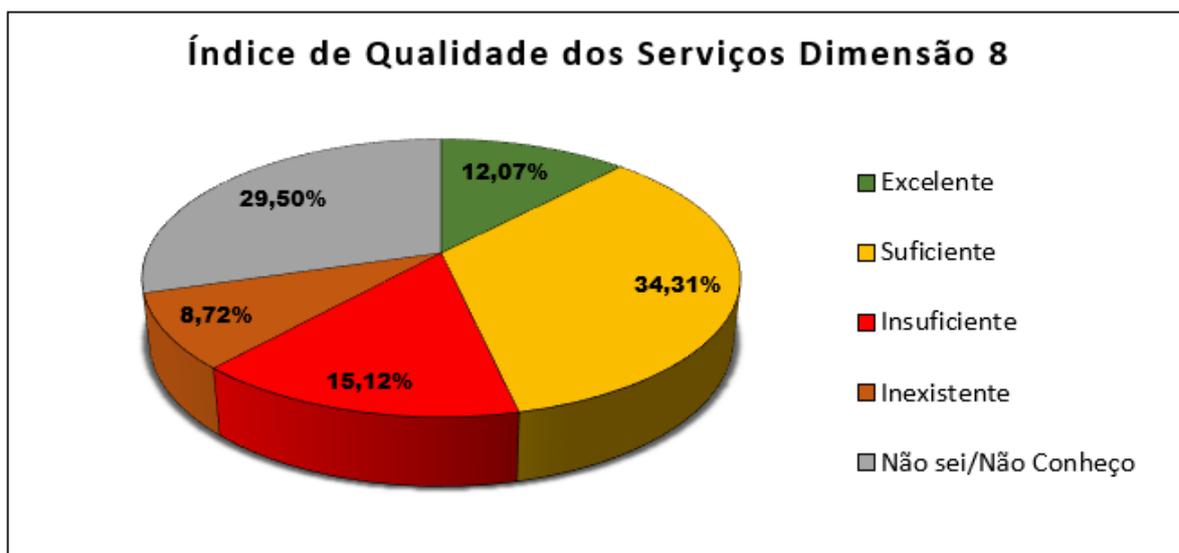
Resultado do indicador "Não Sei/Não Conheço" da Dimensão 7
MANTER AÇÕES DE DIVULGAÇÃO JÁ PRATICADAS

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 105 - Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação

Dimensão 8: Planejamento e avaliação				
Resultado Analítico Dimensão 8				
Excelente	Suficiente	Insuficiente	Inexistente	Não sei/Não Conheço
12,07%	34,31%	15,12%	8,72%	29,50%

Índice de Qualidade dos Serviços Dimensão 8	
Conceito Final	Não sei/Não Conheço
SUFICIENTE	29,50%



Resultado do indicador "Conceito Final" da Dimensão 8
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

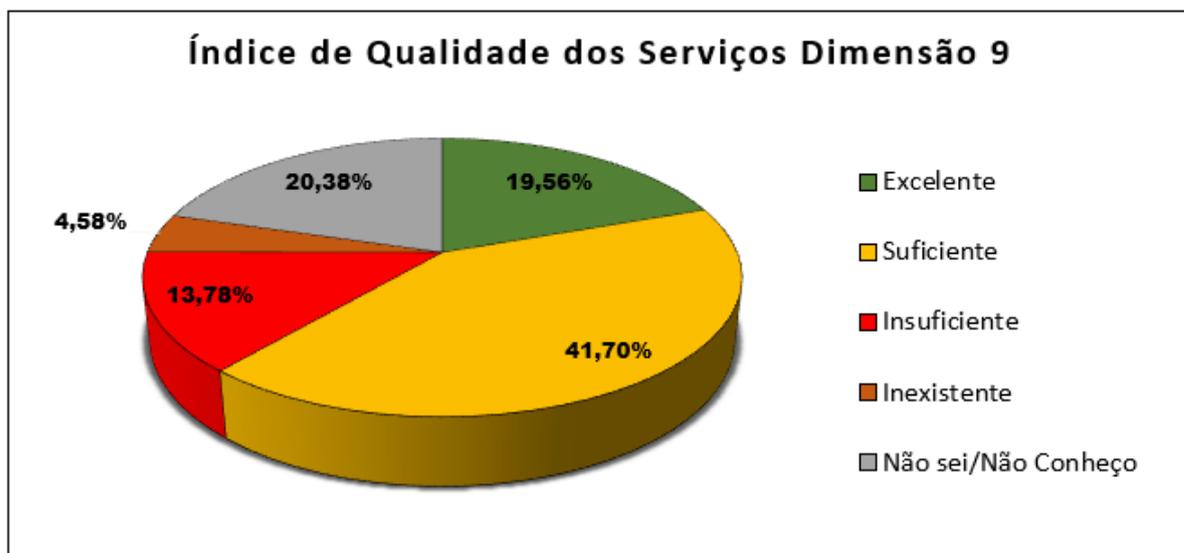
Resultado do indicador "Não Sei/Não Conheço" da Dimensão 8
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 106 - Dimensão 9 - Políticas de Atendimento ao Estudante

Dimensão 9: Políticas de Atendimento ao Estudante				
Resultado Analítico Dimensão 9				
Excelente	Suficiente	Insuficiente	Inexistente	Não sei/Não Conheço
19,56%	41,70%	13,78%	4,58%	20,38%

Índice de Qualidade dos Serviços Dimensão 9	
Conceito Final	Não sei/Não Conheço
SUFICIENTE	20,38%



Resultado do indicador "Conceito Final" da Dimensão 9
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

Resultado do indicador "Não Sei/Não Conheço" da Dimensão 9
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

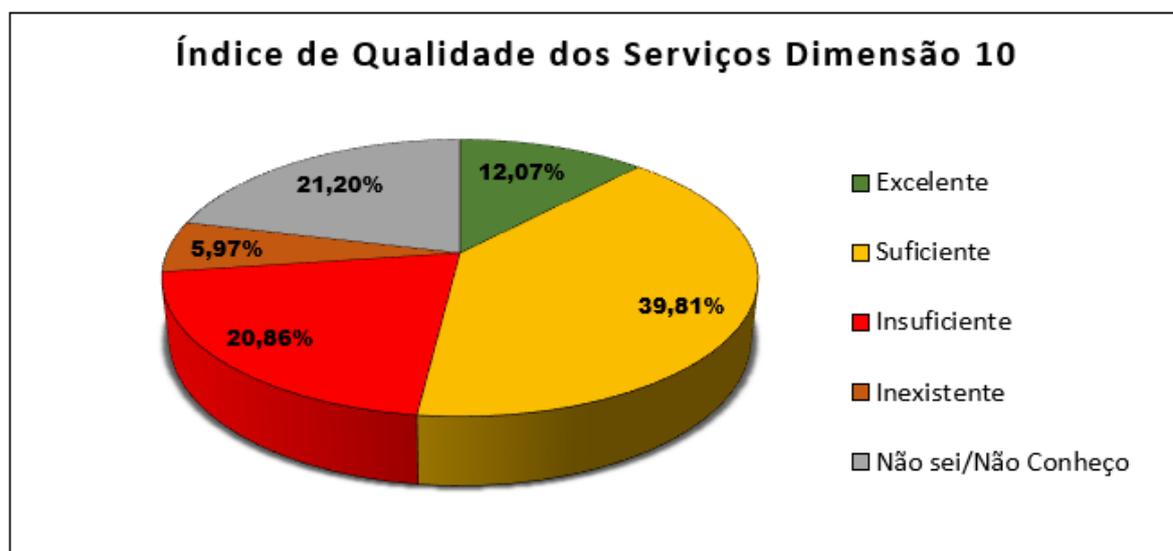
Sugestões de ações para Dimensão 9
Melhorar a disposição de informações no relatório institucional da CPA.

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 107 - Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira				
Resultado Analítico Dimensão 10				
Excelente	Suficiente	Insuficiente	Inexistente	Não sei/Não Conheço
12,07%	39,81%	20,86%	5,97%	21,20%

Índice de Qualidade dos Serviços Dimensão 10	
Conceito Final	Não sei/Não Conheço
SUFICIENTE	21,20%



Resultado do indicador "Conceito Final" da Dimensão 10
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

Resultado do indicador "Não Sei/Não Conheço" da Dimensão 10
NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO

Fonte: IFRO - Ano 2018

6.3.4. Comparativo Histórico.

Tabela 108 - Comparativo anual das avaliações institucionais

Comparativo Anual das Avaliações Institucionais - IFRO					
Série Histórica dos Conceitos					
Conceitos	Excelente	Suficiente	Insuficiente	Inexistente	Não sei/Não Conheço
2016	14,55%	46,97%	19,10%	4,02%	16,32%
2017	18,69%	44,18%	19,66%	4,30%	13,00%

Fonte: IFRO - Ano 2018

Ao analisarmos o quadro acima, percebe-se que houve um aumento em relação a excelência dos serviços prestados, aproximadamente 4 pontos percentuais. Outro fator positivo foi a queda de aproximadamente 3 pontos percentuais no índice de Não sei/Não Conheço.

6.4. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Há, no IFRO, diversos meios e veículos para que as informações do instituto cheguem ao cidadão interessado. Eles estão divididos entre os Portais, Páginas em Redes Sociais como Facebook; Twitter; Instagram; Youtube, e Flickr, além do Blog do Reitor e dos documentos construídos e enviados pela Ascom com a intenção de monitorar e divulgar as ações do IFRO, como o Panorama Semanal, Clipping IFRO, Newsletter Intercampi, além do *Link* que a ASCOM disponibiliza para sugestão de pauta.

- I. Portal IFRO <<http://portal.ifro.edu.br/>>
- II. Portal Seleção IFRO <<http://selecao.ifro.edu.br/>>
- III. Portal - Página *Campus*¹ Cacoal <<http://portal.ifro.edu.br/cacoal>>
- IV. Portal - Página *Campus* Guajará-Mirim <<http://portal.ifro.edu.br/guajara-mirim>>

¹ As páginas dos *Campi* Porto Velho Calama, Ariquemes e Vilhena estão em fase de construção. Previsão de implantação para o primeiro semestre de 2018.

- V. Portal - Página *Campus* Colorado do Oeste <<http://portal.ifro.edu.br/colorado>>
- VI. Portal - Página *Campus* Ji-Paraná <<http://portal.ifro.edu.br/ji-parana>>
- VII. Portal - Página *Campus* Jaru <<http://portal.ifro.edu.br/jaru>>
- VIII. Facebook IFRO <<https://www.facebook.com/ifrondonia>>
- IX. Facebook *Campus* Ariquemes
<<https://www.facebook.com/ifroCampusariquemes>>
- X. Facebook *Campus* Cacoal <<https://www.facebook.com/ifroCampuscacoal/>>
- XI. Facebook *Campus* Colorado do Oeste
<<https://www.facebook.com/ifrocolorado>>
- XII. Facebook *Campus* Guajará-Mirim
<<https://www.facebook.com/ifroguajaramirim>>
- XIII. Facebook *Campus* Jaru <<https://www.facebook.com/ifrojaru>>
- XIV. Facebook *Campus* Ji-Paraná <<https://www.facebook.com/ifrojiparana>>
- XV. Facebook *Campus* Vilhena <<https://www.facebook.com/ifrovilhena>>
- XVI. Facebook *Campus* Porto Velho Calama
<<https://www.facebook.com/ifropvhcalama>>
- XVII. Facebook *Campus* Porto Velho Zona Norte
<<https://www.facebook.com/ifropvhzn>>
- XVIII. Twitter IFRO <<https://twitter.com/ifrondonia>>
- XIX. Instagram IFRO <https://www.instagram.com/ifro_oficial/>
- XX. Link para Sugestão de Pauta/ASCOM <<https://goo.gl/kTmul2>>
- XXI. Newsletter InterCampi Modernização do canal através da utilização de novo *layout* com mais interatividade. São 5 anos de atividade.
- XXII. Panorama Semanal
- XXIII. Clipping IFRO
- XXIV. Youtube <<https://www.youtube.com/user/IFRONDONIA>>
- XXV. Flickr <https://www.flickr.com/photos/ifro_oficial/>
- XXVI. Blog do Reitor <<http://blogdoreitor.ifro.edu.br/>>

6.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A Pró-Reitoria de Ensino, no ano de 2017, desenvolveu inúmeras ações que oportunizaram acessibilidade dos discentes aos produtos e serviços ofertados pelo Instituto Federal de Rondônia. Citam-se, como destaque, a concessão de auxílios estudantis, por meio da Assistência Estudantil, no âmbito dos *campi*, nos Programas de Auxílio Complementar (PROAC), Programa de Atenção à Saúde e Apoio Biopsicossocial (PROASAB), Programa de Acompanhamento e Suporte ao Ensino (PROASEN), Programa de Concessão de Auxílio ao Estudante Colaborador (PROCAE), Programa de Concessão de Auxílio Alimentação (PROCAL), Programa de Concessão de Auxílio Transporte (PROCAT), Programa Pró-Cidadania (PROCID), Programa de Desenvolvimento Técnico-Científico (PRODETEC), Programa de Auxílio à Moradia Estudantil (PROMORE) e Programa de Monitoria. Além dos auxílios concedidos diretamente aos estudantes, o IFRO atende a todos os discentes matriculados nos cursos técnico e de graduação com o Seguro Escolar, visando resguardar a integridade física destes no percurso formativo.

Outra ação a ser destacada diz respeito à execução dos projetos de ensino. Em 2017, foram executados, nos *campi*, 115 projetos, com 213 bolsistas ou voluntários discentes, influenciando no desempenho de inúmeros alunos. Destaca-se que, segundo relatos dos gestores dos *campi*, essa ação contribuiu sobremaneira para mitigar os índices de evasão e retenção. Um desses projetos teve como objetivo atender alunos indígenas que apresentaram dificuldades, sobretudo linguísticas. O IFRO aderiu ao Programa Bolsa Permanência que consiste na concessão de bolsa a alunos indígenas matriculados nos cursos de graduação. A PROEN gerencia, no âmbito institucional, autorizando e homologando mensalmente, essa concessão. Considera-se que Implementar e executar ações para público, de algum modo, vulnerável, como comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais, é condição *sine qua non* para que a Instituição cumpra com seu dever inclusivo.

Além de ações diretas aos discentes, a Instituição promoveu eventos que potencializaram servidores e alunos na consecução de ações no atendimento discente. Nesse turno, citam-se o Seminário do INES – em parceria com o Instituto Nacional de Educação de Surdos; o Seminário de Educação Inclusiva e Diversidade, bem como a

participação de servidor da PROEN em evento do Instituto Benjamin Constant. Frisa-se que dessa participação, o IFRO foi beneficiado com 62 áudio-livros, direcionados aos discentes cegos ou com baixa visão. Esse material foi repassado aos *campi* para serem utilizados pelos alunos com essas características. Em 2017, houve ainda a orientação às coordenações de bibliotecas para, junto com a Coordenação de TI dos *campi*, procedessem a instalação do programa Mecdaisy, que é um conjunto de programas que permite transformar qualquer formato de texto disponível no computador em texto digital falado.

Outra ação a ser destacada diz respeito às capacitações pontuais direcionadas à prática docente: Avaliação da Aprendizagem, Metodologias de Ensino e Planos de Ensino, sobretudo, realizadas pelos próprios servidores. Essa iniciativa visou, dentre outras questões, contribuir com da prática docente, o que refletiu na melhoria da aprendizagem dos alunos.

Com relação à acessibilidade física, relacionada à infraestrutura, registramos que a Instituição tem buscado atender as normas de acessibilidade, com o objetivo de garantir o atendimento universal aos seus alunos e demais comunidade, de modo que as novas unidades recentemente implantadas, como os *Campi* Jaru e Guajará-Mirim, já possuem adequação à acessibilidade desde a sua concepção, se comparados com as unidades mais antigas. Ainda assim, em relação a essas unidades mais antigas, buscou-se garantir o mínimo necessário para que os ambientes sejam acessíveis para todos, provendo assim, nos blocos de maior fluxo, por exemplo, recursos como pisos podotáteis, rampas acessíveis e barras de apoio nas instalações sanitárias, bem como em algumas unidades com mais de um pavimento há elevadores e plataformas elevatórias. Para isso, foi realizado o Pregão Eletrônico nº 22/2017 – UASG 158341, para aquisição desses materiais e equipamentos. É válido registrar que a limitação orçamentária é um determinante fator que impede a instituição de fazer maiores investimentos nessa área. Um desafio que merece destaque é a adequação daquelas unidades agrícolas, mais antigas, por suas implantações antecederem normas e obrigações hoje vigentes com relação à acessibilidade, sendo mais onerosa e complexa a adequação desses espaços.

Preocupada com a acessibilidade física, a gestão concebeu no Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 – 2022, através da Pró-Reitoria de Administração,

um projeto estratégico denominado IFRO para TODOS, que vem com o objetivo de padronizar e tornar acessível os ambientes do IFRO através de atividades como elaboração do manual de acessibilidade baseado nas normas vigentes, diagnóstico das 10 (dez) unidades para detectar as reais necessidades e verificar o que já existe hoje, contratação/aquisição do que for necessário para implantação da acessibilidade, conforme disponibilidade orçamentária e disseminação/mobilização dos servidores, discentes e comunidade em geral acerca da importância desse tema.

Nesse contexto, a Diretoria de Engenharia e Infraestrutura está fomentando a capacitação de sua equipe, para que esta possa desenvolver, acompanhar e executar projetos com base nas atuais e em novas regulamentações, de forma a atender os espaços novos e existentes, com vista à acessibilidade e inclusão social nas unidades do Instituto Federal de Rondônia.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

Neste exercício (2017) houve limitações nos repasses financeiros pelo nosso Órgão Superior (MEC), além do fato de o recebimento desses repasses concentrarem-se uma vez a cada mês, na primeira semana do mês subsequente às liquidações das Notas de Empenho, na maior parte do exercício. Houve também limitações nos montantes que recebemos, onde variaram de 50 a 80% da posição de nossas contas a pagar. Nesse sentido este Órgão estabeleceu alguns critérios para a realização desses pagamentos, a saber:

- I. Bolsas e auxílios estudantis, para garantir a permanência e o bom desempenho dos alunos;
- II. Serviços terceirizados ativos, para evitar que se afete a remuneração desses funcionários;
- III. Concessionárias, para evitar a interrupção de serviços essenciais de fornecimento de energia, água e telefonia;
- IV. Recolhimentos dos tributos federais, previdenciários e municipais;
- V. Demais pagamentos.

Apesar de todas as limitações, no final do exercício de 2017 a instituição honrou com seus compromissos de liquidação e pagamento num montante de 90,51%.

7.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Figura 7- Imagem de Declaração

 INSTITUTO FEDERAL Rondônia	 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
--	---

DECLARAÇÃO 15.1

PROCESSO SEI Nº 23243.003585/2018-08
DOCUMENTO SEI Nº 0178318
INTERESSADO(S): CONTADORIA

DECLARANTE: REIT - CONT/FRO

O Instituto Federal de Educação de Rondônia não está aplicando em sua totalidade os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 em relação ao tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão dos itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme restrição contábil 642 – Falta/Evolução incompatível Dep. At. Imobilizado registrada na conformidade contábil no decorrer do exercício de 2017.

O Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP o qual será responsável em gerar informações para atendimento das Normas Contábeis quanto à depreciação, amortização e exaustão está em fase de ajustes pelos técnicos de Tecnologia de Informação da Reitoria juntamente com esta Contadoria. Após a validação do sistema, será iniciada no decorrer do exercício de 2019 a depreciação e amortização dos bens registrados em nosso órgão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Franklyn Oliveira Firmo
CRC/RO 008950/O-5
Chefe da Contadoria do IFRO
Instituto Federal de Rondônia

 Documento assinado eletronicamente por **Franklyn Oliveira Firmo, Chefe da Contadoria do IFRO/Reitoria**, em 05/03/2018, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0178318** e o código CRC **F74C3C6E**.

Referência: Processo nº 23243.003585/2018-08 SEI nº 0178318

7.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Figura 8 - Imagem de Declaração



DECLARAÇÃO 15.2

PROCESSO SEI Nº 23243.003585/2018-08
DOCUMENTO SEI Nº 0178328
INTERESSADO(S): CONTADORIA

DECLARANTE: REIT - CONT/IFRO

O Sistema de Custos do Governo Federal – SIC encontra-se sob gestão da Coordenação Geral de Contabilidade e Custos da União.

Portanto, este Órgão não utiliza de mecanismos de mensuração de custos, pois não dispõe de sistemática para apuração de tal.

Franklyn Oliveira Firmo
CRC/RO 008950/O-5
Chefe da Contadoria do IFRO
Instituto Federal de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Franklyn Oliveira Firmo, Chefe da Contadoria do IFRO/Reitoria**, em 05/03/2018, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0178328** e o código CRC **BD8F942B**.

Referência: Processo nº 23243.003585/2018-08

SEI nº 0178328

7.4. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Figura 9 - Imagem de Declaração (Parte 1/2)



DECLARAÇÃO 122.5

PROCESSO SEI Nº 23243.003585/2018-08
DOCUMENTO SEI Nº 0178314
INTERESSADO(S): CONTADORIA

DECLARANTE: REIT - CONT/FRO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 (R1), relativas ao exercício de 2017, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) Ativo Circulante – Estoques: os saldos da conta Estoques internos Almojarifados registrados no SIAFI não refletem a realidade dos estoques registrados no sistema do Almojarifado – SUAP. Esta incompatibilidade nos saldos se originou da ausência de controles efetivos. No exercício de 2017 iniciou-se o processo de regularização dessas contas. Já no final do exercício a diferença estava bem menor, durante o exercício de 2018 será finalizado o processo de regularização, em atendimento à lei nº 4.320/1964.

b) Ativo Permanente – bens móveis e imóveis: os saldos da conta Bens Móveis e Imóveis, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro:

- Não reflete corretamente a situação patrimonial devido à falta de um sistema de controle de lançamento das movimentações dos bens móveis efetivo, o que compromete a conciliação contábil com o Relatório Mensal dos Bens. Porém já estão sendo efetuados testes durante o exercício de 2017 tendo previsão para finalização durante o exercício de 2018.
- Há imóveis do órgão que não estão cadastrados no SPUNET, porém em 2017 foi registrado a maioria, durante o exercício de 2018 será concluído o registro desses imóveis.

c) Depreciação, Amortização e Exaustão: os saldos da conta Depreciação, Amortização e Exaustão, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro:

- Os saldos na conta depreciação referem-se aos bens imóveis registrados nos bens imóveis registrados no SpuNet, porém não reflete a realidade, devido da depreciação nos demais imóveis e móveis em poder do órgão, assim como amortização dos bens intangíveis. O sistema de controle patrimonial para cálculo da depreciação foi implantado no final do exercício de 2016, sendo realizados testes durante o exercício de 2018. Ajustes necessários estão sendo realizada pela Diretoria de Informática para o efetivo registro eficaz, com o acompanhamento desta Contadoria da Reitoria juntamente com a Contadoria do Campus Porto Velho Zona Norte.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Franklyn Oliveira Firmo
CRC/RO 008950/O-5
Chefe da Contadoria do IFRO
Instituto Federal de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Franklyn Oliveira Firmo, Chefe da Contadoria do IFRO/Reitoria**, em 05/03/2018, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Figura 10 - Imagem de Declaração (Parte 2/2)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0178314**

e o código CRC **6A78C746**.

Referência: Processo nº 23243.003585/2018-08

SEI nº 0178314

Declaração 122.5 (0178314) SEI 23243.003585/2018-08 / pg. 2

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações – Documento nº 0178314

7.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Neste item informamos que os quadros demonstrativos contábeis foram exemplificados em formato “doc”, retiradas do sistema STN – Sistema do Tesouro Nacional, sendo inserida todas as informações exigidas no texto do Relatório de Gestão.

Portanto, informamos que os quadros estão inseridos no anexo do Relatório de Gestão retirados em “pdf.” do sistema, com a finalidade de auxiliar nas informações, a justificativa neste item se faz necessário para que não ocorra entendimento de duplicidade das informações.

7.5.1. Demonstrações contábeis – consolidadas

7.5.1.1. *Balanco Patrimonial*

7.5.1.1.1. Quadro Principal

Tabela 109 - Instituto Federal de Rondônia - Balanço Patrimonial - Exercício 2017

ATIVO	2017	2016
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.001.657,59	3.751.015,90
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	16.911.351,22	4.006.820,11
Estoques	2.884.610,84	7.713.011,90
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	52.279,80
Total do Ativo Circulante	23.797.619,65	15.523.127,71
Ativo não Circulante		
Imobilizado	227.148.215,88	218.184.953,94
Intangível	429.203,50	429.203,50
Total do não Ativo Circulante	227.577.419,38	218.614.157,44
TOTAL DO ATIVO	251.375.039,03	234.137.285,15
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
Passivo Circulante		
Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar Curto prazo	8.881.979,20	2.435.424,98
Fornecedores e Contas a Pagar a C. Prazo	1.689.600,97	1.775.991,14
Demais Obrigações a Curto Prazo	384.082,25	356.891,26
Total do Passivo Circulante	10.955.662,42	4.568.307,38
Passivo não Circulante		
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00

Total do Passivo não Circulante	10.955.662,42	4.568.307,38
Patrimônio Social e Capital Social		
Demais Reservas	0,00	
Resultados Acumulados	240.419.376,61	229.568.977,77
Total do Patrimônio Líquido	240.419.376,61	229.568.977,77
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	251.375.039,03	234.137.285,15

Fonte: IFRO - Ano 2018

7.5.1.1.2. Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Tabela 110 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes - Exercício 2017 - (Lei nº 4.320/1964)

	2017	2016
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	4.001.657,59	3.759.993,98
Ativo Permanente	247.373.381,44	230.377.291,17
Total do Ativo	251.375.039,03	234.137.285,15
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	27.436.609,47	23.293.734,27
Passivo Permanente	8.886.005,32	2.500.006,24
Total do Passivo	36.322.614,79	25.793.740,51
Saldo Patrimonial (I - II)	215.052.424,24	208.343.544,64

Fonte: IFRO - Ano 2018

7.5.1.1.3. Contas de Compensação

Tabela 111 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro das contas de compensação - Exercício 2017 - (Lei Nº 4.320/1964)

	2017	2016
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros Instrumentos	38.596.382,25	28.170.317,73
Direitos Contratuais a executar	1.009.000,28	1.009.000,28
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	39.605.382,25	39.605.382,25
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contra garantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	5.920,00	5.920,00
Obrigações Contratuais a executar	22.239.729,40	18.827.532,60
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	22.245.649,40	18.833.452,60

Fonte: IFRO - Ano 2018

7.5.1.1.4. Superávit/Déficit do Exercício

Tabela 112 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro Superávit/Déficit Do Exercício - Exercício 2017 (Lei nº 4.320/1964)

	2015
Recursos Ordinários	(455.700,41)
Recursos Vinculados	(22.979.251,47)
Educação	(16.531.963,52)
Seguridade Social (Exceto RGPS)	(3.577.863,76)
Alienação de Bens e Direitos	142.612,72
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	(202.270,01)
Outros Recursos Vinculados a Fundos	(2.809.766,90)
Demais Recursos	0,00
Total das Fontes de Recursos	(23.434.951,88)

Fonte: IFRO - Ano 2018

7.5.1.2. *Demonstração das Variações Patrimoniais*

Tabela 113 - Instituto Federal de Rondônia - Demonstração das variações patrimoniais aumentativas - Exercício 2017

Variações Patrimoniais Aumentativas	2017
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos	210.073,38
Vendas de Mercadorias	40.324,61
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	169.748,77
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	92.367,45
Juros e Encargos de Mora	99,03
Remunerações de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras	92.267,52
Transferências e Delegações Recebidas	264.800.361,12
Transferências Intragovernamentais	240.767.042,67
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.829.434,50
Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos	34.298.157,43
Reavaliação de Ativos	453.000,00
Ganhos com incorporação de Ativos	3.843,80
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.519,90
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	243.911,39
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	243.911,39
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	265.805.077,04

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 114 - Instituto Federal de Rondônia - Demonstração das variações patrimoniais diminutivas - Exercício 2017

Variações Patrimoniais Diminutivas	2017
Pessoal e Encargos	142.347.838,10
Remuneração a Pessoal	108.906.757,29
Encargos Patronais	21.671.377,54

Benefícios a Pessoal	10.004.992,02
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas Pessoal e Encargos.	1.764.711,25
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.575.760,80
Aposentadorias e Reformas	2.265.728,90
Pensões	310.031,90
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	33.624.934,83
Uso de Material de Consumo	4.206.720,25
Serviços	28.891.985,55
Depreciação, Amortização e Exaustão	526.229,03
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	24.106,91
Juros e Encargos de Mora	22.298,33
Variações Monetárias e Cambiais	218,70
Descontos Financeiros Concedidos	1.589,88
Transferências e Delegações Concedidas	63.240.222,23
Transferências Intragovernamentais	42.072.463,98
Transferências a Instituições Privadas	23.988,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	21.143.770,25
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	576.155,67
Perdas Involuntárias	477.143,51
Incorporação de Passivos	956,78
Desincorporação de Ativos	98.055,38
Tributárias	200.025,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	73.136,32
Contribuições	126.889,17
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.615.669,28
Incentivos	6.428.943,22
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	186.726,06
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	249.204.713,31
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	16.600.363,73

Fonte: IFRO - Ano 2018

7.5.1.3. Balanço Orçamentário

7.5.1.3.1. Quadro Principal

Tabela 115 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro do balanço orçamentário - orçamento fiscal e da seguridade social – Exercício 2017

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	6.433.236,00	6.433.236,00	3.362.491,93	-3.070.744,07
Receitas Patrimoniais	95.294,00	95.294,00	135.948,31	40.654,31
Exploração do Patrimônio Imobil. do Estado	63.019,00	63.019,00	43.680,79	-19.338,21
Valores Mobiliários	32.275,00	32.275,00	92.267,52	59.992,52
Receita Agropecuária	53.689,00	53.689,00	40.324,61	-13.364,39

Receita de Serviços	594.017,00	594.017,00	124.578,03	-469.438,97
Transferências Correntes	5.658.869,00	5.658.869,00	2.829.434,50	-2.829.434,50
Outras Receitas Correntes	31.367,00	31.367,00	232.206,48	200.839,48
Multas e Juros de Mora	24.404,00	24.404,00	36.496,63	12.092,63
Indenizações e Restituições			174.759,37	174.759,37
Demais Receitas Correntes Diversas	6.963,00	6.963,00	20.950,48	13.987,48
RECEITAS CAPITAL (II)	27.264,00	27.264,00	0,00	-27.264,00
Alienação de Bens	27.264,00	27.264,00	0,00	-27.264,00
Alienação de Bens Móveis	27.264,00	27.264,00	0,00	-27.264,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS	6.460.500,00	6.460.500,00	3.362.491,93	-3.098.008,07
(III) = (I + II)				
DÉFICIT (IV)			203.544.110,15	203.544.110,15
TOTAL (V) = (III+IV)	6.460.500,00	6.460.500,00	206.906.602,08	200.446.102,08
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)		Dotação Atualizada (f)	
DESPESAS CORRENTES (VI)	153.011.920,00		194.982.394,00	
Pessoal e Encargos Sociais	100.929.534,00		174.549.558,00	
Outras Despesas Correntes	52.082.386,00		53.170.282,00	
DESPESAS DE CAPITAL (VII)	6.477.093,00		6.620.396,00	
Investimento	6.477.093,00		6.620.396,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VIII)=(VI+VII)	159.489.013,00		201.602.790,00	
Superávit (IX)				
TOTAL (X)=(VIII+IX)	159.489.013,00		201.602.790,00	
DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f- g)	
197.849.334,07	185.305.580,08	184.278.171,10	-2.866.940,07	
139.697.733,47	139.697.733,47	139.697.733,47	2.114.378,53	
58.151.600,60	45.607.846,61	44.580.437,63	-4.981.318,60	
9.057.268,01	3.103.209,47	2.976.008,17	-2.436.872,01	
9.057.268,01	3.103.209,47	2.976.008,17	-2.436.872,01	
206.906.602,08	188.408.789,55	187.254.179,27	-5.303.812,08	
206.906.602,08	188.408.789,55	187.254.179,27	-5.303.812,08	

Fonte: IFRO - Ano 2018

7.5.1.3.2. Execução de Restos a Pagar não Processados

Tabela 116 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro da execução de restos a pagar não processados - Exercício 2017

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPEAS CORRENTES	1.458.711,87	8.689.699,44	6.699.864,49	6.677.670,55	579.676,17	2.891.064,59
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.458.711,87	8.689.699,44	6.699.864,49	6.677.670,55	579.676,17	2.891.064,59
DESPEAS DE CAPITAL	2.039.532,92	9.163.101,31	6.712.604,83	6.597.045,06	366.808,08	4.238.780,37
Investimentos	2.039.532,92	9.163.101,31	6.712.604,83	6.597.045,06	366.808,08	4.238.780,37
TOTAL	3.498.244,79	17.852.800,75	13.412.469,32	13.274.715,61	946.484,97	7.129.844,96

Fonte: IFRO - Ano 2018

7.5.1.3.3. Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

Tabela 117 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro da execução de restos a pagar processados e não processados liquidados - Exercício 2017

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	168.311,92	707.477,46	686.764,01	1.834,90	187.190,47
Pessoal e Encargos Sociais					
Outras Despesas Correntes	168.311,92	707.477,46	686.764,01	1.834,90	187.190,47
DESPESAS DE CAPITAL	16.589,02	1.037.047,92	580.295,44		473.341,50
Investimentos	16.589,02	1.037.047,92	580.295,44		473.341,50
TOTAL	184.900,94	1.744.525,38	1.267.059,45	1.834,90	660.531,97

Fonte: IFRO - Ano 2018

7.5.1.4. *Balanço Financeiro*

Tabela 118 - Instituto Federal de Rondônia - Quadro do balanço financeiro - Exercício 2017

INGRESSOS	2017
Receitas Orçamentárias (I)	3.362.491,93
Ordinárias	35.741,32
Vinculadas	3.339.697,89
Educação	139.663,27
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.200.034,62
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-12.947,28
Transferências Financeiras Recebidas (II)	240.767.042,67
Resultantes da Execução Orçamentária	205.019.734,48
Repasso Recebido	179.331.759,54
Sub-repasso Recebido	25.687.974,94
Independentes da Execução Orçamentária	35.747.308,19
Transferências Recebidas para Pagto de RP	31.112.510,11
Demais Transferências Recebidas	4.243.075,30
Movimentação de Saldos Patrimoniais	391.722,78
Recebimentos Extraorçamentários (III)	19.777.060,50
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.154.610,28
Inscrição dos Restos a Pagar não Processados	18.497.812,53

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	115.659,61
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.978,08
Demais Recebimentos	8.978,08
Saldo do Exercício Anterior (IV)	3.751.015,90
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.751.015,90
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	267.657.611,00

Fonte: IFRO - Ano 2018

Tabela 119 - Dispêndios 2017

DISPÊNDIOS	2017
Despesa Orçamentárias (VI)	206.906.602,08
<u>Ordinárias</u>	<u>65.825.438,49</u>
<u>Vinculadas</u>	<u>141.081.163,59</u>
Educação	127.096.937,70
Seguridade Social (Exceto RGPS)	3.577.863,76
Alienação de Bens e Direitos	27.253,75
Doações	801.059,01
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5.881.879,75
Outros Recursos Vinculados a Fundos	3.696.169,62
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	42.072.463,98
<u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>	<u>25.732.625,13</u>
Repasso Concedido	44.650,19
Sub-repasso Concedido	25.687.974,94
<u>Independentes da Execução Orçamentária</u>	<u>16.339.838,85</u>
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	11.912.118,96
Demais Transferências Concedidas	4.252.315,30
Movimento de Saldos Patrimoniais	175.404,49
Despesas Extraorçamentárias (VIII)	14.676.887,35
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.267.059,45
Pagamento dos Restos a Pagar não Processados	13.274.715,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	135.112,29
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	4.001.657,49
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.001.657,49
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	267.657.611,00

Fonte: IFRO - Ano 2018

7.5.1.5. *Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercício 2017*

Tabela 120 - Demonstração dos fluxos de caixa – Exercício 2017

	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	10.403.990,36
INGRESSOS	244.254.172,59
Receitas Derivadas e Originárias	533.057,43
Receita Patrimonial	43.680,79
Receita Agropecuária	40.324,61
Receita de Serviços	124.578,03
Remuneração das Disponibilidades	92.267,52
Outras Receitas Derivadas e Originárias	232.206,48
Transferências Correntes Recebidas	2.829.434,50
Intergovernamentais	2.829.434,50
Dos Estados e/ou Distrito Federal	2.829.434,50
Outros Ingressos das Operações	240.891.680,36
Ingressos Extraorçamentários	115.659,51
Transferências Financeiras Recebidas	240.767.042,67
Demais Recebimentos	8.978,08
DESEMBOLSOS	-233.850.181,93
Pessoal e Demais Despesas	-169.845.460,76
Previdência Social	-2.655.775,78
Educação	-167.120.155,78
Direitos da Cidadania	-69.529,20
Transferências Concedidas	-21.797.144,90
Intragovernamentais	-21.733.156,90
Outras Transferências Concedidas	-23.988,00
Outros Desembolsos das Operações	-42.207.576,27

Dispêndios Extraorçamentários	-135.112,29
Transferências Financeiras Concedidas	-42.072.463,98
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.153.348,67
INGRESSOS	0,00
DESEMBOLSOS	-10.153.348,67
Aquisição de Ativo não Circulante	-9.493.288,17
Outros Desembolsos de Investimentos	-660.060,50
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00
INGRESSOS	0,00
DESEMBOLSOS	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	250.641,69
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.751.015,90
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.001.657,59

Fonte: IFRO - Ano 2018

7.5.2. Composição dos principais itens das demonstrações contábeis consolidadas do IFRO.

7.5.2.1. *Nota Explicativa 01 – Ativo Circulante e não Circulante, Passivo Circulante e não Circulante*

O Ativo Circulante no 4º Trimestre de 2017 equivale a 9,47% em relação ao montante do Ativo Total. Se comparado ao mesmo período de 2016 percebe-se um aumento de 53,30%, sendo o grupo Créditos a Curto Prazo o que mais contribuiu para esse aumento. Em relação ao subgrupo Estoques, observa-se uma redução significativa de 62,60% devido a regularização das contas de consumo de todo o órgão, estando assim em consonância aos relatórios emitidos pela Coordenação de Patrimônio, representando assim 1,15% em relação ao ativo total.

O Ativo não Circulante no 4º Trimestre de 2017 equivale a 90,53% do Ativo Total, se comparado ao mesmo período do exercício anterior, observa-se um aumento de 4,11%. Quanto a depreciação acumulada salientamos que os Bens Imóveis estão sendo transferidos ao sistema SPIUNet, o que elevou o valor depreciado neste órgão, já quanto aos Intangíveis e Bens Móveis informamos que o sistema de depreciação está em fase final de desenvolvimento com implantação prevista para o primeiro semestre de 2018. Falhas no *software* está impedindo a real implantação desta.

Observa-se um aumento considerável no 4º Trimestre de 2017 em relação ao ano anterior neste Passivo no percentual de 139,82% sendo que a maior parte se dá nas Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias a pagar a Curto Prazo que sofreu um aumento considerável de 264,70% em relação ao mesmo período do Exercício Anterior. Quanto aos Fornecedores houve uma redução de 4,86% além de um aumento nas Demais Obrigações a Curto Prazo de 7,62%. Em relação ao Passivo Total o Passivo Circulante representa 4,36%. Já no Passivo não Circulante não consta saldos registrados.

7.5.2.2. Nota Explicativa 03 – Imobilizado

O Imobilizado do IFRO é segregado em dois grupos:

- (i) bens móveis; e
- (ii) bens imóveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do item Imobilizado, para os exercícios de 2017 e 2016.

Tabela 121 - Imobilizado - Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens Móveis)
(+) Valor contábil bruto	67.317.453,04	62.716.185,22	7,33
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	0,00	0,00	
(=) Valor Contábil Líquido	67.317.453,04	67.317.453,04	
Bens Imóveis			

(+) Valor contábil Bruto	160.644.174,17	155.755.951,02	3,13
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	(813.411,33)	(287.182,30)	
(=) Valor contábil líquido	159.830.762,84	155.468.768,72	
Total	227.148.215,88	218.184.953,94	4,11

Fonte: SIAFI - Ano 2017

7.5.2.2.1. Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRO em 31/12/2017 totalizavam R\$ 67.314.453,04 e estão distribuídos em contas contábeis individualizadas conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 122 - Bens Móveis - Composição

Conta - Discriminação	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	18.958.808,89	17.482.572,60	8,44
Bens de Informática	14.584.962,46	13.484.506,40	8,16
Móveis e Utensílios	16.426.862,16	15.326.114,70	7,18
Material cultural, Educacional e de Comunicação	8.500.831,18	7.608.214,34	11,73
Veículos	5.975.349,38	5.973.729,67	0,03
Bens Móveis em Almoxarifado	989.105,42	989.105,42	
Semoventes e Equipamentos de Montaria	406.567,24	406.567,24	
Demais Bens móveis	1.477.966,31	1.445.374,85	2,25
Total	67.317.453,04	62.716.185,22	7,33

Fonte: SIAFI – Ano (2017)

Dos Bens Móveis registrados no Órgão 26421 – Instituto Federal de Rondônia, 28,16% refere-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas seguido por Móveis e Utensílios com 24,40% do total dos Bens Móveis e Bens de Informática com 21,67%, representando 74,23% do total dos bens Móveis.

7.5.2.2.2. Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRO em 31/12/2017 totalizavam R\$ 121.918.822,93 e estão distribuídos em contas contábeis individualizadas conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 123 - Bens Imóveis - Composição

	31/12/2017	31/12/2017	AH(%)
TERRENOS, GLEBAS	0,00	453.000,00	-100,00
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	121.899.430,51	121.680.585,86	0,18
EDIFÍCIOS	19.392,42	19.392,42	0,00
TOTAL	121.918.822,93	122.152.978,28	62,30

Fonte: SIAFI - Ano 2017

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 76,27% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26421 – Instituto Federal de Rondônia, perfazendo o montante de R\$ 121.918.822,93 em 31/12/2017 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevante na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de Uso Educacional (99,98%), seguidos de Edifícios (0,02%).

7.5.2.3. Nota Explicativa 04 - Intangível

O Ativo Intangível do IFRO, em 31/12/2017, totalizava R\$ 429.203,50 e constitui-se basicamente em sistemas de informática (*softwares*), conforme evidencia tabela a seguir.

Tabela 124 - Intangível - Composição

	31/12/2015	31/12/2014	AH(%)
<i>Software</i> com Vida Útil Definida	346.150,00	346.150,00	0,00
<i>Software</i> com Vida Útil Indefinida	83.053,50	83.053,50	0,00
Total	429.203,50	429.203,50	0,00

Fonte: SIAFI - Ano 2017

Esses ativos intangíveis foram mensurados pelo custo de aquisição, representado pelo valor do contrato de desenvolvimento e respectivos aditivos.

Importante frisar que o sistema de depreciação está em fase final de testes, sendo a efetiva implantação no decorrer do exercício de 2018, com isso possibilitará o reconhecimento da amortização.

7.5.2.4. Nota Explicativa 05 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, o IFRO apresentou saldo de R\$ 1.689.567,24 de fornecedores em aberto, sendo em sua totalidade fornecedores de curto prazo.

Na tabela a seguir, relacionam-se as Unidades Gestoras Executoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores na data base de 31/12/2017:

Tabela 125 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por UGE Contratante

UNIDADE GESTORA CONTRATANTE	31/12/2015	AV(%)
158148 – REITORIA	568.164,03	33,63
158341 – CAMPUS COLORADO DO OESTE	3.708,00	0,22
158342 – CAMPUS VILHENA	1.653,35	0,10
158343 – CAMPUS ARIQUEMES	28.261,88	1,68
158345 – CAMPUS PORTO VELHO CALAMA	80.948,88	4,79
158376 – CAMPUS JI-PARANÁ	251.471,39	14,88
158532 – CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE	607.804,74	35,97
158533 – CAMPUS CACOAL	138.522,40	8,20
158635 – CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM	9.032,57	0,53
TOTAL	1.689.567,24	100,00

Fonte: SIAFI - Ano 2017

Na tabela a seguir, relacionam-se os 05 (cinco) fornecedores mais significativo com a respectiva Unidade Gestora Contratante e saldo em aberto, na data base de 31/12/2015, os quais representam 55,37% do total contratado.

Tabela 126 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor e UGE Contratante

ORNECEDOR		31/12/2017	AV(%)
1: 04.924.847/0001-13 – Construtora Mosaico Ltda.		295.075,42	17,46
2: 07.484.365/0001-69 – HR Soluções e Serviços Ltda		230.836,84	13,66
3: 05.914.650/0001-66 – Centrais Elétrica de Rondônia		169.140,57	10,01
4: 03.689.745/0001-06 – V B C Telecom Multimídia		151.698,42	8,98
5: 00.265.426/0001-77 – Concreta Engenharia e Construções LTDA		151.583,90	8,97
SUB TOTAL		98.335,15	59,09
DIVERSAS	DEMAIS FORNECEDORES	691.265,85	40,91
TOTAL		1.689.600,97	100,00

Fonte: SIAFI - Ano 2017

7.5.2.5. Nota Explicativa 06 - Resultados Acumulados e Patrimônio Líquido

Conforme evidencia a tabela a seguir, o patrimônio líquido do órgão ao término do exercício de 2017 apresenta o valor de R\$ 240.419.376,61.

Tabela 127 - Patrimônio Social e Capital Social

ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	240.419.376,61	229.568.977,77
Resultado do Exercício	16.600.363,73	109.169.985,45
Resultados de Exercícios Anteriores	229.568.977,77	120.363.646,87
Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.749.964,89	5.345,50
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	240.419.376,61	229.568.977,77

Fonte: SIAFI - Ano 2017

Convém ressaltar que durante o exercício de 2017, ocorreram no âmbito do órgão (em operações intra SIAFI) ajustes de exercícios anteriores relativo a regularização das contas de consumo das unidades gestoras executoras no montante de

R\$ 5.749.964,89. A maior parte desses valores se deve aos ajustes na Reitoria e *Campus* Porto Velho Calama.

7.5.3. Da Execução Orçamentária e Financeira

7.5.3.1. *Do Balanço Financeiro e Orçamentário*

7.5.3.1.1. Nota Explicativa 13 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício alcançou o montante de R\$ 250.641,69 e sua formação é detalhada na tabela apresentada na sequência.

Tabela 128 - Resultado Financeiro - 31/12/2017

	31/12/2017
Receita Orçamentária	3.362.491,93
Despesa Orçamentária	(206.906.602,08)
Saldo	(203.544.110,15)
Transferências Financeira Recebidas	240.767.042,67
Transferências Financeira Concedidas	(42.072.463,98)
Saldo	198.694.578,69
Recebimentos Extra Orçamentários	19.777.060,50
Pagamentos Extra Orçamentários	(14.676.887,35)
Saldo	5.100.173,15
Resultado Financeiro do Exercício	250.641,69

Fonte: SIAFI - Ano 2017

7.5.3.1.2. Nota Explicativa 15 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Na União, em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro e, portanto, no IFRO esta geração líquida de caixa representou R\$ 250.641,69 no exercício de 2017.

A seguir, conforme demonstra a tabela, é apresentada a formação do aumento de caixa e equivalentes de caixa ocorrido no exercício de 2017.

Tabela 129 - Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa - formação

FLUXOS FINANCEIROS	31/12/2017
Atividades Operacionais	10.403.990,36
Atividades de Investimentos	(10.153.348,67)
Atividades de Financiamento	0,00
Total	250.641,69

Fonte: SIAFI - Ano 2017

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais importou em R\$ 10.403.990,36, contrastando com o fluxo líquido negativo de investimentos na ordem de R\$ 10.153.348,67.

O fluxo financeiro principal se traduz em transferências correntes recebidas no valor de R\$ 2.829.434,50.

O principal fluxo de saída foi o de gastos com pessoal no montante de R\$ 169.845.460,76.

Tabela 130 - Receitas Próprias - Composição

BALANÇO FINANCEIRO	[2017]
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	3.362.491,93
ORDINÁRIAS	35.741,32
VINCULADAS	3.339.697,89

Fonte: SIAFI - Ano 2017

Durante o exercício de 2017, o IFRO obteve R\$ 3.362.491,93 (valores líquidos) oriundos de receitas próprias. A citação ao valor de R\$ 3.339.697,89 de receitas vinculadas na tabela acima, se refere ao valor bruto dos ingressos, devendo ser considerado dedução da receita orçamentária no montante de R\$ - 12.947,28.

Tabela 131 - Receitas Próprias - Composição - Categorias Econômicas

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	[2017]
----------------------	--------

RECEITAS REALIZADAS - TOTAL	3.362.491,93
CORRENTES	3.362.491,93
CAPITAL	0,00

Fonte: SIAFI - Ano 2017

Destas receitas próprias, conforme demonstra o Quadro acima, extraído do balanço orçamentário, R\$ 3.362.491,93 decorrem de receitas correntes e nenhum valor referente a receitas de capital.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU*

Não se aplica ao exercício de 2017.

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno*

Tabela 132 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	128737	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Efetuar o levantamento de mão de obra (auditores internos, demais servidores e estagiários) necessária para que a Auditoria Interna realize de forma adequada suas atribuições legais e regimentais em quantidade e qualidades razoáveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação.			Código SIORG
Reitoria			105389
Síntese da Providência Adotada			

Em 2013 foi realizado um levantamento junto aos setores de auditoria de 04 (quatro) Institutos Federais e uma Universidade Federal com o objetivo de determinar a composição necessária da Estrutura Interna do IFRO, tendo em vista que havia apenas uma servidora na auditoria naquele momento, conforme Memorando nº 29/2013/AUDINT/IFRO (cópia em anexo). Mediante as considerações efetuadas, levando-se em conta a demanda existente à época, foi definido o quantitativo necessário de 01 auditor chefe, 03 auditores internos e 01 estagiário. A partir desse estudo foi realizado concurso público, tendo tomado posse 02 auditores (01 em 2014 e outro em 2015), É importante mencionar ainda que o Plano Anual da Auditoria Interna/2017 no item 7, Descrição dos Processos da Auditoria Interna do Exercício de 2017, Quadro 6 – Descrição dos Recursos Humanos, Materiais e Financeiros, evidencia a necessidade de Recursos Humanos em virtude da demanda existente. Em complemento às recomendações emanadas por esta exímia instituição, encaminhamos em anexo a Resolução nº 15/2015/CONSUP/IFRO, que aprova o Regimento Interno da Auditoria Interna. Salientamos sua aprovação junto ao Conselho Superior ocorreu no dia 30/06/2015.

Fonte: Sistema Monitor - CGU.

Tabela 133 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	128769	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Tomar providências para que seja efetuado o ressarcimento ao erário do prejuízo causado pela contratação do imóvel com preços superiores ao do mercado no valor de R\$141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), referente ao período de novembro de 2012 a outubro de 2013.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação.	Código SIORG
Reitoria	105389
Síntese da Providência Adotada	
<p>Em 25/06/2015 foi aberto processo administrativo de número 23243.003303/2015-11, com o objetivo de apurar responsabilidades e adotar as providências necessárias para regularização das possíveis pendências inerentes a locação do prédio no qual funciona hoje a sede do IFRO/Reitoria, visto que o processo administrativo número 23243.002098/2014-96, aberto inicialmente para esta finalidade, não logrou êxito, pois ao ser analisado novamente, foi verificado que a comissão do PAD não notificou a empresa sobre a referida recomendação de ressarcimento ao erário no valor de R\$141.600,00 (cento e quarenta e um mil e seiscentos reais). Desta forma, entendeu-se ser necessário formalizar um novo processo, estabelecendo uma nova comissão. Como conclusão deste novo processo foi adotada as seguintes medidas:</p> <p>a) Aplicação de multa no valor de R\$12.631,54 (doze mil seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos), que foram glosados dos créditos dos locatários junto ao IFRO. A referida multa foi devidamente registrada no SICAF.</p> <p>b) Ressarcimento ao erário no valor de R\$58.262,10 (cinquenta e oito mil duzentos e sessenta e dois reais e dez centavos), que foram glosados dos créditos dos locatários junto ao IFRO.</p> <p>c) Além disso, é válido registrar que em Outubro de 2014 já havia sido realizado uma glosa no valor de R\$38.490,66 (trinta e oito mil quatrocentos e noventa reais e sessenta e seis centavos), a título de ressarcimento ao erário.</p>	
Fonte: Sistema Monitor - CGU.	

Tabela 134 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	128770	Sistema Monitor

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia		100907
Descrição da Recomendação		
<p>Notifique o proprietário do imóvel para que apresente o Habite-se e Alvará atualizado. Caso não seja apresentado no prazo previsto, considerando a imprescindibilidade de tais documentos, adotar as medidas necessárias para a rescisão do contrato em questão, contudo, adotar as medidas no tempo necessário a fim de evitar descontinuidade dos serviços da Instituição.</p>		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação.	Código SIORG	
Reitoria	105389	
Síntese da Providência Adotada		
O habite-se e a licença de funcionamento anual foram devidamente emitidos.		
Fonte: Sistema Monitor - CGU.		

Tabela 135 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa:	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.	100907
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	128771	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Tomar providências para que seja efetuada a verificação dos valores referentes ao prejuízo ao erário causado pela contratação de imóvel com preços superiores ao do mercado entre novembro de 2013 até a data em que for celebrado o termo aditivo com o objetivo de repactuar o valor da locação, para que seja efetuado o ressarcimento ao erário desse prejuízo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação.		Código SIORG	
Reitoria		105389	
Síntese da Providência Adotada			

Em 25/06/2015 foi aberto processo administrativo de número 23243.003303/2015-11, com o objetivo de apurar responsabilidades e adotar as providências necessárias para regularização das possíveis pendências inerentes a locação do prédio no qual funciona hoje a sede do IFRO/Reitoria, visto que o processo administrativo número 23243.002098/2014-96, aberto inicialmente para esta finalidade, não logrou êxito, pois ao ser analisado novamente, foi verificado que a comissão do PAD não notificou a empresa sobre a referida recomendação de ressarcimento ao erário no valor de R\$141.600,00 (cento e quarenta e um mil e seiscentos reais). Desta forma, entendeu-se ser necessário formalizar um novo processo, estabelecendo uma nova comissão. Como conclusão deste novo processo foi adotada as seguintes medidas:

a) Aplicação de multa no valor de R\$12.631,54 (doze mil seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos), que foram glosados dos créditos dos locatários junto ao IFRO. A referida multa foi devidamente registrada no SICAF.

b) Ressarcimento ao erário no valor de R\$58.262,10 (cinquenta e oito mil duzentos e sessenta e dois reais e dez centavos), que foram glosados dos créditos dos locatários junto ao IFRO.

c) Além disso, é válido registrar que em Outubro de 2014 já havia sido realizada uma glosa no valor de R\$ 38.490,66 (trinta e oito mil quatrocentos e noventa reais e sessenta e seis centavos), a título de ressarcimento ao erário.

Fonte: Sistema Monitor - CGU.

Tabela 136 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa:	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.	100907
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	128772	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Condicionar a repactuação de valores e prorrogação contratual à regularização dos imóveis junto aos órgãos competentes.			
Providências Adotadas			
O habite-se e a licença de funcionamento anual foram devidamente emitidos. Além disso, registramos que a administração, prezando pelo princípio da economicidade e pela racionalização na aplicação do recurso público, tem buscado reduzir as repactuações/reajustes de valores previsto em contrato, conforme ocorreu na última renovação/reajuste, cujo IGP-M era de 8,8% e após negociação com os locatários, reduziu-se para 5,8%.			
Setor Responsável pela Implementação.		Código SIORG	
Reitoria		105389	
Fonte: Sistema Monitor - CGU.			

Tabela 137 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	128773	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Apurar a responsabilidade dos gestores que alugaram imóveis por preços superiores aos de mercado e com base em parecer técnico de avaliação em desconformidade com as normas referentes a avaliação de imóveis. Sendo que tais imóveis também não apresentam Habite-se.			
Providências Adotadas			
A instituição procedeu a abertura do Processo Administrativo nº 23243.019701/2017-11. Estamos acompanhando os procedimentos administrativos necessários da referida recomendação.			
Setor Responsável pela Implementação.		Código SIORG	
Reitoria		105389	

Fonte: Sistema Monitor - CGU.

Tabela 138 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	143209	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Apurar a responsabilidade dos gestores que alugaram imóveis por preços superiores aos de mercado e com base em parecer técnico de avaliação em desconformidade com as normas referentes a avaliação de imóveis. Sendo que tais imóveis também não apresentam Habite-se.			
Providências Adotadas			

A Resolução nº 4/2017/CONSUP/IFRO que dispõe sobre o regulamento da Política de Gestão de Riscos, Governança e Controles Internos foi aprovada <i>ad referendum</i> , em 15/09/2017. O Manual da política de gestão de riscos vinculada ao modelo de gestão da estratégia deverá vigorar por meio de Instrução Normativa a ser entregue à gestão do IFRO pelo grupo de trabalho, ainda na primeira quinzena de Janeiro/2018.	
Setor Responsável pela Implementação.	Código SIORG
Reitoria	105389
Fonte: Sistema Monitor - CGU.	

Tabela 139 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	161846	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907

Descrição da Recomendação	
<p>Implantar controle sistematizado no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO, com o objetivo de acompanhar, avaliar, e registrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos docentes com maior eficiência e conseqüentemente criando uma base de dados consolidada, permitindo tomar decisões gerenciais com maior segurança e eficiência.</p>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação.	Código SIORG
Reitoria	105389
Síntese da Providência Adotada	
<p>Foi desenvolvido o Sistema de Gestão Acadêmica que trabalha com o Portal do Aluno, Portal do professor e SIGA-EDU e atende a normativa acadêmica vigente. Para registro e monitoramento dos projetos de extensão e pesquisa estão disponíveis no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP. Os estágios são gerenciados pelo sistema SIGA-EDU, com o registro, acompanhamento e resultado final do histórico escolar. Os dados acadêmicos também estão disponíveis de forma pública no sistema Painel de Indicadores no link painel.ifro.edu.br. Além disso, em 2016 foi elaborado o Regulamento das Atividades Docentes (Resolução n. 89/2016/CONSUP), reformulado em 2017, pela Resolução nº 33/2017/CONSUP). Desde janeiro de 2017, todos os docentes devem registrar suas atividades no sistema de Registro das Atividades Docentes (rad.ifro.edu.br).</p>	
Fonte: Sistema Monitor - CGU.	

Tabela 140 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	161847	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Criar um portal, no qual todos os <i>campi</i> e Pró-Reitorias terão suas respectivas páginas para divulgação das informações e ações, dando, assim maior transparência às atividades de ensino, pesquisa e extensão.			
Providências Adotadas			

Em resposta à Recomendação 161847, esclarecemos que o IFRO, por meio da sua Assessoria de Comunicação e Eventos (ASCOM) implantou duas páginas oficiais: portal.ifro.edu.br - em abril de 2016 e selecao.ifro.edu.br - em outubro de 2016. No portal do IFRO, foram implantadas as páginas das Pró-Reitorias e dos *campi*, sendo que esta última está em fase de finalização.

Nas páginas são disponibilizados notícias, atualizadas diariamente, editais, eventos, contatos, licitações, programas desenvolvidos e galeria de imagens. Na página dos *campi*, a comunidade interna e externa tem acesso à estrutura física ofertada, histórico da unidade, contatos, descrição dos cursos, calendários acadêmicos, PPCs, matriz curricular, listas de docentes, projetos de ensino, pesquisa e extensão, notícias dos *campi*, eventos, avisos e documentos institucionais.

No Portal Seleção, estão disponibilizados os editais para seleção de alunos, concurso público, Pronatec, cursos FIC e seleção de professor substituto para acesso do público interno e, principalmente, externo visando facilitar o conhecimento das ofertas públicas do IFRO.

Salientamos que os *layouts* dos portais atendem à recomendação do Governo Federal referente à padronização dos sítios oficiais das autarquias, fundações e empresas de administração pública direta e indireta.

Setor Responsável pela Implementação.	Código SIORG
Reitoria	105389

Fonte: Sistema Monitor - CGU.

Tabela 141 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa:	Código SIORG

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	161848	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
<p>Apresentar, no prazo de 180 dias, plano de ação com vistas a aprimorar o planejamento de novos cursos regulares bem como da contratação de professores e reestruturar, se necessário, os cursos ofertados de forma a melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente do Instituto. Estabelecer metas de execução de curto (semestrais), médio (anuais) e longo prazo (4 anos), bem como indicadores, alinhados ao PDI do Instituto.</p>			
Providências Adotadas			
<p>Foi aprovado na reunião do Conselho Superior (CONSUP) o PDI para os anos de 2018-2022 baseado na metodologia do <i>Balanced ScoreCard</i> (BSC) que trouxe um painel de 22 indicadores para medir o desempenho das ações institucionais nos próximos 5 anos. Na reunião do Colégio de Dirigentes (CODIR) foi realizado um levantamento de informações da linha de base dos indicadores tomando por base as informações disponíveis dos exercícios 2014, 2015, 2016 e 2017. Essas informações serviram para balizar os indicadores e projetar as metas institucionais até 2020.</p>			

<p>O PDI 2018-2022 traz no seu bojo um modelo de gestão que determina a realização trimestral de Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) que ocorrerão dentro das reuniões ordinárias do Colégio de Dirigentes. Serão realizadas cinco RAEs, em fevereiro/2018, abril/2018, julho/2018, outubro/2018 e fevereiro/2019, respectivamente, a finalidade das RAEs é avaliar as metas e indicadores do primeiro ano de execução do PDI.</p> <p>Segue em anexo a ficha dos indicadores definidos para o PDI 2018-2022.</p>	
Setor Responsável pela Implementação.	Código SIORG
Reitoria	105389
Fonte: Sistema Monitor - CGU.	

Tabela 142 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	161849	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Instituto Federal de Rondônia	100907
Descrição da Recomendação	
<p>Implementar mecanismos e procedimentos de controle eficientes, com o objetivo de acompanhar e avaliar as atividades docentes no âmbito do IFRO por meio do Plano Individual de Trabalho (PIT) e do Relatório Individual de Trabalho (RIT), a fim de se verificar o seu fiel cumprimento, o alcance das metas e os resultados alcançados.</p>	
Providências Adotadas	
<p>Está em operacionalização no IFRO o <i>software</i> para a sistematização do Regulamento de Atividades Docentes - RAD, o sistema é WEB e disponibilizado pelo link rad.ifro.edu.br. As regras de negócio do sistema atende a normativa vigente do IFRO para o registro, acompanhamento, avaliação e validação das atividades docentes. As atividades são registradas diretamente pelos docentes e avaliadas semestralmente pelas comissões locais de acompanhamento.</p> <p>Ademais, o Regulamento das Atividades Docentes (Resolução nº 33/2017/CONSUP), as atividades realizadas pelos docentes são cadastradas no sistema rad.ifro.edu.br, no início de cada semestre (Plano Inicial), podendo ser acrescentadas outras atividades ao longo do semestre, e no final de cada semestre o docente deve enviar o Relatório final, anexando os respectivos comprovantes (Portarias, Editais, Declarações, Certificados, etc) da realização das atividades registradas, em cada semestre. As atividades são validadas por uma comissão constituída por representantes do Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão de Pessoas e docentes.</p>	
Setor Responsável pela Implementação.	Código SIORG
Reitoria	105389
Fonte: Sistema Monitor - CGU.	

Tabela 143 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	161850	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Exigir a elaboração e entrega tempestiva do Plano Individual de Trabalho pelos docentes, estabelecendo-se na Portaria 1025, de 23 de setembro de 2014, sanções disciplinares, conforme Lei 8.112/90, para os casos de descumprimento.			
Providências Adotadas			
No Art. 23. do Regulamento das Atividades Docentes (Resolução nº 33/2017/CONSUP), fica estabelecido que docente deverá elaborar e encaminhar o seu Plano de Trabalho pelo Sistema Informatizado do IFRO, em até 30 (trinta) dias úteis após o início do semestre letivo. A Comissão Local de Acompanhamento é responsável pela averiguação do envio do Plano, pelo sistema rad.ifro.edu.br e tomar as providências para o preenchimento do Plano Inicial por todos os docentes.			

Setor Responsável pela Implementação.	Código SIORG
Reitoria	105389
Fonte: Sistema Monitor - CGU.	

Tabela 144 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	161851	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Exigir a elaboração e entrega tempestiva do Plano Individual de Trabalho pelos docentes, estabelecendo-se na Portaria 1025, de 23 de setembro de 2014, sanções disciplinares, conforme Lei 8.112/90, para os casos de descumprimento.			
Providências Adotadas			

Conforme o §2º, do Art. 9, do Regulamento das Atividades Docentes, a falta não justificada do Professor EBTT nos locais, dias e horários previstos para regência das aulas designadas, atendimento a alunos ou quaisquer atividades mediante convocação, implicará nas sanções estabelecidas no art. 44 da Lei 8.112/90. Compete às respectivas chefias imediatas o acompanhamento da realização das atividades de sala de aula e atendimento aos discentes por parte dos docentes.	
Setor Responsável pela Implementação.	Código SIORG
Reitoria	105389
Fonte: Sistema Monitor - CGU.	

Tabela 145 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	161852	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907

Descrição da Recomendação	
Criação e/ou ampliação dos canais de comunicação junto às Pró-Reitorias, Diretorias e às Coordenadorias para recepção das reclamações dos discentes quanto ao cumprimento e à qualidade das aulas ministradas, apurando-se e tomando-se providências para os casos relatados.	
Providências Adotadas	
Informamos que todas as reclamações encaminhadas à Ouvidoria do IFRO são encaminhadas aos setores envolvidos, solicitando apurações e providências pertinentes para os casos, considerando a importância da Ouvidoria, planejamos para o início do exercício de 2018, visitas a todas as unidades do IFRO para a divulgação e apresentação das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do IFRO à comunidade Discente, Docente e Técnico-Administrativa.	
Setor Responsável pela Implementação.	Código SIORG
Reitoria	105389
Fonte: Sistema Monitor - CGU.	

Tabela 146 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa:	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.	100907
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	161853	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
<p>Instituir normativo interno que formalize a política de transparência de todas as atividades docentes - ensino, pesquisa e extensão - do instituto, como estabelecido nos artigos, 7º, 8º e 40 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e no art. 7º do Decreto n.º 7.724/2012.</p>			
Providências Adotadas			
<p>Os Diretores-Gerais dos <i>campi</i> foram orientados a realizar um acompanhamento maior das comissões locais do RAD para que todos os docentes alimentassem o sistema uma vez que isso permitirá a ampla publicidade de todas as atividades docentes na forma exigida pela legislação em vigor. O sistema de atividades docentes (rad.ifro.edu.br) pode ser acessado por qualquer cidadão, clicando em RELATÓRIOS, podendo consultar por <i>Campus</i> (UNIDADE) ou pelo nome do docente (DOCENTE).</p>			
Setor Responsável pela Implementação.		Código SIORG	
Reitoria		105389	
Fonte: Sistema Monitor - CGU.			

Tabela 147 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	161854	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
Dar ampla publicidade aos horários de atendimento aos alunos por parte dos docentes.			
Providências Adotadas			

Esta demanda foi tratada na reunião do Colégio de Dirigentes (CODIR) de 13/12/2017. Os Diretores-Gerais foram orientados para que fossem tomadas medidas para disponibilizar o horário de atendimento aos alunos em quadros de avisos e na porta das salas de aulas e laboratórios visando dar ampla publicidade à comunidade acadêmica. Complementamos que estão no sistema do RAD, as portarias e resoluções que tratam da carga horária docente, informando a distribuição de carga horária docente, as comissões locais que avaliam a apresentação da RAD por parte dos docentes e a publicidade. Há uma política de disponibilização nas portas dos horários de aula dos professores e também dos horários nos quais eles estão disponíveis para prestar atendimento.

Setor Responsável pela Implementação.	Código SIORG
Reitoria	105389
Fonte: Sistema Monitor - CGU.	

Tabela 148 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

01	Sistema Monitor	161855	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
<p>Implantar sistema informatizado ou módulo que permita o registro e acompanhamento das atividades de pesquisa e de extensão dos docentes, auxiliando no planejamento, na gestão, na avaliação e na publicização de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo instituto e aprimorar o Sistema SIGA-EDU relacionado às atividades de ensino.</p>			
Providências Adotadas			
<p>Para registro e monitoramento dos projetos de extensão e pesquisa estão disponíveis no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP. Os estágios são gerenciados pelo sistema SIGA-EDU, com o registro, acompanhamento e resultado final do histórico escolar.</p>			
Setor Responsável pela Implementação.		Código SIORG	
Reitoria		105389	
Fonte: Sistema Monitor - CGU.			

Tabela 149 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa:	Código SIORG

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.			100907
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Sistema Monitor	161856	Sistema Monitor
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Rondônia			100907
Descrição da Recomendação			
<p>Monitorar e dar publicidade ao Termo de Acordo de Metas e Compromissos, dando ciência a todos os <i>campi</i> das metas e compromissos previstos e os resultados alcançados periodicamente.</p>			
Providências Adotadas			
<p>Tornamos público o temo de acordos e metas TAM por meio do <i>link</i> no site institucional - (http://estrategia.ifro.edu.br/pdi/wp-content/uploads/sites/6/2014/09/termo_de_acordo_de_metas_ifro.pdf)</p> <p>Quanto às atividades acadêmicas informamos que a Instituição, está buscando o aperfeiçoamento nos procedimentos administrativos internos, através dos programas SIGA, acrescentando o RAD - Regulamento das Atividades Docentes, bem como procedemos à ampla divulgação do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional. Informamos também, que estamos buscando mecanismos de aperfeiçoamento, para aprimorar o painel de indicadores que contribui para a transparência da informação.</p>			

Setor Responsável pela Implementação.	Código SIORG
Reitoria	105389
Fonte: Sistema Monitor - CGU.	

8.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO* (GABINETE)

Não se aplica ao exercício de 2017.

8.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

A Instituição não possui um regulatório próprio para licitações e contratos, utilizando somente a Lei 8666/93, haja vista que esse dispositivo legal atende às necessidades da Instituição quanto ao cronograma de pagamento das despesas contratadas. Uma das formas que a Instituição tem para efetuar os pagamentos em ordem cronológica é o fato de que ao liquidar as despesas no sistema SIAFI, elas são apresentadas de acordo com a data em que foram provisionadas, sendo pagas de acordo com a liquidação. No exercício de 2017 os repasses de financeiro pela SETEC/MEC se tornaram irregulares e insuficientes para realizar todos os pagamentos de acordo com o cronograma de liquidação, isso fez com que a gestão tivesse que optar pelas despesas com maior prioridade, a saber: auxílios estudantis, água, energia, telefone, serviços terceirizados, recolhimento de tributos e outros que o não pagamento possa levar à paralisação da prestação do serviço ou fornecimento do material. Como a Instituição depende da liberação de recursos financeiros por parte da SETEC/MEC, não tendo autonomia para efetuar qualquer aporte financeiro por menor que seja não tem como seguir um cronograma pré-agendado ou mesmo obedecer à ordem de liquidação da despesa no sistema SIAFI. Convém salientar, ainda, que há casos mais complexos que

são os recursos oriundos de descentralizações provenientes de outros órgãos, em especial FNDE, nos quais a liberação dos recursos não tem seguido certa regularidade, com isso é impossível seguir qualquer cronograma de pagamento de despesas. Toda essa incerteza e insegurança quanto à liberação de recursos financeiros, por parte dos órgãos responsáveis por essa liberação, geraram muitas dificuldades no âmbito da Instituição para honrar com seus contratos, efetuando os pagamentos de acordo com o previsto na legislação.

No entanto apesar de toda problemática evidenciada quanto aos repasses de financeiro, a instituição honrou com seus compromissos com 90,51% de seus compromissos liquidados e pagos dentro do exercício.

8.5. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Não se aplica ao exercício de 2017.

8.6. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Tabela 150 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	268.194,38	116.216,35
Mercadológica			
Utilidade pública	4641 – Publicidade de Utilidade Pública	35.000,00	7.840,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas pagas de exercícios anteriores: R\$ 103.611,28 da ação 20RL.

ANÁLISE CRÍTICA

O IFRO mantém apenas contratos de publicidade com a Empresa Brasil de Comunicação – EBC e Imprensa Nacional. Estas empresas se destinam a dar conhecimento a editais, decisões, avisos e outras informações, com o objetivo de atender a prescrições legais.

8.7. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005

No âmbito do Instituto Federal de Rondônia, há descritos em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs – disciplinas que contemplam a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS –, como prevê a legislação. Esclarece-se que, em todos os cursos de Licenciatura, há a disciplina *Libras*, e, ainda, a disciplina *Educação Inclusiva* que, em tese, também abrange a Língua Brasileira de Sinais.

É justo mencionar, ainda, que em cursos de bacharelado e cursos superiores de tecnologia – CSTs –, ofertados pelo IFRO, há previsão das disciplinas supramencionadas na condição de componente curricular optativo.

Além da oferta de disciplinas que contemplam a LIBRAS, frisa-se que, no ano de 2017, realizaram-se ações direcionadas aos servidores, com o propósito de capacitá-los para o uso da Língua Brasileira de Sinais na execução de suas atividades laborais.

Quadro H - Cursos de Graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Licenciatura em Matemática	1292802	Cacoal	SIM	09/05/2014

Licenciatura em Matemática	1182765	Vilhena	SIM	20/12/2011
Licenciatura em Ciências Biológicas	1263591	Ariquemes	SIM	21/06/2011
Licenciatura em Ciências Biológicas	1136925	Colorado do Oeste	SIM	14/12/2009
Licenciatura em Química	1137369	Ji-Paraná	SIM	01/06/2012
Licenciatura em Geografia	1427407	Cacoal	SIM	19/12/2017
Licenciatura em Ciências com Habilitação em Química ou Biologia		Guajará-Mirim	SIM	

Fonte: IFRO - Ano 2018

9. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

9.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994

No exercício de 2017 não houve Convênio ou Contrato firmado com Fundação de Apoio.

DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE*

Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal*



DECLARAÇÃO 01/2018

PROCESSO SEI Nº 23243.003585/2018-08

DOCUMENTO SEI Nº 0178572

INTERESSADO(S): PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

DECLARANTE: REIT - CCONV/IFRO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 por esta unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece a LDO 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Velho, 02 de março de 2018.

(Assinado Eletronicamente)

ANA CRISTINA DO NASCIMENTO

001.186.592-00

Coordenadora de Contratos e Convênios - Reitoria



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina do Nascimento, Coordenador(a) de Contratos e Convênios**, em 02/03/2018, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0178572**

e o código CRC **DBD9402A**.

Referência: Processo nº 23243.003585/2018-08

SEI nº 0178572

Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões*

DECLARAÇÃO 01/2018

PROCESSO SEI Nº 23243.003585/2018-08

DOCUMENTO SEI Nº 0176378

INTERESSADO(S): DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARANTE: REIT - DGP/IFRO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA** estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Porto Velho-RO, 28 de fevereiro de 2018.

Débora Gonçalves de Lima

873.650.223-53

Diretora de Gestão de Pessoas

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Débora Gonçalves de Lima, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 28/02/2018, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0176378** e o código CRC **98D98120**.

Referência: Processo nº 23243.003585/2018-08

SEI nº 0176378

Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas*

DECLARAÇÃO 02/2018

PROCESSO SEI Nº 23243.003585/2018-08
DOCUMENTO SEI Nº 0176388
INTERESSADO(S): DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARANTE: REIT - DGP/IFRO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA** obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram autorização de acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda pessoa física, tendo em vista o disposto no § 2º do Art. 3º do Decreto nº 5.483 de 30 de junho de 2005 a esta **Diretoria de Gestão de Pessoas** para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Porto Velho-RO, 28 de fevereiro de 2018.

Débora Gonçalves de Lima

873.650.223-53

Diretora de Gestão de Pessoas

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Débora Gonçalves de Lima, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 28/02/2018, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0176388** e o código CRC **8AF15319**.

Referência: Processo nº 23243.003585/2018-08

SEI nº 0176388

Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento*

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE O PPA NO SIOF

PROCESSO SEI Nº 23243.003585/2018-08

DOCUMENTO SEI Nº 0179262

INTERESSADO(S): PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

DECLARANTE: REIT - DOF/IFRO

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOF, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOF conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Porto Velho, 05 de março de 2018.

JACKSON BEZERRA NUNES

461.399.314-87

Diretor de Orçamento e Finanças

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Jackson Bezerra Nunes, Diretor(a) de Orçamento e Finanças**, em 05/03/2018, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0179262** e o código CRC **474F4E76**.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE ORÇAMENTO FEDERAL ANUAL NO SIOP

PROCESSO SEI Nº 23243.003585/2018-08

DOCUMENTO SEI Nº 0179295

INTERESSADO(S): PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

DECLARANTE: REIT - DOF/IFRO

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Porto Velho, 05 de março de 2018.

JACKSON BEZERRA NUNES

461.399.314-87

Diretor de Orçamento e Finanças

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Jackson Bezerra Nunes, Diretor(a) de Orçamento e Finanças**, em 05/03/2018, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0179295** e o código CRC **4338A2AA**.

Referência: Processo nº 23243.003585/2018-08

SEI nº 0179295

Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial*

DECLARAÇÃO 15.1

PROCESSO SEI Nº 23243.003585/2018-08

DOCUMENTO SEI Nº 0178318

INTERESSADO(S): CONTADORIA

DECLARANTE: REIT - CONT/IFRO

O Instituto Federal de Educação de Rondônia não está aplicando em sua totalidade os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 em relação ao tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão dos itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme restrição contábil 642 – Falta/Evolução incompatível Dep. At. Imobilizado registrada na conformidade contábil no decorrer do exercício de 2017.

O Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP o qual será responsável em gerar informações para atendimento das Normas Contábeis quanto à depreciação, amortização e exaustão está em fase de ajustes pelos técnicos de Tecnologia de Informação da Reitoria juntamente com esta Contadoria. Após a validação do sistema, será iniciada no decorrer do exercício de 2019 a depreciação e amortização dos bens registrados em nosso órgão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Franklyn Oliveira Firmo
CRC/RO 008950/O-5
Chefe da Contadoria do IFRO
Instituto Federal de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Franklyn Oliveira Firmo, Chefe da Contadoria do IFRO/Reitoria**, em 05/03/2018, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0178318** e o código CRC **F74C3C6E**.

DECLARAÇÃO 15.2

PROCESSO SEI Nº 23243.003585/2018-08

DOCUMENTO SEI Nº 0178328

INTERESSADO(S): CONTADORIA

DECLARANTE: REIT - CONT/IFRO

O Sistema de Custos do Governo Federal – SIC encontra-se sob gestão da Coordenação Geral de Contabilidade e Custos da União.

Portanto, este Órgão não utiliza de mecanismos de mensuração de custos, pois não dispõe de sistemática para apuração de tal.

Franklyn Oliveira Firmo
CRC/RO 008950/O-5
Chefe da Contadoria do IFRO
Instituto Federal de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Franklyn Oliveira Firmo, Chefe da Contadoria do IFRO/Reitoria**, em 05/03/2018, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0178328**

e o código CRC **BD8F942B**.

Referência: Processo nº 23243.003585/2018-08

SEI nº 0178328

Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI*

DECLARAÇÃO 122.5

PROCESSO SEI Nº 23243.003585/2018-08

DOCUMENTO SEI Nº 0178314

INTERESSADO(S): CONTADORIA

DECLARANTE: REIT - CONT/IFRO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 (R1), relativas ao exercício de 2017, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) Ativo Circulante – Estoques: os saldos da conta Estoques internos Almoarifados registrados no SIAFI não refletem a realidade dos estoques registrados no sistema do Almoarifado – SUAP. Esta incompatibilidade nos saldos se originou da ausência de controles efetivos. No exercício de 2017 iniciou-se o processo de regularização dessas contas. Já no final do exercício a diferença estava bem menor, durante o exercício de 2018 será finalizado o processo de regularização, em atendimento à lei nº 4.320/1964.

b) Ativo Permanente – bens móveis e imóveis: os saldos da conta Bens Móveis e Imóveis, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro:

- Não reflete corretamente a situação patrimonial devido à falta de um sistema de controle de lançamento das movimentações dos bens móveis efetivo, o que compromete a conciliação contábil com o Relatório Mensal dos Bens. Porém já estão sendo efetuados testes durante o exercício de 2017 tendo previsão para finalização durante o exercício de 2018.
- Há imóveis do órgão que não estão cadastrados no SPIUNET, porém em 2017 foi registrado a maioria, durante o exercício de 2018 será concluído o registro desses imóveis.

c) Depreciação, Amortização e Exaustão: os saldos da conta Depreciação, Amortização e Exaustão, subgrupo Permanente, grupo Ativo Não Financeiro:

- Os saldos na conta depreciação referem-se aos bens imóveis registrados nos bens imóveis registrados no SpiuNet, porém não reflete a realidade, devido da depreciação nos demais imóveis e móveis em poder do órgão, assim como amortização dos bens intangíveis. O sistema de controle patrimonial para cálculo da depreciação foi implantado no final do exercício de 2016, sendo realizados testes durante o exercício de 2018. Ajustes necessários estão sendo realizada pela Diretoria de Informática para o efetivo registro eficaz, com o acompanhamento desta Contadoria da Reitoria juntamente com a Contadoria do Campus Porto Velho Zona Norte.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Franklyn Oliveira Firmo
CRC/RO 0089500-5
Chefe da Contadoria do IFRO
Instituto Federal de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Franklyn Oliveira Firmo, Chefe da Contadoria do IFRO/Reitoria**, em 05/03/2018, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

APÊNDICE 1

Figura 23 - Portal IFRO



Fonte: <http://portal.ifro.edu.br/>

Figura 24 - Portal de seleção IFRO



Fonte: <http://selecao.ifro.edu.br/>

Figura 25 - Portal Página Campus Cacoal



Fonte: <http://portal.ifro.edu.br/cacoal>

Figura 26 - Portal Página Campus Guajará-Mirim



Fonte: <http://portal.ifro.edu.br/guajara-mirim>

Figura 27 - Portal Página *Campus* Colorado Do Oeste



Fonte: <http://portal.ifro.edu.br/colorado>

Figura 11 - Portal Página Campus Ji-Paraná



Fonte: <http://portal.ifro.edu.br/ji-parana>

Figura 12 - Portal Página Campus Jaru



Fonte: <http://portal.ifro.edu.br/jaru>

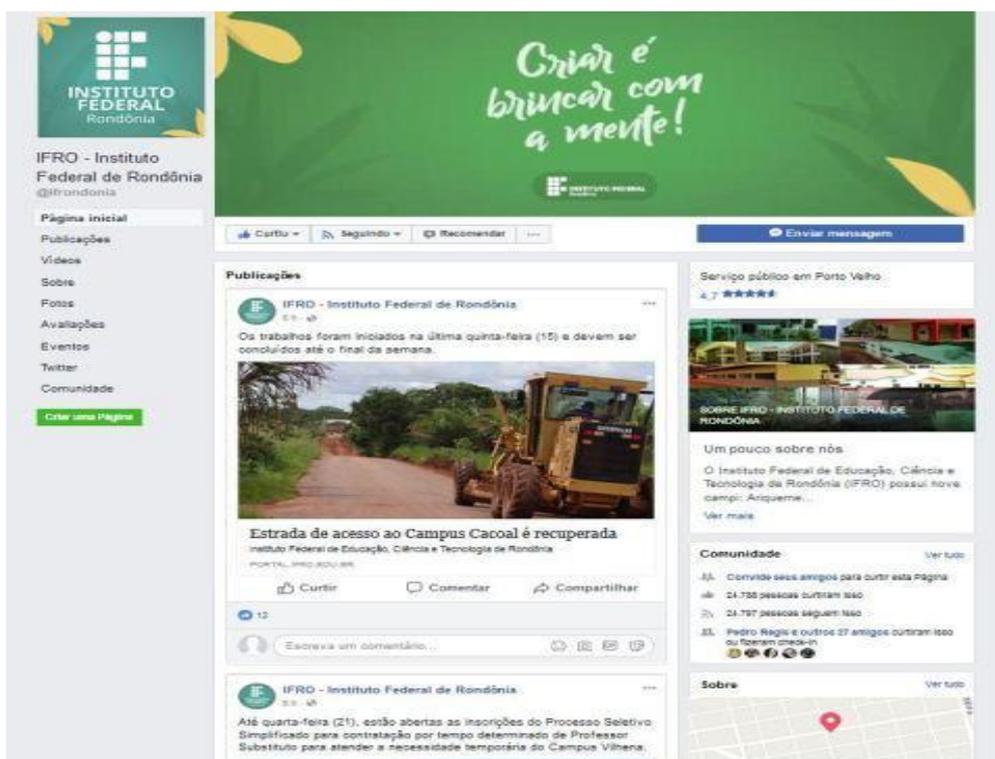
Figura 13 - Portal Página *Campus* Porto Velho Zona Norte



Fonte: <http://portal.ifro.edu.br/zona-norte>

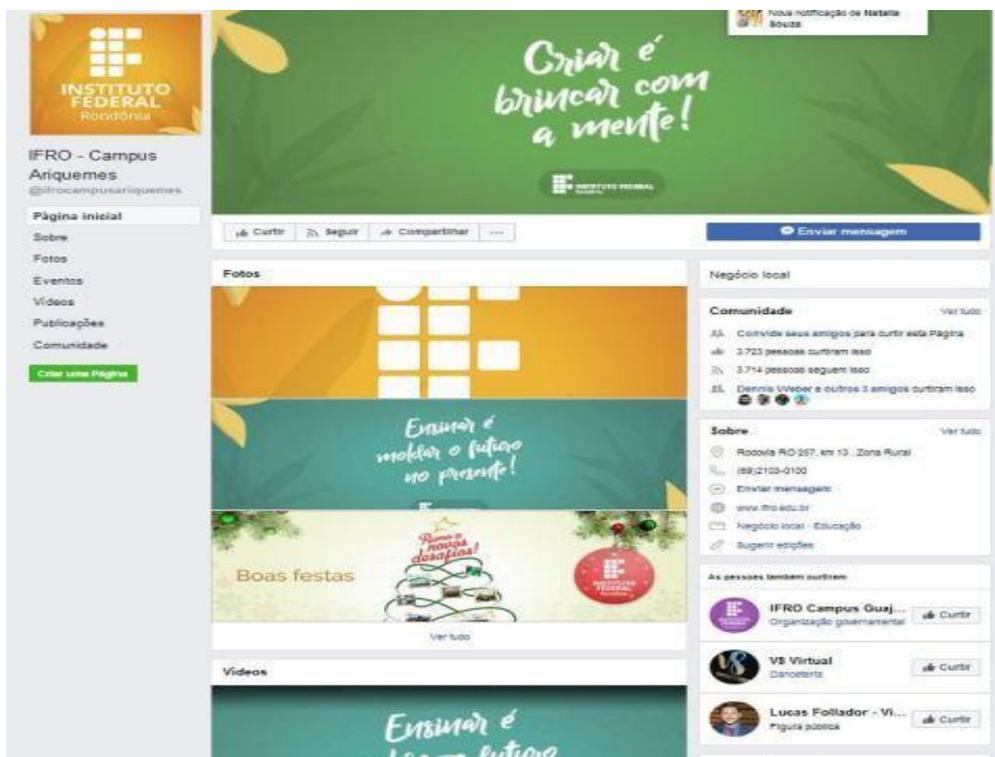
As páginas dos *Campi* Porto Velho Calama, Ariquemes e Vilhena estão em fase de construção. Previsão de implantação para o primeiro semestre de 2018.

Figura 14 - Facebook IFRO



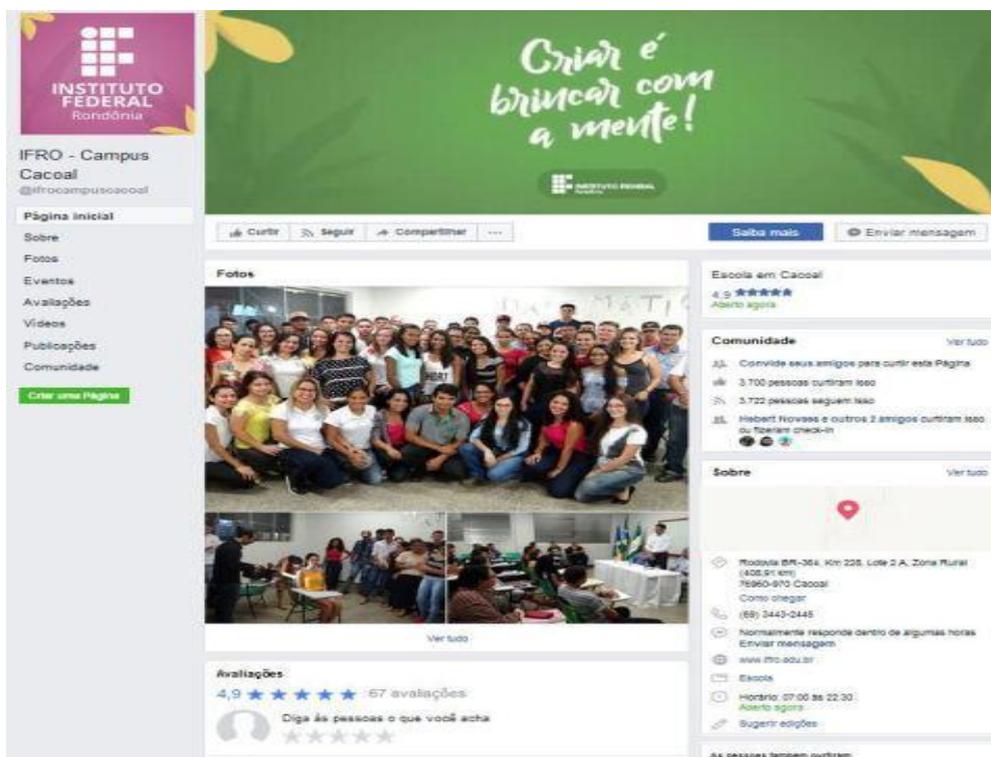
Fonte: <https://www.facebook.com/ifrondonia>

Figura 15 - Facebook Campus Ariquemes



Fonte: <https://www.facebook.com/ifroCampusariquemes>

Figura 16 - Facebook Campus Cacoal



Fonte: <https://www.facebook.com/ifroCampuscacoal/>

Figura 17 - Facebook Campus Colorado Do Oeste



Fonte: <https://www.facebook.com/ifrocolorado>

Figura 18 - Facebook Campus Guajará-Mirim



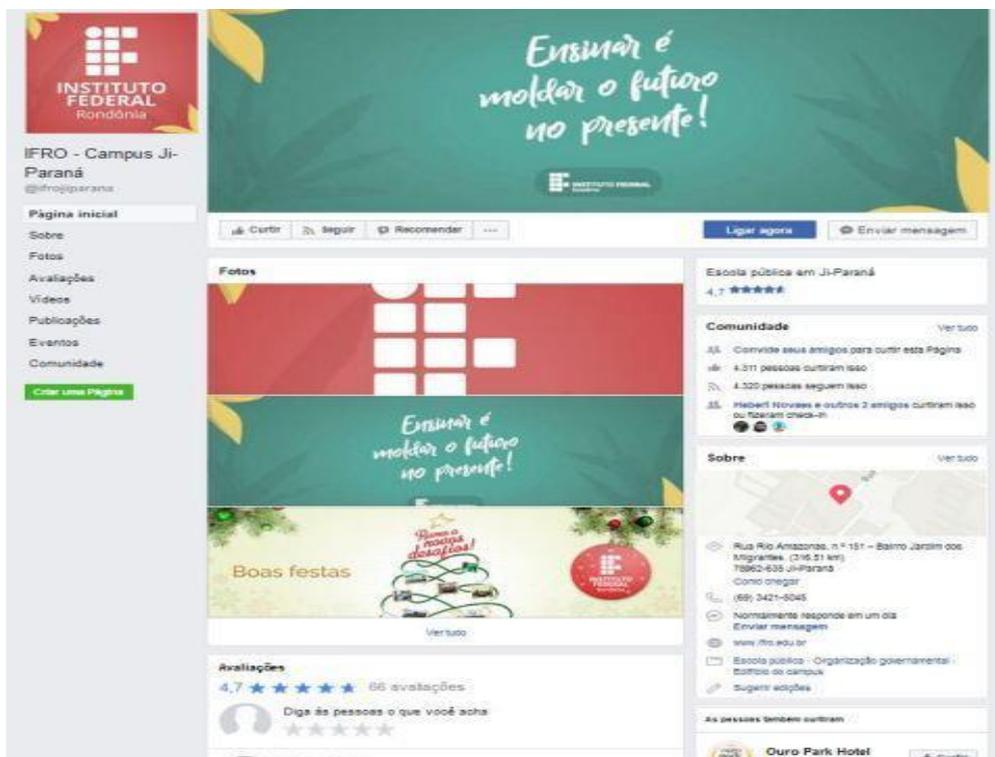
Fonte: <https://www.facebook.com/ifroguajaramirim>

Figura 19 - Facebook Campus Jaru



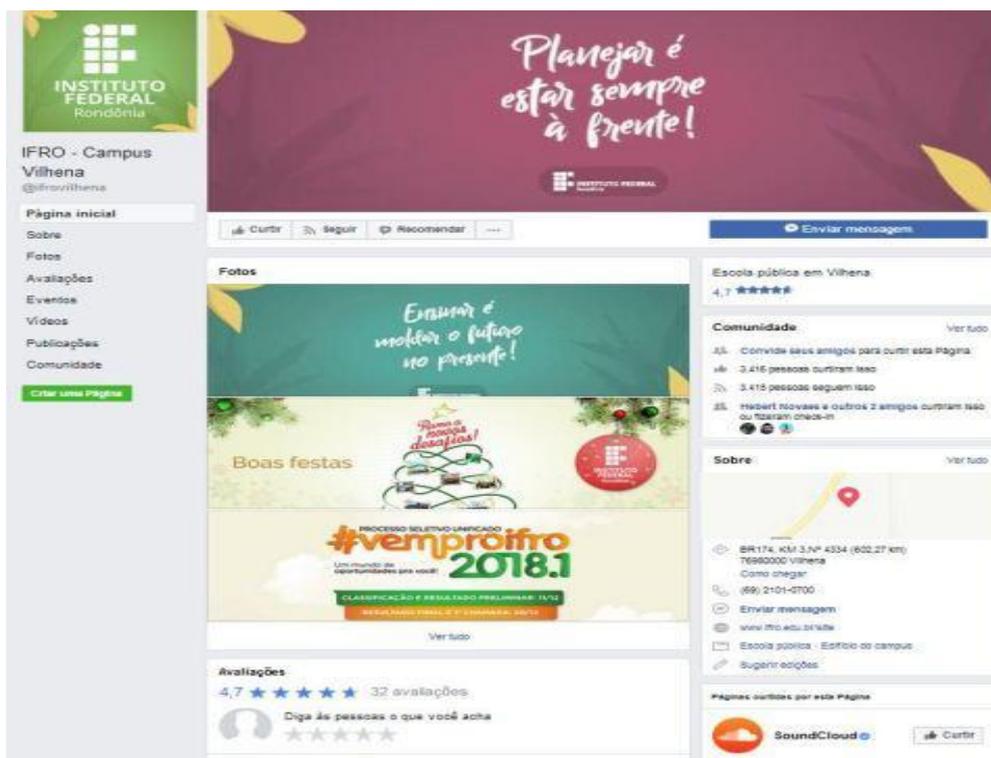
Fonte: <https://www.facebook.com/ifrojaru>

Figura 20 - Facebook Campus Ji-Paraná



Fonte: <https://www.facebook.com/ifrojiparana>

Figura 21 - Facebook Campus Vilhena



Fonte: <https://www.facebook.com/ifrovilhena>

Figura 22 - Facebook Campus Porto Velho Calama



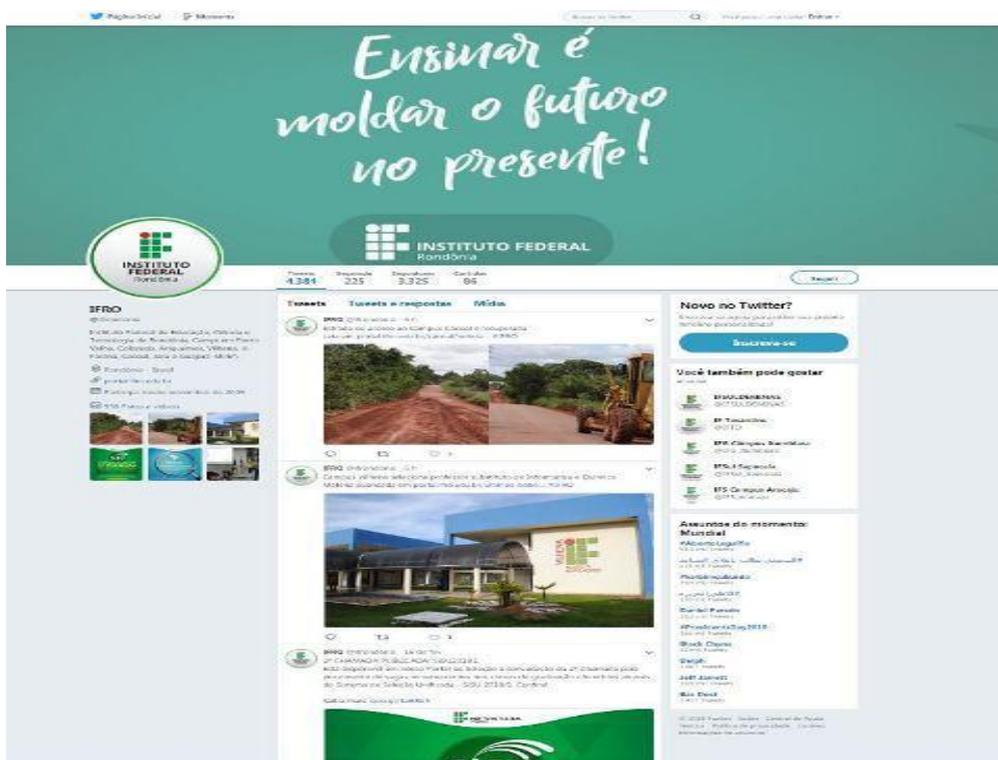
Fonte: <https://www.facebook.com/ifropvcalama>

Figura 23 - Facebook Campus Porto Velho Zona Norte



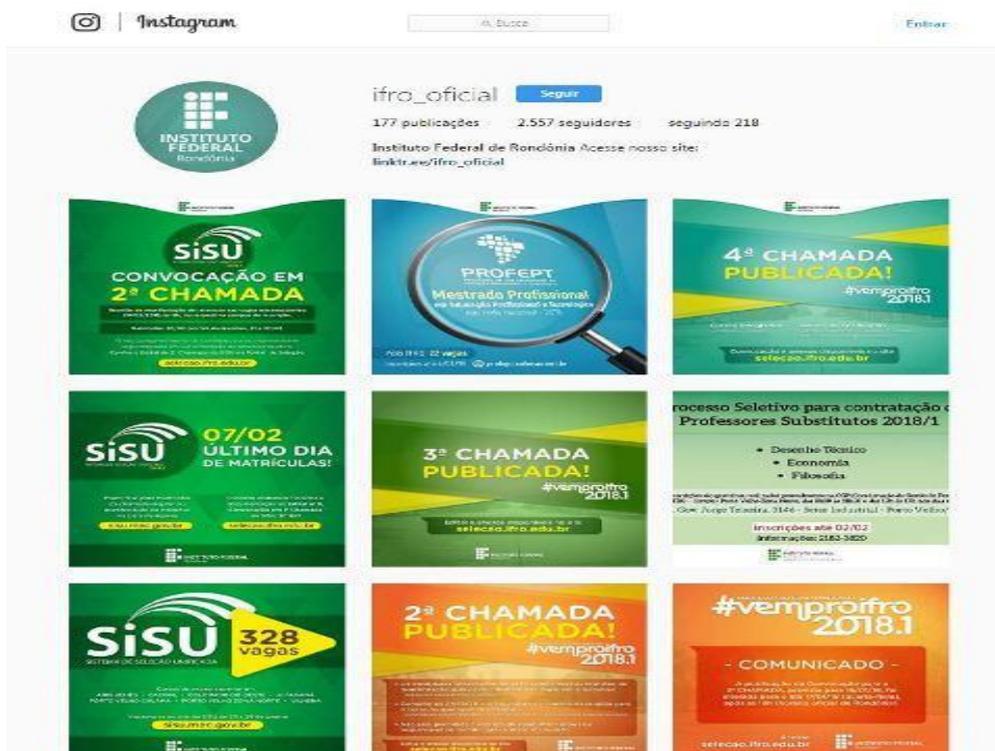
Fonte: <https://www.facebook.com/ifropvhn>

Figura 24 - Twitter IFRO



Fonte: <https://twitter.com/ifroondonia>

Figura 25 - Instagram IFRO



Fonte: https://www.instagram.com/ifro_oficial/

Figura 26 - Link para Sugestão de Pauta/Ascom

Fonte: <https://goo.gl/kTmul2>

Figura 27 - Newsletter Intercampi



Fonte: Ascom

Modernização do canal através da utilização de novo *layout* com mais interatividade. São 5 anos de atividade.

Figura 28 - Panorama Semanal



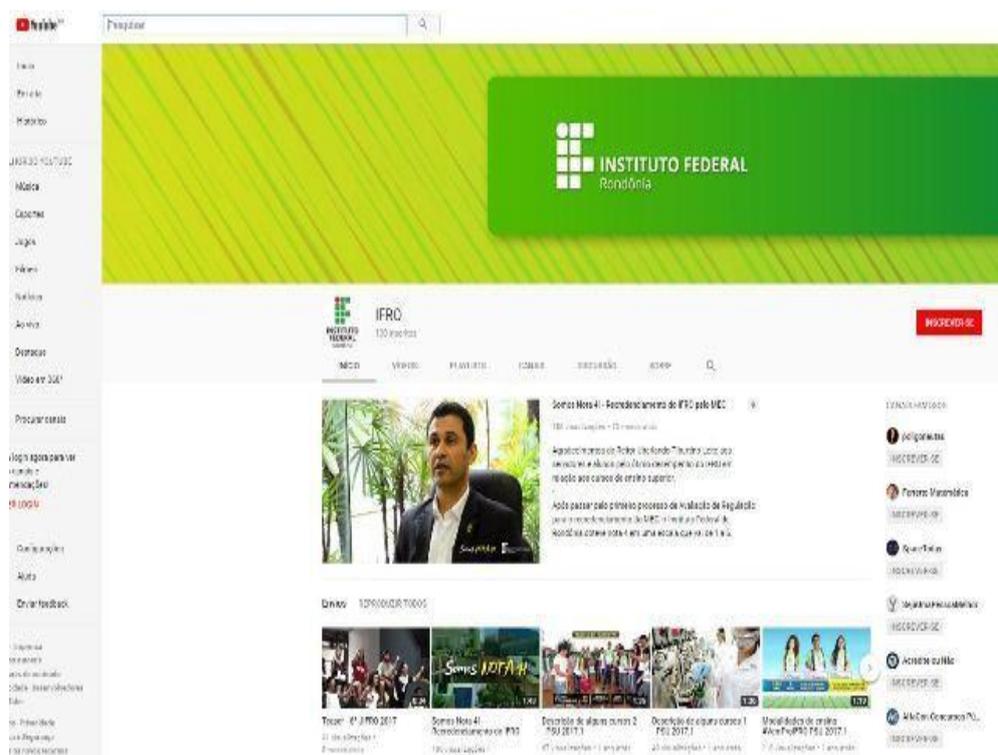
Fonte: Ascom

Figura 29 - Clipping IFRO



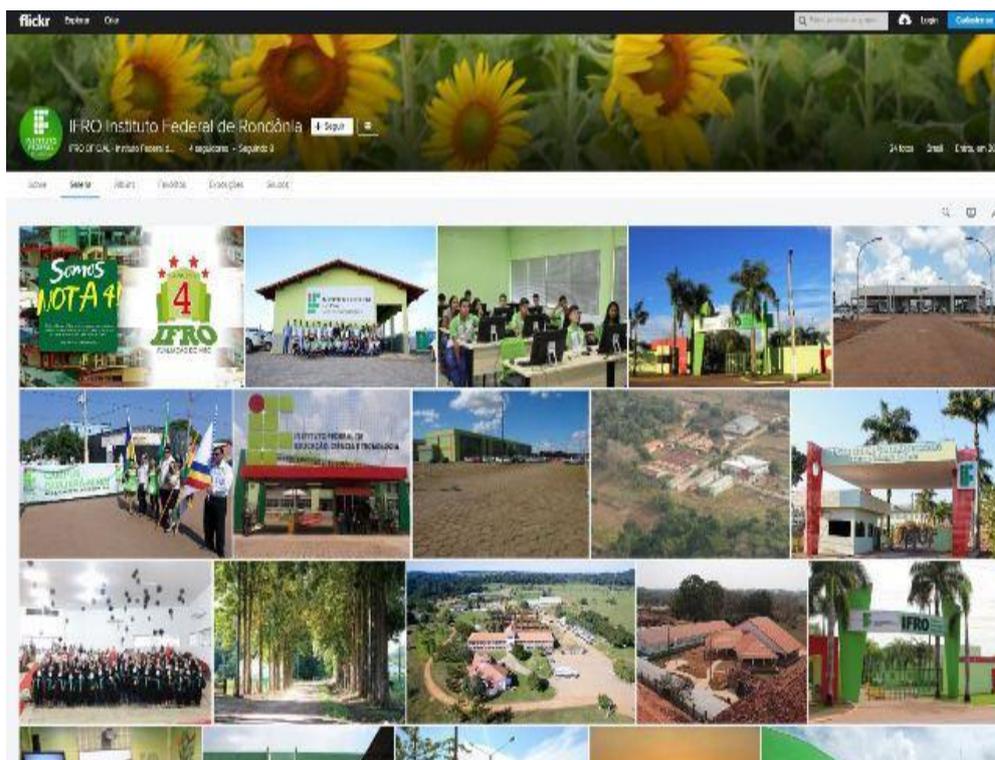
Fonte: Imprensa

Figura 47 - Youtube



Fonte: <https://www.youtube.com/user/IFRONDONIA>

Figura 48 - Flickr



Fonte: https://www.flickr.com/photos/ifro_oficial/

Figura 49 - Blog do Reitor



Fonte: <http://blogdoreitor.ifro.edu.br/>